

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-Reitor

Prof. Paulo Roberto Volpato

Sub-Reitora de Graduação

Prof^a. Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof^a. Mônica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Prof^a. Regina Lucia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais

Prof. Léo da Rocha Ferreira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Dirce Eleonora Nigro Solis

Departamento de Ciências Sociais

Prof. Doriã Luis Borges de Melo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof^a. Clara Cristina Jost Mafra

Prof^a. Rosane Manhães Prado

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 15 número 1
junho de 2013

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções

Revista de Estudos Interdisciplinares

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Helena Bomeny, Maria Claudia Coelho, Paulo D'Ávila e Ronaldo Castro

Assistente Editorial

Patrícia Coralís

Estagiária

Letícia Nunes

Revisão e Diagramação

Metatexto Revisão e Editoração de textos /
Entrelinhas Editorial

Publicação Semestral – 2013.1

Conselho Editorial

Anália Torres (Instituto Universitário de Lisboa)
Bernardo Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Cecília Loreto Mariz (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo)
Clara Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Clara Cristina Jost Mafra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – in memoriam
Clarice Ehlers Peixoto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Claudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Guy Bellavance (Universidade de Quebec)
Hector Leis (Universidade Federal de Santa Catarina)
Helio R. S. Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
João Trajano Sento-Sé (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
José Machado Pais (Universidade de Lisboa)
José Reginaldo Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas)
Jurandir Freire Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonardo Avritzer (Universidade Federal de Minas Gerais)
Luiz Eduardo Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Luiz Flavio Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Maria Luiza Heilborn (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Marjo de Theije (Universidade Livre de Amsterdã)
Maurício Tenório-Trillo (Universidade de Chicago)
Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Nélida Archenti (Universidad de Buenos Aires)
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco)
Ricardo Benzaquen de Araújo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Roberto DaMatta (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Sergio Costa (Universidade Livre de Berlim)
Sidney Chalhoub (Universidade Estadual de Campinas)
Susana Durão (Universidade de Lisboa)
Valter Sinder (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 15, n.1 (2013) -
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Artigos

Os condomínios da burguesia: modos de habitar e segregação espacial em Lisboa e Porto... 7
João Teixeira Lopes

Entre o burocrático-legal e a hospitalidade: os estudantes internacionais na Paraíba e a
Polícia Federal29
Sílvia Garcia Nogueira

Uma arena de negociações e conflitos: análise das instituições estatais sobre a política
de saúde para pessoas trans no Brasil.....48
Izís Moraes Lopes dos Reis

Mundialização, fronteiras e literatura: o romance 2666, de Roberto Bolaño 72
Francisco José Ramires

Perspectivas para o estudo das culturas afro-americanas: entre o rizoma e o Atlântico
Negro.....95
Mariana Marchesi

Vazios urbanos: notas sobre escassez social do imóvel urbano 113
Gabriella Beltrame

Homenagem a Clara Mafra

Vários autores 139

Dossiê: Religiões e materialidades

Organizadoras: Clara Mafra e Renata Menezes

Apresentação 144
Renata Menezes

“A partida da promessa”: o rito de luto evangélico e os objetos dos mortos..... 149
Andreia Vicente da Silva

O êxtase dos objetos: ex-votos e relações de devoção 172
Lilian Alves Gomes

Como grafitar um castelo medieval? Street Art nas fachadas da nobreza britânica 194
Alberto Goyena

Resenha

Humanitarian reason. A moral history of the present, de Didier Fassin 218
Nicolau Dela Bandera

Contents

Articles

Bourgeoisie condos: ways of inhabiting, and spatial segregation in the cities of Lisbon and Porto 7
João Teixeira Lopes

Between legal bureaucracy and hospitality: international students living in Paraíba State, Brazil, and Federal Police29
Silvia Garcia Nogueira

An arena of negotiation and conflict: an analysis from government institutions about health policy for transgender people in Brazil48
Izis Morais Lopes dos Reis

Globalization, national borders and literature: the novel 2666, from Roberto Bolaño72
Francisco José Ramires

Expectations for the study of African American cultures: between the rhizome and the Black Atlantic95
Mariana Marchesi

Urban Voids: notes about the social scarcity of urban property 113
Gabiella Beltrame

A tribute to Clara Mafra

Several authors 139

Dossier: Religions and materiality

Coordinators: Clara Mafra and Renata Menezes

Introduction 144
Renata Menezes

“Departure of promise”: the evangelical rite of mourning and the objects of the dead..... 149
Andreia Vicente da Silva

Objects bliss: former vows and devotion relationships..... 172
Lilian Alves Gomes

How to draw graffiti on a medieval castle? Street Art on British nobility façadesa 194
Alberto Goyena

Review

Humanitarian reason. A moral history of the present, from Didier Fassin 218
Nicolau Dela Bandera

Os condomínios da burguesia: modos de habitar e segregação espacial em Lisboa e Porto

João Teixeira Lopes*

Resumo

Este artigo enquadra-se num projeto coletivo mais amplo de estudo da burguesia portuguesa contemporânea, na sua multidimensionalidade e heterogeneidade. No presente caso, pretende-se analisar a interação entre formas espaciais e processos sociais, bem como os seus efeitos na estruturação quotidiana e concreta dessa classe social, através da cartografia das suas escolhas residenciais e de uma análise de conteúdo das representações dos seus modos de habitar, tal como nos são apresentados em sítios, vídeos e brochuras referentes às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. De igual modo, prolonga-se a reflexão em torno das novas estratégias de *imagem de cidade* associadas a esses processos de altíssima visibilidade simbólica.

Palavras-chave

Condomínio fechado. Segregação socioespacial. Área metropolitana.

Abstract

This paper is part of a larger collective project that aims to study the contemporary Portuguese bourgeoisie in its multidimensionality and heterogeneity. In this particular case, we intend to analyze the interaction between spatial forms and social processes as well as their effects on the daily and concrete structure of this specific social class by mapping their residential choices, and also by a content analysis of its way of living representations as showed in websites, videos, and brochures related to the metropolitan areas of Lisbon and Porto. Similarly, we make further considerations about *city image* new strategies that are associated with these processes of high symbolic visibility.

Keywords

Closed condominium. Socio spatial segregation. Metropolitan area.

* Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras/Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto/Portugal). E-mail: jmteixeiralopes@gmail.com.

Introdução

Os modos de habitar não são neutros e exprimem uma relação social e culturalmente contextualizada com os espaços físicos. Na verdade, traduzem a forma como as classes sociais produzem, reproduzem e representam tais territórios, em íntima articulação com estratégias, nem sempre conscientes, se conscientes raramente assumidas, de fechamento, mas também de acumulação de capital social e de salvaguarda de privacidade, com reforço de laços endogâmicos. Se a casa, para o proletariado, significou e significa ainda o lócus de reprodução da força de trabalho, de recuperação da fadiga, de alimentação, de convívio familiar e de sociabilidade local, para a burguesia ganha também contornos ora de fuga e enclausuramento *contra mundi*, ora de ostentação e competição simbólica, ora ainda de acesso privilegiado a serviços de luxo. Também nos modos de habitar a burguesia revela, dentro de alguns fortes traços comuns, opções diversas.

O espaço não é, como Lefèbvre tantas vezes lembrou, um mero reflexo mental, um “véu” que esconde conflitos e contradições, um *a priori* destituído de realidade material. Mas, sendo tal verdadeiro, não é menos importante rejeitar a sua existência como entidade reificada, independentemente da objetividade das práticas sociais que, dentro de certos limites, apropriam-no, moldam-no, atualizam-no (LEFÈBVRE, 2000). O espaço (e o tempo) são fontes cruciais das identidades e da consciência (um meio e um produto ao mesmo tempo) e o capitalismo, em boa medida, é um processo de controle do espaço e da sua permanente reconfiguração para criar diferença, competitividade, acumulação.

Mas a espacialidade do capitalismo, como pretendemos demonstrar neste capítulo, não existe apenas numa escala global. A interação entre formas espaciais e processos sociais (SOJA, 1999) incrusta-se na estruturação quotidiana e concreta das classes sociais. Por isso, as lutas sociais são também conflitos em torno da produção social do espaço.

Os espaços habitados da burguesia não são meros cenários de adaptação às estruturas espaciais. As suas moradias, os seus condomínios, as suas *villas* de requintados nomes correspondem a um domínio de constituição de vivências e de relações de classe, que iluminam (e são iluminadas) pelos seus modos de relação com o trabalho, a propriedade, a família, o lazer etc., e que, em sendo um produto social, também influenciam os comportamentos e as personalidades. As práticas de classe forjam-se e atualizam-se dentro de constrangimentos e possibilidades espaciais (e vice-versa). Dito de outra forma,

as relações com o espaço através dos modos de habitar não são exteriores aos processos de constituição da consciência de classe. Em certo sentido, é a isso que se refere Edward Soja, geógrafo marxista contemporâneo, quando aborda o conceito de *terceiro espaço* (SOJA, 2000) enquanto espaço vivido, “simultaneamente real-e-imaginado, atual-e-virtual, lócus da estruturação da experiência individual e coletiva e da agência” (Idem: 11), para além do espaço percebido e planejado.

O nosso *modus operandi* consistiu em procurar *off-line* e *on-line* anúncios de moradias, apartamentos e condomínios com preço igual ou superior a 350 mil euros por unidade habitacional nas duas áreas metropolitanas. Verificámos, desde logo, que os anúncios referentes aos condomínios de luxo são muito mais numerosos na Área Metropolitana de Lisboa do que na Área Metropolitana do Porto, o que constitui, por si só, um indicador de concentração espacial da riqueza que procurámos cartografar. A análise de conteúdo de sítios, vídeos e brochuras permite detectar ainda que, apesar de um forte apelo à singularidade de cada condomínio (uma vez que se valorizam as qualidades “únicas” e distintivas, uma espécie de raridade que resulta da interseção supostamente irrepetível de fatores como a inserção geográfica e paisagística, a segurança e privacidade, os acabamentos e materiais de construção, os acessos etc.), sobressaem algumas recorrentes insistências.

A Exclusividade

A burguesia vive da sensação de monopólio na apropriação de recursos. Assim, a sua habitação tem de permitir a percepção de que se possui algo que mais ninguém tem ou que, em todo o caso, é apanágio de muito poucos. Além do mais, esse sentimento reforça o fechamento, o segredo e a seleção das vizinhanças. O fato de se possuir algo “privativo” (ainda que o “privativo” se possa “partilhar” com meia-dúzia de outras “boas famílias”) aumenta a aura do lugar: proliferam, por isso, referências a “jardins”, “piscinas”, “jacuzzi”, “elevadores” e “acessos” privativos.

Na Quinta da Marinha, em Cascais, o “privativo” pode associar-se ao “privilegiado” e às “condições especiais”: “Acesso privilegiado a dois campos de golfe, centro hípico, *health center*, com condições especiais para residentes” (www.luxus.pt).

Ou a Quinta Patino, ainda em Cascais: “A Quinta Patino é considerada o condomínio mais discreto e mais exclusivo de Portugal” (idem).

Percebe-se a razão: nos anos cinquenta do século passado, um milionário bolivariano, rei do estanho, perdido de amores pelo charme do Estoril, começa a comprar terrenos para formar uma quinta, construindo, no seu ponto mais alto, em 1957, um enorme palacete que demorou quatro anos a edificar, com 5 mil metros quadrados de área coberta, 30 mil de jardim e uma gigantesca piscina, bem como um pavilhão de chá, um salão de *bowling* e uma capela minhoto do século XVII, transportada pedra por pedra para o local. Depois de morrer, fica sepultado na propriedade até 1988, quando a viúva decide vender a quinta, adquirida então por um grupo ligado ao Banco Espírito Santo, que a transforma num condomínio. Os 50 hectares foram nessa altura divididos por 100 lotes destinados a moradias e 54 apartamentos, o que permite conciliar o usufruto de serviços comuns, área de habitação generosa com amplos jardins privados. Antes da crise financeira, os lotes menores que 1200 metros quadrados custavam cerca de um milhão de euros, e as moradias mais baratas que se encontravam à venda valiam um milhão de euros. O preço mensal do condomínio oscilava entre 250 e 700. Em 2009, já com os ventos da crise a soprar, uma reportagem do *Expresso* noticiava:

Mesmo em tempos de crise, uma moradia nunca demora mais do que seis meses a vender (...) A grande mancha verde é um dos motivos para que cada lote de terreno seja ali pago a peso de ouro, assim como a escassez do produto. “Ao contrário de outros condomínios, não há segundas fases de comercialização, nem serão colocados no mercado novos lotes de terreno. Daí que os que existem tenham ainda muitas possibilidades de valorização”. Quem o diz é José Manuel Velez, da Pryme Yield, uma empresa de consultoria imobiliária (EXPRESSO, 13 de outubro de 2009).

Vive-se simultaneamente separado e em conjunto, aliando a fortaleza da propriedade privada com a partilha de serviços entre iguais. Viver entre iguais confirma as visões do mundo, evita o contacto com a alteridade incómoda, favorece a circulação de informação privilegiada e a acumulação de capital social, sendo ainda um sinal de *status*. Cada “grande nome” reforça o outro:

Entre os seus habitantes podem destacar-se nomes como Diogo Vaz Guedes, da Gespura, Vasco Rocha Vieira, último governador de Macau, Manuel Dias Loureiro, ex-ministro da Administração Interna, Nuno Vasconcellos, líder da Ongoing, Stefano Saviotti, dono do grupo de hotelaria D. Pedro, Simão Sabrosa, ex-jogador do Benfica e agora no Atlético de Madrid, José Maria Richiardi, do BES, Simões de Almeida, do grupo hoteleiro Villa Galé, ou João Rendeiro, a braços com a Justiça por causa do caso BPP. Não é raro haver amizades entre os vizinhos, e alguns deles partilham até os negócios. Mas há também quem diga que apenas sabe quem lá vive quando se encontra com eles nas reuniões de condomínio.

Fonte: EXPRESSO, 13 de outubro de 2009.

A exclusividade marca ainda a importância da fronteira que separa e protege. Separa dos indesejados (pobres e outras “classes perigosas”, “novoricos” etc.) e protege (da curiosidade, da fiscalização etc.). E pode chegar a extremos, como a “ligação subterrânea” entre “um pequeno grande condomínio” (não nomeado) no “coração do Estoril” e os serviços de um afamado Hotel:

No coração do Estoril, um pequeno grande condomínio com 26 luxuosos apartamentos T2 a T4 e os serviços do Hotel Palácio. Lado a lado com o Hotel Palácio, o condomínio beneficia dos serviços de excelência que este luxuoso cinco estrelas oferece aos seus hóspedes há mais de oito décadas: room service, catering, banqueting, concierge, lavandaria e limpeza podem ser requisitados com um simples telefonema. A proximidade ao Hotel é reforçada por uma galeria subterrânea que o liga ao condomínio e os residentes beneficiam também de condições especiais nos bares e restaurantes, na reserva de salas para eventos e no alojamento dos seus convidados. A harmonia e o exotismo daquela que é considerada a mais luxuosa cadeia asiática de SPA em todo o mundo estão igualmente disponíveis aos residentes. Com uma galeria de acesso directo ao interior do Banyan Tree, não necessitam sequer de sair do condomínio para desfrutar das dezenas de programas (idem).

Quem, entretanto, julgava que as “cidades de muros” (CALDEIRA, 2000) eram exclusivas das megalópoles segregacionistas da América Latina ficará certamente surpreendido por encontrar “enclaves urbanos” que, não sendo ainda “fortificados”, possuem já arruamentos privativos, como é o caso do “Living Boavista”, no Porto, onde as casas se inserem “num novo arruamento

privado junto à Rua Guerra Junqueiro, tirando partido de uma localização central e de prestígio” (<http://www.jcamilo.com/projects/3/about>). Aliás, os exemplos anteriormente referidos mostram também a existência de uma forte concentração de serviços que potenciam a concentração, nesses espaços, das funções residencial e de lazer e ainda o amplo usufruto do trabalho de grandes exércitos de funcionários (limpeza, restauração, cuidados pessoais, segurança etc.). Persegue-se um ideal de refúgio em que, se necessário, no convívio entre iguais, se esquece do resto do mundo, como nas “Casas do Campus”, perto de Paço de Arcos: “As Casas do Campus oferecem a qualidade de uma vida tranquila e segura num local privilegiado e de futuro” <http://casasdocampus.com/index.php?corpo=empreendimento&menu=empredimento>

A segurança

Os condomínios e habitações de luxo caracterizam-se igualmente pela oferta sofisticada de elevadas condições de segurança. Se olharmos para as taxas de criminalidade portuguesas, rapidamente constataremos que são das mais baixas da Europa. Além do mais, os diversos estudos realizados confirmam recorrentemente que são as classes populares as mais afetadas pelos diversos tipos de criminalidade, incluindo os que atentam contra o património. Ainda assim, se a publicidade aos condomínios de luxo reflete, de alguma forma, os universos mentais dos compradores, é caso para dizer que vivem verdadeiramente obcecados com a segurança pessoal e dos seus bens.

Na Quinta Patino, por exemplo, um dos aspetos mais mencionados é o facto de possuir “segurança 24 horas por dia”, assegurando “diversão em segurança”. Em boa parte dos condomínios analisados existe videovigilância na entrada e nas partes comuns, associada ou não a serviços de empresas de segurança. Como no *Foz Palace*, no Porto:

“A segurança é hoje um valor inestimável [...] com seis câmaras de videovigilância e portaria que lhe asseguram a máxima segurança” (<http://fozpalace.com/condominio-fechado-fozpalace/>).

Em muitos outros exemplos são realçados acabamentos como “a porta do apartamento blindada”, ou os “cofres embutidos” nas divisões, acentuando o corte, a fronteira fechada, o enclave, a ideia, enfim, de um mundo à parte, protegido e inatacável.

O último grito da tecnologia é, muitas vezes, evocado, como que para garantir o rigor técnico e científico dos instrumentos de controle, amiúde cumulativos, como acontece nos *Jardins do Palacete*, também no Porto:

Existe um sistema de vídeo-porteiro que controla todos os acessos e aberturas e toda a propriedade está equipada com um sistema de vídeo-vigilância com gravação digital. Além disso, existe também um serviço de vigilância fornecido por uma empresa especializada, pelo que os Jardins do Palacete contam com um elemento de segurança no local, 24 horas por dia (http://www.sipeninsula.pt/Jpalacete_Condominio.html).

Ou ainda: “Rede ligada e comandada a partir da central de segurança no piso – 1, com transmissor automático por marcação de números de telefone programados para transmissão de alarme” (idem).

Tal é a dimensão da vigilância que se desemboca numa situação paradoxal: a privacidade tão desejada é devassada pela instalação de modernas formas de panóptico que controlam e registram todos os movimentos...

High Tech

Outra das características distintivas das habitações de luxo é precisamente a convocação de um aparato tecnológico com funções múltiplas: garante conforto, aumenta a segurança, permite respeitar o ambiente e “promover a sustentabilidade” e maximiza a estética. Por outro lado, não será demasiado especulativo associar essa necessidade com o próprio *ethos* da burguesia: cabe-lhe, afinal, desde as origens, revolucionar os sistemas produtivos e controlar o ambiente pela técnica, glorificando os valores da modernidade e do progresso, suporte primeiro de uma certa ontologia em que os burgueses se autoapresentam e representam como motores da mudança, o que casa ainda particularmente bem com os percursos de ascensão, nomeadamente na fração nova-rica.

A tecnologia é o indicador mais visível do controlo da burguesia sobre a natureza e sobre os outros agentes sociais, multiplicando dispositivos de previsibilidade, medição e supervisão.

Veja-se a nuvem de palavras referente ao condomínio *Living Foz*, no Porto:



Figura 1: Nuvem de palavras do site promocional do condomínio Living Boavista: a tecnologia em ação.

Fonte: <http://www.jcamilo.com/projects/1/about>.

A climatização, o sistema térmico, os painéis solares, a evocação da “sustentabilidade”, o ar-condicionado, a “desenfumagem mecânica”, o sistema hidropressor de água, o controle sobre a iluminação e a temperatura, os sensores e demais mecanismos automatizados oferecem uma panóplia de monitorização permanente. A monitorização é garantia de previsibilidade; a previsibilidade é o domínio sobre a incerteza e o risco – sobre o futuro.

Outros sítios referem-se às centrais telefónicas que disponibilizam um aparelho em cada divisão e sistemas de domótica. No caso do *Avenidas Residence*, em Lisboa, tal sistema compreende o “Controlo de Estores, Controlo de Iluminação da Sala de Estar, Controlo e Ativação / Desativação de Alarme de Intrusão, Controlo do Ar-condicionado pelo Exterior da Habitação, Detetor de Água na Cozinha e Casas de Banho, Detetor de Gás na Cozinha, reencaminhamento das Chamadas realizadas no Vídeo Porteiro para o Telemóvel, Central de Telefones com 8 Extensões, Babyphone e Intercomunicação com todas as Assoalhadas”!

Noutros exemplos, caso dos Jardins do Palacete, no Porto, no cruzamento entre a Avenida da Boavista e a prestigiada e prestigiante Marechal Gomes da Costa, o empreendimento oferece uma estonteante acumulação de “redes” de infraestruturas:

rede de distribuição de som, rede de TV por cabo, rede de telefones com ligação à maioria dos quartos e salas em cada apartamento, rede de distribuição de gás, rede de deteção de incêndios nas caves e átrios dos elevadores nos pisos superiores, rede ligada e

comandada a partir da central de segurança com transmissor automático por marcação de números de telefone programados, rede de água de combate a incêndios, rede de extintores, rede de detecção de gás, rede de detecção de monóxido de carbono nas garagens. (<http://www.sipeninsula.pt/PDF/Outros%20Dados%20e%20Condicoes%20Tecnicas%20Disponiveis.pdf>).

Em suma, cada um desses projetos apresenta-se como um sistema fechado, autossuficiente e capaz de controlar imprevistos provenientes do meio ambiente. Um casulo, que é também uma espécie de máquina programada para superar a entropia. Um ponto mais, enfim, na proteção do burguês.

A atualização tecnológica caminha a par e passo com a qualidade dos materiais hiperselecionados e também com as preocupações ambientais politicamente corretas, ostentando quase sempre certificações energéticas A+ e um elenco detalhado de medidas de “sustentabilidade”, outra palavra fétiche, que remete para uma constelação de valores pós-materialistas. Atente-se neste excerto:

Formas puras, espaços amplos, onde nada é por acaso e tudo existe por uma razão: melhorar a sua vida e a da sua família. A localização deu o tom. O projecto deu-lhe forma. Mas são os materiais que lhe vão dar a alma. Porque as tendências passam, a qualidade fica (<http://fozdiogobotelho.com/edificio>).

Ou neste: “Com materiais e revestimentos nobres como betão branco, mármore, madeira ou Corian e equipamentos que promovem o bem-estar, a segurança e a ecoeficiência” (<http://www.jcamilo.com/projects/2/about>).

Traço *eco-tech* ou sinal de como o *capitalismo verde* é atrativo para a burguesia...

Os materiais, por seu lado, transportam em si as qualidades dos detentores das casas: são “nobres” e de “formas puras”... Por sua vez, a tecnologia formata o espaço e reduz as contingências. Os materiais são a pedra de toque do durável. Num e noutro caso conquista-se a segurança *do* e *no* futuro, apaziguando a consciência ecológica e deixando um timbre de moda e distinção.



Figura 2: Nuvem de palavras do site promocional do condomínio Palácio Estoril Residências
 Fonte: <http://palacioestorilresidencias.com/pt/home>.

Decididamente, dominam os tons claros: o branco, o bege, o mate. Mas o segredo está sempre no culto do pormenor. Tornar significativo o insignificante é um piscar de olhos cúmplice ao reconhecimento de quem sabe ver e apreciar o investimento nos materiais, no tratamento das paredes e rodapés, na qualidade dos ladrilhos ou na escolha de madeiras raras.

O milagre da assinatura

O sociólogo francês Pierre Bourdieu falava, a propósito do campo artístico e da economia dos bens simbólicos, do carisma do autor, capaz de, pela sua assinatura, transmutar um objeto em entidade sagrada, passando do valor de uso ao valor de troca (BOURDIEU, 1996) e conferindo-lhe uma aura singular. As casas da burguesia também se transformam em obras de autor. Não raras vezes, o prestígio de alguns arquitetos portugueses é identificado como mais-valia.

Referir que o projeto é “da autoria do Professor Gonçalo Byrne”, ou que a moradia obedece “ao melhor da arquitetura contemporânea” mobiliza o poder simbólico de certos arquitetos, consagra os empreendimentos e distingue-os perante uma oferta fortemente concorrencial. No site do condomínio *Santa Catarina*, em Lisboa, Carrilho da Graça, “reconhecido com a ordem de Mérito da República Portuguesa em 1999 e Prémio Pessoa em 2008”, surge em grande destaque, com fotografia e um CV detalhado e recheado de prémios, assinando ainda um vasto texto com “a visão do

ingredientes fundamentais de um estilo de vida mundano. Daí a importância das redes viárias: A5, IC19... O lazer, para a burguesia, além de seguro, deve abranger as compras, os desportos, a animação noturna e a visita cultural, num cenário “natural”. Salientamos precisamente a dimensão de encenação do lugar, de cenografia paisagística, se preferirmos. O processo remete, a par da “consciência ecológica” que anteriormente mencionámos, para o que Álvaro Domingues descreve nas seguintes linhas:

Hoje, a braços com a relação de culpabilidade que existe sobre a predação dos recursos naturais não renováveis, sobre as mudanças climáticas, o efeito de estufa, o buraco de ozono, a destruição das florestas tropicais, as emissões de gases tóxicos, os desastres atômicos, etc., a “Natureza” voltou com todas as mitologias que a humanidade foi produzindo a seu respeito. (DOMINGUES, 2009: 45-46).

Esse regresso da “Natureza” está amplamente representado na publicidade sobre condomínios de luxo. Mas é uma natureza doravante “híbrida e transgênica”, como refere ainda Domingues, “monocultura turística” de alguns locais, resorts, marinas, “cidades retalhadas em aldeamentos”, procurando uma estranha fusão entre o urbano e o rural, essoutro cenário bucólico, de um “bom velho mundo” de apaziguamento e refúgio.

No entanto, como refere ainda Domingues, essa “verdolatria” ou “clorofilatria” (termos que vai buscar a A. Roger) é o melhor indicador do alastramento da paisagem genérica, desta feita sob a apropriação de luxo:

relvados, campos de golfe, lagoas artificiais, piscinas e casas «sustentáveis» e «amigas do ambiente». Uma verdadeira confusão mental, contraditória e difícil de gerir, porque, construída entre a sensação de perda de qualquer coisa tida como coletiva e identitária, e uma outra que facilmente descamba para julgamentos de tipo especulação imobiliária e produção de distinções sociais. (Idem: 48).

Gentrificação: a burguesia conquista os centros das cidades

O termo “gentrificação” tem mais de cinquenta anos e provém da palavra inglesa “gentry”, que significa uma fração da nobreza. Pode, por isso, ser convenientemente traduzido por “enobrecimento urbano” ou “nobilitação urbana”. No caso português, ao contrário do inglês e mesmo do francês

(PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2007a), uma vez que a burguesia esteja no essencial desligada de alianças matrimoniais nobiliárquicas, parece-nos mais correto falar propriamente de “aburguesamento” de determinados espaços centrais das maiores cidades, outrora habitados por trabalhadores e pequena burguesia.

Ao inventar o conceito em 1964, Ruth Glass referia-se a uma recente tendência observada na cidade de Londres, em que “um por um muitos dos bairros operários de Londres foram invadidos pelas classes médias” (GLASS, 1964), à medida que os contratos iam expirando. Os pobres saíam para as periferias, e as novas classes médias urbanas ocupavam as *cottages*, outrora miseráveis moradias de um ou dois pisos (minuciosamente descritas por Engels na sua obra político-etnográfica *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*), ou as decadentes casas vitorianas, transformando-as em elegantes vivendas e modificando toda a composição social e a imagem do território.

Mais tarde, o mesmo fenómeno observa-se no Soho, em Nova-Yorque, e começa a generalizar-se, embora com importantes diferenças e especificidades, às grandes cidades, traduzindo nos anos 70 e 80 aquilo a que Neil Smith chamou de *rent-gap* (SMITH, 1979), processo de profunda reestruturação dos mercados fundiários e imobiliários em que o capital procura os terrenos onde a taxa de retorno se afigura potencialmente mais elevada, já que os centros das cidades, dada a desindustrialização, o envelhecimento e a pauperização das populações e a degradação do edificado, oferecem excelentes oportunidades de negócio.

A maior parte das vezes o processo é preparado paulatinamente. A instalação de algum comércio de charme, de um novo tipo de restauração e hotelaria, de requalificação de espaços públicos, de criação de uma cenografia urbana atraente (com novo mobiliário e sinalética, por exemplo) e com a chegada vanguardista de artistas e intermediários culturais, permite o aumento do apetite imobiliário. Contratos antigos que findam, rendas que aumentam, pessoas que morrem e outras que migram abrem as portas aos novos habitantes.

A Arquitetura estabelece um diálogo com as pré-existências. Minimizando o impacto, sem deixar de ser uma intervenção contemporânea.

Mantêm-se as paredes portantes, em alvenaria de cal e pedra, e o pé direito alto. Renovam-se as lajes em vigas de madeira e uma fina lâmina de betão armado. Evoca-se e reinventa-se, de forma sofisticada, a estrutura original de barrotes de madeira e soalho e garante-se um eficaz isolamento térmico e acústico (<http://www.santacatarina.com.pt/>).

Em suma, alia-se o vetusto património de indiscutíveis credenciais com os mais modernos materiais e equipamentos; junta-se o charme da localização com a segurança privada do condomínio e refere-se ainda, ao longo do site, à preocupação com questões ambientais. Eis alguns dos elementos anteriormente analisados noutros condomínios, com o valor acrescentado do cosmopolitismo snob do centro do centro, com vista para o Tejo e tudo.

Para que não restem dúvidas do *pedigree* do lugar, atesta-se ainda:

Santa Catarina nasceu em 1559. Viu o Ouro do Brasil e pimenta da Índia. Desmoronou-se em pânico e renasceu pombalina. Recebeu poetas, escritores, pintores, políticos e outros que buscavam a animação e o bulício desta zona nobre da cidade.

Aqui nasceram Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, e Maria Amália Vaz de Carvalho, escritora e poetisa, voz ativa na defesa da mulher. Aqui viveram Bocage, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Abel Manta e outros. Figuras maiores da cultura, das artes e da política, inspiradas pela vista única do Tejo, pela vida simples das suas gentes, pela beleza das suas casas apalaçadas e das suas igrejas.

Assim, o novel residente herda uma magnífica genealogia e, pelo dinheiro, coloca-se em condições de perpetuar tal espécie de dinastia de espírito na qual conseguiu simbolicamente incluir-se.

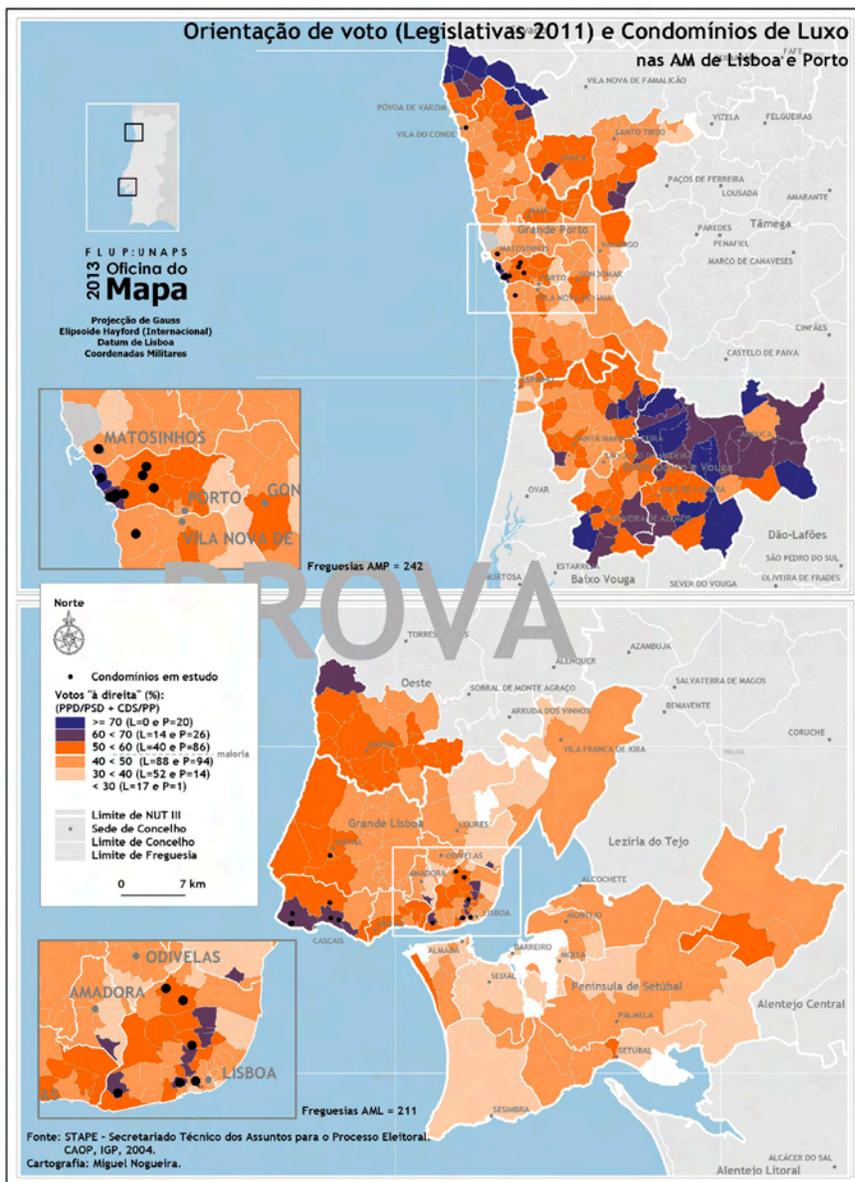
Os territórios eleitorais da habitação burguesa

Numa obra consagrada à composição social da cidade de Paris, o casal Pinçon (PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2008) revela uma pesada permanência dos padrões eleitorais, praticamente inalterados desde 1871 e formando uma divisão este/oeste, com a direita maioritária nos “belos bairros” e a

esquerda concentrada num território que corta a capital francesa do Porte de Clignancourt a Porte de Gentilly. Tal precisão no recorte geográfico e semelhante reprodução ao longo do tempo mostram com acutilância como as fronteiras sociais estabelecem limites através da produção de um mapa outro – o das diferenças sociais. Como referem Renato Carmo e Margarida Carvalho, a ideia de uma sociedade em rede e de uma intensificação da economia de fluxos não conduziu ao alisamento do espaço. Pelo contrário, não existem evidências empíricas de uma maior integração espacial e social (CARMO & CARVALHO, 2013), já que vários trabalhos têm vindo a referir o cariz dual das “cidades globais”, com o polo do conhecimento e da qualificação a concentrar-se territorialmente, gerando um crescimento das assimetrias territoriais.

Ao procurarmos perceber como se relacionava a localização ao nível da freguesia dos condomínios analisados¹ com as votações registradas nas últimas eleições legislativas em termos da polaridade direita/esquerda, constatamos igualmente pela existência de assimetrias vincadas, embora com *nuances*.

¹ Os condomínios foram selecionados através de sítios promocionais referentes a habitações das Áreas Metropolitanas (Lisboa e Porto) em que o preço de cada unidade habitacional era pelo menos de 350 mil euros.



Mapa 1: Orientação de voto e condomínios de luxo na AML e AMP.

Na vasta área metropolitana do Porto, recentemente expandida, os condomínios concentram-se preferencialmente junto do rio e do mar, reforçando o que anteriormente assinalámos sobre a apropriação/construção social da paisagem pela burguesia, na sua transformação em

recurso distintivo. De igual modo, os condomínios concentram-se quase exclusivamente em freguesias com voto à direita; uma boa parte deles situa-se mesmo em locais em que essa votação é igual ou superior a 70% (caso de algumas freguesias do Porto), o que confirmaria a hipótese de uma tendência para a homogeneização social *por cima* desses territórios, em detrimento da variedade de categorias sociais. Em algumas situações, essa concentração corresponderá mesmo a processos de gentrificação. Em suma, a construção dessas habitações parece ignorar a maior parte do território metropolitano, avaliado como desinteressante, um imenso território-resto.

Já na área metropolitana de Lisboa parece haver uma valorização diferenciada do rio e do mar, como se um invisível operador simbólico apartasse a margem Norte, onde estão os condomínios, da margem Sul, onde inexistem. Uma vez mais, com poucas exceções, localizam-se em freguesias com forte votação à direita, o que reforça a ideia de constituírem enclaves que, pela fronteira que simbolizam, contribuem para a descontinuidade e fragmentação territoriais. As raras exceções, como numa freguesia da cidade de Lisboa, podem eventualmente explicar-se pela conjugação de persistências populares (caso de bairros históricos onde o processo de gentrificação não logrou ainda uma ampla disseminação, coexistindo com habitação popular) com um *ethos* neo-boémio de certas frações burguesas atraídas pelo charme do centro e detentoras de posicionamentos à esquerda, por via dos costumes, consumos e estilos de vida (apelidada pelo casal Pinçon, no seguimento de Bourdieu, de “nova burguesia”).

Renato do Carmo e Margarida Carvalho, no estudo já referido, encontram quatro perfis de freguesias para a cidade de Lisboa, descendo à escala da freguesia. O “cluster” de freguesias com maior rendimento era também aquele onde as desigualdades de rendimento se revelavam mais acentuadas. Por outro lado, no cluster menos desigual concentravam-se os trabalhadores com menor capital escolar. Sem ser uma cidade global, “a mais globalizada das cidades portuguesas” (idem: 46) reproduz o mesmo padrão de repercussão de dinâmicas em parte induzidas pela globalização que se verifica em urbes como Londres ou Nova York. As dinâmicas habitacionais da burguesia vão no mesmo sentido.

O casal Pinçon apelida esse processo de “violência espacial” (PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2007b), uma vez que funda uma espécie de “apartheid ao contrário”, um “ghetto de ricos” onde a segregação socioespacial é correlativa da “agregação dos semelhantes” (idem: 26). Que vantagens comparativas oferece a geografia da burguesia?

Viver “entre si”: o “amor” entre iguais

A procura do semelhante (em termos de classe) permite uma reconfirmação permanente à própria escala do quotidiano e dos cenários de interação, de visões do mundo, comportamentos e ideologias. Evita, pois, a confrontação com a diferença, especialmente se essa diferença se traduz pela pobreza, simbolicamente associada à barbárie dos modos, à degradação visual e valorativa e à insegurança. Quando muito, em certas frações de capital cultural elevado e de matriz “moderna”, permite-se o contato mais ou menos festivo com a panóplia multicultural, particularmente em cenário histórico de centro de cidade, com o glamour da boémia e de uma atmosfera estetizante.

Os condomínios da burguesia ilustram um certo medo da cidade, condensando um estilo de vida que prima pela exclusividade, pela dose certa, em equilíbrio tenso, de ostentação e discrição, de visibilidade e segredo, pelo controle tecnológico do conforto e da segurança, pela adesão a valores superficialmente ambientais e pela perspectiva privilegiada sobre uma paisagem altamente selecionada e construída.

Mas este viver “entre si” possibilita também a acumulação de capital social, pois densifica contatos entre indivíduos com papéis sociais diversos e especialmente bem posicionados em termos de acesso à informação, à qualificação e a círculos restritos de decisão, o que se traduz na ativação de círculos e redes.

Os recursos adquirem-se e reforçam-se igualmente pelo valor social da habitação e através dos modos de habitar, uma vez que as moradias podem servir para a representação familiar por intermédio de rituais vários (visitar e ser visitado; frequentar serviços comuns como golfe ou spas, convidar e ser convidado para jantares etc.). Exige, além do mais, um exército amplo de servidores e uma gama vasta de serviços com admissão reservada. Em casos extremos, como foi referido, pode mesmo revestir-se de formas de privatização de espaços públicos, como ruas.

A endogamia residencial mobiliza então a homofilia, esse “amor” entre iguais de classe, permitindo um controle dos limites, das porosidades, dos interditos, em termos de possibilidades e impossibilidades que cedo são socializados às novas gerações que assim podem mapear encontros, amigos e afetos. Não raras vezes, os enlaces que desembocam em uniões matrimoniais têm na sua base, entre outras dimensões, uma comunhão residencial.

Nos casos mais intensos poderá mesmo formar-se um sentido de comunitarismo burguês, nomeadamente se é necessário demarcar afinadamente as fronteiras (em caso de uma mistura social indesejada, por alteração das políticas públicas de habitação que colocam na proximidade dos condomínios vizinhos indesejados; em caso, ainda, de uma vaga de novo-riquismo atraído pela marca e moda de determinados lugares, em situação de crise e conflito social).

Talvez por isso se percebe na pele (enquanto experiência) que se está a entrar num condomínio burguês. Há vários sinais que são comunicados, barreiras físicas e simbólicas que importa transpor, códigos específicos para conhecer o espaço e nele ser reconhecido. Os estranhos não têm lá lugar.

Referências

- BOURDIEU, Pierre
(1996) *As Regras da Arte. Gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio
(2000) *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo
- CARMO, Renato Miguel do & CARVALHO, Margarida
(2013) "Multiple disparities: earning inequalities in Lisbon". *Landscape and Geodiversity*. Spuru Haret University, p. 36-45.
- DOMINGUES, Álvaro
(2009) "Paisagem e identidade: à beira de um ataque de nervos". In: COSTA, Pedro Campos & LOURO, Nuno (orgs.). *Duas Linhas*. Edição de Autor.: Porto, p. 24-57.
- GLASS, Ruth
(1964) *London, aspects of change*. London: MacGibbon & Kee.
- LEFÈBVRE, Henri
(2000) *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique
(2008) *Sociologie de Paris*. Paris: La Découverte.
- (2007a) *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: La Découverte.
- (2007b) *Les ghettos du Gotha. Au coeur de la Grande Bourgeoisie*. Paris: Seuil.
- SMITH, Neil
(1979) "Toward a theory of gentrification a back to the city movement by capital, not people". *Journal of the American Planning Association* 45 (4), p. 538-548.
- SOJA, Edward
(2000) *Postmetropolis*. Oxford: Blackwell.
- (1999) *Postmodern Geographies*. London: Verso.
- Jornal Expresso*, 13 de Outubro de 2009.
- Sites consultados:**
- www.luxus.pt. Acesso em: 10 de Outubro de 2013
- www.jcamilo.com/projects/3/about. Acesso em: 10 de Outubro de 2013
- www.casasdocampus.com/index.php?corpo=empreendimento&menu=empreendimento. Acesso em 10 de Outubro de 2013

www.fozpalace.com/condominio-fechado-fozpalace/. Acesso em: 10 de Outubro de 2013

www.sipeninsula.pt/Jpalacete_Condominio.html. Acesso em: 10 de Outubro de 2013

www.jcamilo.com/projects/1/about .Acesso em: 10 de Outubro de 2013

www.sipeninsula.pt/PDF/Outros%20Dados%20e%20Condicoes%20Tecnicas%20Disponiveis.pdf. Acesso em: 10 de Outubro de 2013

www.fozdiogobotelho.com/edificio .Acesso em: 10 de Outubro de 2013

www.jcamilo.com/projects/2/about .Acesso em: 10 de Outubro de 2013

www.palacioestorilresidencias.com/pt/home .Acesso em: 10 de Outubro de 2013

www.santacatarina.com.pt/main.htm .Acesso em: 10 de Outubro de 2013

www.portadafrente.com/imovel/predio-cascais-2 .Acesso em: 10 de Outubro de 2013

Recebido em
agosto de 2013

Aprovado em
setembro de 2013

Entre o burocrático-legal e a hospitalidade: os estudantes internacionais na Paraíba e a Polícia Federal

Silvia Garcia Nogueira*

Resumo

Os estudantes estrangeiros com visto de estudo no Brasil periodicamente precisam apresentar-se à Polícia Federal para tratarem de assuntos e exigências legais. Paralelamente, contrariando expectativas mais gerais que pressupõem a distância burocrático-formal entre agentes da PF e os usuários de seus serviços, muitas vezes as relações estabelecidas entre eles ultrapassam esses limites: de um lado, os agentes e outros funcionários sensibilizam-se com as dificuldades e dramas dos estudantes, auxiliando-os na medida do possível; de outro, os estudantes retribuem convidando-os eventualmente para comemorações privadas. Partindo dessa constatação empírica é que este artigo pretende discutir essas relações estabelecidas cotidianamente entre alguns estudantes internacionais na Paraíba e agentes da Delemig/PB, tendo como referência uma pesquisa em desenvolvimento sobre estudantes africanos em João Pessoa (PB).

Palavras-chave

Polícia Federal. Estudantes africanos. Hospitalidade.

Abstract

Foreign students with a student visa in Brazil must periodically report to the Federal Police to deal with issues and legal requirements. At the same time, contrary to the more general expectations that assume the distance between formal and bureaucratic officials and the users of their services, the relationship between them often exceed these limits: on the one hand, agents and other officials sympathize with the difficulties and the dilemmas of the students, helping them as they can, on the other, students reciprocate by inviting them to their private celebrations. This article discusses - from this empirical observation-, these daily relations established among some international students and the Federal Police officials in Paraíba, João Pessoa, "Delemig" office, with reference to an ongoing research on African students in João Pessoa (Paraíba, Brazil).

* Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil) e professora do Curso de Relações Internacionais (Graduação e Mestrado) da Universidade Estadual da Paraíba (João Pessoa/Brasil).
E-mail: snogueirari@gmail.com.

Keywords

Federal Police. African students. Hospitality.

Introdução

O fenômeno migratório movimentou toda a sociedade. A observação realizada por Sayad (1998) há mais de uma década, combina com a de Seyferth (2007:3), para quem as numerosas abordagens sobre o tema refletem a dificuldade de trabalhar com esse “fato social total” – o que exige uma abordagem interdisciplinar, ou como defende Menezes (2007), torná-lo um campo autônomo abrangendo a sociedade, o Estado e o indivíduo.

Especificamente no campo das relações internacionais, é preciso compreender melhor as estruturas culturais presentes no meio internacional, entendendo-as, na mesma linha de Wendt, Jepperson e Katzenstein (1996), como aquelas que incorporam relações de medo, inimizade, ameaças, hegemonia, ideologias etc. As migrações internacionais, em períodos nos quais a segurança internacional parece ameaçada por acontecimentos históricos e políticos como o episódio de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos (na ótica estatal estadunidense, um “atentado terrorista”), novas medidas políticas são adotadas pelos Estados, que agem em nome da defesa de sua soberania e de seus interesses nacionais. Tais ações apoiam-se, desse modo, em uma exacerbação das relações de medo e de inimizade e do sentimento de ameaça externa à segurança interna, com o estrangeiro, o “outro”, que passa a ser o inimigo.

No pós-11 de setembro de 2001, os migrantes internacionais passam a agir norteados por um quadro simultaneamente imaginário e real de endurecimento no controle sobre estrangeiros. Diante desse acontecimento, a consequência imediata foi o aumento de atitudes xenófobas e de intolerância perante o “outro”, afetando as relações que se estabelecem entre o plano dos indivíduos e o das nações, já que o fenômeno migratório torna-se matéria de alta política (MENEZES 2007: 199-200) e a própria condição de migrante passa a ser criminalizada (PÓVOA-NETO 2005: 297).

Nesse período de endurecimento marcado por uma agenda internacional voltada para a “guerra ao terror”, o Brasil, contudo, voltou sua política externa – particularmente durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) – para outras prioridades. A cooperação internacional foi uma delas.

A política externa buscou uma inserção internacional interdependente, de cooperação horizontal, com os países do “Sul”¹ – estreitando particularmente de modo intenso os laços com diversos Estados africanos. Tal política constituiu-se uma estratégia direcionada para o desenvolvimento desses países, sem os condicionamentos e amarras por vezes existentes no relacionamento com países do “Norte”. A opção do Brasil pela “Cooperação Sul-Sul” (CSS) tornou-se prioritária em relação à “Ajuda Oficial para o Desenvolvimento” (AOD)², identificada como uma cooperação hierarquizada dos países do “Norte” com os do “Sul”, vista em governos anteriores.

Esse quadro político apresentado evidencia que, se, por um lado, a agenda internacional pautada pelas grandes potências ocidentais (particularmente Estados Unidos e alguns países europeus) voltava-se para relações pouco amistosas com os estrangeiros considerados “perigosos”, por outro, a orientação para a política externa brasileira era o pressuposto da cooperação, em que os “outros” deveriam ser vistos como parceiros potenciais. Não foi por acaso, portanto, que o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que quase dobrou o número de imigrantes residentes no país em uma década. Em 2010, eram 268.201 imigrantes vivendo no Brasil, contra 143.644 imigrantes, em 2000, configurando um aumento de 86,7% (sendo a região Sudeste a que mais vem recebendo imigrantes nesse período de tempo)³.

Apesar disso, as relações dos estrangeiros no Brasil com os aparelhos do estado continuam sendo marcadas por uma tensão típica de um tempo de pouca tolerância com os migrantes internacionais no âmbito externo. Neste artigo, interessa exatamente a relação construída especificamente entre os estudantes internacionais africanos e a Polícia Federal, tendo em vista o

¹ Embora “Sul” e “Norte” sejam categorias vagas e imprecisas, optou-se por utilizá-las por serem correntes nos discursos políticos e no campo das Relações Internacionais. Em geral, os países do “Sul” seriam identificados, dentro de um sistema de classificação política de hierarquização internacional, com os países do Terceiro Mundo, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, as potências emergentes (termo variando segundo o sistema de classificação adotado). Os do “Norte”, com os do Primeiro Mundo, desenvolvidos, as grandes potências.

² Como resume bem Abreu (2012:1), a principal diferença entre a CSS e a AOD é que a primeira teria como base “o princípio de horizontalidade, não interferência e da ausência de condicionalidades políticas”.

³ Dados retirados da reportagem “Número de imigrantes no Brasil quase dobra na década; SP e PR são os principais destinos”, da *Folha de S. Paulo* (site: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/27/numero-de-imigrantes-morando-no-brasil-quase-dobra-em-dez-anos-sp-e-pr-sao-os-principais-destinos.htm>). Acesso em: 15 de agosto de 2012.

aumento da cooperação internacional educacional entre Brasil e África nos últimos anos e o crescimento de imigrantes no país.

A apresentação à Polícia Federal é uma prática constante dos alunos estrangeiros, pois precisam tratar de assuntos e exigências legais. O cumprimento dessas obrigações é vista pelos estudantes como uma situação tensa envolta por uma sensação de ansiedade. Na perspectiva dos funcionários da PF, trata-se de uma rotina burocrático-formal.

Desse modo, tem-se que se para os representantes da Polícia Federal, em particular aqueles do setor de migração, o contato com os estrangeiros faz parte do ofício profissional e da rotina diária, diferentemente para os estudantes, a ida à PF corresponde ao extraordinário – embora tenha uma periodicidade previamente definida – e à lembrança de que seu cotidiano construído no país pode mudar a partir da emissão de um documento oficial. Estar diante de um funcionário da Polícia Federal pode ser percebido como um momento em que todas essas questões que rondam o universo do migrante internacional – em suas dimensões práticas, simbólicas ou emocionais – são acionadas.

Paralela e paradoxalmente, contrariando expectativas mais gerais que pressupõem a distância burocrático-formal entre agentes da PF e os usuários de seus serviços, muitas vezes as relações estabelecidas entre eles ultrapassam esses limites: de um lado, os agentes e outros funcionários sensibilizam-se com as dificuldades e dramas dos alunos, auxiliando-os na medida do possível e orientando quanto a soluções de problemas; de outro, os estudantes retribuem convidando-os eventualmente para comemorações privadas ou tornando-os referências confiáveis para ajuda nos momentos difíceis.

Partindo dessa constatação empírica que tem como referência uma pesquisa encerrada em 2011 sobre estudantes internacionais na Paraíba⁴,

⁴ Este artigo é uma versão modificada de um *paper* apresentado na Mesa Redonda “Migrações Internacionais- Teoria social e políticas públicas”, no 35º Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu, em 2011. Já a pesquisa vem sendo realizada, sob minha coordenação e orientação, no âmbito dos projetos intitulados “Migrantes em trânsito na Paraíba: políticas, normatizações e mapeamento de estrangeiros com vistos de trabalho, negócios e estudo” (2009-2010, dentro do PIBIC/UEPB), envolvendo as alunas Jane Eyre Marinho Dantas Figueiredo Fernandes, Fernanda Queiroga da Silva, Denise Eduardo de Oliveira, Thalita Franciely de Melo Silva; “Cooperação Técnica-Educacional. Um estudo sobre as relações Brasil-África a partir da experiência de estudantes africanos em universidades públicas na Paraíba” (2010-2011, dentro do PIBIC/UEPB), com a participação da aluna Jane Eyre Marinho Dantas Figueiredo Fernandes; e “As migrações internacionais: sobre os conceitos teóricos e o aprofundamento da análise da situação contemporânea dos imigrantes brasileiros” (2011-2012, apoiado pelo PROPESQ/UEPB). Aproveito para agradecer às alunas envolvidas na coleta de dados e os comentários de Miriam de Oliveira Santos, na coordenação da Mesa redonda da Anpocs.

em especial os de origem africana⁵, este trabalho pretende discutir essas relações estabelecidas cotidianamente entre alguns estudantes africanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – a mais procurada por eles – e funcionários da Delegacia de Polícia de Imigração (Delemig/PB) da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Paraíba. Essa análise tem por base entrevistas realizadas com estudantes e com funcionários da Delemig/PB, em João Pessoa, entre 2009 e 2011, além da coleta de dados documentais mais gerais ou específicos da região estudada.

Ao longo da investigação, muitas foram as dificuldades encontradas. Entre as principais, a falta de dados quantitativos e qualitativos sistematizados e de acesso a pessoas detentoras de informações importantes sobre o tema na Paraíba, em particular, e no Nordeste em geral. As dificuldades de acesso aos próprios estudantes, que nem sempre tinham disponibilidade devido às aulas, e a demora com que cada dado era obtido também atrapalharam.

De qualquer modo, foi possível obter informações relevantes pela convivência com alguns estudantes ao longo dos dois primeiros anos da pesquisa (entre 2009 e 2011) e com alguns funcionários da Delemig/PB. Operacionalmente, o contato com os estudantes africanos foi realizado mais estreitamente pelas alunas dos projetos PIBIC/UEPB⁶, que acompanharam, sempre que possível, alunos africanos de ambos os sexos, com idades entre 19 e 26 anos, com os quais mantiveram contatos informais, e foram realizadas por mim cinco entrevistas pessoalmente ou por email com estudantes da Guiné-Bissau, todos homens com idades entre 21 e 25 anos. Como será visto mais adiante neste artigo, depois de um incidente envolvendo uma aluna da Guiné-Bissau, a pesquisa junto aos alunos africanos tornou-se quase inexistente.

Quanto à Polícia Federal, um primeiro contato foi realizado diretamente com o então Superintendente geral da Delemig/PB, que autorizou a pesquisa nos registros do órgão, ressaltando a importância do tema. Vale dizer que duas coincidências pessoais ajudaram no contato com os funcionários da Delegacia: por uma situação particular, uma das pessoas do setor de imigração era membro tanto quanto eu do Comitê Paraibano de Educação

⁵ Cabe destacar que, como observado por Seyferth (2007: 24-25), a imigração latino-americana e a africana, além da asiática, tornam-se mais significativas na atualidade, e não se restringindo mais a grandes centros, como São Paulo ou Rio de Janeiro, embora a produção acadêmica sobre o assunto ainda verse principalmente sobre as regiões Sul e Sudeste do país.

⁶ Já referidos na nota 2. Optou-se pelo acompanhamento feito pelas alunas para aumentar a proximidade entre estudantes com vivências acadêmicas e idades semelhantes.

em Direitos Humanos, o que na época fazia com que nos encontrássemos frequentemente (a ideia da pesquisa veio justamente pelo fato de ela ser da PF e militante dos Direitos Humanos).

Cabe observar que desde o início da pesquisa tanto o tratamento dispensado pela Superintendência da Delegacia – que abriu os arquivos contendo registro de dados mais quantitativos – quanto por seus funcionários – um deles ajudou uma das integrantes da equipe de pesquisa a compilar os dados numéricos e outro regularmente contava informalmente acontecimentos e casos vivenciados de suas atividades, indicando inclusive as orientações de condutas distintas dispensadas no tratamento dado aos estudantes – parecia não combinar com expectativas externas que rondam o próprio trabalho policial burocrático, de controle e de investigação.

Na outra ponta da relação, os estudantes ouvidos costumavam contar casos de experiências negativas e insatisfatórias de seus contatos com outros postos da PF no país, mas não foi feita nenhuma reclamação específica no que se refere à Delemig/PB. Obviamente não quer dizer que problemas não possam ter existido. Antes, significa apenas que dentro do universo pesquisado tais reclamações não ocorreram. Os alunos se referiam à relação como “normal” ou “boa”.

Desse modo, a pergunta que norteou a investigação a partir dos relatos coletados, passou a ser: o que faz com que uma relação estabelecida entre a Delemig/PB como instituição, seus funcionários e os estudantes internacionais sejam consideradas “ruins”, “normais” ou “boas” no contexto estudado? A chave teórica analítica utilizada para uma tentativa de discussão sobre a temática foi justamente a noção de “hospitalidade” contida implícita ou explicitamente na máquina burocrático-formal da PF e na incorporação pelos funcionários de “carne e osso”, como disse um deles, de tal noção na realização de suas atividades profissionais.

Para além de trazer informações quase inexistentes sobre os estudantes africanos em uma região (Nordeste) e um estado (a Paraíba) do país ainda pouco contemplados pelas atuais pesquisas sobre migrações internacionais, objetiva-se neste artigo essencialmente trazer uma primeira análise sobre as relações estabelecidas entre um aparelho estatal e os estrangeiros, tomando como referência funcionários da Delemig/PB e alguns estudantes africanos em João Pessoa, de modo que o olhar etnográfico possa ajudar a ampliar o entendimento das várias facetas que o fenômeno migratório engendra – inclusive encontrar valores de humanidade e solidariedade de onde menos se espera, de representantes do Estado.

Práticas e obrigações legais

Os estudantes estrangeiros que ingressam no Brasil o fazem por meio de um visto de estudo já concedido pelo Ministério das Relações Exteriores e chegam a partir de um uma relação previamente estabelecida entre os países (de origem e de destino) e as instituições envolvidas nesse processo, com regras e outras normatizações precisas. O primeiro contato com uma repartição da Polícia Federal ocorre em sua chegada, pois o estudante necessita fazer seu Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) até 30 dias de entrada no país.

Em princípio, o estudante deve procurar a PF de tempos em tempos, conforme o caso, para prorrogação de sua estada ou em caso de mudança de situação (por exemplo, pedido de transformação de visto). Em relação ao período que deve se apresentar à PF para manter-se em situação regular, o máximo de validade do RNE é de dois anos. O pedido de renovação do registro deve ser realizado com até 30 dias de antecedência – período previsto para a emissão da renovação. Exceder esse prazo pode significar uma autuação por irregularidade, caso o registro expire e o novo documento não tenha sido emitido.

Em geral, os alunos em nível de graduação precisam se apresentar a cada ano, e os de pós-graduação, a cada dois anos. Esse prazo de um ano pode ser prorrogado por igual período até o final do curso. Mas existe o condicionamento ainda ao tipo de tratado de cooperação firmado entre o local de origem do estudante estrangeiro e o Brasil e/ou a instituição brasileira que o recebe. Caso ele não se apresente no prazo estipulado, é autuado, necessitando pagar uma multa de 8 reais e 27 centavos ao dia, até 100 dias. Mas, em situação irregular, dependendo do acordo de cooperação que possibilitou sua vinda, o estudante pode receber uma notificação em até 8 dias após o prazo estipulado ou mesmo ser deportado.

Cabe ressaltar que para a Polícia Federal a situação de irregularidade é bem diferente da de ilegalidade. Segundo um agente⁷, o estrangeiro está irregular no país quando está sem visto; e está ilegal quando comete um crime. Ele exemplifica: “Se um brasileiro ou um estrangeiro em situação regular no país dá abrigo a um estrangeiro sem visto válido, ele está cometendo um crime, mas o estrangeiro sem visto válido está cometendo uma irregularidade”. Conforme explicado pelo agente, existem 16 artigos de autuação que incidem

⁷ Para garantir o anonimato das fontes, nomes não serão apresentados assim como qualquer tipo de característica como cargo específico, tempo de serviço preciso ou sexo.

sobre o estrangeiro. A PF trabalha diretamente referida à Lei 6.815, de 1980, ao Estatuto do Estrangeiro, por muitos considerado ultrapassado⁸.

O RNE dá direito a um documento emitido em Brasília, confeccionado no edifício sede da PF, que serve como identificação do estrangeiro em solo nacional. De acordo com outro funcionário da PF, o problema ocorre quando há uma demora na emissão dessa carteira de identificação, o que faz com que o estudante passe a ter uma série de dificuldades. Sem a carteira, por exemplo, geralmente os bancos não abrem conta corrente para o estrangeiro, que não pode fazê-lo somente com o papel contendo o número do protocolo do RNE. Segundo o funcionário, embora esse tenha sido o maior problema existente do ponto de vista burocrático para o estudante até poucos anos atrás, agora a orientação é a de que, se a carteira não chegar a tempo (entre 1 e 3 meses), o estrangeiro está desobrigado a pagar uma nova taxa pela renovação da carteira.

Cabe dizer que, no instante do pedido da renovação do registro para o estudante, junto ao formulário próprio deve estar o histórico escolar do aluno emitido pela universidade na qual está matriculado. Para um agente, esse também é um fator de nervosismo dos requerentes junto à PF, pois a reprovação por falta em uma disciplina pode configurar um abandono da matéria, implicando um relatório enviado para a sede em Brasília.

Estudantes africanos na Paraíba

Ao se analisarem as ações e os programas desenvolvidos durante o Governo Lula, como mencionado anteriormente, percebe-se que foram revitalizadas as relações Brasil-África: o Ministério das Relações Exteriores contabilizou 28 visitas internacionais do presidente Lula direcionadas a 23 países do continente africano. Em contrapartida, o Brasil recebeu 48 visitas de chefes de estados africanos⁹.

As ações de cooperação na área educacional possibilitaram o intercâmbio de estudantes e de profissionais da educação e a realização de missões africanas e brasileiras de representantes de organizações e instituições

⁸ Sobre documentação de estrangeiros no Brasil, ver Etcheverry, 2007.

⁹ Ministério das Relações Exteriores, Balanço da Política Externa Brasileira (2003-2010), disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

educacionais tanto públicas como privadas. Além disso, foram assinados acordos entre academias diplomáticas e criada uma universidade dedicada às necessidades dos povos lusófonos da África – a Universidade Luso-Afro-Brasileira (Unilab)¹⁰. Diversos programas de apoio na área de educação a países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foram implementados.

O Ministério das Relações Exteriores relata que o Brasil possui acordos com 47 países em desenvolvimento para receber estudantes de graduação em faculdades públicas e privadas, dentro do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1965 e administrado pelo MRE por meio da Divisão de Temas Educacionais e pelo Ministério da Educação. É importante salientar que o Programa PEC-G envolve 19 países da África¹¹, 25 da América Latina e Caribe e 3 da Ásia. O Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), criado em 1981, também oferece oportunidades a nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil tenha acordos educacionais nas condições do PEC-G, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em Instituição de Ensino Superior.

Na Paraíba, atualmente, os estudantes africanos em nível de graduação são predominantes. Tal informação baseia-se em um levantamento de dados realizados junto a órgãos de registro dos estrangeiros, como o Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional na Paraíba, Delegacia de Polícia Imigratória (DELEMIG-PB) na cidade de João Pessoa e da Universidade Federal da Paraíba, que participa do PEC-G e do PEC-PG¹². Além disso, foram consultados os sites do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação.

¹⁰ A criação da Universidade Luso-Afro-Brasileira (Unilab) no Estado do Ceará, uma Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, representa um passo adiante nessa cooperação. Uma das finalidades desta universidade é promover o intercâmbio cultural com o continente africano no sentido de incentivar estudos focados no desenvolvimento de ciência e tecnologia.

¹¹ São eles: África do Sul; Angola; Benin; Cabo Verde; Camarões; Costa do Marfim; Gabão; Gana; Guiné-Bissau; Mali; Moçambique, Namíbia; Nigéria; Quênia; República do Congo; República Democrática do Congo; São Tomé e Príncipe; Senegal e Togo.

¹² Agradeço à Polícia Federal, em particular ao setor de imigração, a permissão para o levantamento de dados e até mesmo a sistematização das informações, realizada por um agente e as universidades procuradas, em particular a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e seu setor de assuntos internacionais.

Segundo a Assessoria Internacional da Universidade Federal da Paraíba – a universidade mais procurada no estado e a única que nos disponibilizou dados –, entre 2003 e o primeiro semestre de 2011, em relação aos estudantes internacionais matriculados, o país de origem predominante foi Cabo Verde, seguido por Guiné-Bissau. Em relação aos cursos escolhidos, Ciências Econômicas, Administração e Odontologia predominaram. Isso dentro de um universo geral de 37 alunos matriculados em 2011; 42 em 2010; 43 em 2009; 33 em 2008; 39 em 2007; 37 em 2006; 33 em 2005; 31 em 2004; e 28 em 2003.

Já de acordo com os dados obtidos pela DELEMIG-PB, em João Pessoa, nas duas últimas décadas (de janeiro de 1991 a dezembro de 2010), foram registrados pelas Delegacias de Imigração/DPF no Estado da Paraíba 236 estudantes de origem africana. Dentre eles encontraram-se alunos da África do Sul (3); Angola (19); Cabo Verde (120); Congo (17); Guiné Bissau (66); Moçambique (3); Nigéria (1); São Tomé e Príncipe (6) e Tunísia (1).

Deste total, exatamente a metade (118) era do sexo feminino, sendo que Cabo Verde é a nação que representa o maior percentual de estudantes do sexo feminino (65%), e Guiné Bissau o de maior percentual masculino (70%). No que se refere ao estado civil, deste total apenas cinco eram casados. A média de idade desses estudantes africanos é entre 19 e 26 anos. Segundo um agente da Delemig-PB, eles vêm para o Brasil, em sua maioria, para frequentarem cursos de graduação. Quase todos são alunos-convênio, e poucos recebem ajuda financeira de organismos ligados à área da educação.

A Delemig/PB e o contato com os estudantes

A Delemig/PB está subordinada à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Paraíba. Conforme um funcionário, na Delegacia o serviço é predominantemente burocrático. Por isso mesmo, os policiais e os funcionários administrativos acabam desempenhando funções parecidas, embora as investigações fiquem a cargo dos policiais. Em 2012, a Delemig/PB contava com nove funcionários, incluindo a chefia, quatro a menos que em 2009, que contava com 13.

O delegado exerce a chefia, instaurando e presidindo inquéritos relativos à migração ou outra tarefa que lhe seja atribuído. Os agentes executam investigações (incluindo as sindicâncias, sobre as quais eles fazem relatórios

para instrução de processos como permanência e naturalização, além de toda a instrução desses procedimentos) e participam de operações para prevenção e repressão a crimes da esfera da PF. No caso específico da Delemig/PB, preferencialmente são eles que atendem a estrangeiros. Ao escrivão cabe dar cumprimento às formalidades processuais, lavrar termos, autos e mandados, observando prazos necessários ao preparo, à ultimação e à remessa de procedimentos policiais de investigação, além de acompanhar o delegado em diligências policiais. Já aos administrativos cabe a execução de trabalhos que envolvam a aplicação das técnicas de pessoal, orçamento, organização, métodos e material, de acordo com um deles, “trocando em miúdos, meu trabalho envolve manutenção de arquivos, preparação de expedientes, além de atendimentos de solicitações e confecção de passaportes”.

Os funcionários (policiais e administrativos) do setor de imigração podem ser divididos em dois grupos, no que se refere ao contato e à interação com os estudantes internacionais: de um lado, aqueles que, sob uma face mais impessoal que a burocracia proporciona, tratam o estrangeiro de modo distanciado e formal; de outro, os que cumprem o seu ofício assim como os demais, porém são mais sensíveis aos problemas dos alunos, adicionando às informações puramente técnicas outras orientações relativas às diversas questões que afetam suas vidas.

No extremo de uma ou outra perspectiva no que tange ao tratamento dispensado, funcionários e estudantes relatam casos de grosseria e descaso, em um polo, e de relações mais próximas, em outro. Entre os ouvidos, esses dois tipos de situações são os mais raros, e não abrangem necessariamente em especial a PF em João Pessoa, mas em outros estados por onde funcionários e estudantes circularam também¹³.

Dentro do primeiro grupo de funcionários da PF, um deles justifica seu posicionamento da seguinte forma:

Eu uso o princípio da imparcialidade. Mas tem colegas que até tiram do próprio bolso, que pagam a prorrogação do estudante. Eu não, pois se um dos pré-requisitos é justamente o estudante ter condições de se manter, e se os brasileiros que vão para fora recebem tratamento formal, a partir da lógica da reciprocidade

¹³ Nesta pesquisa a verificação da veracidade das informações em relação a esses casos não foi uma preocupação, já que, como de praxe na pesquisa antropológica e na abordagem metodológica escolhida, a tendência foi trabalhar com o que as fontes consultadas dizem – portanto, valorizar os relatos nativos – sem julgá-los ou ao conteúdo do que relatam.

faço o mesmo que eles... mas, claro, tudo dentro do respeito aos direitos humanos e do Estatuto do Estrangeiro. Inclusive, nossa formação na academia de polícia é bastante voltada para os direitos humanos e nosso hino tem uma parte sobre direitos humanos.

O Hino da Polícia Federal¹⁴, de 1935, ao qual o agente se refere, traz os seguintes trechos:

ORGULHOSOS DE SER FEDERAIS
POLICIAIS DESSE IMENSO BRASIL
DEFENDENDO OS PRINCÍPIOS LEGAIS
INTEGRAMOS SUA VIDA CIVIL (...)

NOSSO LEMA É SERVIR BEM SERVIDO
PRESERVANDO O DIREITO E A ORDEM
ESTE POVO FELIZ E AGUERRIDO
QUE ABJURA COM HORROR A DESORDEM
DEFENDENDO OS DIREITOS HUMANOS
PELA ORDEM EM ETERNA VIGÍLIA
CONTRA OS MALES DIA E NOITE LUTAMOS
RESGUARDANDO A SAGRADA FAMÍLIA

Em relação à questão do “direito” e da “ordem”, é interessante notar que a própria população receptora do migrante parece delegar a tarefa à PF quando algo que um estrangeiro faça desorganiza de algum modo sua rotina. De acordo com um agente do NO (Núcleo Operacional, que realiza sindicâncias), “é comum nós sermos chamados a partir de uma denúncia de baderna”. Por “baderna” envolvendo os imigrantes entende-se excesso de bebida e rixa de vizinhos na maioria das vezes. A “denúncia” quase sempre é justificada pelo nacional que a realizou com base em uma “suspeita de que o estrangeiro seria ilegal”. É feita, então, a sindicância para a verificação da situação do migrante e, não se constatando nenhuma irregularidade ou ilegalidade, “nós conversamos com ele”. Caso contrário – o que, segundo o agente, é raro –, ele será “convidado a ir à Polícia Federal”.

¹⁴ Encontrado no site <http://www.policia-federal.org/hino-da-pf-letra-musica/>. Acesso em: 15/08/11.

Tendo por base os mesmos parâmetros expressos no hino, o outro grupo de funcionários (agentes e administrativos) da PF parece ir além do lema de “servir bem servido”. Em particular no contato com os estudantes estrangeiros, eles acabam desempenhando papéis que ultrapassam as exigências obrigatórias dos cargos que ocupam, tomando atitudes que se baseiam na solidariedade e na sensibilidade em relação ao “outro”.

Um dos ouvidos da PF conta que os “atrasos da carteira sensibilizam mais os funcionários pelos estudantes, pois eles em geral têm poucos recursos”. Perguntado se essa sensibilidade ou aproximação relativa quanto às questões dos estudantes estrangeiros não causa problemas dentro da PF, ele disse que o principal é “resguardar a imagem da corporação, por exemplo, não ter uma má conduta, como estar embriagado, fazer piadas jocosas em relação aos membros da PF e superiores hierárquicos, ou ferir a lei, claro”.

Entre os problemas atuais que sensibilizam tais funcionários, o não pagamento da renovação – “pois não solicitou na data correta a prorrogação e não pagou a taxa na data por falta de dinheiro mesmo” – é o principal, já que estar na clandestinidade, nas palavras de um funcionário, “pode levá-lo para a cadeia ou para a deportação”. Com isso, segundo ele, “tem gente [da PF] que só falta pagar a taxa, pois orienta sobre as possibilidades de resolução do problema... ver o estudante que quer fazer tudo direito, mas não faz por falta de dinheiro, isso causa comoção”.

Entre as orientações, uma muito comum é dada em relação ao estudante que termina a graduação e ingressa na pós-graduação, sem sair do país e voltar com outro convênio – o que seria obrigatório. Nesses casos, a sugestão dos funcionários é que eles procurem a Justiça e consigam um mandato de segurança para assegurar o direito à permanência.

Tem-se, assim, que os funcionários da Polícia Federal seguiriam aquilo que poderíamos classificar como um referencial de legalidade, formalidade ou solidariedade quanto à relação que se estabelece entre eles e os estudantes. Por referencial de legalidade, pode-se entender que a conduta de tratamento dispensado aos estrangeiros baseia-se no cumprimento das resoluções, das normas e das leis existentes; de formalidade, a conduta está mais relacionada a procedimentos burocráticos e tratamento distanciado, formal; e, por fim, de solidariedade, quando o tratamento dispensado baseia-se em uma sensibilidade para o “outro” baseada na emoção, levando o funcionário a ultrapassar as funções exigidas pelo cargo que ocupa para ajudar o estudante a resolver sua dificuldade. Neste último caso, a justificativa para essa conduta está representativamente presente na fala de um dos entrevistados: “fico

muito feliz em poder ajudar, principalmente quando vejo as pessoas em situação difícil, não apenas financeira, mas tento compreender esses (des) caminhos, essas exigências e os entraves legais. Me faz um enorme bem como ser humano”.

No que se refere aos “excessos”, as pessoas ouvidas nesta pesquisa relatam casos do tipo “ouvi falar”, em especial sobre uma situação isolada de relacionamento mais íntimo entre eles. No que se refere a situações de grosseria ou rispidez, particularmente em João Pessoa, parece não ocorrer, de acordo com relatos de estudantes e funcionários da PF. Como diz um funcionário da PF,

“o pessoal conta sobre uma equipe de policiais que existia e que tinha uma interação frutífera, que criava laços. As pessoas chegavam receosas por estarem em instituição policial, mas em particular os estudantes encontravam maior acolhimento, eram atendidos de forma mais simpática, provocando retorno dos estudantes. Quando havia festas das comunidades, eles chamavam os policiais para a sindicância e para a participação. Um deles foi nomeado embaixador da comunidade de Cabo Verde no Brasil.”

A renovação das estadas são as ocorrências mais comuns que envolvem a PF e os estudantes estrangeiros. Eventualmente, porém, ocorrem situações que sensibilizam ainda mais os grupos pesquisados. Durante todo o tempo da realização da pesquisa, o incidente mais grave – e que fechou muito o acesso à maioria dos alunos que não queriam mais ser pesquisados – envolveu violência cometida contra uma estudante da UFPB, cujo país de origem é a Guiné-Bissau, dentro do próprio campus em João Pessoa, em maio de 2010. O fato chamou a atenção da imprensa, dos movimentos sociais e ONGs, em particular aquelas ligadas aos Direitos Humanos.

De acordo com a imprensa¹⁵, em um dia de aula normal, Kadija Tu caminhava pelo campus quando foi “cantada” por um vendedor de cartão de créditos que trabalhava dentro da universidade. Além de palavras de conotações sexuais, o vendedor teria ainda feito gestos obscenos para a aluna, que foi atrás dele para tirar satisfações pelo desrespeito. O vendedor teria, então, iniciado uma série de xingamentos racistas – segundo um amigo da

¹⁵ Foram consultados os sites: <http://oglobo.com/cidades/>, com matéria intitulada “Estudante africana é agredida a chutes dentro da Universidade Federal da Paraíba”; <http://www.jusbrasil.com.br>; e <http://www.paraiba.com.br>, no período de 25 a 27 de maio de 2010. O nome da aluna somente está revelado uma vez que o caso tornou-se público.

estudante, entre eles “negra cão” – e teria ainda partido para a agressão física, proferindo chutes e pontapés. Ajudada por outras pessoas do campus, ela teria sido levada a um hospital e passado por um exame de corpo e delito.

Além da violência em si, o que mais chocou a comunidade, em especial a acadêmica, foram as declarações proferidas pela delegada inicial do caso. De acordo com site do jornal *O Globo* (em 25/05/2010), ela teria dito que xingar alguém de “negro safado” não se constituiria em crime de racismo, pois este seria configurado quando o acesso à educação é impedido. Ademais, não havia nada que provasse, segundo ela, o crime de lesão corporal, gerando a liberação do acusado de injúria racial e de lesão corporal. A atitude e as declarações na imprensa da delegada geraram sua substituição na condução do caso, que foi transferido para a uma Delegacia da Mulher. Paralelamente, foi aberto um processo na Polícia Federal.

Esse acontecimento gerou comoção em parte dos funcionários da PF em João Pessoa. Cabe dizer que, além da formação acadêmica voltada para os Direitos Humanos, alguns dos membros fazem ou fizeram trabalhos acadêmicos nessa área. Assim, por exemplo, um deles diz ter feito monografia sobre trabalho escravo; outro funcionário, formado em Direito, fez mestrado em Direitos Humanos, com dissertação sobre migrações internacionais de travestis, e faz doutorado em Sociologia. É possível perceber que o contato com casos de discriminação contra estudantes estrangeiros tende a ser um dispositivo de humanização que afeta boa parte dos membros do setor de migração, que, para além do desempenho profissional, passam a ser afetados no nível dos sentimentos.

O depoimento de um funcionário da Delemig/PB parece representar bem o que move alguns membros da Polícia Federal a serem menos impessoais no contato com os estrangeiros regularizados ou irregulares devido a problemas que fogem a seus controles: “a questão é que às vezes não sentimos [os servidores públicos] as necessidades que as pessoas [estrangeiros] sentem; não nos colocamos no lugar do outro”. Assim, identificar-se com o diferente é o primeiro passo para a possibilidade de uma interação mais solidária entre os representantes do estado e os estrangeiros.

A ótica dos estudantes estrangeiros em geral não difere muito da percepção da PF sobre a existência de uma variação quanto ao tratamento dispensado aos alunos nas delegacias migratórias. Se no discurso policial a variação de conduta refere-se ao nível individual (a agentes específicos), na fala dos estudantes a diversidade de tratamento se traduz em termos de estados ou cidades.

Consultado sobre a relação cotidiana dos estudantes da Guiné-Bissau com a Polícia Federal a sensação de ir à PF constantemente para renovar o registro, um estudante responde da seguinte forma: “Isso vai depender da unidade da Polícia Federal”. E, segundo outro estudante de pós-graduação, desde que “você esteja com todos os documentos, o tratamento é normal e até mesmo amistoso”. Assim como levantado junto à PF, para os estudantes a questão da renovação dos vistos e a falta de condições financeiras para fazê-lo é o principal problema vivenciado.

Particularmente no que se refere ao convênio estabelecido entre o Brasil e a Guiné-Bissau, a avaliação dos estudantes é que ele vem correndo bem. Para um deles,

A Guiné-Bissau já teve no passado muitos amigos, mas atualmente o Brasil está sendo muito mais que amigo da Guiné, tem sido um pai. Todos os guineenses são beneficentes da relação entre os dois países. Para além do convênio, várias faculdades e escolas profissionalizantes estão a contribuir para formação dos nossos quadros guineenses.

Entre esses quadros, alguns citam orgulhosos ex-alunos bem-sucedidos em seu país de origem, como Artur Silva, que é Ministro da Educação (ex-aluno de Ciências Sociais) da UFPB, e Brandão Gomes (Medicina), ex-Ministro da Saúde e atualmente trabalhando para as Nações Unidas na Nigéria.

A hospitalidade e os direitos humanos: considerações finais

Para os estudantes pesquisados, o principal problema alegado é a saudade da família. Já a maior facilidade é, segundo palavras de um aluno, “que a sociedade paraibana é hospitaleira”. Essa afirmação, que parece gerar acalanto, na verdade remete a uma reflexão um pouco mais detida.

Como Montadon nos lembra (2011: 41), “nada é menos simples do que a hospitalidade”, já que ela pode ser entendida como uma dádiva (:42), nos termos maussianos, implicando a doação da essência do doador ou daquele que acolhe. Mas se trata de um gesto ambíguo, conforme Grassi (2011: 45), uma vez que a “hospitalidade se apresenta como uma ponte frágil e perigosa estabelecida entre dois mundos: o exterior e o interior, o fora e o dentro”.

A questão da hospitalidade para os migrantes internacionais insere-se em um contemporâneo debate no campo das Relações Internacionais

– Cosmopolitismo x Comunitarismo –, que abrange posições políticas discordantes em relação aos regimes de governança global no que se refere aos direitos humanos. O debate está marcado especialmente por interpretações mais universais ou mais relativistas dos direitos fundamentais.

Conforme Braga (2008), no primeiro caso, os direitos humanos fundamentais estariam acima das fronteiras e soberanias nacionais, portanto os Estados deveriam respeitar os interesses da humanidade, garantindo a dignidade humana em detrimento de seus próprios interesses – e, nesse sentido, deveria haver um regime de governança global baseado em direitos iguais para todos, independentemente de diferenças culturais ou de qualquer outro tipo, que deveria ser atendido por todos os Estados.

No segundo, a grande dificuldade para a formulação de um regime de governança único, ou uma normatização universal, seria justamente o desrespeito às diferenças, às particularidades e aos direitos dos povos de viverem suas vidas segundo suas tradições, valores e desejos – neste caso, um regime e uma normatização universal poderia gerar o predomínio de determinadas interpretações do que seriam os direitos fundamentais do ser humano sobre outras distintas, além de os Estados poderem se sentir desrespeitados em sua soberania nacional.

De qualquer maneira, no contexto internacional, ainda não é possível falar em um regime de governança global baseado nos direitos humanos (NICKEL, 2002:370), pela prevalência na atual ordem internacional da ênfase no que Jordan & Düvell (2003:1) denominam “necessidade de fortalecimento da soberania nacional”, com a ocorrência eventual de “pânico moral” da população quanto à imigração (2003:17), conforme visto na introdução deste artigo. Pode-se perceber, a partir desse debate, que a Polícia Federal – representante do Estado – encontra-se cercada por referenciais políticos e legislações que oscilam entre seguir preceitos mais universais de direitos humanos – do qual o Brasil é signatário de acordos e tratados em vários deles – e defender a soberania nacional.

Independentemente da discussão da questão, o que se nota no universo pesquisado é que, mesmo quando ocorre um distanciamento entre os funcionários da PF e os estrangeiros, há a percepção dos funcionários da Delemig/PB de que são pessoas de carne e osso, com memórias, trajetórias e sentimentos particulares. Ou, como discutido por Vieira (1999), trata-se da garantia de proteção da dignidade da pessoa pelo simples fato de “ser humana”.

Nesse sentido é que as relações puderam ser percebidas como “normais”, por aqueles (PF e estrangeiros) que seguem o “princípio da imparcialidade” – alegado por um agente –, ou “boas” e “amistosas” – como dito por um estudante africano –, por aqueles que ultrapassam os limites formais que o respeito constitucional e internacional exigem do servidor público quanto aos direitos humanos.

Desse modo, é possível entender os funcionários da PF que vão além das exigências do cargo como aqueles que, ao acolherem de algum modo os estrangeiros, tornam-se hospitaleiros. A ambiguidade potencial do termo como posta por Grassi pode terminar justamente na vivência situacional de funcionários e estudantes. As atitudes concretas dos funcionários da PF para com os estudantes, norteadas por referenciais de legalidade, formalidade ou solidariedade, é que definirão o caráter hospitaleiro do contato entre eles: a hospitalidade burocrático-formal impessoal incorporada pelos representantes do Estado ou, para além dela, a solidariedade envolvida em situações humanitárias assimétricas de ajuda ao “outro”, ao “semelhante”, como disse o funcionário da PF.

Para encerrar este artigo, gostaria de ressaltar a importância e a necessidade de mais estudos relativos aos órgãos e agentes estatais brasileiros que tratam de estrangeiros no país. Além da pouca quantidade de pesquisas sobre esses objetos específicos norteados por olhares etnográficos, é possível perceber que algumas vezes os próprios estudiosos do tema das migrações internacionais se deixam influenciar quase exclusivamente por situações negativas vivenciadas e relatadas por estrangeiros (como descasos, humilhações etc.), tecendo generalizações e pressupostos que acabam por formar visões prévias sobre tais agentes estatais e inibindo até mesmo o desejo de pesquisá-los.

Ademais, como já visto, o aumento do número de imigrantes no país, uma política externa que se iniciou no Governo Lula da Silva e continua no atual Governo Dilma Rousseff, voltada para a cooperação internacional “Sul-Sul”, vem demandando políticas públicas mais atualizadas, agentes mais bem preparados para lidar com essa realidade migratória e pesquisadores acompanhando mais de perto todas as facetas desse cenário contemporâneo – inclusive a do aparelho estatal.

Referências

- ABREU, Aline Fernandes Vasconcelos de
(2012) “A Cooperação Sul-Sul e a atual dinâmica da Agenda Internacional para o Desenvolvimento”. 1º Seminário de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília, 12 e 13 de julho de 2012. Acesso em: outubro de 2012.
- BRAGA, Leonardo Carvalho
(2008) “O debate Cosmopolitismo x Comunitarismo sobre Direitos Humanos e a esquizofrenia das Relações Internacionais”. *Contexto Internacional*, vol.30, n.1, jan/abr, p. 141-169.
- ETCHEVERRY, Daniel
(2007) “A documentação de estrangeiro no Brasil: seus caminhos e significados”. In: JARDIM, Denise Fagundes. *Cartografia da imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Porto alegre: Editora da UFRGS., p.119-138.
- GRASSI, Marie-Claire
(2011) “Hospitalidade. Transpor a Soleira”. In: MONTANDON, Alain (dir.). *O livro da hospitalidade. Acolhida do estrangeiro na História e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo., p. 45-53.
- JORDAN, Bill & DÜVELL, Franck
(2003) *Migration. The boundaries of equality and justice*. Malden: Polity Press.
- MENEZES, Lená Medeiros de
(2007) “Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais”. In: LESSA, Mônica Leite & GONÇALVES, Williams da Silva (orgs.). *História da Relações Internacionais. Teorias e Processos*. Rio de Janeiro: Eduerj., p. 197-222.
- MONTANDON, Alain (dir.).
(2011) “Introdução”. In: MONTANDON, Alain (dir.). *O livro da hospitalidade. Acolhida do estrangeiro na História e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo., p.41-43.
- NICKEL, James W.
(2002) “Is today’s international system a global governance regime?” *The Journal of Ethics* 6, p. 353-371.
- PÓVOA-NETO, Helió
(2005) “A criminalização das migrações na nova ordem internacional”. In: NETO, Helió Póvoa & FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares. Um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM)., p. 297-309.
- SAYAD, Abdelmalek
(1998). *A imigração*. São Paulo: Edusp.
- SEYFERTH, Giralda
(2007) “Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar”. In: SEYFERTH, Giralda et al.(orgs.). *Mundos em movimento. Ensaios sobre migrações*. Santa Maria: Ed. UFSM., p. 15-44.
- VIEIRA, Oscar Vilhena
(1999) “Direitos Humanos 50 anos depois”. *Cadernos de Direito e Cidadania I, Dialogando sobre Direitos Humanos*. São Paulo: Idec., p. 25-42.
- WENDT, Alexander, JEPPEPERSON, Ronald, KATZENSTEIN, Peter
(1996). “Norms, identity and Culture in National Security”. In: KATZENSTEIN, Peter (ed.). *The Culture of National Security*. New York: Columbia University Press, p. 33-75.

Recebido em

julho de 2013

Aprovado em

outubro de 2013

Uma arena de negociações e conflitos: análise das instituições estatais sobre a política de saúde para pessoas trans* no Brasil

Izís Morais Lopes dos Reis*

Resumo

O Ministério da Saúde tem procurado inserir lésbicas, gays, transexuais, travestis e transgêneros no diálogo político. Alguns marcos podem ser elencados, como: criação do Comitê Técnico de Saúde LGBT em 2004 (redefinido em 2011); criação da Secretaria de Gestão Participativa; inserção desses grupos nas instâncias de controle social em saúde. Em 2008, foram promulgadas portarias que instituem e que regulamentam, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador. Em 2012, houve avaliação da portaria 457/2008, no *Seminário: Processo transexualizador no SUS*. Este artigo objetiva analisar as disputas de interesses e de posições no mundo presentes no encontro entre Estado e pessoas trans. A proposta é compreender quais símbolos e significados são acionados no embate, quais valores se atualizam e quais adentram o jogo político. A discussão enfocará o processo político como revelador das negociações de contradições, de sensibilidades e de visões de mundo no reconhecimento de direitos diferenciados.

Palavras-chave

Transgênero. Política. Saúde. Antropologia.

Abstract

The Brazilian Ministry of Health has shown an effort to include lesbians, gays, transsexuals, transvestites and transgenders in the political dialogue. Some important actions can be listed: creation of LGBT Health Technical Committee in 2004 (redefined in 2011); creation of the Participative Management Department; integration of these groups in spheres of social

* Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (Brasília/Brasil).
E-mail: izis.mlopes@gmail.com.

control in health. In 2008, ordinances were established in order to institute as well as regulate the process of becoming a transsexual within the nation's public health system (SUS – Sistema Único de Saúde). In 2012, there was a review of the ordinance 457/2008, in a seminar called *Processo transexualizador no SUS* [The transsexual Process at SUS]. This paper aims to analyze disputes of interests and positions in the world between the Brazilian government and transgender individuals. The scope is to understand which symbols and meanings are triggered in their clash, which values are updated and which ones become part of a political game. The discussion will focus on the political process as means to negotiate contradictions, sensibilities and worldviews in the recognition of differentiated rights.

Keywords

Transgender. Politics. Health. Anthropology.

Introdução

No dia 18 de agosto de 2008, foi publicada a Portaria nº 1.707 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008a), com o objetivo de instituir os princípios orientadores do atendimento a transexuais nos serviços de saúde. No dia seguinte, foi promulgada a Portaria 457, de 19 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008b), que definiu critérios para a prestação desse tipo de serviço, ou seja, o acompanhamento multidisciplinar às pessoas transexuais, incluindo a cirurgia de redesignação sexual. Com essa Portaria, os centros de referência e os hospitais cadastrados no Ministério da Saúde passaram a ser remunerados pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esses documentos formalizadores do atendimento a transexuais pelo Sistema Público de Saúde são produtos das discussões travadas dentro do próprio Ministério e ocorridas, principalmente, após a criação do Comitê Técnico de Saúde para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (CT LGBT), em 2004. A saúde desses segmentos populacionais é pauta de discussões no Ministério da Saúde desde a década de 1980, mas vale ressaltar que somente após o Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, houve a incorporação de representantes de transexuais no órgão para a vocalização de demandas. Desde então, diversas estruturas administrativas foram criadas e redefinidas

para agregar pessoas trans*¹ na formulação da política de saúde brasileira e criar parâmetros diferenciados de atenção a essas populações específicas.

Em 2009, foi lançada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) a ser implementada no SUS, de modo a resguardar as especificidades de cada um desses segmentos populacionais no que diz respeito aos processos saúde-doença. As propostas visam “a redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais”, com apresentação de metas “específicas para promover ações de enfrentamento das iniquidades em saúde” (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009:04). Nos dias 04 e 05 de junho de 2012, aconteceu o *Seminário: Processo transsexualizador no SUS*, realizado em Brasília – DF, para avaliar a Portaria 457/2008. O evento foi realizado pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP), da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), e pelo Departamento de Atenção Especializada (DAE), da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), pertencentes ao organograma do Ministério da Saúde.

Essas ações ajudam a entender qual a importância das instâncias estatais brasileiras para que as discussões sobre as sexualidades e sobre as identidades de gênero se façam presentes na agenda política. A inserção de transexuais na esfera pública (e outros grupos considerados em situação de vulnerabilidade²) se deve a uma mudança na maneira de gerir, formular e

¹ O termo trans* “pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como *transsexual* ou *transgênero*, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes, o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [*umbrella term*] – um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade *trans* “embaixo do guarda-chuva”. Daí a ideia do guarda-chuva.” Para ver mais, acesse: <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>. O site foi recomendado pela Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, ativista dos direitos de pessoas trans no Brasil e autora do Guia Técnico sobre Pessoas Transexuais, Travestis e Demais Transgêneros para Formadores de Opinião (2012). Cabe apontar que essa categoria não é adotada, ao longo deste artigo, como categoria analítica naturalizada, muito menos como aparato conceitual consensual. Embora trans* represente uma forma de pensar as transexualidades e as travestilidades, é preciso ter em mente que as experiências podem ser diversas e podem escapar a essas fronteiras conceituais. Também há de ser apontado que algumas disciplinas, como a psiquiatria, utilizam outros conceitos para dar conta dos fenômenos, como as *disforias de gênero*.

² Cabe comentar que o termo “vulnerabilidade” não parece possuir sentido unívoco quando usado pelas(os) pesquisadoras(es) de populações LGBT. Entretanto, alguns exemplos podem ser dados sobre como a palavra pode ser interpretada: fatores que deixem pessoas vulneráveis “à violação de direitos sociais e humanos”. No caso específico analisado, como a discrepância entre sexo e gênero pode gerar tais vulnerabilidades: pobreza, exclusão do mercado de trabalho, maior exposição a adoecimentos via vírus HIV, entre outros. Para mais considerações, ver LIONÇO (2008).

executar políticas, ações e serviços públicos de saúde no Brasil a partir de fins da década de 1980. O país saía de um período ditatorial para encarar a democratização, questão ainda em constante e acirrado debate.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é fundamental nesse processo de criação de instituições democráticas, de consolidação das mesmas e de uma nova forma de negociar como as ações estatais devem ser realizadas. Valores como antiditadura e antiautoritarismo estavam presentes na Carta de princípios para o país e demonstram o sentido das relações sociais para a compreensão dos processos de saúde e doença e, diante disto, a necessidade de construir um Estado que seja responsável por intervir nas desigualdades, atuando com o ideário dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

A legislação estruturante do SUS é um dos exemplos da tentativa de se construir modelos, ou seja, guias ideais para ações, em que a democracia, traduzida no conceito de participação social da sociedade civil (heterogênea e conflituosa) no direcionamento político, se faz eixo central (LABRA, 2005). Outros podem ser elencados, como o direito à saúde como fundamental ao ser humano e o dever do Estado na provisão de serviços. Também surge a ideia de que a saúde é condicionada e determinada pelo acesso aos bens coletivos (renda, trabalho, educação, lazer, moradia, saneamento básico, meio ambiente) e pelo conjunto de bem-estar físico, mental e social. Essas leis são um marco na construção de ações em que a organização social e a economia são pensadas como partes essenciais do território político, já que a redução das desigualdades socioeconômicas e regionais e o respeito à diversidade moral e cultural do país são expressas como alvos da política de saúde brasileira.

O foco nas leis ou nas políticas escritas pode dar a impressão de que o *Estado* poderia ser compreendido como foro independente ou como entidade monolítica. Ao traçar panoramas históricos de médio e longo prazo, os órgãos burocráticos (ministérios, câmaras legislativas, secretarias etc.) aparecem como agentes autônomos, e os acontecimentos apresentam-se como lineares. As atuações *do Estado* soam despersonalizadas, como se fossem desencarnadas; os modelos de ação como se fossem perfeitos e a *implementação* deles é que constituiria o problema. Entretanto, ao observá-las como “processo em curso” (CARVALHO, 2007:42), percebe-se que o próprio *Estado* é constituído permanentemente por meio das práticas burocráticas.

O presente artigo tem como objetivo analisar as disputas de interesses e de posições no mundo presentes nos encontro entre Estado e pessoas

trans*. A proposta é compreender como os símbolos e os significados são acionados no embate, quais valores permanecem, quais se atualizam e quais adentram o jogo político. O texto é continuidade do trabalho iniciado pela autora em 2007, quando foi realizada etnografia sobre políticas de atenção à saúde e transexualidades (REIS, 2008). A discussão enfocará as instituições burocráticas estatais e o processo político como reveladores das negociações de contradições, de sensibilidades e de visões de mundo no reconhecimento (e seus limites) de direitos diferenciados.

Parto do princípio de que as diversas formas de compreender o papel do Estado e os conteúdos das políticas sociais e de que as importâncias dadas a categorias analíticas diferentes são constituintes do debate sobre política de saúde e transexualidade. As decisões e as ações de profissionais ligados ao tema – direta ou indiretamente – são condicionadas por suas respectivas concepções sobre como deve ser o mundo: como devem ser as políticas, como devem ser estruturados os serviços, como devem agir os profissionais, o que é a transexualidade e o que é transexualismo, como o corpo deve ser percebido.

Metodologicamente, o texto terá como pontapé inicial alguns importantes documentos produzidos após o Seminário de avaliação realizado em 2012: duas cartas produzidas pelo movimento social e por uma pesquisadora sobre o evento, assim como um parecer técnico redigido pelo Ministério em resposta às manifestações contidas nas cartas. Também serão utilizados dados coletados durante pesquisa anterior da autora sobre a construção da política de saúde para pessoas transexuais.

Estado, Democracia e Política de Saúde (ou como os eventos podem dar errado)

Alguns dias depois do *Seminário: Processo transexualizador no SUS*, Berenice Bento, socióloga e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar Tirésias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lançou na *internet* uma carta³ contendo suas contestações pessoais sobre a reunião. A pesquisadora chamou

³ O texto pode ser acessado no site da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura (ABEH), da qual Berenice Bento faz parte: http://www.abeh.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=117:pesquisadora-critica-reuniao-sobre-o-processotransexualizador&catid=38:publicacoes. Acesso em: janeiro de 2013.

o documento de *carta-desabafo* acerca de diferentes questões que parecem poder ser sintetizadas em: a) falta de democracia gerada pela organização do colóquio; b) (des)legitimidade de propostas apresentadas; c) expectativas frustradas de movimentos sociais e pesquisadores sobre a despatologização de pessoas trans*.

Na mesma época, alguns pesquisadores, integrantes de movimentos sociais e profissionais convidados ao Seminário também manifestaram críticas ao evento por meio da *Carta Aberta – Avaliação do Seminário sobre Processo Transexualizador no SUS: contra a patologização das identidades Trans*. Esse texto apontou problemas semelhantes aos levantados por Berenice Bento, mas seu tom é acadêmico, contendo demandas formais de esclarecimento por parte dos organizadores do congresso/gestores e sugestões sobre como a atuação na área pode ser melhorada.

Em 16 de julho daquele ano, o Ministério da Saúde respondeu à *Carta Aberta* com um documento intitulado Parecer Técnico nº 065/2012⁴. O documento foi escrito pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, uma das responsáveis pela organização do Seminário. Ao longo do texto, servidores da unidade ministerial elencaram as atividades realizadas nos últimos anos, na tentativa de dar explicações satisfatórias sobre: a) objetivos do Seminário; b) espaços existentes de participação social; c) entraves para o debate sobre a despatologização das pessoas transexuais no Brasil.

Os três documentos são exemplos da articulação necessária entre variados atores sociais para garantir que uma política social seja formada, implementada e avaliada. Mas são os conteúdos das cartas e do parecer que auxiliam a mapear quais as disputas simbólicas que se colocam e se reatualizam nos processos de (re)formulação dos programas de ação que atendam a necessidades coletivas. Aponta-se que dentro das coletividades não estão somente as *populações-alvo* dos *serviços, programas e políticas*, e sim todos os outros agentes envolvidos nos e pelas *políticas, programas e serviços*, como gestores, trabalhadores e organizações de categorias profissionais.

Para Berenice Bento, um dos objetivos da reunião seria compartilhar experiências e avaliar as ações dos serviços de saúde desde a promulgação da Portaria nº 457 de 2008. Desta forma, estaria dada a importância da ampla participação de transexuais, travestis, profissionais e pesquisadores na área em todos os momentos e em todas as deliberações. Mas, de acordo com a

⁴ Pode ser acessado em: <http://pt.scribd.com/doc/101217708/Carta-Resposta-do-Ministerio-da-Saude>.

autora da carta, a organização do evento fez com que as discussões de um dia fossem restritas aos representantes dos hospitais que fazem cirurgias de transgenitalização e dos ambulatórios especializados em atender a travestis e transexuais.

Sem dúvida, um debate crucial tanto para as pessoas transexuais e travestis, quanto para profissionais de saúde e pesquisadoras/es nesse campo. Por essa razão, até o momento, não consigo compreender o porquê foi ‘proibida’ a participação de pesquisadores/as e ativistas nos trabalhos do dia 04 [...]. Pergunto: não deveriam ser os/as usuários/as do serviço os protagonistas principais em uma reunião cuja pauta era avaliar a qualidade do serviço? Nesse caso específico, as pessoas transexuais e travestis? O que pretende realmente o estado brasileiro? Por que reunir tanta gente com tamanha experiência (e expectativa) sem ter construído uma dinâmica de debate que, de fato, garanta a participação de todos/as? Por que o estado nos convidou [...] sem assegurar o espaço adequado para a deliberação democrática? (Berenice Bento, 2012, carta-desabafo).

O questionamento da pesquisadora é direcionado ao modo como foi estruturado o *Seminário*, por que as atividades propostas não teriam sido capazes de proporcionar uma “dinâmica de debate que garanta a participação de todos”. A organização seria reflexo de certo descaso com os convidados. Embora o problema referenciado seja a formatação desse evento específico, a carta faz críticas às intenções do Estado brasileiro e aos processos (não) democráticos proporcionados por ele.

Éramos dezenas e muitos de nós imaginávamos que ali estávamos para reformular a Portaria 457. Contudo, ao longo das nossas intervenções, nos demos conta de que já havia uma proposta de reformulação dessa Portaria. Quem a concebeu? Com quem foi debatida? Quem a havia recebido anteriormente? (Berenice Bento, 2012, carta-desabafo).

A expectativa da pesquisadora era de que todos os tópicos passassem pela avaliação e pela deliberação de quem, para ela, era o grupo mais adequado para decidir: as pessoas que precisam dos serviços. Entretanto, ao garantir um dia inteiro de debate excludente de travestis e transexuais, o Estado pôde ser interpretado como inadequado ao seu papel. A situação parece ter se complicado quando pesquisadores e movimentos sociais desconfiaram que já estava em discussão uma proposta de reformulação da Portaria 457/2008

que não havia sido por eles discutida. Isso abriu espaço para que o Estado fosse interpelado como antidemocrático.

A Carta Aberta enviada ao Ministério da Saúde também considerou prejudicial às pessoas trans* o tratamento dado ao tema durante o *Seminário*:

1 – Da forma como foi construído, o seminário não se configurou como um processo de tomada de decisões democrático, pautada pelo acesso às informações, dado que:

a) pesquisadores/as e militantes não foram convidados/as para participar das discussões no 1º dia do seminário, no qual somente estiveram presentes, oficialmente, gestores/as e profissionais de saúde, fato que reforça uma separação prejudicial, por parte dos/as organizadores/as, entre os saberes técnicos, os acadêmicos e os militantes, quando só se torna possível o desenvolvimento de práticas conscientes em saúde a partir da interlocução entre diferentes espaços de produções de discursos e práticas⁵.

A esperança dos assinantes do documento, baseada em alegados direitos, foi malograda, pois o evento deveria ter sido um espaço de produção de modificações na Portaria regulamentadora, mas não foi assim visto. De acordo com as diretrizes do sistema de saúde público brasileiro, o controle social e a participação popular são fundamentais para a construção de uma política de Estado que consolide valores de democracia e cidadania. É importante dizer que, de fato, algumas mudanças podem ter sido propostas, mas não como essas pessoas desejavam.

O *Parecer* do Ministério da Saúde buscou descrever minuciosamente as atividades desenvolvidas pelas equipes técnicas e gestoras até o Seminário e durante a sua realização. De acordo com esse documento, a organização do evento parece ter sido dividida em momentos exclusivos, porque a natureza das questões a serem debatidas seria distinta. No primeiro dia, somente profissionais representantes dos serviços se reuniram, pois o objetivo da mesa era apresentar “os serviços de referência, seu funcionamento e estrutura, suas especificidades locais e regionais e os avanços e desafios ao longo da trajetória de implantação”. Ao que parece, não seria necessário convocar

⁵ Esta carta pode ser visualizada no link: <http://pt.scribd.com/doc/101539515/Carta-Aberta-Seminario-SUS-e-Patologizacao-Identicidades-Trans>. Ela foi disponibilizada por uma das militantes presentes no evento, Jaqueline Jesus.

pesquisadores e militantes para uma descrição que deveria ser realizada por aqueles que operam os serviços de atendimento.

No que se refere à participação social, os/as usuários/as dos serviços contam com espaços como os Conselhos de Saúde, Conselhos Gestores e Comitês de Promoção da Equidade, entre eles os Comitês de Saúde LGBT que estão sendo implementados nos estados com base na Portaria nº 2.979, de 15/12/2011. Esta Portaria [visa] implementação e fortalecimento da Política de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (Parecer Técnico 065/2012).

O nó do problema aqui parece ser definir quem – e em que lugar – pode se manifestar sobre determinadas coisas. A saúde é produto histórico no qual se misturam experiências subjetivas, discursos de saber, dispositivos de valor e gestão pública (FASSIN, 1996:32). Esta última é a responsável pela criação de meios, de recursos que garantam um bom estado de saúde (o conteúdo desta é definido no próprio embate político). Há interdependência entre conteúdos da saúde e conteúdos da política, e os dois campos são constituídos por relações de poder que não podem ser ignoradas ao se falar de produção e de consumo da saúde como bem público.

Não é possível afirmar que espaços excludentes e exclusivos sejam necessariamente problemáticos. Por exemplo, o *Seminário Nacional de Saúde da População GLBTT na Construção do SUS*, realizado em agosto de 2007, foi organizado em grupos de trabalho distintos (2 grupos de lésbicas, 1 de gays, 1 de transexuais e 1 de travestis), que produziram documentos a serem discutidos no conjunto maior depois. À época, o evento foi bem avaliado pelos participantes e representou uma oportunidade de reencontro face a face dos diversos militantes pelos direitos de pessoas trans*. A *Carta Aberta*, de 2012, afirmou que a falta de um momento para pesquisadores e para militantes se configurou como impedimento para a garantia de revisão democrática da Portaria 457 de 2008.

b. O seminário não contou com um momento exclusivo para pesquisadores/as, que há quatro anos, por ocasião da implantação do Processo Transexualizador no SUS, tomaram como objeto de estudo a política de saúde da população trans e suas nuances.

c. Tampouco o seminário disponibilizou espaço próprio para as/os militantes do movimento social trans apresentarem suas demandas e problemas identificados no Processo Transexualizador, como representantes do segmento de usuários/as (Carta Aberta).

O problema não foi a divisão das pessoas em momentos distintos da discussão, mas excluir pesquisadores e militantes da apresentação e da avaliação de serviços que são acessados pela(s) comunidade(s) trans*. A criação de espaços distintos de debate, como um problema, só pode ser compreendida se as relações de poder estabelecidas entre profissionais de saúde e usuários dos serviços, entre diretores desses serviços e profissionais, não forem esterilizadas. Ou seja, o questionamento das cartas se dirige a como as hierarquias são produzidas e mantidas, já que a participação social é marcada por elas. As práticas estatais (re)formam desigualdades: o poder do ordenamento social está implícito na organização dos espaços democráticos. Isso não quer dizer que a intenção dos servidores públicos que montaram o *Seminário* tenha sido reproduzir assimetrias. Na verdade, pouco parece importar a intencionalidade, mas quais as rotinas que as produzem e as mantêm (BROWN, 2006).

3. Por que parte dos profissionais envolvidos com o serviço de atendimento às pessoas trans se retiraram da plenária quando foi discutido o caráter patologizante da Portaria [...]

5. Por que a representante do Ministério da Saúde abusou do uso da palavra, de modo que restringiu a possibilidade de expressão das/os demais participantes à palavra? Na reunião o tempo era o bem mais precioso, porém ela sempre extrapolou seu tempo quando teve o microfone em mãos, o que aconteceu inúmeras vezes. Na minha experiência de participação em fóruns chamados pelo estado, em geral, e corretamente, o gestor escuta mais e fala menos (Berenice Bento, Carta-desabafo, 2012).

Os documentos apresentados demonstram que democracia e participação social adquirem diferentes significados (e aplicações) a depender da posição social de quem as maneja. Algumas questões se colocam no centro da política. Essa arena de negociações sobre como deve ser o mundo é o terreno da celebração dos valores centrais para uma sociedade. Herzfeld (1993) é um dos autores que alertam para como os Estados não podem ser pensados pelas Ciências Sociais como se estivessem descolados de ideias locais sobre mudança, características pessoais, relações sociais e responsabilidade. Ele chama atenção para a qualidade semântica presente nas burocracias estatais. Todos os símbolos são passíveis de comportar múltiplos significados, inclusive os gerados do dia a dia das práticas burocráticas. Ou seja, as burocracias

operam no simbolismo, em contraposição à ideia de Estado, que seria o exemplo do racionalismo e do predomínio da eficiência.

Uma das premissas mais comuns da modernidade é que sociedades de Estado burocraticamente reguladas do “Ocidente” são mais racionais – ou menos “simbólicas” do que as sociedades do resto do mundo. Essa divisão é baseada no argumento circular que provê as definições de racionalidade e, então, as acham em casa. [...] Até os críticos do Estado burocrático implicitamente aceitam essa auto-representação (1993:17, tradução da autora).

Pesquisadores e militantes não se posicionaram em oposição a uma ideia de Estado. Ao contrário, estão plenamente de acordo na formação cotidiana dessa imagem estatal que está dentro e acima de todos: eles compactuam com premissas de um Estado Democrático de Direito. Um dos questionamentos trazidos gira em torno de quem fala (o que fala e o quanto é falado) e quem ouve (e o que é escolhido ouvir). A chamada participação social é reafirmada como princípio de direcionamento da política de saúde, ao mesmo tempo em que se negocia quem deve ter o volume ampliado da voz (em quantidade e em som). Não é suficiente aumentar a quantidade de profissionais de saúde no debate, por exemplo. Outra categoria social deveria ser incorporada. Desta forma, a própria ideia de participação deve ser compreendida dentro de parâmetros fluidos, pois seus horizontes estruturantes são colocados à prova no fluxo de interações sociais *dentro* e *fora* do Estado.

A *democracia* tomada como símbolo, e não como conceito, permite entender como pesquisadores, movimentos sociais e servidores públicos tentam redefinir a atuação estatal por meio dela. Não há negação da centralidade da democracia como valor para a sociedade brasileira, mas é estabelecido um jogo dialético em que negar alguns significados de *processo democrático* reafirma a relevância da *democracia*.

Obviamente, um “duelo” se dá entre pessoas que compartilham convenções (HERZFELD, 1993) sobre democracia. De nada adiantaria disputar sobre qual o melhor sentido para a palavra se alguma das partes não a compreendesse. As conexões entre os sujeitos atuantes reforçam o Estado, mesmo quando ele é questionado. Não foi dito pelos militantes e pesquisadores que gostariam que o Estado se eximisse de pensar, formular, implementar e avaliar diretrizes para atendimento à saúde. Foi demandada outra moldura (GOFFMAN, 1996) para dar forma ao modelo de atenção pretendido, a saber:

FIM DO MODELO PSIQUIATRIZANTE de atenção às pessoas transexuais e travestis, que patologiza as identidades trans, submetendo esses cidadãos a processos cientificamente questionáveis e moralmente reprováveis de diagnóstico de suas identidades (Carta Aberta: avaliação do seminário sobre processo transexualizador, 2012).

O quadro das disforias de gênero, dos transtornos mentais, como forma de entender e tratar pessoas trans* é constantemente questionado por pesquisadores e participantes dos movimentos sociais. Para eles, parece haver dois pontos interconectados e que não podem ser ignorados no debate. Em primeiro lugar, a saúde é determinada e condicionada socialmente. Em segundo lugar, o que produz os adoecimentos de pessoas trans* não é a *condição* ou a *transição* em si, mas as formas com que as sociedades ocidentais produzem sexos-gêneros-e-sexualidade de forma binária e heteronormativa. O atendimento dos processos saúde-doença e da modificação corporal não deveria depender de catálogos de doenças ou de classificações de patologias. A mudança de chave compreensiva é um dos principais nódulos desse jogo político e societário.

Sem tutelas: a demanda pela despatologização das experiências trans* (e as dificuldades de fazer política de saúde nesses moldes)

Nas últimas três décadas, os avanços formais na garantia de direitos à saúde de pessoas transexuais (e travestis), no Brasil e no mundo, tiveram vínculo estreito com a patologização. Durante o século XX, as disciplinas biomédicas ocuparam o espaço principal de compreensão e direcionamento no cuidado com essas pessoas nas sociedades ocidentais, especialmente com a modificação corporal por meio de cirurgias e outras intervenções (como as hormonais).

As primeiras cirurgias para *mudança de sexo* foram relatadas na década de 1920, em que era possível a retirada de pênis e testículos (castração), embora não houvesse construção do que é chamado, hoje, de neovagina. Após os trabalhos do médico Harry Benjamin, na década de 1960, o diagnóstico e tratamento propostos por ele, inclusive as cirurgias de redesignação da genitália, passaram a ser adotados mundialmente para lidar com a situação de pessoas que alegavam não se enquadrar psicologicamente aos seus corpos.

Benjamin é considerado um marco na compreensão do fenômeno de pessoas que diziam ser mulheres presas em corpos masculinos. (SAADEH, 2004).

A primeira cirurgia de redesignação sexual no Brasil foi realizada pelo Dr. Roberto Farina, em 1971. À época, o procedimento foi considerado crime, levando-o a ser condenado judicialmente e profissionalmente, pelo Conselho federal de Medicina (CFM), por má utilização da medicina. O argumento para a condenação do médico foi de que a cirurgia representava uma mutilação corporal e não um processo terapêutico.

Essa perspectiva criminalizante só foi modificada com a resolução 1.482/1997 do CFM, alinhada às Normas de Tratamento da Associação Internacional de Disforia de Gênero – Harry Benjamin, conhecidas como *State of Care* – SOC (TEIXEIRA, 2009). A resolução autorizava as cirurgias de transgenitalização, a título experimental. Logo, elas poderiam ser realizadas somente em hospitais universitários ou adaptados à pesquisa, em casos confirmados de *transsexualismo*. A resolução regulamentou os procedimentos de intervenção em gônadas, caracteres sexuais secundários e construção vaginal e de pênis, além de dispor sobre os critérios para o diagnóstico correto de transexuais. Dispôs, ainda, sobre a necessidade de acompanhamento e de avaliação por equipe multidisciplinar por pelo menos dois anos para a possível seleção para a cirurgia.

Art. 3º Que a definição de *transsexualismo* obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico.
- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto.
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos.
- 4) Ausência de outros transtornos mentais. (CFM, resolução 1482/1997, grifo meu).

A resolução de 1997 foi revogada e substituída por uma nova, em 2002, que ampliou a possibilidade de intervenção médico-cirúrgica em transexuais, pois retirou o caráter experimental das cirurgias de neocolpovulvoplastia, ou seja, da construção de uma vagina. A maior diferença entre as duas resoluções foi a liberação da possibilidade de realizar cirurgias de adequação do fenótipo masculino para feminino em hospitais públicos e/ou privados, sem a necessidade de estarem vinculados às atividades de pesquisa. Porém, a modificação de características femininas para masculinas permanece – até

a presente data – como experimental. A maior parte das regulamentações nacional e internacionais mantem como ponto central a ideia de que a transexualidade é enfermidade e que o único tratamento eficaz é a cirurgia (BENTO, 2008:90).

Como a garantia de atendimento em saúde para pessoas transexuais se deu por causa da criação de um *diagnóstico* seguido da possibilidade de um *tratamento*, outra perspectiva, despatologizante, se coloca no debate político. O universo acadêmico unido aos novos movimentos sociais, principalmente de caráter feminista e *queer*⁶, pleiteiam que as experiências trans* sejam pensadas a partir de outros referenciais que não a doença. Para Butler, por exemplo, “as pessoas trans estão engajadas em uma prática de autodeterminação, um exercício de autonomia” (2009: 97). As pesquisas que analisam os gêneros e as sexualidades de forma contextualizada social e historicamente demandam que a transexualidade seja visualizada como uma possibilidade do gênero e não como um transtorno mental.

CONSIDERANDO o cenário nacional e internacional da discussão sobre identidade de gênero e população transgênero (travestis e transexuais, também denominados/as como /trans/), a despatologização das identidades trans e o aprofundamento no tema dos/as pesquisadores/as, militantes e profissionais presentes no seminário;

CONSIDERANDO, como referência internacional, a iniciativa da Alta Autoridade de Saúde francesa de não mais considerar a transexualidade como um transtorno mental (despatologização);
CONSIDERANDO que a reafirmação ética dos direitos das pessoas trans é também uma política da vida;

CONSIDERANDO que as pessoas trans têm o direito à autodeterminação, e que suas demandas por saúde são amplas e abrangem a dimensão biopsicossocial de formação de qualquer ser humano. (Carta Aberta: avaliação do seminário sobre processo transexualizador, 2012).

A perspectiva despatologizante afirma que a vivência da(s) transexualidade(s) é uma experiência intersubjetiva de uma vida em que a

⁶ Como explica rapidamente Pedro P. Gomes Pereira, as teorias *queer* se referem à utilização de “repertório comum de autores, à luta contra a heterossexualidade compulsória, à posição contrária a binarismos fáccis, entre outros” (2006:469). Para ele, a ideia é de transgressão, distorção e estranhamento da ordem sexual vigente.

suposta harmonia entre sexo e gênero é colocada em xeque. Há desproporção entre personalidade e corpo, a convicção de participar de outro gênero que não o informado pela anatomia-natureza. As corporalidades transexuais falam de fluidez e, conseqüentemente, de sofrimento pela incongruência dos corpos socionaturais pouco adaptados à lógica genitália-gênero. Os significados de gênero – antes tão bem definidos nos polos masculino-feminino (mesmo com variações dentro dos mesmos) – são dilacerados, momentaneamente, na tensão personalidade-corporificação. (LIONÇO, 2006).

A perspectiva pleiteada por pesquisadores e militantes é identitária. A(s) personalidade(s) trans* – essa(s) que, mais do que características individuais, condensa(m) ideias de estima social (TEIXEIRA, 1998) – deveria(m) ser vista(s) como produtos de interlocuções e escolhas. Ao contrário de uma perspectiva identitária, alocar transexualidades (e travestilidades) no plano da patologia significa fixar essas pessoas, que, para que assim sejam consideradas – trans* –, precisam comprovar uma carreira de doentes. Na esfera patológica, essas pessoas precisam comprovar, dentro dessa carreira, que são verdadeiros e verdadeiras transexuais: devem portar laudos médicos e pareceres psicossociais comprovadores de que não se confundem com a perversão ou comportamentos moralmente corruptos. Autopercepção, autoapresentação não são suficientes para que pessoas trans* sejam inseridas no rol de *tratamentos*, ou melhor, intervenções em saúde.

Por serem classificadas por um catálogo de doenças, pessoas portadoras de uma disforia de gênero⁷ ou de transtorno de identidade de gênero, patologia grave e permanente, foi possível a criação de respostas políticas positivas de proteção. As perspectivas identitária e biomédica podem ser consideradas em oposição. Isso porque sob o primeiro olhar, transexuais desejam ser reconhecidos como parte do gênero que sentem ser o seu, independentemente de uma anatomia ou genitália com a qual tenham nascido. Isto é, identidade surgiria a partir da autodeclaração e autoidentificação de gênero. Na segunda, para acessarem as técnicas e tecnologias de transformação corporal, é preciso que um terceiro especialista declare o adoecimento e a permissão.

⁷ Em 1969, realizou-se em Londres o primeiro congresso da Associação Harry Benjamin que passaria a se chamar Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA) em 1977. A transexualidade passou a ser considerada como “disforia de gênero”, termo cunhado por John Money” (BENTO, 2008:76).

Diferentes ideias sobre a função do *Seminário: Processo transexualizador no SUS* de 2012 foram colocadas nas cartas e no parecer. A expectativa dos pesquisadores e dos militantes era de que o debate fosse encaminhado para que o caráter de transtorno mental de pessoas trans fosse eliminado nas regulamentações brasileiras. O cenário internacional parece ter dado elementos para que as experiências de pessoas trans* sejam vistas desta forma, como experiências, e não como doença. Países como a França e a Argentina são citados na Carta-Desabafo de Berenice Bento para exemplificar que as instâncias estatais poderiam formular o atendimento aos transexuais e aos travestis sem vinculá-los a uma condição patológica de vida.

Ora, a França despatologizou a transexualidade muito antes de qualquer revisão do CID. Ou mais perto de nós, podemos citar a nova lei de identidade de gênero argentina que assegura direitos fundamentais às pessoas trans (transexuais e travestis). Com isso, o país passou a ter a legislação mais avançada do mundo. A lei argentina estabelece: 1) qualquer pessoa poderá solicitar a retificação de seu sexo no registro civil, incluindo o nome de batismo e a foto de identidade; 2) a mudança de sexo não necessitará mais do aval da justiça para reconhecimento; 3) o sistema de saúde deverá incluir operações e tratamentos para a adequação ao gênero escolhido; 4) a nova lei define identidade de gênero como a “vivência interna e individual” tal como cada pessoa a sente, que pode corresponder ou não ao sexo determinado no momento do nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo; 5) não condiciona as mudanças nos documentos à realização das cirurgias de transgenitalização (Berenice Bento, Carta-desabafo).

O Parecer redigido por servidores do Ministério da Saúde indica que o evento não tinha como foco realizar esse debate específico. O documento contém uma crítica aos pesquisadores e movimentos sociais, pois falar sobre despatologização limitou “o debate sobre as alterações propostas à Portaria 457/2008”. Sobre isso, é importante entender que os servidores do órgão executivo precisam lidar com pluralidade de questões que compõem o problema patologizar/despatologizar a transexualidade.

Ao escreverem um documento em que se descolam do debate sobre o par identidade/adoecimento, os servidores ministeriais podem ser compreendidos em dois pontos, que aparecem em contradição: por um lado, precisam atuar na mediação de diferentes interesses e percepções sobre populações trans*, como biomédico, legislativo, gestão de recursos financeiros, despatologizantes, identitários, reflexões feministas e *queer*. E isso

dificulta atuação burocrática e organizacional que se vincule especificamente a um tipo de solução para as questões colocadas. Afinal, esses servidores parecem estar na linha de fogo – são eles que, mesmo indiretamente, sem citação nominal, são atacados pela crítica ao evento realizado.

Para o movimento social e para os pesquisadores a explicação parece simples: abolir a figura de um especialista e de um diagnóstico específico para o acesso às técnicas e às tecnologias de mudança corporal que auxiliem a pertença ao gênero vivenciado intimamente. Porém, está em jogo mais do que os procedimentos do próprio *processo transexualizador*: despatologizar seria repensar todo um escopo legislativo que o Ministério da Saúde não teria capacidade de fazer.

Outra questão a ser avaliada é o livre acesso aos tratamentos hormonais, que exigem, no Sistema Único de Saúde, avaliação de equipe multiprofissional e um diagnóstico específico. A lei vigente em nosso país possui um registro no Código Internacional de Doenças para autorização dos procedimentos. Essa situação que para o movimento social é desconfortável gera polêmica em muitos segmentos de nossa sociedade, por isso ganha importância aprofundar os debates sobre a despatologização sem prejuízo da revisão da Portaria 457/2008 (Parecer técnico, 2012: 06).

Sobre essa passagem, dois comentários podem ser feitos:

- a) O apelo à outra esfera de atuação estatal parece eficaz para deslocar a discussão do caminho proposto pelas cartas de Berenice Bento. Colocar a legislação do país – embora sem citação exata da lei à qual o texto se refere – faz com que a organização do evento não se torne mais o centro das atenções. Nada poderia ter sido feito naquele local e momento para modificar o conjunto de leis que rege o SUS. A referência vaga a uma legislação é um instrumento de controle de efeitos colaterais: usa-se a lei (ou a alusão a ela) como tática (FOUCAULT, 1992:284).
- b) O parecer tenta esclarecer que, mesmo se o Seminário tivesse como função retirar as transexualidades do enquadramento da patologia, fazer modificações na Portaria regulamentadora não significaria repensar categorias de saúde e adoecimento (mental). Os objetivos dos dois grupos – gestores/servidores do Ministério da Saúde e pesquisadores/movimentos sociais – tinham, previamente, objetivos muito distintos antes de as discussões acontecerem.

As cartas e o parecer demonstram que os eventos de formulação e de avaliação de políticas públicas não seguem esquemas rígidos de compreensão sobre um tema. A dinâmica e as mudanças demonstram que esses encontros são momentos privilegiados para entender como as burocracias fazem as pessoas agir no mundo e conceber o mundo. No sentido inverso, também é possível perceber como as pessoas distintas envolvidas na formulação, execução e avaliação de políticas modificam a maneira como os eventos vão acontecer e como as pessoas vão interpretar esses mesmos eventos.

No caso, o *Seminário* de avaliação da Portaria (e seus resultados) permitiu manter os critérios das ciências biomédicas sobre a vivência de transgêneros, o que cria formatos peculiares da procura por serviços médicos/psicológicos, da maneira como esses serviços vão ser organizados, de como profissionais de saúde se comportarão. Por outro lado, os Seminários propostos pelo Ministério da Saúde provavelmente não mais terão participação de pessoas simpáticas à sua atuação. E o próprio evento foi “prejudicado” (pelo menos de acordo com os técnicos) pelos desejos daqueles que estavam interessados na avaliação da Portaria, em bases mais identitárias (lembrando que, aparentemente, identidade e autoidentificação estão diretamente relacionadas).

A impossibilidade dos servidores do Ministério da Saúde, em um colóquio como o *Seminário*, de decidir a vivência da(s) transexualidade(s), ou outras variações de identidade de gênero incongruente com as genitálias, possui complicadores. A dimensão legislativa apontada parece ser a maior barreira: mudar a lei depende do Congresso Nacional e não de uma regulamentação ministerial. Esse argumento poderia ter sido lançado como primeiro e último explicador para a não despatologização.

Mas os servidores responsáveis pelo Parecer apontam outras laterais que dimensionam a discussão. Não se contentam com o argumento de autoridade que a legislação lhes daria. Em parte, suponho, porque lançar mão somente das barreiras legislativas também poderia triar boa parte do prestígio do trabalho e da luta política cotidiana que travam. Por outro lado, porque estão conscientes das dimensões do debate. Os escritores do Parecer mostram que os vários enquadramentos operam intercalados ou entrelaçados (GOFFMAN, 1986).

Os quadros, aqui, devem ser entendidos como aqueles que nos permitem transformar em significativas experiências que seriam, sem eles, insignificantes. Eles são variáveis e manipuláveis e normalmente de difícil explicação verbal. No caso das sociedades ocidentalizadas, para Goffman

(1986), os esquemas primários (quadros primários) são divididos entre naturais (experiências tidas como desorientadas, inanimadas) e sociais (que dependem da vontade, do objetivo e do controle). Continuamente opera-se com esses enquadramentos, intercalados ou entrelaçados. Os quadros são peças fundamentais para dar forma, para construir uma abordagem sobre o que acontece, em período circunscrito de tempo.

Os enquadramentos são, portanto, essenciais para que se possa compreender os entrecruzamentos entre os elementos do mundo – pessoas, outros sujeitos e/ou objetos. Os esquemas primários podem ser chamados de classificações primeiras, nas quais os sujeitos estão amarrados. As questões trazidas ao longo deste texto demonstram a impossibilidade de uma vida sem um pertencimento que pode ser considerado corporal, mental, identitário, sexual, emocional, afetivo, científico, de acordo com a camada (*layer*)⁸ acionada. Sexo e gênero, patologia e saúde são (re)atualizados no cotidiano, tanto nas interações burocráticas, quanto naquelas menos institucionalizadas, mais cotidianas – mas não menos políticas.

É importante destacar que a despatologização das identidades trans (transexuais e transgêneros) e sua retirada dos catálogos internacionais de doenças é um assunto ainda controverso e em início de discussão nos Conselhos de Psicologia, de Medicina e na Associação Brasileira de Psiquiatria, e mesmo entre as diferentes organizações sociais. [...] Para tanto, ao propormos na revisão da Portaria 457/2008 a equipe multidisciplinar, consideramos a importância da integralidade da atenção à saúde e respeitamos todos os saberes como a psiquiatria, a psicologia, a endocrinologia, a urologia, a clínica, o serviço social e, ao mesmo tempo, respeitamos a lei vigente (Parecer Técnico, p. 5-6).

É difícil pensar que conhecimentos médicos seriam dispensados na definição de como governar as coisas (FOUCAULT, 1992; 1999), as pessoas, as anatomias sexuais, as consequências sociais e familiares. Em uma sociedade historicamente ancorada na eficácia das ciências duras e, especialmente, das disciplinas biomédicas como produtoras hegemônicas da cura, os agentes da burocracia estatal estão informados por esses conhecimentos. O Estado não

⁸ Uso a palavra camada (e não lâmina, por exemplo) para significar que os sistemas de sexo/gênero podem ser operados tanto por meio de recortes em partes singulares quanto por um conjunto mais amplo de significação (similar à ideia de *frame*). Ver Goffman (1986) para melhor compreensão dos conceitos.

é o ponto de partida do poder, mas a sedimentação das forças que já estão em embate.

O evento, percebido como antidemocrático pela pesquisadora Berenice Bento, gerou respostas importantes, ressignificadoras do fazer política. Para que pesquisadores e movimentos sociais fossem escutados, os meios tradicionais de participação em um congresso, como estar presente para ouvir as mesas redondas e questionar apresentadores quando aberto o debate, não estavam ao alcance. Como as pessoas trans* não puderam se manifestar em todos os momentos que desejavam ser ouvidas por causa da organização do Seminário, o jeito foi “fazer barraco”.

Se me negam a palavra, eu faço barraco. É o bafão! Gostei muito do bafão da Fernanda Benvenutti. Suas palavras brotavam do útero. Seu grito: quem sou eu? Uma doente mental? Então, eu posso pedir aposentadoria porque sou uma incapaz? Quem pode falar por mim? Eu sou uma travesti? Sou uma transexual? O que isso importa? Aqui, o barraco é ressignificado como mecanismo de sobrevivência. Trata-se de uma epistemologia singular daqueles que se negam a morrer (Carta-desabafo, Berenice Bento).

Essa é (uma das) resposta trans* para o problema: não importa(ria) o diagnóstico. Independentemente de ser ou não transexual *de verdade*, travesti, transgênero, nenhum dos gêneros, andrógino, a transformação corporal via SUS deveria se concretizar como um direito de livre acesso, senão essas pessoas irão morrer. Se não pelos preconceitos e violências sofridas pelas trans* no seio familiar e nos espaços públicos, pelos insucessos das modificações corporais feitas nos quintais de casa, realizadas pelas *bombadeiras* (KULICK, 1998).

Berenice Bento termina sua manifestação com forte posicionamento contrário à continuada institucionalização da psiquiatria como saber dominante na definição dos rumos da política de atendimento à saúde de pessoas trans. Escreveu ela: “Não queremos caridade. Chega de vida precária! Queremos o reconhecimento pleno da existência plural de experiências/expressões de gênero. Sem tutela. Sem psiquiabras!”.

A fala, no entanto, aponta um (aparente?) paradoxo. Normalmente, as políticas de cunho universalizante supõem contrapartidas com intenção de *empoderar, promover, transformar em sujeitos*. Um bom exemplo é a Política de Assistência Social (2004). Ao mesmo tempo em que a proteção é garantida e há um esforço para que a população se torne cada vez mais independente do ciclo assistencial, uma forma de tutela é acionada. São criados mecanismos de

controle que criam conexões entre as atitudes pessoais e as possibilidades de emancipação: necessidade de participar de pré-natal, aumento da frequência escolar para recebedores de benefícios socioassistenciais etc. Dificilmente vislumbram-se políticas/ações/programas em que as contrapartidas não sejam instrumentos de governamentalidade, para usar uma analogia foucaultiana (1992, capítulo XVII).

Alguns resultados do Seminário merecem ser apontados, como a inclusão de transexuais masculinos e travestis no rol de sujeitos a serem *tratados* nos procedimentos estabelecidos pelo processo transexualizador no SUS. De qualquer maneira, as pessoas trans* permaneceram enquadradas como doentes, portadoras de transtornos de personalidade (CID 10, códigos F60 a F69), mais especificamente enquadradas nos transtornos de identidade sexual (F64). O que as pessoas trans* parecem estar dizendo é que as barreiras medicalizadoras para selecionar quem vai e quem não vai passar pelo processo transexualizador no SUS podem se configurar como mais uma forma de excluir.

Considerações Finais

O presente artigo faz parte de uma busca pelo avanço compreensivo dos desafios trazidos pela temática transexualidades/transgêneros à política de saúde brasileira. A proposta é aumentar o leque de possibilidades de entendimento antropológico sobre a construção de políticas de proteção aos direitos humanos de pessoas trans*, na ampla variedade de modos de vida. O objetivo do texto foi analisar como os agentes formuladores da política de saúde têm respondido à dualidade patologização/desp patologização das vivências trans*.

Os três documentos analisados são parte da memória de um processo histórico-político recente de criar um Estado Democrático Brasileiro, em que democracia signifique agregar sujeitos sociais diversos, e não somente gestores/burocratas das carreiras públicas. Isso não quer dizer que seja possível distinguir entre Estado e sociedade civil como componentes do debate sobre gerar e gerir diretrizes para o atendimento de pessoas trans* no sistema público de saúde do país.

Isso fica claro quando se percebe que boa parte das pessoas que assina as cartas contrárias à postura do Ministério da Saúde é, igualmente, parte do Estado. Muitos dos que assinam como militantes e pesquisadores ocupam

cargos públicos, como professores em universidades ou hospitais públicos. É extremamente relevante ter em mente, então, que a distinção entre sociedade civil e Estado é posição definida durante o jogo político, a depender de como as pessoas se relacionam naquele momento. As posições institucionais, de acordo com o momento, também são relevantes: em alguns períodos, e em determinados locais, algumas pessoas e ideias possuem mais chances de se tornarem vozes em tons mais altos.

Além disso, é interessante notar que, cada vez mais, os movimentos sociais estão sendo englobados por aquilo que se entende como Estado. As ativistas trans* estão buscando se especializar em suas respectivas áreas de interesse profissionais, adentrando programas de mestrado e doutorado, e construindo conhecimentos específicos sobre si mesmas. Um exemplo é o famoso congresso feminista brasileiro “Fazendo Gênero”, de 2013. Há um grupo de trabalho específico para debater “Feminismo Transgênero ou Transfeminismo”⁹, coordenado por uma transexual e uma travesti, ambas símbolos da abertura de possibilidades que a educação formal traz em sociedades que valorizam a escolarização.

Por fim, os documentos analisados demonstram as várias facetas de se falar em Estado, governo, política, democracia, soberania nacional e despatologização da condição trans*. São temas que perpassam a discussão, em cada texto, com posições que questionam a estabilidade do significado desses conceitos. De qualquer maneira, em nenhuma das cartas ao Ministério da Saúde transparece o desejo por uma vida sem Estado. Ao contrário, elas reforçam o compromisso pela construção desse ente disforme e que, simultaneamente, possui muita capacidade para impactar e mudar a vida das pessoas. Isso faz parte do próprio Estado, essa unidade burocrática que aparenta impessoalidade, mas as trans* sabem que não há nada mais pessoal do que ser (mal ou não) atendida em um serviço por pessoas com face e com nome.

Referências

BENTO, Berenice
(2008) *O que é transexualidade?* São Paulo, Editora Brasiliense – Coleção Primeiros Passos.

BRASIL
(2009) Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (LGBT). Brasília-DF.

⁹ Ver em http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=30.

- Disponível em: portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Politica_LGBT.pdf. Acesso em: fevereiro de 2013.
- (2008a). Ministério da Saúde. *Portaria no. 1.707/GM*. Publicada no DOU no. 159, terça-feira, 18 de agosto de 2008.
- (2008b) Ministério da Saúde. *Portaria no. 457/GM*. Publicada no DOU no. 159, terça-feira, 19 de agosto de 2008.
- (1990). Ministério da Saúde. *Lei Federal nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Brasília, DF.
- (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Título VIII – Da Ordem Social, Seção II – Da Saúde.
- BROWN, Wendy
(2006) “Finding the man in the State”. In: GUPTA, Akhil & SHARMA, Aradhana. *The Anthropology of the State: a reader*. Blackwell Publishing, Oxford, p. 07- 34.
- BUTLER, Judith
(2009) “Desdiagnosticando o gênero”. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, ano 19, vol. 1, p. 95-126.
- CARVALHO, Letícia
(2007) *Dos autos da cova rasa. A identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FASSIN, Didier
(1996) *L'Espace Politique de la Santé: essai de généalogie*. Paris, Presses Universitaires de France.
- FOUCAULT, Michel
(1999) *A história da sexualidade 1: A vontade de saber*. Edições Graal, Rio de Janeiro.
- (1992). “A Governamentalidade”. In: _____. *Microfísica do Poder*. Edições Graal, Rio de Janeiro, p. 277-293.
- GOFFMAN, Erving
(1986) *Frame analysis*. Nova York, Harper & Row.
- HERZFELD, Michael
(1993) *The social production of indifference: exploring the symbolic roots of western bureaucracy*. University of Chicago Press, London.
- HOCHMAN, Gilberto
(2008) *A era do saneamento: as bases políticas da saúde pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec/ Anpocs.
- JESUS, Jaqueline Gomes
(2012) *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros para formadores de opinião*. Brasília, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO_CONCEITOS_E_TERMOS_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649. Acesso em: 10 de maio de 2013.
- KULICK, Don
(1998) *Travesti. Sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes*. Chicago, The University of Chicago Press.
- LABRA, Maria Lúcia
(2005) “Conselhos de Saúde: dilemas, avanços e desafios”. In: LIMA, Nísia Trindade et al. *Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, p. 353-383.
- LIONÇO, Tatiana
(2006) *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- (2008) “Bioética e sexualidade: o desafio para superar práticas correccionais na atenção à saúde de travestis e transexuais”. *SérieAnis*, nº 54, Brasília, p. 01-07.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes
(2006) "A teoria *queere* e a reinvenção do corpo".
Cadernos Pagu. Campinas, n° 27, p. 469-477.

POLIGNANO, Marcus Vinícius
(2000) *História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão*. Brasília: Ministério da Saúde.

REIS, Izis Morais Lopes
(2008) *Entre a universalidade e a particularidade: desafios à consolidação do direito à saúde de transexuais*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

SAADEH, Alexandre
(2004) *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. Tese de Doutorado. Departamento de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SERRA, José
(2001) As duas reformas da saúde. In: ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. *SUS: o que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde*. São Paulo: Associação Paulista de Medicina, p. 07-10.

TEIXEIRA, Carla Costa
(1998) *A honra da Política*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

TEIXEIRA, Flavia Boaventura
(2009) *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

Recebido em
julho de 2013

Aprovado em
novembro de 2013

Mundialização, fronteiras e literatura: o romance *2666*, de Roberto Bolaño

Francisco José Ramires*

Resumo

A intenção deste artigo é analisar o romance *2666*, escrito pelo chileno Roberto Bolaño. A tese foi concebida a partir de vários níveis de sobreposições e deslizamentos textuais que constituem a estrutura da obra, não apenas como elementos internos do livro, mas como representação ficcional articulada à realidade latino-americana, marcada por múltiplas mudanças históricas, sociais, econômicas e políticas. Um novo mundo cujas conexões globais permitem frequentes movimentos de ideias, pessoas e capitais. Conexões no seio das quais fronteiras e condições de existência, material e simbólica, são rearticuladas, favorecendo um novo tipo de literatura.

Palavras-chave

Literatura. Fronteiras. Migrações.

Abstract

The aim of this article is to analyze the novel *2666*, by Chilean writer Roberto Bolaño. The thesis was conceived from several levels of textual superposition and gliding that constitute the work structure. Not only as internal elements of the book, but as fictional representation linked with Latin American reality, marked by multiple historical, social, economical and political changes. A new world whose global connections make possible continual movements of ideas, people and capitals. Connections in the midst of those frontiers and living conditions (material and symbolical) are reorganized in favor of a new kind of literature.

Keywords

Literature. Frontiers. Migrations.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (São Paulo/Brasil). Professor titular da Universidade Paulista (São Paulo/Brasil). E-mail: chicoramires@uol.com.br.

O tema

O romance *2666*¹, escrito pelo chileno Roberto Bolaño (1953-2003), é uma obra monumental e instigante. A estrutura do livro, a composição da trama e a tessitura estilística dão respaldo para questionamentos e análises acerca das possíveis articulações entre literatura e globalização. O escritor Joca Reiners Terron (2010) qualificou-o como “romance total”, afirmando que se trata de um livro em que podemos encontrar de tudo. Tal comentário chama a atenção pela forma como acrescenta um adjetivo (“total”) ao clássico formato romanesco e, portanto, permite pensar em certo desconforto que a leitura suscita em quem nela se aventura. Mas o faz sem os desdobramentos que a complexidade do livro requer.

Se o romance, como forma literária, está imbricado ao processo de construção do mundo moderno, há de se pensar nos ajustamentos necessários para dar conta das intrincadas exigências do problema da representação literária em meio a condições nas quais a chamada “modernidade” é levada ao paroxismo (“hipermodernidade”, “modernidade líquida”, “pós-modernidade?”), pela forma como criou estruturas de produção e distribuição material e simbólica que permitem intensa circulação de pessoas, objetos e criações do “espírito”. Sendo assim, em um mundo onde os movimentos são frenéticos e as fronteiras são redefinidas; onde há grande quantidade de pessoas “exiladas” e/ou em trânsito, como dar forma literária a isso? Como modelar a tessitura e os usos das palavras e da linguagem a fim de que a forma e a estrutura literárias apresentem uma trama em que seja possível depreender toda a complexidade de uma fase da história em que os bens culturais circulam por uma imensa e complexa rede global, na qual o *métier* literário é somente uma entre tantas maneiras de criação simbólica? (Com a seguinte particularidade: o escritor fica deslocado como representante de um tipo de criação excessivamente artesanal no quadro das atuais condições técnicas de produção artística). (HOBSBAWM, 2013:300-301).

¹ Em nota à primeira edição, Ignacio Etchevarría explica que o autor, antes de morrer (2003), havia deixado orientações acerca de sua publicação, sugerindo que a obra fosse lançada como cinco livros independentes, correspondentes aos blocos que constituem o todo: “A parte dos críticos”, “A parte de Amalfitano”, “A parte de Fate”, “A parte dos crimes” e “A parte de Archimboldi”. Contudo, os dois filhos (mencionados na dedicatória) e os editores acharam por bem publicá-lo em sua totalidade (BOLAÑO, 2010:849).

Nesse sentido, Bolaño deu-nos um livro sem centro, no sentido de que as múltiplas histórias (independentes, porém sutilmente articuladas, sem nexo de causalidade) espriam-se por regiões geográficas muito amplas, indo da América à Europa. Além disso, no que diz respeito ao tempo, a totalidade da obra não se encaixa em termos de um arranjo em que o passado (como origem) explique o presente, e este não funciona como substrato sobre o qual se erijam perspectivas de futuro como projeto simultaneamente biográfico e civilizatório. No livro, o futuro é incerto, sombrio, pois imbricado, desde o título da obra, à imagem de um cemitério no qual corpos são acumulados serialmente.

O escritor também elege a fronteira (a cidade de Santa Teresa – dúplice literário de Ciudad Juárez–, no limiar entre México e Estados Unidos) como ponto de fuga para o qual converge toda a trama do livro. Cidade fugidia, perturbadora, cuja representação desliza entre o real e o onírico (pesadelo). Espécie de interstício literário (Santa Teresa – Ciudad Juárez) em que a não centralidade da obra fundamenta-se no movimento como fenômeno social primordial, transfigurado em problema literário. Enfim, um novo tipo de romance, escrito em um mundo onde, como disse Edward Said, praticamente não há mais fronteiras a expandir e, portanto, vivemos em um único âmbito global (SAID, 2011:57). Uma obra com entradas distintas, em que cada parte aponta para outras, sobrepondo-se em deslizamentos múltiplos: deslizamentos no interior da trama; entre gêneros literários distintos (biografia, textos jornalísticos, literatura policial, surrealismo, crítica literária); entre ficção e realidade; Europa e América; desenvolvimento e subdesenvolvimento; cidade e deserto; sonho e vigília; passado, presente e futuro; deslizamento entre as próprias obras do autor.

Um título esquivo

O romance de Roberto Bolaño é escorregadio. O título já deixa o leitor perplexo, e o desconforto aumenta paralelamente à leitura, tendo em vista que não encontramos um vestígio explicativo sequer, iluminador das intenções subjetivas do autor. Em outro livro, intitulado *Amuleto*, consta passagem em que viceja pista bem significativa. A protagonista argentina, Auxilio Lacouture, vê-se caminhando por avenidas do DF, no México, com amigos que lá conheceu, nos anos 1970. Ei-la:

Eu os segui: vi caminharem a passos rápidos pela Bucareli até a Reforma, vi atravessarem a Reforma sem esperar o sinal verde, ambos de cabelos compridos e revoltos, porque nessa hora sopra pela Reforma o vento noturno que é a parte que cabe à noite, a avenida Reforma se transforma num tubo transparente, num pulmão de forma cuneiforme por onde passam as exalações imaginárias da cidade, e depois começamos a caminhar pela avenida Guerrero, eles um pouco mais devagar que antes, eu um pouco mais deprimida que antes, a Guerrero, a essa hora, se parece mais que tudo com um cemitério, mas não com um cemitério de 1974, nem com um cemitério de 1968, nem com um cemitério de 1975, mas com um cemitério do ano de 2666, um cemitério escondido debaixo de uma pálpebra morta ou ainda não nascida, as aquosidades desapaixonadas de um olho que, por querer esquecer algo, acabou esquecendo tudo (BOLAÑO, 2008:65).

Notamos o deslizamento entre o real histórico literariamente trabalhado (a invasão de uma universidade por tropas militares, na capital mexicana, em 1968; as referências estéticas à urbe concreta) e o fantástico, quando a avenida transfigura-se em um tubo, e a própria cidade esvanece em “exalações imaginárias”, com um ponto de fuga que leva os personagens e o leitor a um cemitério localizado nalgum lugar no futuro, em 2666. Esse símbolo de morte vem junto com o tema da memória / esquecimento.

O trecho é concebido de tal forma que o cerne parece ser a metamorfose da cidade verossímil, presente, em cemitério, em um movimento conformado a partir das metáforas do tubo transparente e do “pulmão” com formato cuneiforme, que nada mais é a não ser a apropriação literária dos efeitos visuais de inúmeros filmes de ficção científica, nos quais a viagem temporal é figurada por movimento circular convergente. Deslocamento temporal como figuração do legado incontornável e incômodo com o qual toda nação que passou por experiências ditatoriais deve lidar: as mortes, as condições em que foram perpetradas, as vítimas e seus algozes².

A violência constitui o eixo “central” do romance e não o personagem Benno von Archimboldi, como já se afirmou (DELGADO, 2008:476). Contudo, como a abordagem recai sobre assassinatos cometidos, sobretudo, no século XX, na Europa e na fronteira entre México e Estados Unidos, a distância temporal entre título e trama faz desta última uma espécie de

² “A memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina” (cf. SARLO, 2007:20).

prévia arqueologia material, social e simbólica, escrita com o intuito de evitar o esquecimento e a banalidade de vidas arrancadas de maneira brutal. Arqueologia feita com tom de desencanto, tendo em vista que, prenhe de esquecimento, o título assinala o olvido do romance que nomeia, que é denúncia modulada por nota de desesperança por parte do autor (a formação de Bolaño deu-se em meio à violência perpetrada por regimes ditatoriais, com milhares de pessoas desaparecidas, e ao ocaso das esperanças vinculadas às ideologias socialistas.) Vale lembrar que, durante a concepção da obra, Bolaño já se sabia acometido por doença mortal.

2 + 666. Há aqui uma combinação simbólica e historicamente repleta de sentido. Por um lado, temos o tom escatológico, presente no número da Besta, referido no livro do Apocalipse (13, 11-17) e reforçado por mulheres que passaram a ver a sequência infinda de assassinatos como obra do demônio³. Isso num país crivado pela religiosidade popular e sincrética, cuja expressão maior é Nossa Senhora de Guadalupe.

Por outro lado, estamos diante de data que remete a um futuro bem distante, tempo linear e progressivo, típico da chamada modernidade. Modernidade entrecortada pela barbárie. Barbárie dos assassinatos em massa durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, referidas na obra. Barbárie dos assassinatos de mulheres em cidade fronteira, com nome de santa e em processo de modernização, pela formação de grande parque industrial composto por várias maquiladoras, nas quais, aliás, trabalhava a maioria das mulheres e jovens mortas, na montagem de mercadorias diversas.

A cidade de Santa Teresa tangencia esteticamente Ciudad Juárez. Ambas situadas no norte do México, bem na fronteira com os Estados Unidos: Juárez, no estado de Chihuahua, Santa Teresa, no estado adjacente, Sonora. É sutil a diferença, mas existe e funciona como recurso para ressaltar a literatura como trabalho criativo e não exatamente como reflexo direto da realidade, sobretudo em autor muito empenhado na construção formal e estrutural do texto (BOLAÑO, 2009:34). A distinção aparece de relance, em duas passagens quase imperceptíveis, em que Ciudad Juárez é mostrada como outra localidade: “O outro era de Ciudad Juárez, em Chihuahua”; “(...) que era território do cartel de Ciudad Juárez” (BOLAÑO, 2010:375;

³ O tema da vida acometida pelo demônio aparece em uma das cenas do filme *Bordertown* (2007, direção de Gregory Nava), inadequadamente traduzido para o português como *Cidade do silêncio*. Filme inspirado nas mortes de Ciudad Juárez e estrelado por Jennifer Lopez e Antonio Banderas. Essa atmosfera tétrica também pode ser notada pelo leitor, ao longo do romance.

599). Entre uma e outra, notamos fluida separação, embaçada por todos os deslizamentos e sobreposições que estão na raiz da orquestração da obra. Sinal literário vinculado a fatos reais que, de tão macabros e desnorteantes, parecem desafiar a distinção entre realidade e ficção.

Se 2666 aponta para um futuro representado como cemitério, portanto, repleto de corpos e vazio de esperança (pessoal e histórica), a escolha do romance, como estrutura literária típica da modernidade, repõe uma dialética entre um projeto moderno e seu esgotamento, de modo que a esqualidez do livro e o tom esquivo do título simbolizam a (des)sintonia do autor em relação ao tempo contemporâneo. Isso em um mundo onde, como disse Edward Said, há locais em que as questões referentes à vida moderna ainda vicejam, plenas de sentido (Caribe, Europa Oriental, América Latina, África, Índia), ao passo que, em outras paragens, as pessoas já enfrentam dilemas e desafios típicos da chamada pós-modernidade (SAID, 2011:500).

O romance em questão parece ser sintomático desse mundo, sendo que talvez a palavra mundo possa ser entendida somente como o planeta em que todos nós casualmente estamos, em condições que elevam grandes obstáculos a qualquer tipo de totalização ou mesmo percepção de que fazemos parte da mesma humanidade, principalmente, como projeto civilizatório.

A parte de Amalfitano

A segunda parte do livro trata de um professor de filosofia chileno (Amalfitano), que abandonou seu país a partir do momento em que Allende foi derrubado do poder pelos militares (1973). Após passagens por Argentina e Espanha, e um relacionamento com uma mulher bem problemática, com quem teve uma filha, dirigiu-se para Santa Teresa (México), onde passou a ministrar aulas na universidade local. Nessa cidade, vive com sua filha, e isso lhe causa grande temor, no limiar da loucura, em função das notícias a respeito de corpos femininos constantemente encontrados em locais ermos. Uma série interminável de mortes, raros suicídios, inúmeros assassinatos que lançam o professor em um estado de apreensão constante quanto à segurança de sua filha, já adolescente e, portanto, mergulhada em uma fase da vida em que vão se alargando os espaços geográficos de mobilidade e o círculo de pessoas com as quais são estabelecidas relações, com destaque para saídas noturnas.

Amalfitano é envolto por um mal-estar que não passa (à semelhança de quase todos os personagens da obra). Ao mesmo tempo, com formação em filosofia, ele representa o intelectual típico, cujo trabalho, em sua essência, é a produção e discussão de ideias. Intelectual multiplamente desenraizado: desterrado em relação à terra natal (chileno que foi para a Espanha e, no final, radicou-se no México – países em que o próprio autor viveu); homem que tem de se desdobrar na realização das ações típicas dos papéis sociais vinculados à maternidade e à paternidade; professor desprezado ao ter de ciceronear um grupo de críticos que chegaram da Europa, bajulados pelo subserviente reitor da universidade local. Nem mesmo a filosofia funciona como “território” seguro, pois ele não se sente realizado em suas aulas.

Amalfitano é constituído por múltiplas *persona*, sem que haja um fio sequer capaz de perpassar todas elas e, disso, derivar uma possível unidade para si e para os outros. Essa “esquizofrenia”, escolhida por Bolaño para compor o personagem, é sintomática de um momento em que, segundo Said, mais ninguém é uma coisa só (Ibid., 500). Sendo assim, talvez essa parte do romance seja um exemplo estético capaz de exemplificar uma discussão que aparece no seguinte trecho do livro *Cultura e imperialismo*:

(...) não é exagero dizer que a libertação como missão intelectual, nascida na resistência e oposição ao confinamento e devastação do imperialismo, agora passou da dinâmica estabelecida, assentada e domesticada da cultura para suas energias desabrigadas, descentradas e exiladas, que têm sua encarnação atual no migrante, e cuja consciência é a do intelectual e artista no exílio, a figura política entre domínios, entre formas, entre lares e entre línguas. Assim, dessa perspectiva, tudo realmente é contrário, original, disponível, estranho (Ibid., 505).

As coincidências biográficas entre algumas informações do personagem e do autor talvez sirvam como esteio para interpretarmos Amalfitano como recurso estilístico do qual Bolaño lançou mão para pôr-se no interior de sua própria obra. Obra que é a figuração de toda a complexidade envolvida nas novas “posições” dos intelectuais, expatriados, tentando forjar criações em meio ao desconforto (existencial, teórico, epistemológico e prático) desse espaço ambíguo e desconcertante, situado “entre domínios, entre formas, entre lares e entre línguas” díspares. O mal-estar de Amalfitano é desdobramento da dificuldade de oferecer uma solução estética (da qual 2666 parece ser um exemplo) para uma questão tratada também por Homi Bhabha: construir narrativas das condições fronteiriças de culturas

e disciplinas, instigada pela urgência de um saber que seja transacional (BHABHA, 2005:294-295).

A parte de Fate

“A parte de Fate” trata de um jornalista negro chamado Quincy Williams, conhecido em seu trabalho como Oscar Fate. Williams/Fate exerce seu ofício em uma pequena revista de Nova York, *O Amanhecer Negro*, e vive a duras penas em função dos baixos rendimentos, situação agravada por hábitos desregrados de alimentação e consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Em meio à notícia da morte de sua mãe e às obrigações burocráticas que isso requer, precisa se deslocar até Detroit, a fim de entrevistar um ex-pantera negra. Finalizada a tarefa, outro pedido lhe é feito às pressas: ir até a cidade de Santa Teresa para cobrir uma luta de boxe⁴ no lugar de um correspondente esportivo recentemente morto. Uma peleja entre um boxeador local e um americano. À revelia, acaba aceitando viajar para o México, motivado pelos dividendos costumeiramente mais elevados dos jornalistas esportivos, se comparados aos valores pagos àqueles dedicados a questões político-sociais, como ele.

A chegada de Williams/Fate a Detroit assemelha-se a uma cena cinematográfica. Cidade marcada pela decadência, apresentada da perspectiva do interior do automóvel, em lento movimento: homens velhos e ociosos nas janelas e / ou escadas; crianças que batem papo ou brincam, ainda não totalmente tragadas pelo mundo do trabalho das montadoras, ao qual talvez estejam destinadas (se houver emprego). As impressões sobre a cidade vão surgindo na toada do retrovisor de um veículo, cruzando vagarosamente um bairro, *à la Spike Lee*.

Em certo momento, o personagem observa um mural pintado em uma parede. Um grafite urbano que lembra a arte mexicana muralista, presente nas vias públicas do vizinho latino (onde Bolaño passou a adolescência). Imagem que beira os limites da sanidade, na crítica que faz à asfíxia que envolve as vidas dependentes das linhas de montagem de carros: um imenso relógio, representando a temporalidade imantada pela produção, fragmentada em doze estágios, como se a vida ali exigisse de cada habitante

⁴ O pai de Bolaño foi caminhoneiro e boxeador.

um esforço hercúleo na luta diária pela sobrevivência, no inferno do trabalho ou da inutilidade. O trecho é sugestivo:

(...) Na parede lateral de um edifício vizinho viu um mural que lhe pareceu curioso. Era circular, como um relógio, e onde deviam estar os números havia cenas de gente trabalhando nas fábricas de Detroit. Doze cenas que representavam doze etapas da cadeia de produção. Em cada cena, porém, se repetia um personagem: um adolescente negro, ou um homem negro comprido e franzino que ainda não havia abandonado ou que resistia a abandonar a infância, vestindo roupas que variavam a cada cena mas que indefectivamente eram sempre pequenas para ele, e que exercia uma função que aparentemente podia ser considerada como a do palhaço, o tipo que está ali para nos fazer rir, mas se você olhava com mais atenção se dava conta de que não estava ali só para nos fazer rir. Parecia a obra de um louco. A última pintura de um louco. No centro do relógio, para onde convergiam todas as cenas, havia uma palavra pintada com letras que pareciam de gelatina: *medo* (BOLAÑO, 2010:239).

Em seguida, já fora dos Estados Unidos, Williams/Fate julga Santa Teresa com base em suas experiências de vida, enraizadas em território norte-americano. Por um lado, há o discurso do jornalista Chucho Flores, que apoia a “pujança” econômica da cidade, com dinâmica advinda da instalação de inúmeras maquiladoras. De quebra, a cidade se vê frente a frente com problemas de outra ordem: violência, tráfico de drogas, infraestrutura urbana incapaz de dar conta do volume de homens e mulheres que para lá migram, em função dos investimentos de capital. Problemas percebidos como o preço a ser pago por quem almeja o progresso. Um dos únicos momentos em que aspectos típicos da modernidade (atrelada ao capital), nesse discurso acrítico, são monoliticamente apresentados. Modernidade sem fissuras e plena de sentido.

Habitado aos Estados Unidos, Santa Teresa lhe parece algo informe, “a meio caminho entre um cemitério esquecido e um lixão”. Lugar onde seus parâmetros não parecem funcionar perfeitamente, visto que deslocados do contexto de origem, a ponto de, no final das contas, regressar a Nova York com a sensação de que “tudo voltaria a ter a consistência da realidade” (Ibid.:306).

Nesse momento, estamos no território onde ocorrem as mortes, não obstante elas apareçam nas margens, pela opinião de um jornalista local (pouco interessado no assunto) e pelo engajamento um tanto quanto

frouxo de outro jornalista (que regressará aos Estados Unidos sem realizar a reportagem sobre o drama que aflige as mulheres do norte do México).

Willimans/Fate é um homem negro (afro-americano) forjado nas lutas cruentas envolvendo cor da pele, em país até então pouco afeito à miscigenação (EUA). Ele chega a sentir empatia passageira pelo drama daquela cidade, encravada no meio do deserto. Contudo, logo esmorece. Primeiro, pelo distanciamento identitário que passa a funcionar, quase automaticamente, quando no México, pois Williams/Fate diz-se americano (cai o prefixo afro) para marcar as fronteiras que o separam dos habitantes locais (os outros). Segundo, pelo regresso ao país de origem e ao seu cotidiano, momentaneamente suspenso pela morte da mãe e pelas viagens que teve de fazer. Regressando ao lar, onde espera a recomposição da realidade, os crimes ofuscam-se nas sombras, como se deixassem de existir. Assim, no mundo global, os fatos não assumem o mesmo estatuto e / ou importância, mas são iluminados e / ou ofuscados constantemente.

Talvez as coisas não voltem a ter a consistência de realidade. Primeiro porque as condições sociais e econômicas em que se constituíram certas identidades (por exemplo, ser afro-americano) fazem parte do passado (recordemo-nos de que, significativamente, o personagem viaja para entrevistar um ex-pantera negra, com ênfase no prefixo “ex”). E o passado tem um estatuto estranho no mundo global. Isso porque é, simultaneamente, algo ausente e presente. Ausente por ser parte do fluxo ininterrupto da vida (o objeto dos historiadores). Presente na forma de memória biográfica e social (passível de ser reinterpretada em função de novas experiências e condições de vida), nas múltiplas imagens documentais e / ou ficcionais, constitutivas do imenso mecanismo de memória eletrônica, montado e mantido pelos seres humanos, particularmente a partir das inúmeras reelaborações de tempos idos; imagens construídas, sobretudo, pelo cinema e pela teledramaturgia. Assim, o passado, sem ser o que já foi, faz parte da tessitura do presente. Está entre nós nessa espécie de “entre-tempo” global compósito, em que os fios do passado, presente e futuro estão simultaneamente entretecidos na tapeçaria do romance e da vida contemporânea.

Semelhante ao caso de Amalfitano, reiteramos aqui a condição do intelectual desterrado e sem norte (nesse caso, um jornalista), preso num tempo que não flui. Aqui o acento recai sobre a temporalidade, que assume feições tão esquálidas como a do romance como um todo. Tempo suspenso pela morte da mãe; alusão às condições (já inexistentes no presente) em que

as identidades afro-americanas foram forjadas⁵; desorientação representada pela cobertura para o caderno de esportes, em território estrangeiro, assolado por um sem-número de assassinatos de mulheres. Aliás, não bastaria transpor a fronteira para se sentir em casa novamente, pois estaria no sul norte-americano, região inóspita para um negro ficar, posto que uma das mais resistentes à extensão dos direitos civis.

Articulada ao tema da temporalidade vem a questão da identidade, em termos dos aspectos que remetem à persistência e à variação ao longo do tempo. Identidade que não pode ser mais aquilo que foi, na medida em que os espaços geográficos, a estrutura e as experiências sociais já não são as mesmas. Assim, esse “entre-tempo” global, em suas constantes inflexões, dá sustentação a uma “esquizofrenia” que faz as pessoas se sentirem inseguras, levando ao paroxismo o diagnóstico presente no Manifesto Comunista de 1848: “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Então, o desconforto produzido por Bolaño, na conformação de seu personagem, ganha respaldo em um novo mundo onde (mais uma vez recorremos a Edward Said) as pessoas são muitas coisas ao mesmo tempo e é cada vez mais difícil (se não impossível) encontrar um nó górdio capaz de fornecer uma totalidade significativa da qual o ser humano possa se apropriar, no esforço de dizer-se quem é. O jornalista é cindido entre ser Quincy Williams e Oscar Fate, entre trabalho e vida privada.

Identidade que tem a ver com o espaço e, portanto, com o movimento. Importa não só a passagem do tempo, a mudança da temporalidade, mas também os deslizamentos geográficos entre regiões díspares. E é justamente na cidade fronteiriça entre México e Estados Unidos que, da leitura do romance, depreendemos pistas acerca de um tipo de política da identidade (ou melhor, das possíveis relações de poder vinculadas às diferenças étnico-culturais), na medida em que o personagem tira da manga - de forma (in)consciente - a carta identitária mais ajustada a seu esforço de recompor uma segurança estilhaçada: dizer-se negro, afro-americano ou apenas americano? No México, a cidadania norte-americana parece falar mais alto que a negritude. Se pessoas provenientes do Terceiro Mundo entram nos Estados Unidos e

⁵ O mural combina sugestões à extração de mais-valia, negritude, caricatura, jocosidade e, como arremate final, o medo. Portanto, inexiste a perspectiva (antiga e preñhe de sentido) do embate racial que apontava para um projeto futuro de construção, reconhecimento e exercício da cidadania civil, política e social. Os momentos significativos e monumentais das lutas raciais se foram e, no mural provocativo, tais fatos ganham tom caricatural, uma espécie de louco ocaso (contraponto ao nome do jornal – *O Amanhecer Negro*).

são ali reconstruídas como pessoas de cor e marginalizadas (SPIVAK, 2009), o deslocamento do personagem em direção ao México sugere o contrário: sua desconstrução como afro-americano em favor de sua construção como norte-americano. Williams/Fate não parece conseguir exercer o dom ou a condenação de falar de mais de um lugar (CANCLINI, 2010:114).

A parte dos crimes

No quarto “capítulo”, o livro chega à sucessão sem fim dos crimes cometidos em Santa Teresa. Nessa seção, o leitor tem, diante dos olhos, uma série de corpos de mulheres mutilados e encontrados em lixões, becos, quartos de motéis, nas margens das estradas, ao lado de galpões, no deserto. É a construção, em andamento, do cemitério oculto no título da obra e aludido em *Amuleto*.

O texto é confeccionado a partir de descrições típicas de investigadores e legistas, associadas a dados de cunho socioeconômico: nome, estado civil, profissão, local de residência, círculo de amizades. Isso quando é possível identificar o cadáver. Não raro são mortes enterradas no anonimato e no esquecimento, das pessoas e da história.

Essa parte é montada de forma muito peculiar. A cada corpo encontrado, as informações sucedem-se sem divisão de parágrafos. Esse recurso estilístico já havia sido explorado pelo autor em outro livro. Bolaño já o havia levado ao paroxismo na obra *Noturno do Chile*, em que há uma única divisão em todo o texto, sendo o segundo parágrafo reduzido a uma linha isolada e derradeira: “E depois se desencadeia a tormenta de merda” (BOLAÑO, 2004:118). Tal recurso está em sintonia com a escrita deslizante da qual já falamos, suscitando estímulos gerados pela sequência ininterrupta de ideias que tiram o fôlego e dão a sensação de que a realidade, mesmo a mais comezinha, é absolutamente delirante.

Contudo, ao contrário do *Noturno...*, em que essa estrutura está em sintonia com as situações de medo típicas dos regimes ditatoriais, quando se tem a sensação de que tudo é medo (com ênfase direcionada ao fluxo ininterrupto do pensamento), no romance aqui analisado cada vida é convertida em uma pequena epopeia, espremida em curto espaço textual, densa como um bloco, de modo que os personagens parecem apertados dentro do texto (da vida), como se este(a) fosse um casebre diminuto, habitado sob condições arquitetônicas miseráveis.

Nesse claustro literário sob pressão (dúplice da realidade à qual ele faz referência – Ciudad Juárez) vicejam traços de corte social na escrita, entalhada a partir de inúmeras informações sobre as precárias condições de vida do lugar e das pessoas que ali vivem: autoconstrução; moradia precária feita com o material que se tem à mão; trabalho não qualificado; sucessão infindável de horas extras (complementadas pelos afazeres domésticos e por alternativas econômicas no comércio informal – venda de sanduíches, cuja elaboração segue noite adentro); ausência do marido / pai; filhos que logo precisam encontrar emprego, a fim de ajudar nas despesas do lar, numa sina partilhada por várias mulheres, anos a fio (BOLAÑO, 2010:387-390).

Sem notícias do marido, uma personagem é tragada pelo torvelinho de abrupta mudança social, prenhe do estranhamento decorrente do desajuste repentino em relação à nova condição de chefe do lar. Além do que cada mulher é literariamente modulada em função de uma forma de estranhamento mais estrutural, vinculado à posição feminina na sociedade mexicana, cada qual carregando o legado de Malinche, a índia acusada de trair os seus ao se aproximar de Cortez (PAZ, 1984:76-77; 80).

Os traços “surreais” apontam para o desespero que anima as “caminhadas exaustivas” do irmão da desaparecida Penélope Méndez Becerra, percorrendo as vias de Santa Teresa, à procura (insana) de um carro preto que pudesse ser o mesmo no qual a irmã havia entrado, segundo o relato de uma amiga. Um mórbido itinerário de anotação de placas, desnorteante, movido pelo ressentimento diante da felicidade alheia, contraposta e indiferente ao sumiço da irmã.

Na medida em que a leitura transcorre, ocorre algo inusitado: ao ler a breve e despreziosa expressão “Um dia”, é quase certo que, em seguida, surgirá um corpo, desfigurado, inerte, violado “anal e vaginalmente”, advérbios cuja repetição incessante simboliza o absurdo (real) para o qual o autor busca encontrar solução estética. Em alguns momentos, os corpos vão para a vala comum, sem que apareça viva alma que tenha denunciado o desaparecimento de alguém. Essa parte do livro acaba e os crimes ficam sem solução (o autor recusa-se a usar o subterfúgio do narrador onisciente, na medida em que não seria verossímil para problemas que têm dimensão histórico-estrutural).

Essa situação, duplicata de fatos concretos, pode ser compreendida como resposta estilística para aquilo que Teresa Caldeira chamou de “corpo incircunscrito” (*unbounded body*) (CALDEIRA, 2000:343-377), atributo típico de sociedades periféricas de passado colonial-escravocrata, nesse caso

envolto pela questão de gênero. Dizemos isso em função da maneira como os corpos femininos são violados de forma praticamente corriqueira⁶, lançando as mulheres ao acaso de outra forma de desenraizamento: o desterro em sua própria terra, enraizado no terror que envolve a cidade.

A ameaça sombria, que recai particularmente sobre as mulheres, é representada no romance em perspectiva temporal de longa duração. Há um longo, porém sugestivo, trecho (BOLAÑO, 2010:530-531) que é uma espécie de genealogia do personagem Lalo Cura, participe das investigações locais. A história tem início no ano de 1865⁷ e deságua em 1993, mais de um século condensado num único personagem, literariamente entrelaçado à formação do México.

No trecho aqui aludido, vislumbramos também um deslizamento temporal entre várias gerações, na toada de verdadeira saga feminina e nacional, em que um mesmo nome (María Expósito) é transferido de mãe para filha, sempre concebida após encontro sexual não consentido. Cada uma dessas Marias carrega a mácula do abandono, da orfandade. Todas elas expósitas, “chingadas”, como afirma Octavio Paz⁸. Violência corriqueira, envolta em silêncio coletivo, subentendido e perversamente mantido.

⁶ Eis um trecho de reportagem veiculada pela revista Marie Claire, intitulada “A cidade que odeia as mulheres”, escrita pela jornalista Elisa Martins: “O drama de Ramona, infelizmente, não é o único. Ele se repete nas histórias de mais de mil mães que pedem na justiça enquanto choram pelas filhas que nunca voltaram para casa – cerca de 1.100. Esse é o número oficial de mulheres mortas desde 1993 [ano da primeira morte ocorrida no romance], quando começaram a contar os assassinatos em série nessa que é considerada a cidade mais violenta do mundo. Só em outubro de 2010, 47 jovens tiveram seus sonhos interrompidos de maneira absurda. Foi o mês com mais mortes nos últimos 17 anos” (MARTINS, 2011:65).

⁷ O ano de 1865 está encravado em meio a lutas cruentas entre imperialistas e republicanos, momento decisivo no processo de formação do México. Para uma interpretação desses eventos e dos atores sociais nele envolvidos, vale a pena consultar o ensaio *O labirinto da solidão*, de Octavio Paz. É sintomático o fato de Bolaño “reconstruir” a formação mexicana usando como ícones personagens provindos das classes populares, ainda mais se levarmos em conta que, segundo Paz, “A nação mexicana é o projeto de uma minoria que impõe seu esquema ao resto da população, contra outra minoria ativamente tradicional” (PAZ, 1984:107-134). Isso tudo em uma sociedade profundamente hierarquizada, em que os mestiços não tinham lugar definido (LAFAYE, 2002:42).

⁸ Cf. PAZ, 1984:74. Aqui, a própria escolha do nome (Maria) vem carregada de contradição enraizada na história mexicana, a julgar pelo raciocínio feito por Jacques Lafaye. Segundo ele, no México, ao longo do processo histórico de constituição de Guadalupe como mito nacional, a escolha dos nomes era prenhe de sentido religioso. Além do mais, como parte da tradição da cristandade, Maria é a grande distribuidora de graças: “Guadalupe é a mulher do Apocalipse, a que pisoteia o dragão” (LAFAYE, 2002:123; 369; 375).

Em várias passagens, há vestígios de religiosidade mágico-tradicional, popular, cravada nas práticas de curandeirice e no conhecimento de ervas medicinais, quase como monopólio feminino – atributo importante da formação mexicana, desde o encontro com a Europa, via colonização (GRUZINSKI, 2000:159). Mas também pelas visões de Lalo Cura, situadas na fronteira (esfumaçada) entre sono e vigília, em consonância com as tradições mágicas provindas das culturas indígenas, dotadas de religiosidade muito distinta, se comparada à proposta pelo cristianismo, aclimatado e reelaborado nessas terras em meio ao empreendimento colonial. Magia como instituição e matriz geradora de sentidos outros, pelos quais a realidade é representada de forma esquiva ao olhar cristão, tendo em vista que embasada em uma espécie de “comércio” simbólico constante entre o real e o sobrenatural (Ibid., 186-187; LLARENA, 2008:118-119) (mundo encantado). Nos momentos de delírio de Lalo Cura (nome emblemático), as vozes simbolizam a sobreposição entre tradição e modernidade, em temporalidade forjada pelo entrelaçamento de tempos históricos distintos.

As partes dos críticos e de Archimboldi

A primeira parte do livro versa sobre a formação e trajetória de quatro acadêmicos (críticos literários), empenhados no estudo de um escritor alemão esquivo, chamado Benno von Archimboldi, cuja biografia é praticamente desconhecida, mas que acaba sendo indicado para o Nobel, em 1996. Tal indicação foi logo convertida em alavanca de prestígio a ser desfrutado por seus seguidores, que vão a reboque na glória do mestre. Críticos provindos de locais díspares da Europa: Jean-Claude Pelletier (França), Piero Morini (Itália), Manuel Espinoza (Espanha) e Liz Norton (Inglaterra), a única mulher entre eles.

A trama é feita para representar toda a economia simbólica (e material) vinculada à vida acadêmica, particularmente dos indivíduos dedicados às análises literárias. Estão lá as primeiras leituras juvenis, a aquisição dos títulos, as publicações, os congressos, as conversas de mesa de bar, as ligações telefônicas e amorosas, e as farpas trocadas entre intelectuais pertencentes a círculos distintos. Todos envolvidos na luta por reconhecimento. Críticos empenhados em descobrir (sem sucesso) o maior número possível de informações, de preferência o escritor em carne e osso, sob pena de construírem carreiras em torno de um fantasma, muito escorregadio. Lá

pelas tantas, eles descobrem uma pista do paradeiro de Archiboldi e decidem viajar para o México, mais precisamente para a cidade de Santa Teresa. (Exceção feita a Morini, o mais velho de todos, saúde debilitada e preso a uma cadeira de rodas). Na bagagem, a esperança de ficar face a face com Benno von Archiboldi.

A biografia é revelada ao leitor somente na última parte do livro, e isso torna mais contundente a viagem infrutífera dos críticos. Benno von Archiboldi é o pseudônimo de um alemão chamado Hans Reiter. Filho de uma caolha e de um pernetá, a vida de Reiter transcorre em meio ao horror da Segunda Guerra Mundial, cujas agruras são vistas e vivenciadas bem de perto, na condição de soldado alemão. Reiter foi incorporado ao exército do Reich não por convicção nacional-socialista ou pela defesa ideológica da superioridade da raça ariana e da Alemanha, mas apenas por ter sido convocado, de modo que essa condição é tratada como um ofício e nada mais. O âmbito da biografia comporta praticamente todo o século XX e, já bem próximo de seu encerramento, nos anos 1990, Reiter está de passagem comprada para o México, a pedido de sua irmã (Lotte), cujo filho está preso em Santa Teresa, sob acusação de ser um assassino serial de mulheres, ainda que, mesmo atrás das grades, as mortes não cessem. Mas, da vida de Reiter, os críticos nada sabem.

De posse da pista acerca da viagem de Benno von Archiboldi/Hans Reiter a Santa Teresa, três dos críticos protagonistas perfazem o caminho dos antigos colonizadores. Viagem que sintetiza as possibilidades de recriação literária dos deslocamentos humanos entre regiões marcadas por desenvolvimentos econômico-sociais muito díspares, ainda que articulados. Recriação também das formas pelas quais esses deslocamentos podem ser imaginados por seus atores.

Bolaño parece atento a todo aporte infraestrutural que oferece novas condições de trânsito pelos territórios e às interpretações que os indivíduos podem criar, na transição entre regiões desiguais. Isso em um mundo de circulação frenética de ideias, pessoas e imagens, ainda que formado por regiões perpassadas por tempos históricos descompassados (IANNI, 2000:35-63). Como afirma Canclini, o nomadismo é “uma chave de nossa contemporaneidade” (CANCLINI, 2010:71) e da personalidade de Bolaño, cuja vida foi marcada pelo desterro. Mas a concretude das realidades locais, com suas particularidades, produz uma espécie de refração que perturba os viajantes. Portanto, não há cosmopolitismo em Bolaño, no sentido de sentir-se em casa em qualquer lugar, na medida em que os processos globais

não aplinam as especificidades históricas, sociais e econômicas dos locais, mundo afora.

Nessa porta de entrada do romance, as mortes de Santa Teresa ocupam posição bem marginal, em sintonia com o alheamento dos intelectuais em questão, todos eles mergulhados até o pescoço em especulações que lhes parecem maiores, geradas no seio das instituições que dão o tom da economia simbólica da vida acadêmica.

O abismo entre a vida local e os críticos é reforçado pelas impressões que a imagem da cidade suscita nos viajantes europeus, na chegada a Santa Teresa e no contato com alguns de seus habitantes, após o “pasteurizado” trânsito aéreo. Localidade que “lhes pareceu um enorme acampamento de ciganos ou de refugiados dispostos a se porem em marcha ao menor sinal”. Cidade “caótica”, “hostil” (BOLAÑO, 2010:117-118). Sobre o professor Amalfitano, que, por vezes, ciceroneou os visitantes ao longo da estadia, predomina a ironia e o desprezo. Esse arranjo é um recurso que ganha sentido como representação da mobilidade entre as diferenças regionais em questão, sendo o lado europeu colorido com as tonalidades do prestígio e, no limite, como realidade mais verdadeira e sólida quando comparada a outras partes do mundo, praticamente “inexistentes” se comparadas a ela.

Ou seja, não se trata de representar as peculiaridades europeias e/ou latino-americanas, mas sim as refrações do olhar sentidas pelas pessoas que se movem entre as diversas regiões do mundo. Eis um ponto interessante do romance como um todo: sua esqualidez cai bem nos dias atuais, na medida em que nele estão representados múltiplos olhares, para além do olhar cosmopolita das pessoas que se sentem bem em qualquer parte do mundo porque circulam por regiões aparelhadas com instituições uniformizadoras: aeroportos, hotéis, redes de alimentação *fast-food* etc.

Na falta de zelo corporal atribuída Amalfitano, metaforizado como náufrago, há um suporte para pensarmos no referido desprezo europeu por suas ex-colônias, mas também não há por que não conceber essa ferocidade da seguinte maneira: em meio às formas de desenvolvimento avançado e às várias ditaduras militares que tiveram vez desse lado do Atlântico (transformando a região, por certo tempo, num grande bloco ditatorial), todo intelectual é um náufrago em potencial na América Latina, sendo o exílio tema recorrente na literatura local, particularmente a chilena, cujos escritores, após o levante militar que levou Pinochet ao poder, foram constrangidos a criar fora de sua terra natal. O próprio Roberto Bolaño foi preso e constrangido ao exílio forçado (DELGADO, 2008:473; 475),

de modo que o *mix* de raiva e deboche com que ele escreve ganha ares de crítica estético-política contundente⁹. A arrogância dos críticos talvez seja uma figuração literária vinculada a outro ponto discutido por Spivak: todo intelectual pensa a partir dos limites do poder institucional ao qual está vinculado (SPIVAK, 2009).

Fechando a verve irritadiça e irônica com que Bolaño representa o distanciamento dos intelectuais europeus em relação à realidade do lado de cá do oceano, o autor se vale de uma intuição onírica que acometeu a única mulher entre os críticos, a inglesa Liz Norton. Em sua primeira noite em Santa Teresa, no quarto do hotel, Liz teve um sonho que lhe pareceu um mau presságio e a levou a fazer as malas e regressar quase imediatamente para o “seguro” solo europeu:

No sonho de Norton ela se via refletida nos dois espelhos. Num de frente e no outro de costas. Seu corpo estava ligeiramente enviesado. Com certeza era impossível dizer se esperava avançar ou retroceder. A luz do quarto era escassa e matizada, como a de um entardecer inglês. Não havia nenhuma lâmpada acesa. Sua imagem nos espelhos aparecia vestida como para sair, com um *tailleur* cinza e, coisa curiosa, pois Norton nunca usava esse adereço, um chapeuzinho cinzento que evocava as páginas de moda dos anos 50. Provavelmente usava sapatos de salto alto, pretos, embora não pudesse vê-los. A imobilidade do seu corpo, algo nele que induzia a pensar no inerte e também no inerte, a levava a se perguntar, no entanto, o que estava esperando para sair, que aviso aguardava para sair do campo em que os dois espelhos se olhavam, abrir a porta e desaparecer. Teria ouvido um barulho no corredor? Teria alguém tentado abrir sua porta? Um hóspede perdido no hotel? Um empregado, alguém enviado pela recepção, uma faxineira? O silêncio, não obstante, era total e tinha, além do mais, algo de calmo, dos longos silêncios que precedem a noite. De repente Norton se deu conta de que a mulher refletida no espelho não era ela. Sentiu medo e curiosidade e ficou quieta, observando, se isso era possível, mais detidamente a figura no espelho. Objetivamente, disse consigo mesma, é igual a mim e não tenho nenhuma razão de pensar o contrário. Sou eu. Mas depois atentou para o pescoço: uma veia inchada, como se estivesse a ponto de rebentar, o percorria desde a orelha até se perder na omoplata. Uma veia que, mais que real, parecia desenhada. Então Norton pensou: preciso ir embora daqui. E percorreu o quarto com os olhos tentando descobrir o

⁹ “Toda literatura, em certo sentido, é política. Primeiro, quero dizer que é uma reflexão sobre política, e, segundo, é também um programa político.” (BOLAÑO, 2009:35).

lugar exato em que se encontrava a mulher, mas foi impossível vê-la. Para que se refletisse nos dois espelhos, disse para si, tinha de estar bem entre o pequeno corredor de entrada e o quarto. Mas não a viu. Ao fitá-la nos espelhos notou uma mudança. O pescoço da mulher se mexia de forma quase imperceptível. Eu também estou refletida nos espelhos, se disse Norton. E se ela continuar se movendo finalmente ambas nos fitaremos. Veremos nossos rostos. Norton cerrou os punhos e esperou. A mulher do espelho também cerrou os punhos, como se o esforço que fazia fosse sobre-humano. A tonalidade da luz que entrou no quarto se tornou cinzenta; Norton teve a impressão de que lá fora, nas ruas, tinha se desatado um incêndio. Começou a suar. Abaixou a cabeça e fechou os olhos. Quando voltou a olhar para os espelhos, a veia inchada da mulher havia aumentado de volume e seu perfil começava a se insinuar. Tenho de fugir, pensou. Também pensou: onde estão Jean-Claude e Manuel? Também pensou em Morini. Só viu uma cadeira de rodas vazia e atrás dela um bosque enorme, impenetrável, de um verde quase preto, que demorou a reconhecer como o Hyde Park. Quando abriu os olhos o olhar da mulher do espelho e o dela se cruzaram em algum ponto indeterminado do quarto. Os olhos dela eram iguais aos seus. Os pômulos, os lábios, a testa, o nariz (BOLAÑO, 2010:120-122).

O excerto acima é nodal para as pretensões de nosso argumento, por sua estrutura estilística e pela posição no livro. O recurso de fazer o conteúdo do pesadelo coincidir com o espaço onde Liz Norton está (em um quarto de hotel, onde se está de passagem), associado ao trecho em que, repentinamente, ela começa a ouvir ruídos que imagina ocorrerem do lado de fora do ambiente, faz com que a linha entre a vigília e sonho seja, mais uma vez, esfumaçada¹⁰.

A imagem é tétrica, claustrofóbica, reforçada pela estratégia do texto em “bloco”, que deixa pouco espaço para o leitor respirar. A narrativa combina o tom impessoal do eu-lírico e pequenos trechos em primeira pessoa, dando

¹⁰ Roberto Bolaño faz uso frequente dos sonhos ao longo de todo o livro, o que, por si, já oferece material mais que suficiente para um estudo à parte. No texto, o sonho é recurso estilístico que garante o tom de verossimilhança entre as imaginações dos personagens, a realidade recriada esteticamente e a realidade histórico-social para a qual o romance aponta. Não obstante, o sonho funciona como ferramenta que nos parece similar ao possível sentido sociológico das imagens oníricas, na mesma linha de raciocínio proposta por Roger Bastide: “Não seria conveniente restabelecer redes de intercomunicações entre os dois mundos? Ver como os estados crepusculares, como a metade obscura e sombria do homem prolonga o social, assim como o social se alimenta de nossos sonhos? Em suma, tentar uma sociologia do sonho.” (BASTIDE, 1978:137).

voz ao personagem. O corpo imobilizado e indefeso, o desespero, a veia saltada no pescoço e as contorções faciais fazem desse sonho a imagem onírica daquilo que é totalmente omitido na parte referente aos crimes: as sucessivas torturas e estrangulamentos, referidos nos laudos médicos que versam sobre as causas das mortes, inúmeras decorrentes de ruptura do osso hioide, situado na base da garganta.

No desespero de Liz Norton está o ápice da empatia e de conexão com o triste destino das mulheres de Santa Teresa. Estranha sintonia que figura um abismo existencial e histórico entre homens e mulheres, na América. Uma sutil ponte entre América e Europa, erguida entre personagens de origens e trajetórias de vida muito discrepantes. Liz Norton sente, em sonho, aquilo que ninguém vê ou finge não ver: os crimes flagrados durante o ato. Por um momento, no pesadelo, Norton reconhece-se no outro (nas mulheres locais); reconhece o outro em si. Isso causa um efeito de cisão em sua identidade, passando a ser estranha a si mesma. Um fugaz instante luminoso de encontro e comunicação (na fronteira) entre Europa e América, literatura e vida. Instante logo desfeito pelo terror.

Ao fazer com que Liz Norton tenha um sonho que é a metáfora da violência que recai sobre as mulheres de Santa Teresa, o autor desloca os crimes da posição do livro em que são abordados. Ao fazê-lo, oferece uma representação interessante do anonimato em que eles ocorrem, quase todos sem solução. Ao mesmo tempo, humaniza a condição da vítima, demasiadamente “coisificada” nas mãos dos legistas; na ineficiência da polícia, com suas gírias banalizadoras (corpo associado ao termo “presunto”); e na situação dos corpos, despejados ao léu.

Na distância abissal entre os críticos e seu objeto de estudo (Benno von Archimboldi), entre Europa e América; e na separação entre a primeira e a última parte do romance, está figurada uma grande polêmica ligada à produção literária: a relação entre literatura e vida. No livro *A literatura em perigo*, Tzvetan Todorov discute o grande risco que a literatura corre no mundo contemporâneo. Qual o perigo? O de que escritores e críticos transformem essa forma de arte em algo encerrado em si mesmo, “alheio” aos seres humanos e suas condições de vida. Isso quer dizer um trabalho literário preso a aspectos técnicos, estilísticos, que engolfariam as questões que, segundo Todorov, verdadeiramente importam: o sentido humano e histórico das obras; o lugar do autor na história do pensamento humano; a leitura da obra como meio para melhor conhecer o homem e o mundo, como enriquecimento da existência (TODOROV, 2009:23-33).

Parece não ser outra coisa o caráter fantasmal (ausente) do escritor nas obras dos críticos e também o alheamento destes em relação à vida local de Santa Tereza e aos assassinatos ali perpetrados. Isso sem falar que o constante jogo entre vigília e sonho, delírios e sanidade funciona como denúncia das barbaridades (passadas e presentes) entranhadas em um mundo pensado como moderno e civilizado.

Uma síntese possível

A força do romance de Roberto Bolaño e o estranhamento decorrente de sua leitura estão ligados ao desafio por ele mesmo proposto, relacionado às condições de vigência da literatura em tempos de globalização. O cerne da obra é a cidade de Santa Teresa (dúplice literário de Ciudad Juárez), situada na fronteira entre México e Estados Unidos. Ao erigir a fronteira como local privilegiado para o qual todos os pontos de fuga de cada uma das partes do livro convergem, Bolaño realizou um experimento estético como possível resposta a uma questão mencionada por Raymond Williams e Edward Said: o problema da travessia (WILLIAMS, 2011:238). Não se trata apenas da fronteira como barreira e separação, mas, principalmente, como conexão, “entre-lugar” (BHABHA, 2005:298), sobretudo quando pensadas em função de transposições constantes, numa infinda sucessão de idas e vindas de mercadorias, ideias e indivíduos. Não se trata de abordar regiões díspares e isoladas, mas sim um novo mundo onde os movimentos contribuem para a produção de uma nova geografia de interstícios, em que as pessoas (e os personagens da obra), de modo geral, sentem-se pouco à vontade.

No variegado espectro de travessias que conformam a tessitura de *2666* (vigília/sonho, passado/presente, Europa/América, biografia/história, vida/morte), o ponto comum em que a urdidura literária ganha firmeza e forma está na multiplicidade de personagens atormentados, desenraizados, incomodados com os movimentos e com a sensação de desorientação, mesmo aqueles que vivem na terra natal, como as mulheres de Santa Teresa. Retomando Said, ficamos diante de um monumento literário escrito como possível resposta para uma nova situação mundial, em que há uma grande quantidade de “pessoas que simplesmente não participam de nenhuma cultura” (WILLIAMS, 2011:238).

E como esses problemas possuem uma “natureza” que requer soluções decorrentes de empreendimentos coletivos (em termos de pesquisa

acadêmica e soluções e / ou experimentações estéticas), há de se pensar no sem-número de ajustamentos necessários para que o romance (como formato estético-literário) seja modulado a ponto de configurar-se como espaço capaz de dar conta dos novos dilemas da vida, transfigurados como dilemas artísticos devolvidos ao público, fechando o circuito de construção dos olhares sobre a práxis humana.

Respostas de tal monta são (e serão) dadas por inúmeros autores, em momentos diversos, todos eles empenhados em constituir representações para os fenômenos históricos, de dentro da história. Afora isso, no caso específico de Bolaño, esse tatear experimental parece plausível porque *2666* é um colossal desdobramento de imagem presente em livro anterior (*Amuleto*). Essa retomada é sinal da insatisfação do autor que, por sua vez, não se reduz à “mera” peculiaridade biográfica, mas está incrustada na dinâmica histórica contemporânea e no desafio de forjar representações e imagens que permitam a inteligibilidade e a ação neste momento da história humana e da história dos estudos culturais, tendo em vista que os literatos são instigados a oferecer criações em um mundo onde as próprias fronteiras do que é a literatura estão em pauta.

Em 1848, Marx e Engels articulavam os processos de ampliação territorial do capital e de criação simbólica, a ponto de sugerirem que, paralelamente ao crescimento da mobilidade, seriam redefinidas as fronteiras literárias, na medida em que das literaturas locais emergiria uma literatura mundial (MARX; ENGELS, 1998:11-12). Mas não entraram nos detalhes sobre essa metamorfose porque não era o momento e porque estava em jogo, na época, muito mais o potencial do mundo global do que sua realidade efetiva. Sendo assim, o romance de Roberto Bolaño é um excelente exemplar das implicações literárias vinculadas a novas condições em que a ideia de história mundial e global não mais é força de expressão ou mera potencialidade.

Referências

- BASTIDE, Roger
(1978) “Sociologia do sonho”. In: CAILLOIS, Roger & GRUNEBaum, G.E. van (dir.). *O sonho e as sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, p. 137-148.
- BHABHA, HomiK.
(2005) *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOLAÑO, Roberto
(2010) *2666*. São Paulo: Cia. das Letras.
- (2009) *Roberto Bolaño: the last interview and other conversations*. Melville House Publishing.
- (2008) *Amuleto*. São Paulo: Cia. das Letras.

- (2004) *Noturno do Chile*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CALDEIRA, Teresa
(2000) *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 343-377.
- CANCLINI, NestorGarcía
(2010) *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras.
- DELGADO, José Manuel Camacho
(2008) "La narrativa chilena: criollismo, vocación urbana y desencanto". In: BARRERA, Trinidad (coord.). *Historia de la literatura hispanoamericana*. Tomo III Siglo XX. Madrid, p. 463-477.
- GRUZINSKI, Serge
(2000) *La colonización de lo imaginario: sociedades indígenas y occidentalización em El México español. Siglos XVI - XVIII*. México: FCE.
- HOBBSAWM, Eric
(2013) *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras.
- IANNI, Octávio
(2000) *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KLEIN, Naomi
(2012) *No logo: el poder de las marcas*. Barcelona: Paidós.
- LAFAYE, Jacques
(2002) *Quetzalcóatl y Guadalupe: La formación de la conciencia nacional*. México: FCE.
- LLARENA, Alicia
(2008) "Surrealismo, Lo realismo maravilloso y Realismo Mágico. Alejo Carpentier y Miguel A. A.". In: BARRERA, Trinidad (coord.). *Historia de la literatura hispanoamericana*. Tomo III Siglo XX. Madrid, p. 115-135.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich
(1998) "Manifesto do partido comunista". In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *O manifesto comunista 150 depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- MARTINS, Elisa
(2011) "A cidade que odeia as mulheres". Marie Claire. Nº 238, São Paulo, jan., p. 64-69.
- PAZ, Octavio
(1984) *O labirinto da solidão e post scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCHWARZ, Roberto
(2000) *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34.
- SAID, Edward
(2011) *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SARLO, Beatriz
(2007) *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SPIVAK, Gayatri
(2009) *Outside in the Teaching Machine*. New York. Routledge.
- TERRON, Joca Reiners
(2010) "Narrativa póstuma é o ápice da carreira de Roberto Bolaño". *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 29 maio. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2905201021.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2011.
- TODOROV, Tzvetan
(2009) *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro, DIFEL.
- VALDES, Marcela
(2009) "Introduction: alone among the ghosts". In: BOLAÑO, Roberto. *Roberto Bolaño: the last interview and other conversations*. Melville House Publishing, p. 6-24.
- WILLIAMS, Raymond
(2011) *Política do modernismo: contra os novos conformistas*. São Paulo, Ed. UNESP.

Recebido em
fevereiro de 2013

Aprovado em
julho de 2013

Perspectivas para o estudo das culturas afro-americanas: entre o rizoma e o Atlântico Negro

Mariana Marchesi*

Resumo

Este artigo tem por objetivo traçar perspectivas para o estudo das culturas afro-americanas diaspóricas, a partir da crítica e desconstrução da ideia de origem e preservação cultural – paradigmas clássicos dos estudos culturais. Operamos tal desconstrução por meio do diálogo entre autores dos estudos culturais afro-americanistas contemporâneos, como J. L. Matory, S. Mintz, R. Price e, principalmente, Paul Gilroy. O desenho de uma nova perspectiva analítica para o estudo dessas culturas se dá no aprofundamento da relação entre o conceito de “Atlântico Negro” de Gilroy e o conceito de “rizoma” dos pós-estruturalistas Deleuze e Guattari, proporcionando uma visão que permite privilegiar os fluxos, agenciamentos e inventividade das culturas em seus processos de formação e transformação.

Palavras-chave

História cultural. Rizoma. Atlântico negro.

Abstract

This paper aims to outline perspectives for the study of diasporic African-American cultures criticizing and deconstructing the idea of origin and cultural preservation - classical paradigms from cultural studies. We orchestrate this deconstruction establishing a dialogue between contemporary African-American cultural studies authors such as J. L. Matory; S. Mintz; R. Price, and especially Paul Gilroy. The design of a new analytical approach for the study of these cultures happens through the deepening of the relationship between the concept of “Black Atlantic” from Gilroy, and the concept of “rhizome” from the poststructuralists Deleuze and Guattari, providing a panorama in which we can prioritize

* Mestra em Comunicação pela Universidade de São Paulo (São Paulo/Brasil), pesquisadora do Centro de Pesquisa Atopos da mesma universidade e designer gráfica no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT – São Paulo/Brasil). E-mail: nanatm@gmail.com.

flows, administration and inventiveness of cultures in their processes of formation and transformation.

Keywords

Cultural history. Rizome. Black atlantic.

Paradigmas da história cultural: preservação ou reinvenção?

A ideia de origem tem seduzido tanto os estudiosos das culturas afro-americanas como as próprias culturas estudadas. As noções de preservação cultural e de tradição têm sido as lentes por meio das quais antropólogos e afrodescendentes enxergam e enquadram essas culturas, sua história, seus processos de transformação e dinâmicas identitárias. Embora já existam, no campo acadêmico, substanciais esforços para desconstruir a ideia de origem e seus desdobramentos, ela continua impregnando os estudos culturais e as identidades afro-americanas.

Certamente, o continente africano foi a terra natal dos milhões de escravos traficados para as Américas. Séculos depois, as culturas emergentes desse longo período histórico passaram a ser estudadas em termos das semelhanças formais com culturas africanas síncronas, e pensadas a partir da ideia de sobrevivência e preservação das tradições africanas arrancadas de suas terras e transplantadas para as colônias americanas.

M. Herskovits foi um dos principais expoentes desse modelo, e também um dos primeiros desbravadores nesse campo, na primeira metade do século XX. A ênfase de seus estudos recai sobre a correspondência de traços culturais entre as culturas afro-americanas e as culturas africanas, buscando restaurar as linhas de continuidade temporal entre ambas.

Talvez seja lícito assinalar que Herskovits, o ilustre antropólogo pioneiro da Afro-América nos Estados Unidos, era formado em antropologia histórica norte-americana. Essa escola depositava uma ênfase maciça – e justificável – no resgate do passado, particularmente entre os povos indígenas norte-americanos (MINTZ; PRICE, 2003:31).

A tentativa pioneira de Herskovitz de traçar uma história das culturas afro-americanas, procurando localizar as suas origens, tem obviamente

mérito e lugar destacado no desenvolvimento da antropologia. No entanto, também contribuiu para reforçar não só a ideia de uma África ancestral, como também a de uma África mais ou menos homogênea, dotada de uma herança cultural compartilhada que foi carregada, como uma semente, para o Novo Mundo. Como nos alertam ainda Mintz & Price (Ibid.), a perspectiva herscovitsiana privilegia a continuidade e a homogeneidade em detrimento da variação e transformação cultural.

A ideia de origem alimenta aquilo que Paul Gilroy (2001) denomina “afrocentrismo”, uma forma de pensar os processos da diáspora africana tendo como epicentro e ponto de partida a África pré-moderna. Essa perspectiva subentende uma trajetória linear entre dois momentos completamente distintos: a partida do continente africano e a chegada em continente americano, onde os recém-chegados iriam preservar em maior ou menor grau a bagagem cultural que trouxeram consigo. Os locais da partida e do destino também se tornam mutuamente isolados, separados por um oceano incomensurável, e ligados apenas por um laço temporal que situa o segundo no presente, e o primeiro no passado.

De acordo com esse ponto de vista, o colonialismo e a escravidão foram para a África um período em que seus “filhos” dispersos pelo mundo lutaram, com algum sucesso, para preservar as tradições do continente-mãe das forças que os tragavam para o mundo moderno. Num paradigma que opera no binarismo conservação / assimilação, o passado africano é imaginado a partir dos parâmetros encontrados no presente americano, contribuindo para a construção de uma África mítica, atemporal e desistoricizada. Os pontos de semelhança entre as culturas africanas e afro-americanas tornam-se as pistas para a reconstituição de um passado preexistente e congelado no momento mesmo em que os primeiros navios negreiros zarparam na direção diametralmente oposta. Como afirma Vassallo (2005:178), “o que se encontra por lá não é visto como fruto de um contexto presente, mas como uma conservação, perpetuação do passado. O Continente Negro se torna um museu vivo e animado”.

Estudos históricos mais apurados começam a desmistificar a ideia de origem. A esse propósito, convém mencionar o texto de J. Matory (1999) sobre a etnia jeje, o qual enfatiza a importância dos fluxos transatlânticos – e enquanto tais, transnacionais – para a constituição não só de algumas culturas afro-americanas, como também das culturas africanas, que foram, por muito tempo, consideradas suas matrizes. Matory (1999) situa a formação da identidade étnica jeje num mesmo processo que envolvia, num

emaranhado complexo de circulações transatlânticas e contextos políticos locais, ex-escravos brasileiros que se tornaram comerciantes e viajantes, as populações do Golfo da Guiné e os colonizadores franceses e ingleses da mesma área. Segundo o autor, a identidade jeje foi elaborada no contato e diálogo entre africanos e afro-brasileiros, e o vigor que ela ganhou no Brasil nos anos 30 deve-se em grande parte à sua valorização pelos colonizadores franceses, em oposição aos ingleses e aos yorubás no Daomé colonial.

Sustentando essa hipótese, Matory (1999) efetua uma interessante operação que, simultaneamente, desloca os fluxos culturais da assincronia e unidirecionalidade para a sincronia e multidirecionalidade; enfatiza a importância dos contextos históricos e sociais para o processo de formação cultural e identitária.

É nesse sentido que o pensamento de Matory (1999) e o de Sidney Mintz e Richard Price (2003) confluem. Desconstruindo ainda mais a questão da origem e da continuidade de traços culturais, Mintz e Price (2003) focalizam não a preservação, mas os processos de transformação e variação cultural, sinalizando para o que chamam de uma *gramática da cultura* (2003) que, combinada com o contexto sociológico local em que aportaram os indivíduos, giou a constituição de novas formas culturais.

Para começar, pleitearíamos um exame do que Foster chamou de “orientações cognitivas”, por um lado, como pressupostos básicos sobre as relações sociais (...), e, por outro, os pressupostos e expectativas básicos sobre o modo de funcionamento fenomenológico do mundo. (2003:28).

Essa abordagem parece-nos bastante equilibrada por depositar o peso, de um lado, de contextos já dados (seja o contexto social local, sejam os princípios cognitivos inconscientes dos indivíduos) e, de outro, de agência e criatividade dos indivíduos ao inventarem a própria cultura e instituições, num processo adaptativo.

Recuperando a questão dos fluxos multidirecionais como intrínsecos às dinâmicas de constituição cultural, Matory (1999) propõe uma reconsideração dos conceitos “nação” e “transnacionalismo”. Para o autor, esses conceitos não representam processos antagônicos entre si; ele procura nos demonstrar que o “nacional” e o “transnacional” se sobrepõem intrinsecamente, constituindo-se em conjunto. Além disso, ele põe em cheque a perspectiva que considera o transnacionalismo um fenômeno novo que acompanha a globalização recente. “O primeiro alvo deste ensaio é questionar essa suposição

de excepcionalidade pós-colonial e lembrar que várias formas de dispersão eram pré-condições, ou parceiros contemporâneos, do desenvolvimento da nação territorial de Anderson.”¹ (MATORY, 1999:57). Com efeito, ele argumenta que não só a imaginação dos afro-americanos dispersos ou retornados contribuiu para a formação de identidades étnicas e nacionais na África, como também os próprios Estados-Nacionais americanos, europeus e africanos apenas se constituíram no diálogo com as “nações transatlânticas” (MATORY, 1999:60).

Cosendo conceitos de importantes estudiosos pós-coloniais sobre o tema – como Fanon, Said, Kristeva, Chatterjee e o próprio Anderson – Bhabha (2010) nos fornece indicações para a crítica do conceito de nação como lugar de análise para a história cultural. “As contranarrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras – tanto reais quanto conceituais – perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais ‘comunidades imaginadas’ recebem identidades essencialistas” (BHABHA, 2010: 211). Bhabha situa a narrativa nacional no espaço ambivalente entre o “pedagógico” (o discurso continuísta que constrói os signos nacionais e estabelece o passado estável e eterno da história) e as estratégias disruptivas do “performático”, que interrompe a sincronia da nação e restaura, referindo-se a Fanon, a “‘zona de instabilidade oculta’ onde reside o povo” (BHABHA, 2010: 215). O autor afirma ainda que o esquecimento é o princípio básico da memória nacional: “É através da sintaxe do esquecer – ou do ser obrigado a esquecer – que a identificação problemática de um povo nacional se torna visível”. (BHABHA, 2010: 226).

Convém refletir também sobre as limitações do conceito de transnacionalismo. Ele pode ser utilizado como uma espécie de conceito “guarda-chuva” para uma grande variedade de fenômenos, mas, como nos lembra Matory (1999), e até mesmo Vertovec (1999), um dos grandes entusiastas do conceito, o transnacionalismo entendido como fluxos e “redes de longa distância” (VERTOVEC, 1999:1) provavelmente precedeu a nação e engendrou sua formação. No entanto, o conceito faz necessariamente menção à nação, o que nos leva a questionar a sua adequação para abarcar toda uma gama de processos em que a dimensão nacional talvez não seja tão importante, nem mesmo a principal, entre eles a própria

¹ Matory toma como ponto de partida para análise os conceitos de nação territorial e comunidade imaginada de Benedict Anderson.

diáspora africana e a formação das culturas afro-americanas, processos que se iniciaram quando ainda uma pequena minoria das comunidades e territórios envolvidos tinha apenas começado a desenhar-se como Estados-Nações. Devemos nos perguntar, do ponto de vista da história cultural, o que está sendo convenientemente “esquecido” quando tomamos a nação – e consequentemente o transnacionalismo – como conceito-chave de análise. Manter intactas as fronteiras do estado-nação – do conceito-nação – significa esquecer os fluxos que devassam as suas margens, e que são, na perspectiva cindida e ambivalente proposta por Bhabha (2010), constituintes de sua própria afirmação. A partir dessas reflexões, o autor propõe a ideia de “dissemiNação – de significado, tempo, povos, fronteiras culturais e tradições históricas”. (BHABHA, 2010: 234).

Nesse sentido, o pensamento de Paul Gilroy (2001) lança nova luz sobre esses temas. Ele se preocupa, por um lado, em colocar os fluxos de mercadorias, ideias e pessoas em uma posição privilegiada na análise, e, por outro, em investigar justamente como a ideia de nação amalgamou-se ao pensamento cultural e político negro na Afro-américa, a partir da vida e obra de alguns escritores negros anglófonos. A tese de Gilroy (2001) é muito inovadora, principalmente ao colocar a escravidão colonial e a diáspora africana como elementos que residem no cerne da modernidade, e lhe são constituintes, e não como fenômenos-limite que estão à sua margem. Segundo o autor, os negros da diáspora são o primeiro povo verdadeiramente moderno, pois tiveram que confrontar, antes mesmo de todos os outros, com questões e experiências que mais tarde se revelariam tipicamente modernas.

Situando a escravidão africana nas vísceras da modernidade – talvez muito mais do que os princípios iluministas que idealizaram o projeto moderno – Gilroy nos apresenta a diáspora africana como “multiplicidade transnacional e intercultural” (GILROY, 2010:365), como um duradouro processo de fluxos complexos entre todos os territórios, comunidades, e, por fim, nações envolvidas. A concepção não linear e não afrocêntrica do autor a respeito da diáspora coloca em questão a própria ideia de tradição, que possui tanto apelo para as culturas afro-americanas quanto para a crítica cultural. O discurso da tradição é utilizado para traçar linhas de continuidade com a África e frequentemente também para tecer uma crítica à modernidade, partindo de um ponto aparentemente oposto. No entanto, tradição e modernidade foram geradas no mesmo útero, são filhas inseparáveis de um mesmo processo. “O termo tradição não está agora sendo usado nem para identificar um passado perdido nem para nomear uma cultura de compensação que restabeleceria

o acesso a ele. Ele não se encontra em oposição à modernidade” (GILROY, 2010:371).

A oposição entre os dois termos nos processos de construção das identidades, e mesmo nos estudos culturais, torna-se mais compreensível a partir da ideia de “dupla consciência”, conceito que Gilroy (2010) utiliza para refletir sobre a duplicidade que vivem os indivíduos e culturas geradas a partir da diáspora, “a situação de ser interno e ao mesmo tempo externo ao Ocidente”. (GILROY, 2010:84) A temporalidade e os ritmos em que foram bruscamente inseridos também lhes eram alheios, e a diáspora tornou-se não só um espaço de negociação entre territorialidades e culturas diversas, mas também de temporalidades internas e externas ao Ocidente, mas sempre intrínsecas à modernidade, capaz de “(...) acomodar modos de vida social assíncronos e heterogêneos em estreita proximidade” (GILROY, 2010:368).

Partindo desse quadro complexo e da crítica ao nacionalismo nos estudos culturais, Gilroy propõe um modelo: “(...) quero desenvolver a sugestão de que os historiadores culturais poderiam assumir o Atlântico como uma unidade de análise única e complexa para produzir uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural” (GILROY, 2010:57). Como nos lembra Sérgio Costa, a simples ideia de um Atlântico Negro “como contexto cultural constituído a partir do tráfico de escravos da África para as Américas” (COSTA, 2006:115) não é totalmente nova, e já vinha sendo utilizada pela historiografia. Porém, em Gilroy, o Atlântico Negro torna-se a referência espacial e analítica para os fluxos interculturais e multidirecionais intensos que começaram a atravessar o oceano no período colonial e nunca cessaram desde então. A beleza dessa metáfora está em debruçar-se sobre o espaço-entre, sobre o interstício, o mar profundo que possibilita a comunicação entre terras e povos distantes, ao invés de continuar fixando o ponto de referência em comunidades circundadas seja por fronteiras nacionais, seja por fronteiras étnicas. A atenção também não se deposita totalmente, como se preocupa Matory (1999), sobre processos muito gerais de globalização, nem sobre a “oposição binária entre perspectivas nacional e a da diáspora” mas sim sobre a constituição, funcionamento e morfologia de “uma rede entrelaçada entre o local e o global”. (GILROY, 2001:82).

Alguns autores vêm acrescentar algo mais a essa proposta, ou lhe iluminar melhor em alguns de seus aspectos. Miguel Vale de Almeida (2000), observando a especificidade anglófona do Atlântico Negro de Gilroy, indaga se no caso brasileiro não seria mais adequado pensar em um “Atlântico Pardo”, enfatizando como o oceano e seus fluxos banharam e mesmo misturaram as

culturas dos negros e as dos europeus. Gilroy não parece discordar muito dessa perspectiva: “(...) as culturas reflexivas e as consciências dos colonos europeus e aquelas dos africanos que eles escravizaram, dos ‘índios’ que eles assassinaram e dos asiáticos que eles subjugarão, não eram, mesmo em situação de extrema brutalidade, hermeticamente isoladas umas das outras” (GILROY, 2001:35). Matory, por sua vez, destaca o conceito bakhtiniano de diálogo que, aplicado à cultura, “poderia corretamente sugerir que múltiplos agentes estão poderosamente envolvidos na produção de qualquer cultura e que múltiplas culturas são ‘citadas’ na produção de qualquer cultura” (MATORY, 2005:285). Dessa maneira, toda cultura seria produzida no diálogo com outras culturas próximas e distantes, o que fica muito evidente nos fluxos culturais do Atlântico Negro.

Fluxos e rizomas, rotas e raízes

Matory (2005) faz uma interessante análise das metáforas que dominaram fortemente os estudos culturais afro-americanistas, trazendo à tona o que cada uma delas destaca e esconde. Em suma, a metáfora do Atlântico Negro como espaço de fluxos, trocas e diálogos interculturais, bem como unidade de análise para o estudo das culturas afro-americanas, coroa o processo de desconstrução da metáfora da origem, de preservação e sobrevivência, além da noção de uma herança africana compartilhada. Pelo contrário, vimos que o suposto passado africano, ancestral de todas as culturas afro-americanas, é também constantemente reinventado por esses mesmos fluxos, que alimentam sincronicamente a transformação cultural em todos os espaços conectados pela “rede atlântica” (GILROY, 2001:53). Dessa maneira, Gilroy nos fala das culturas afro-americanas como “culturas rizomórficas” (2001:80), forjadas em “padrões fractais de troca e transformação cultural e política” (2001:58), fazendo uma justa, mas discreta referência à noção de rizoma de Deleuze e Guattari (1995).

Na parte que se segue, faremos uma tentativa de aprofundar a relação entre o Atlântico Negro e o rizoma, evidenciando os pontos de aproximação entre os pensamentos dos referidos autores.

Unidade e multiplicidade

Originário da botânica, “rizoma” é um termo que designa, grosso modo, caules subterrâneos de certos tipos de plantas. Apropriado por Deleuze e Guattari (1995), essa estrutura morfológica vegetal faz um verdadeiro salto epistemológico para se tornar a metáfora de uma teoria filosófica ainda hoje difícil de compreender e, mais ainda, de implementar, mas que influencia o pensamento muitas vezes de maneira muito parecida com os processos aos quais se refere.

Retornamos, no entanto, à botânica para compreender o conceito, por meio da comparação com outros tipos de raízes. Deleuze e Guattari (1995) vão buscar em outras plantas aquilo que não é o rizoma: em primeiro lugar, a raiz pivotante, própria das árvores e das plantas dicotiledôneas; em seguida, o sistema-radícula ou raiz fasciculada, encontrada nas plantas monocotiledôneas, como o capim.

A primeira possui uma raiz principal, circundada de raízes secundárias. Procede por dicotomia. A segunda já não possui um eixo pivotante, abortado, mas remete sempre a uma unidade suplementar, possível. Aqui já não se está falando de plantas, mas sim de modelos de pensamento e de como eles se comportam com relação à multiplicidade. “A lógica binária é a realidade espiritual da árvore-raiz. (...) Isto quer dizer que este pensamento nunca compreendeu a multiplicidade: ele necessita de uma forte unidade principal, unidade que é suposta para chegar a duas, segundo um método espiritual” (DELEUZE; GUATTARI,1995:13). Já no sistema fasciculado, “o mundo perdeu seu pivô, o sujeito não pode nem mesmo mais fazer uma dicotomia, mas acede a uma mais alta unidade, de ambivalência ou de sobre-determinação, numa dimensão sempre suplementar à de seu objeto” (DELEUZE; GUATTARI,1995:14).

O rizoma não corresponde a nenhum desses modelos de pensamento e enraizamento; é formado por hastes subterrâneas ramificadas em todos os sentidos, bulbos e tubérculos. Para os autores, ele ultrapassa mesmo a dimensão vegetal, da qual o tomaram emprestado – existem rizomas animais, como as matilhas, os ratos e as tocas. O mais importante é que o rizoma é múltiplo em sua natureza e compreende a multiplicidade como legítima e independente de uma unidade qualquer.

O pensamento e as epistemologias ocidentais correspondem, no entanto, ao modelo pivotante, quando muito ao modelo fasciculado. “É curioso como a árvore dominou a realidade ocidental e todo o pensamento ocidental, da

botânica à biologia, a anatomia, mas também a gnoseologia, a teologia, a ontologia, toda a filosofia...: o fundamento-raiz, *Grund, roots and foundations*” (DELEUZE; GUATTARI,1995:28-29). O pensamento “arborescente” exige fundamentos, genealogias, dicotomias, homologia, unidade e significação. A morfologia da árvore, com suas partes principais e secundárias, impõe hierarquias, origens e precedências. Nesse sentido, é possível identificar na maior parte dos estudos afro-americanistas até então um pensamento de tipo arborescente, presente também nas ideias e concepções dessas próprias culturas sobre si mesmas e sua história.

Deleuze e Guattari (1995), entretanto, têm o cuidado de não fazer da árvore e do rizoma mais uma dicotomia pivotante. Com efeito, eles enfatizam que o rizoma pode compreender sistemas arborescentes e apresentar processos de enraizamento, e que as árvores também podem fazer parte de um rizoma ou começar a fazer rizoma.

Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma raiz podem recomeçar a brotar em rizoma. (...) Ser rizomorfo é produzir hastes e filamentos que parecem raízes, ou, melhor ainda, que se conectam com elas penetrando no tronco, podendo fazê-las servir a novos e estranhos usos (DELEUZE; GUATTARI,1995:25).

Esse movimento de linhas de fuga e de estratificação (DELEUZE; GUATTARI,1995:18) predomina em grande parte das investigações de Gilroy (2001). Muitas culturas afro-americanas enxergam a si mesmas a partir de um sistema arborescente, enraizado, embora só tenham se constituído, conforme sustenta Gilroy (2001), por fazerem parte de um rizoma, de uma multiplicidade desenraizada e movediça, que pode ser chamada de Atlântico Negro. O discurso da tradição, utilizado para ancorar firmemente as culturas no solo instável da diáspora, surge como um recurso na intersecção de dois processos. Por um lado, a própria influência de uma cultura arborescente: “marcada por suas origens europeias, a cultura política negra moderna sempre esteve mais interessada na relação de identidade com as raízes e o enraizamento do que em ver a identidade como um processo de movimento e mediação” (DELEUZE; GUATTARI,1995:65). Por outro, a necessidade de abrigar-se das forças da modernidade, que desfazem a integridade do eu-racializado. “(...) A ideia de tradição pode constituir um refúgio. Ela fornece um lar temporário no qual se pode encontrar abrigo e consolo diante das forças viciosas que ameaçam a comunidade racial” (DELEUZE; GUATTARI,1995:354).

Conexão e heterogeneidade

O processo de formação das culturas afro-americanas muitas vezes é visto de maneira análoga à sementeira. As populações dispersas na diáspora seriam sementes que, lançadas sobre solos estrangeiros, germinariam culturas e sociedades muito semelhantes àsquelas que as haviam gerado. Aqui novamente podemos pressentir a sobredeterminação da origem, filogenética como cultural.

O Ocidente tem uma relação privilegiada com a floresta e com o desmatamento; os campos conquistados no lugar da floresta são povoados de plantas de grãos, objeto de uma cultura de linhagens, incidindo sobre a espécie e de tipo arborescente; a criação, por sua vez, desenvolvida em regime de alqueire, seleciona as linhagens que formam uma arborescência animal (DELEUZE; GUATTARI, 1995:29).

O rizoma, no entanto, procede de maneira muito diferente. Ele expande por brotamentos e ramificações, por hastes subterrâneas que se espalham e formam bulbos. O rizoma é a erva daninha, ocupando os interstícios dos espaços cultivados. “Ela preenche os vazios, *Ela cresce entre e no meio das outras coisas*” (DELEUZE; GUATTARI,1995:30). Mas essa não é a única, nem mesmo a principal diferença entre o rizoma e a sementeira. Os campos cultivados, as plantas de grão, as linhagens genéticas remetem irremediavelmente à homogeneidade e à genealogia. O rizoma é feito necessariamente de multiplicidade e heterogeneidade. Utilizando um exemplo biológico de simbiose, Deleuze e Guattari questionam a própria ideia de mimetismo, fazendo aparecer o rizoma para além das espécies, entre as espécies. “A vespa e a orquídea fazem rizoma em sua heterogeneidade. (...) Não há imitação nem semelhança, mas explosão de duas séries homogêneas na linha de fuga composta de um rizoma comum que não pode mais ser atribuído, nem submetido ao que quer que seja de significante” (DELEUZE; GUATTARI,1995:19). Da mesma maneira, os vírus transportam material genético de uma espécie para outra, promovendo a evolução por relações transversais entre as árvores genealógicas.

O rizoma promove a conexão entre os heterogêneos, aumentando suas dimensões. Esse crescimento, no entanto, não é apenas quantitativo, não é apenas reprodução. “Um agenciamento é precisamente esse crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (DELEUZE; GUATTARI,1995:17).

Gilroy define o Atlântico Negro de uma maneira que lembra bem a noção de rizoma: “como uma tradição não-tradicional, um conjunto cultural irredutivelmente moderno, excêntrico, instável e assimétrico”. (GILROY, 2001:370). Embora esse conjunto cultural apresente seus desejos de enraizamento e arborescência, de genealogia e pureza, Gilroy preocupava-se em iluminar os processos rizomáticos que engendraram a sua formação. Como alertam Mintz e Price (2003), os grupos de escravos trazidos para o Novo Mundo eram muito heterogêneos, frequentemente compostos por indivíduos que não compartilhavam a mesma etnia, a mesma cultura ou a mesma língua. Diante desse quadro, seria difícil acreditar na metáfora da semente que germina espontaneamente uma forma idêntica àquela que a gerou – até mesmo porque o agregado das “mudas” seria tudo menos um conjunto coerente. “Os africanos de qualquer colônia do Novo Mundo só se transformaram de fato numa *comunidade* e começaram a compartilhar a mesma *cultura* na medida e na velocidade em que eles mesmos as criaram” (MINTZ; PRICE, 2003:33).

Desde o princípio, foi preciso fazer agenciamentos com o heterogêneo, e não nos parece que tenha deixado de ser assim em algum momento. Pensemos por um momento na relação entre o conceito de agência, presente em Matory (1999) e, em certa medida, em Mintz e Price (2003), e o conceito de agenciamento proposto por Deleuze e Guattari (1995). A agência enfatiza o sujeito centrado, imbuído de intencionalidade e capaz de ação orientada e estratégica; o agenciamento, por outro lado, tem a ver com o descentramento do sujeito, privilegiando as suas conexões com o que lhe é exterior. No entanto, os dois conceitos confluem para um ponto comum: a criatividade dos indivíduos para tecer novas conexões, construir novas instituições, inventar novas culturas a partir dos agenciamentos com outras multiplicidades: registros culturais, semânticos, sociológicos, econômicos, ambientais e afetivos, organizados em novos planos de consistência².

As sementes são pontos, mas “não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (MINTZ; PRICE, 2003:17). É curioso pensar que foi pela *plantation* que a maior parte dos escravos capturados na África foi trazida para as Américas.

² “Todas as multiplicidades são planas, uma vez que elas se preenchem, ocupam todas as suas dimensões: falar-se-á num plano de consistência das multiplicidades, se bem que este ‘plano’ seja de dimensões crescentes segundo o número de conexões que se estabelecem nele. (...) O plano de consistência é o fora de todas as multiplicidades” (DELEUZE; GUATTARI, 1995:17).

Nos interstícios das monoculturas homogêneas, massificadas e sistemáticas, nos espaços vazios dos campos cultivados, os escravos foram, como as ervas, subterraneamente ramificando hastes e brotando rizomas, formando bulbos e tubérculos, modificando a natureza de tudo e de si próprios.

Rupturas, descontinuidades, linhas de fuga

Talvez seja mais adequado então pensar nos povos da diáspora não como sementes ou pontos de reprodução da cultura africana em novos solos, mas como linhas, conexões e agenciamentos, materiais e imaginários, com multiplicidades que envolvem elementos do Novo e Velho Mundo, além da própria África. Essas linhas não podem ser vistas como linhas de continuidade com o passado africano, mas como agenciamentos completamente novos que mudaram a natureza da própria relação com o passado, a memória e a terra natal.

Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. (...) Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade, segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar (MINTZ; PRICE, 2003:18).

As linhas de fuga permitem a constante desterritorialização e reterritorialização do rizoma, mas de maneira que os elementos não se mantêm os mesmos durante o processo; a ruptura do rizoma e a sua retomada não dependem de nenhum significante e não se bloqueiam nele. Recuperando o exemplo já citado do rizoma vespa-orquídea: “a orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque da vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre essa imagem. A vespa se desterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen” (MINTZ; PRICE, 2003:18). Os termos não permanecem os mesmos, são heterogêneos, não pertencem nem mesmo à mesma série, mas asseguram o devir de territorialização e desterritorialização do rizoma.

A partir desse exemplo, podemos intuir que só pode haver continuidade na descontinuidade, e que a continuidade certamente não é a do significante, como num esquema arborescente. É o devir das linhas de fuga e de

segmentaridade que mantém vivo e ativo o rizoma, em perpétua mudança de natureza.

Se interpretarmos a experiência da escravidão como uma ruptura em muitas linhas de segmentaridade, devemos nos perguntar seriamente se as culturas afro-americanas não são, na verdade, as linhas de fuga por meio das quais esses rizomas se desterritorializaram (e de fato o fizeram, ainda que forçosamente) e se reterritorializaram, sem, é claro, manterem-se idênticos. Na visão de quem defende a continuidade da tradição original, no entanto, a escravidão não representou nenhuma mudança qualitativa, apenas um transplantar das culturas de um continente para outro.

O movimento afrocêntrico parece se basear em uma ideia linear do tempo encerrado em cada uma de suas extremidades pela narrativa grandiosa do avanço africano. Este é momentaneamente interrompido pela escravidão e pelo colonialismo, que não produzem nenhum impacto substancial para a tradição africana (GILROY, 2001:357).

Mintz e Price olham com suspeitas essa continuidade, defendendo a legitimidade das inovações culturais e sociais desenvolvidas em solo americano em detrimento da sobrevivência das culturas africanas “originais”. “Devemos manter uma atitude de ceticismo perante as afirmações de que muitas formas sociais ou culturais contemporâneas representam continuidades diretas das pátrias africanas” (MINTZ; PRICE, 2003:77). Gilroy também privilegia as descontinuidades e fragmentações, e podemos dizer também as linhas de fuga e conexões. “Este livro se preocupa mais com os fluxos, as trocas e os elementos intermediários que podem colocar em questão o próprio desejo de ser centrado”. (GILROY, 2001:357).

O autor aborda também a questão da memória social da diáspora e do Atlântico Negro, em relação principalmente a suas culturas expressivas, como a música e sua circulação transatlântica. A música faz parte de um conjunto de “diferentes práticas, cognitivas, habituais e performativas, necessárias para inventar, manter e renovar a identidade”. Ela aglutina e chama a atenção dos grupos para os “pontos nodais importantes em sua história comum e em sua memória social” (GILROY, 2001:370). Mas não o faz de maneira direta, e sim por meio de uma “metacomunicação” (GILROY, 2001:374), transcodificando a experiência do terror vivida na escravidão em narrativas de desilusão amorosa e dor. Podemos dizer que há uma descontinuidade do conteúdo, para que possa haver a continuidade da experiência na memória social.

Para Deleuze e Guattari, a memória pode ser de dois tipos, cada uma relacionada a processos distintos de organização:

A memória curta é de tipo rizoma, diagrama, enquanto que a longa é arborescente e centralizada (impressão, engrama, decalque ou foto). A memória curta não é de forma alguma submetida a uma lei de contiguidade ou de imediatidade em relação ao seu objeto; ela pode acontecer a distância, vir e voltar muito tempo depois, mas sempre em condições de descontinuidade, de ruptura e de multiplicidade (...) A memória curta compreende o esquecimento como processo (DELEUZE; GUATTARI, 1995:25-26).

Nesse sentido, arriscamo-nos a dizer que a música age no Atlântico Negro como uma memória curta, fragmentada, descontínua, rizomática, cumprindo dessa maneira, muito mais do que a memória longa, a função de perpetuação das experiências entre as comunidades. Ela instaura uma “temporalidade sincopada” (GILROY, 2001:376) feita, como a própria frase musical, de nodos e pausas por onde o tempo – passado ou presente – escorre de maneira não homogênea.

“A música nunca deixou de fazer passar suas linhas de fuga, como outras tantas ‘multiplicidades de transformação’, mesmo revertendo seus próprios códigos, os que a estruturam e a arborificam” (DELEUZE; GUATTARI, 1995:21). A música faz rizoma na memória do Atlântico Negro, transmutando o seu conteúdo, desterritorializando-a e reterritorializando-a, abrindo sempre linhas de fuga por onde ela possa transitar, de maneira que a experiência esteja sempre indo e voltando na memória social.

Além disso, a música faz rizoma entre as culturas do Atlântico Negro, conectando-as a um sentir comum, performático, que vai muito além do logos ou dos limites dos Estados-nação. “A temporalidade e a história são publicamente demarcadas em maneiras ritualizadas, que constituem comunidades de sentimento e interpretação” (GILROY, 2001:368). Essas comunidades são os bulbos de um rizoma que conecta muitas multiplicidades, que ramifica e muda de natureza sem parar. Nesse contexto, até mesmo o termo tradição pode ser recuperado do discurso afrocêntrico e ressignificado, deixando de referir-se a um passado imutável, à pureza e à conservação do original. Para Gilroy, no Atlântico Negro “há uma relação direta entre a comunidade de ouvintes construída no curso da utilização dessa cultura musical e da constituição de uma tradição que é redefinida aqui como a memória viva de um mesmo que é mutável” (GILROY, 2001:370).

Mapas, cartografias e decalques

É preciso religar os decalques ao mapa, afirmam Deleuze e Guattari (1995:23).

Ele [o mapa] faz parte do rizoma. O mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (...) Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ao mesmo. (DELEUZE; GUATTARI,1995:22).

O decalque, por sua vez, não passa de uma fotografia do mapa, um enraizamento, arborificação:

O decalque já traduziu o mapa em imagem, já transformou o rizoma em raízes e radículas. Organizou, estabilizou, neutralizou as multiplicidades segundo eixos de significância e subjetivação que são os seus. Ele gerou, estruturalizou o rizoma, e o decalque já não reproduz senão ele mesmo quando crê reproduzir outra coisa. Ele injeta redundâncias e as propaga. O que o decalque reproduz do mapa ou do rizoma são somente os impasses, os bloqueios, os germes de pivô ou os pontos de estruturação (DELEUZE; GUATTARI,1995:23).

Seria necessário perguntar-nos se toda a cartografia moderna não se trata pura e simplesmente de decalques. Antes da difusão dos mapas ptolemaicos durante o Renascimento³, os mapas basicamente cartografavam o imaginário, suprimindo a falta de precisão na fixação das coordenadas com referências míticas e imagéticas, povoando terra e, principalmente, mares, com monstros e criaturas fantásticas. Mais que mapas geográficos, eram mapas movediços (DELEUZE; GUATTARI,1995:30), que deixavam escoar a imaginação e o desejo.

³ “Como observado por Edgerton, a chegada em Florença dos mapas ptolemaicos, provenientes de Alexandria, teve um papel determinante no desenvolvimento e na aplicação das técnicas da perspectiva. ‘Os mapas ortolanos não ofereciam uma estrutura geométrica para a compreensão do mundo inteiro. Mas a rede ptolemaica permitia a percepção de uma unidade matemática. Os lugares mais longínquos podiam, assim, ser facilmente fixados com precisão, relacionando uns com os outros, por meio da instituição de coordenadas imutáveis, de modo tal que a sua distância proporcional, como a sua relação direcional, resultassem evidentes... O sistema ptolemaico forneceu aos florentinos um instrumento cartográfico perfeito e expansível aos fins do incremento, da verificação e da correção dos conhecimentos geográficos.’” (DI FELICE, 2009:46-47).

A fixação geométrica e exata das coordenadas geográficas enraizou esses mapas em decalques dos Estados-nação. A partir de então desenharam-se com precisão as fronteiras nacionais e continentais, e os oceanos, desencantados, começaram a ser representados como grandes espaços vazios entre as porções de terra. Se, como dizem Deleuze e Guattari, a escrita é uma forma de cartografia (DELEUZE; GUATTARI,1995:13), também é verdadeira sua afirmação de que o que conhecemos como história está a serviço dos Estados Nacionais. “Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, pelo menos possível, inclusive quando se falava sobre nômades. O que falta é uma nomadologia, o contrário de uma história” (DELEUZE; GUATTARI,1995:35).

Ainda que não trate estritamente de nomadismo, a proposta de Gilroy para a análise dos processos e das culturas da diáspora africana converge também nesse sentido. O Atlântico Negro como alternativa analítica à nação para os estudos culturais remete-nos inevitavelmente para a imagem geográfica à qual se refere. Gilroy (2001) propõe que enxerguemos, no espaço vazio do oceano, fluxos, rotas, e por que não, rizomas que o atravessam, corroendo e desvanecendo as fronteiras dos continentes.

O espaço-entre, o vazio, o intervalo, na verdade é onde se espalha subterraneamente (ou submarinamente) o rizoma. Suas expressões no oceano e na *Middle Passage* de Gilroy (2001:38) encontram ecos no riacho de Deleuze e Guattari: “É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. *Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que carrega uma e outra, riacho sem início e sem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995:37).

É preciso religar os decalques ao mapa, dizem Gilroy, Deleuze e Guattari. Não nos esqueçamos de que a mesma cartografia que criou os decalques nacionais também permitiu o aprimoramento das navegações, possibilitando a intensificação dos fluxos pelo oceano, e o estabelecimento de fluxos que o atravessaram rumo às Américas. É preciso religar as nações decalcadas ao rizoma transatlântico do qual fazem parte e abrir-lhes novamente múltiplas entradas por meio das quais possamos compreender adequadamente os processos que as atravessam.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de
(2000) *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- BHABHA, Homi K.
(2010) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- COSTA, Sérgio
(2006) *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix
(1995) *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34.
- DI FELICE, Massimo
(2009) *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Ed. Annablume
- GILROY, Paul
(2001) *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-asiáticos.
- MATORY, J. Lorand
(2005) *Black Atlantic Religion: tradition, transnationalism and patriarchy in the afro-brazilian Candomblé*. Princeton: Princeton University Press.
- (1999) "Jeje: repensando nações e transnacionalismo". *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, p. 57-80.
- MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard
(2003) *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes.
- VASSALLO, Simone Pondé
(2005) "As novas versões da África no Brasil: a busca das 'tradições africanas' e as relações entre capoeira e candomblé". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 161-186.
- VERTOVEC, Steven
(1999) "Conceiving and researching transnationalism". *Ethnic and Racial Studies*, vol. 22, n. 2, p. 447- 462.

Recebido em

maio de 2013

Aprovado em

agosto de 2013

Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano

Gabriella Beltrame*

Resumo

Este trabalho busca analisar as condições de produção e de reprodução do fenômeno dos vazios urbanos inseridos e persistentes na malha urbana de nossas cidades. O texto discute, particularmente, uma resultante desse fenômeno, a escassez social do imóvel urbano, adotando como objeto empírico a cidade de Ipatinga, Minas Gerais. Tomamos como referência a cidade enquanto prática socioespacial em que mercadoria, cidade e especulação estão agregadas em um mesmo campo discursivo, favorecedor de vazios urbanos, e a conseqüente escassez do imóvel urbano e seus impactos sociais.

Palavras-chave

Vazios urbanos. Especulação imobiliária. Mercadoria.

Abstract

This paper seeks to analyze the conditions of production and reproduction of the phenomenon of urban voids inserted in the urban and persistent in our cities. The paper discusses, in particular, a resultant of this phenomenon, the scarcity of urban property, adopting as empirical object the city of Ipatinga, Minas Gerais. We refer to the city as a socio-space practice in which merchandise, city and speculation are aggregated into the same discursive field, favoring the urban voids and consequent scarcity of urban property and its social impacts.

Keywords

Urban voids. Property speculation. Commodity.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil). E-mail: gacrodriques@yahoo.com.br.

Introdução

A cidade é produto da prática socioespacial, da vida material acumulada historicamente, que se realiza concretamente na qualidade de relações espaciais, como nos informa Carlos (2007). Na tecitura das relações que produzem e reproduzem a cidade e seu espaço, é oportuna e ainda não amplamente refletido, considerando sua complexidade e expressiva presença, a análise acerca dos vazios urbanos na busca por aclarar suas origens e sua permanência, considerando o contexto capitalista de (re) construção permanente da cidade, debruçando-se, particularmente, sobre uma resultante desse fenômeno, a escassez social do imóvel urbano.

Os vazios urbanos como fenômeno plural e representados de maneira fragmentada pela literatura – o que bem ilustra seus diversos significados, escalas e seu próprio dinamismo – demandam, portanto, uma análise articulada dos vários fatores que se intercalam em sua configuração considerando as especificidades dos processos de urbanização.

Longe de esgotar o conjunto de reflexões concernentes aos vazios urbanos, este artigo tratará de uma dimensão da análise do fenômeno relativa à sua utilização como reserva imobiliária especulativa capaz de construir a escassez social da terra-moradia urbana. Primeiramente, traremos algumas abordagens teóricas do fenômeno que expõem sua complexidade, aliando-nos àquelas que o caracterizam como reserva especulativa frente a uma demanda não provida por terra-moradia. Num segundo momento, argumentaremos que a produção da cidade e do espaço urbano como mercadorias por variados agentes, entre eles o Estado e o capital, que têm na cidade sua “matéria-prima”, facilita a formação e a permanência dos vazios urbanos, instrumentos especulativos capazes de cercar o acesso à localização na cidade ao contribuir para a construção da escassez social do imóvel urbano, mercantilizada pela especulação em face de um produto peculiar e indispensável: terra-moradia.

Por fim, trataremos de nosso objeto empírico: a cidade de Ipatinga, Minas Gerais, “excelente laboratório”, conforme nos aponta Costa (1991), para o entendimento do que o autor chama de problema urbano do Brasil por trazer em seu bojo, mais agudas e céleres, as interfaces entre trabalho, capital, Estado e produção da cidade. Desse modo, consideramos esse objeto adequado para ilustrar os múltiplos estatutos e escalas do fenômeno, desde extensos vazios compostos por glebas periféricas, vazios centrais a vazios

de imóveis edificados, especialmente verticalizados – acompanhando a mudança de paradigma desse fenômeno, bem como capaz de exemplificar a articulação entre os agentes produtores do espaço, trazendo, ao fim, os resultados dos vazios urbanos com fins especulativos sobre a esfera de acesso à terra-moradia urbana. Atentaremos, especificamente, para o período compreendido entre o início da urbanização do município, década de 1960, e a consolidação desse processo na década de 1980, tentando alcançar o processo atual de produção da cidade, na busca por evidenciar as condições de produção e de reprodução dos vazios urbanos existentes e persistentes alocados em sua malha urbana com rebatimento na escassez social do imóvel urbano e seus impactos sociais tão ressentidos.

Vazios urbanos: fenômeno plural

Como apontam Portas (2000), Magalhães (2005), Borde (2012), as tratativas acerca dos vazios urbanos percorrem discursos fragmentados, representados por diferentes vertentes analíticas, o que vem ressaltar a complexidade do fenômeno. A própria diversidade de nomenclaturas afeitas ao tema evidencia sua multiplicidade de escalas, significados, causas e tratativas teóricas: *terrain vague*, *friches urbaines* em francês, *tierras vacantes* em espanhol, *wastelands*, *derelict area*, *expectant lands* em inglês, constituindo, portanto, um termo polissêmico, relacionado com as peculiaridades dos processos de urbanização de cada cidade. Desta feita, como defende Fialová (BORDE, 2012), a análise dos vazios urbanos deve se pautar pela compreensão de suas especificidades históricas e locais.

A expressão “vazios urbanos” remete ao sentido de ausência, ausências de múltiplas ordens associando-se, a princípio, às discontinuidades, a espaços residuais no tecido urbano, atribuídos ao processo capitalista permanente de construção e reconstrução da cidade, espacializando, como afirma Borde (2012), as contradições desse processo. Remete, ademais, a um incômodo, associado às expectativas e às possibilidades de um espaço desprovido de conteúdo social.

Expressando sua multiplicidade de significados, os vazios urbanos abrangem desde a inexistência de construção, à não ocupação, à desocupação, à decadência, ao não uso e ao subaproveitamento dos espaços, sejam eles terrenos ou edificações considerados como urbanos. Deste modo, abarcar-se, na literatura contemporânea, por vazios urbanos, não apenas terrenos

desocupados em suas mais variadas escalas como também estruturas obsoletas, edificações subutilizadas ou ociosas.

Rememorando a literatura acerca do tema, Borde (2012) aponta que Solà-Morales, ao analisar os vazios urbanos decorrentes de estruturas obsoletas, indica que esses espaços constituem *lòcus* de identidade, liberdade e de memória para os habitantes da cidade frente à trama eficiente e produtiva da cidade. Esse viés é compartilhado por Lynch (2007), que acrescenta serem esses espaços locais de potencialidade onde “coisas novas começam”. Nessa perspectiva, os vazios urbanos dialogam com diferentes experiências de tempo e espaço. Esses panoramas teóricos evidenciam o caráter de potência dos vazios urbanos, no entanto, esse caráter futuro denuncia, quando defrontado com necessidades prementes como a por terra-moradia, a realidade presente desses espaços: ausência de conteúdo social, em especial quando intencionalmente deixados na condição de ociosidade. Acerca dessa realidade, desse incômodo, dessa ausência de conteúdo social, centraremos nossas análises na tentativa de explicitar as relações entre vazios urbanos, tratados como reserva imobiliária especulativa, e escassez social do imóvel urbano.

Como fenômeno multifacetado, os vazios urbanos podem estar localizados tanto em áreas centrais como em áreas periféricas. Os vazios centrais, fenômeno associado às sociedades pós-industriais (MEDEIROS, 2007), são relacionados pela literatura a um processo de esvaziamento e de decadência das áreas centrais de médias e grandes cidades, resultantes de espaços abandonados por indústrias obsoletas, ferrovias, portos, por moradores, originados, ademais, de impactos de projetos de urbanização, sendo, marcadamente, áreas desfuncionalizadas do tecido urbano (BORDE, 2006). Por sua vez, os vazios existentes em áreas periféricas usualmente originam-se de processos de parcelamento e são destinadas à expansão urbana.

Os vazios localizados em áreas centrais, associados ao esvaziamento decorrente da obsolescência e da decadência de áreas tanto comerciais quanto industriais, infraestruturais e residenciais, predominam nas cidades contemporâneas de médio e grande porte. Baudrillard citado por Vaz & Silveira (1999) comenta que as constantes alterações capitalistas envolvendo investimento desenfreado e mais rápido desinvestimento levam esses vazios a existir seja em decorrência de crises, seja como resultado de especulação.

Ponderem-se, neste ponto da análise, as observações de Villaça (2011) acerca do significado de “centro”. Para o autor, as elites impõem, com o seu deslocamento, a mudança de centralidade, determinando a decadência do

que antes considerava “centro”, deixando-o aos mais pobres. Villaça censura a associação de vazio, de decadência, a um centro que, abandonado pela elite, agora é tomado pela maioria. Desta feita, a análise dos vazios urbanos centrais ligados à decadência exige considerável acuidade para que vazios urbanos não estejam associados a e não sejam sinônimos de lugares não mais ocupados pela elite. O vazio, ou mais adequadamente, o vazio da elite, não deve remeter obrigatoriamente nas análises à desocupação e ao não uso de um espaço urbano. Essa tratativa incompleta do fenômeno, porém comum, especialmente como justificadoras dos processos de gentrificação de áreas centrais recorrentemente, constitui alvo de críticas (LEITE, 2002; CARMAN, 2005; PEREIRA, 2011).

O binômio investimento desenfreado e veloz desinvestimento indicado por Baudrillard acarretam duas ordens de vazios urbanos: novos imóveis edificadas e retidos à espera de valorização, visto que seus proprietários possuem condições econômicas para tal, como o exemplo dos promotores imobiliários estruturais que abordaremos no próximo item; e um rastro de imóveis edificadas abandonados como testemunham os centros “velhos” de nossas grandes metrópoles vitimados pelas novas centralidades. Esses vazios, frise-se, edificadas, seriam, conforme pesquisa da Fundação João Pinheiro (2005), capazes de suprir o déficit habitacional brasileiro. Apenas na área central de São Paulo, os imóveis residenciais vagos representam 12%, enquanto os comerciais são da ordem de 20% (CARDOSO, 2006) evidenciando a pungência do fenômeno do vazio urbano e a alteração de seu paradigma: de vastas áreas de terras desocupadas e dotadas de infraestruturas nas décadas de 1970 e 1980 para imóveis edificadas, em especial verticalizados, e menores terrenos na contemporaneidade, em particular, para as grandes cidades.

Acerca dos vazios periféricos eles são uma marca do que Costa (1995) denomina urbanização periférica fragmentada. Ícones da urbanização das cidades brasileiras nas décadas de 1970 e 1980, esses espaços constituem áreas intencionalmente deixadas sem comercialização e/ou edificação com fins especulativos. Cardoso (2006) aponta que para as grandes cidades, após certo patamar de expansão periférica, inicia-se a ocupação desses vazios estocados no tecido urbano, contudo, o preenchimento dessas áreas não tem significado a ocupação destinada à moradia popular, apresentando-se com um padrão de ocupação pelo mercado com construção de alto padrão em parte associada ao processo de urbanização dispersa, referido por Reis (2006), que expressa a diversidade de ocupação do espaço urbano em

suas áreas centrais e periféricas. Corroborar a hipótese de que esses vazios periféricos foram e são estratégia de valorização imobiliária.

Todavia, embora esse mecanismo de reserva especulativa tenha perdido sua expressividade nas nossas metrópoles e grandes cidades contemporaneamente, não se deve menosprezá-lo para as tratativas a respeito de cidades planejadas e para aquelas que vivenciam uma célere urbanização, decorrente de empreendimentos e investimentos capitalistas de grande porte. Mesmo para as grandes cidades, os vazios urbanos periféricos surgem associados a promotores imobiliários que se inserem no rastro, ou à frente, das obras infraestruturais promovidas pelo Estado na busca de valorização imobiliária.

A esse respeito, Borde (2006:08) considera vazios urbanos aqueles “terrenos localizados em áreas providas de infraestrutura que não realizam plenamente a sua função social e econômica, seja porque estão ocupados por uma estrutura sem uso ou atividade, seja porque estão de fato desocupados, vazios”. Essa definição evidencia a iniquidade do fenômeno frente à expansão da periferia ou ao superadensamento de áreas centrais, ambas carentes, desprovidas de “cidade” embora de maneira não homogênea, como preceitua Marques (2005), enquanto persistem vazios infraestruturados que estão aquém de suas potencialidades sociais. Vazios centrais e periféricos somam-se, assim, no tecido urbano, constituindo um ponto de inflexão.

Clichevsky (2000) considera os vazios urbanos como resultantes das dinâmicas das cidades, um produto do mercado de terras, das políticas dos agentes públicos e das formas de ação dos agentes privados destacando, assim, as multicausalidades do fenômeno. O autor ressalta que os vazios, centrais ou periféricos, influenciam as formas e a direção de crescimento das cidades, deixando áreas vazias intersticiais, que, quando intencionalmente ociosas – objeto de especulação – promovem uma ocupação urbana por “saltos” no intuito de uma apropriação privada dos benefícios produzidos socialmente.

Em que pese a pluralidade do fenômeno ilustrada pelos apontamentos teóricos elencados, será sob a perspectiva em que vazios urbanos associam-se à ausência intencional de uso, de destinação, quando constituem, portanto, reserva imobiliária especulativa, sobre a qual discorreremos nos próximos itens, relacionando-os à escassez construída do imóvel urbano e evidenciando suas consequências sociais na consideração de que a cidade é socialmente construída e tratada, contemporaneamente, como mercadoria. Embora reconheçamos que esse panorama não esgota o leque de análises possíveis

sobre o fenômeno multidimensional dos vazios urbanos, acreditamos ser o mais adequado para a análise de nosso objeto empírico, a cidade de Ipatinga/MG, pautando-nos na advertência de Fialovà (BORDE, 2012) de que a análise dos vazios urbanos perpassa pela compreensão das especificidades históricas e locais nas quais se insere.

Vazios urbanos: cidade, mercadoria, especulação

A consideração de que a cidade é socialmente construída leva-nos à percepção da multiplicidade de “mãos” que a produzem.

Na produção dos plurais cenários urbanos, diversos atores contracenam; contudo, na construção dos vazios urbanos alguns se destacam: o Estado e os capitais que agem no urbano, sejam eles os capitais produtores do ambiente construído, cuja cidade é “matéria-prima e produto de seus circuitos de valorização” (MARQUES, 2005:09), ou capitais que usam o espaço urbano como substrato. No que tange ao nosso objeto empírico, Estado e capital atuarão de forma articulada na produção e na manutenção dos vazios urbanos como buscaremos evidenciar em nossa tratativa.

O Estado, como destaca Borde (2012), tem uma relevante atuação na formação e também na manutenção dos vazios urbanos não apenas como proprietário de muitos desses vazios, mas também no exercício de suas funções reguladora e interventora sobre o território da cidade. Ao regular a produção e o uso do urbano, o Estado pode minimizar ou manter privilégios, integrando ou excluindo parte significativa da cidade aos benefícios da urbanização por meio da legislação urbana. Ao intervir no urbano, o Estado pode, como resultado de investimentos e obras públicas, elevar os valores imobiliários, restringindo e impedindo o acesso ao mercado imobiliário. Ademais, de maneira ainda mais direta, o Estado possibilita a formação de vazios ao promover grandes intervenções urbanas. Contudo, o Estado também poderia contribuir para coibir a formação e mitigar os vazios existentes produzindo políticas ativas.

Por detrás do surgimento dos espaços de uma cidade, existe, portanto, um sistema de agentes sociais e econômicos voltados à produção do meio ambiente construído, que procura influir no funcionamento do mercado, no valor dos imóveis, nas decisões sobre os investimentos públicos e privados (FIX, 2007). Envolvem-se, conforme nos aponta Harvey (1982), no “processo

de criar novos valores de uso para outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios”.

Ressalte-se a capacidade de alguns desses agentes de direcionarem o “futuro” da expansão de uma cidade, capazes de interferirem na primazia de obras públicas, dos créditos públicos e, assim, na reorganização da cidade: “A especulação imobiliária estrutural, nos termos de Molotch, tem suas bases não no investimento na propriedade *per se*, mas na capacidade de influenciar as estruturas socioespaciais futuras que determinam o valor da propriedade”. (FIX, 2007:27).

A especulação imobiliária apresenta-se, assim, como o resultado das formas pelas quais se realiza a acumulação do capital na produção imobiliária: “Não é possível separar a valorização da terra da valorização capitalista no meio urbano. Capital e propriedade fundem-se na produção da cidade” (SANTOS, 1994:22). Nesse sentido Rolnik (1997) afirma “Quem controla a terra urbana, controla a cidade”, a propriedade apresenta-se como um instrumento para o exercício do poder sobre o espaço.

Embora um produto socialmente construído, o espaço da cidade engendrado em uma lógica de apropriação privada e produzido como mercadoria tem seu acesso submetido à mediação do mercado imobiliário:

No plano do lugar, a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada afeta a vida cotidiana, porque, em uma sociedade fundada na troca, a apropriação do espaço – ele próprio produzido enquanto mercadoria – liga-se, cada vez mais, à forma mercadoria e, conseqüentemente, seu acesso se realiza no mercado imobiliário. (CARLOS, 2007:26).

A passagem do processo de consumo no espaço para consumo do espaço condiciona a cidade à condição de mercadoria, um produto imobiliário, usualmente caro, restrito e monopolizado, cujas relações de propriedade forjam os limites do uso. A cidade, reenquadrada na categoria de mercadoria, dissociada da noção de obra, será objeto mercantil, habitada por consumidores, consumidores também de espaço. Como objeto de consumo, terá suas regras de comercialização ditadas pelo mercado, o que impedirá a muitos o acesso à mesma.

O setor imobiliário, segundo Fix (2007), passará por uma profunda mercantilização, ou seja, a terra e os imóveis transacionados como mercadorias em coerência com “a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito,

especulativo, discriminatório e com investimento público concentrado”. (MARICATO, 1996:65-66).

O tratamento da cidade como mercadoria, vendável e exposta no mercado para compra e venda, favorecerá a especulação sobre o espaço urbano, favorecerá, especialmente para os objetivos deste trabalho, o não uso de parcelas desse espaço, alicerçado em expectativas especulativas de valorização futura.

O imóvel urbano tratado como mercadoria, produto de luxo, é ofertado em um mercado imobiliário privado destinado a apenas 30% da população brasileira, conforme nos aponta Maricato (2005). São poucos em nosso país que podem pagar um preço mais elevado pelo uso do espaço, expondo a desigualdade e a segregação urbana que o preço do imóvel produz.

Áreas bem localizadas, dotadas de amenidades e equipamentos urbanos, são destinadas ao uso de *status*. Por outro lado a região periférica, não porque distante do centro, mas por não ser dotada de amenidades e infraestrutura, destina-se ao setor popular, perpetuando ocupações, moradias, áreas precárias, carentes em sua heterogeneidade, do mínimo de “cidade”. No entanto, os setores valorizados pelo capital imobiliário também migram. Áreas serão consideradas como saturadas, conforme nos aponta Fix (2007), com uso desvalorizado, gerando vazios urbanos decorrentes da decadência e da desfuncionalidade de certos espaços, e novas expansões serão requisitadas e/ou impostas pela “máquina imobiliária do crescimento”, exigindo-se um constante processo de expansão urbana, preferível, pelo mercado, ao processo de refazer a cidade, exigindo do poder público que suporte reproduzir toda uma infraestrutura urbana de tempos em tempos. Situação que nos remete à ponderação de Harvey:

O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação (HARVEY, 2006:54).

Essa expansão não ocorre de forma favorável à população das áreas, alvo da nova atenção do mercado imobiliário e do Poder Público, compelida, pelo interesse imobiliário e pela valorização das terras, a se dispersarem pela cidade, normalmente para locais ainda menos dotados de equipamentos urbanos e distantes dos locais de trabalho e de convivência.

A reserva especulativa, o vazio urbano, aparece, assim, como óbice à acessibilidade territorial, condicionando parcela representativa de pessoas

a viverem às margens do direito à cidade, enquanto, como indicado por Maricato (2005), um patrimônio concentrado nas áreas mais servidas de infraestrutura e serviços permanece ocioso.

Vazios urbanos enquanto reserva especulativa

As cidades brasileiras agigantaram-se em um processo quase contínuo de expansão e de estímulo à expansão de sua área sobre as terras da “franja urbana”, acompanhando a industrialização do país, mobilizadora de enormes contingentes de pessoas, o que refletiu em um crescimento de demanda por terra urbanizada, acompanhado pela especulação imobiliária e suas consequências: encarecimento da moradia, periferação dos assentamentos, vazios urbanos, ociosidade de infraestrutura, encarecimento dos transportes e uma forte segregação espacial, já apontada por diversos autores como Santos (1994), Maricato (2005), Marques (2005), e vivenciada no dia a dia de nossas cidades.

Contemporaneamente, em particular para nossas grandes cidades, o modelo centro infraestruturado *versus* periferia carente tem se relativizado devido à diversidade de ocupação dos espaços urbanos em suas áreas centrais e periféricas, havendo maior proximidade territorial de setores socialmente antagônicos, o que não reflete proximidade social, nem igualdade de acesso a infraestruturas como bem relatam nossas favelas e cortiços incrustados em áreas centrais ou condomínios fechados localizados nas periferias.

Nesses contextos dinâmicos, os vazios urbanos são historicamente vinculados aos processos de especulação, contudo, vazios urbanos e especulação ganham novos contornos em uma, como explicita Carlos (2007), “nova urbanidade” permeada pela mercadoria.

Nessa cidade-mercadoria, cujos espaços estão mercantilizados pela “genialidade dos investidores imobiliários” (ZUKIN, 2000:81), os vazios urbanos emergem como instrumento especulativo, uma reserva especulativa, e também como expressão de poder. Expressão de poder de consequências ferozes, ao impor o paradoxo: vazio urbano *versus* escassez de imóvel urbano.

A reserva especulativa de imóveis tem origem no direito de propriedade privada, no uso e gozo conforme os interesses privados do proprietário, parcamente limitados, englobando não só a estocagem de imóvel sem edificação que aguarda valorização como também o estoque de imóvel

edificado, cujo valor para venda ou locação, estipulado em patamares elevados, seleciona a clientela e, portanto, segrega. Tem sua ocorrência, então, ligada ao tratamento dispensado ao imóvel: mercadoria, interessante para o proprietário, seu valor de troca e não o de uso.

Harvey evidencia o caráter peculiar do imóvel, muito utilizado por seus proprietários: “não requer ser mantido em ordem para continuar com seu potencial de uso” (1982:136), não requer, por conseguinte, benfeitorias e destinação para se conservar como mercadoria.

Fix (2007) alerta para mais um aspecto peculiar do imóvel que emergiu com grande força nos últimos anos, trata-se da transformação pela qual o imóvel passa na atualidade, tornando-se um bem móvel: “imóvel-móvel”, um negócio, um bem de representativa liquidez, ocorrendo um “deslocamento entre o valor do imóvel e sua base real, próprio de um capital do tipo fictício” (FIX, 2007:15). Liberto da alcunha de bem de raiz, valioso, porém de difícil disposição, a transformação do imóvel em mercadoria completa-se, “configurando um novo padrão de especulação imobiliária”. Em sentido similar, Gonçalves (2002) destaca o papel de duplo ativo, que leva o imóvel a ser tão almejado: ser, a um só tempo, ativo na produção e um ativo líquido, utilizado como reserva de capital.

O vazio urbano, como espaço destinado à especulação, alia os interesses especulativos dos proprietários imobiliários à “necessidade de estocagem de terra por parte dos capitais ligados à produção imobiliária” (GONÇALVES, 2002:41), superdimensionando o espaço urbano, exigindo constantes investimentos públicos que acabam por aumentar a valorização dessas áreas.

A existência e a permanência de vazios urbanos favorece uma lógica de valorização que é capaz de prover a si mesmo: vazios urbanos impactam na oferta de imóveis frente a uma demanda crescente, favorecendo o lançamento de loteamentos periféricos que valorizam as áreas estocadas e propiciam a instalação de novas reservas especulativas nesses recém-lançados empreendimentos.

Destaque-se, como apontado por Singer (FIX, 2007), a disposição do proprietário especulador a aguardar certo período, que pode ser muito longo, até que alterações na estrutura urbana sobrevenham valorizando ainda mais suas propriedades. Essa espera impede que a oferta regule os preços do mercado de terras. Valendo-se da expressão de Santos (2007), é como se o espaço urbano “minguasse”, escasseasse com a opção dos proprietários em

deixar suas propriedades ociosas, nutridos da expectativa de apropriação da valorização imobiliária.

Sob um contexto que agrega em um mesmo campo discursivo cidade, mercadoria e especulação, mercado e investidores reservarão, estrategicamente, para si vazios estocados dentro da malha urbana, edificados ou não como anteriormente ressaltado. Essa retenção se configura uma estratégia de valorização, de manutenção do patrimônio, como explicita Gonçalves (2002), e de expressão de poder, fortalecedora da escassez da terra-moradia urbanizada, ao não ofertar no mercado o potencial imobiliário disponível.

A reserva especulativa de imóveis urbanos surge, pois, limitando a oferta de terra urbanizada/urbanizável e de moradia diante de uma demanda crescente que esbarra na escassez construída, “estratégia de valorização do capital altamente difundida no Brasil” (GONÇALVES, 2002:01). A terra, como recurso natural não reproduzível e não produzido, aliado à propriedade privada, confere-lhe um caráter escasso (HARVEY, 1982; SANTOS, 1994). Escassez corroborada com a prática da especulação que a mercantiliza:

(...) a especulação atua de forma nociva ao reproduzir a escassez e preservar os vazios urbanos e as terras rurais improdutivas garantindo, assim, que a terra continue concentrada e que o mercado legal de terras no Brasil continue altamente excludente (GONÇALVES, 2002:122).

Não se produz terra urbana conforme bem nos aponta Harvey (1982); todavia, como já explicitado, a cidade e seu espaço são produzidos e reproduzidos como mercadorias reproduzíveis (CARLOS, 2007). A cidade e o espaço urbano são cotidianamente alvos de ação de agentes sociais e econômicos que buscam apropriá-los e alterá-los conforme suas determinações, sendo que essa busca divisa suas fronteiras no caráter fixo da terra urbanizada. São essas fronteiras de difícil transposição para aqueles incapazes de fazer frente econômica ao mercado imobiliário.

Ademais, a estrutura fundiária de nossas cidades, historicamente concentrada e monopolizada nas mãos de poucos proprietários, ou ao menos que reivindicam para si este *status*, propiciou a existência de vazios urbanos, visto que dificultou a liberação e a apropriação do estoque ao não permitir o estabelecimento de preços de concorrência, o que reforça o interesse do proprietário em manter sua reserva especulativa.

Harvey (1982), retratando a cidade como ambiente construído, demonstra que o acesso aos serviços urbanos será referencial distintivo, “a territorialização é produto do trabalho humano”, sendo seu preço regulado pela acessibilidade de serviços e possibilidade de auferir renda. Conforme ressalva Harvey, o imóvel urbano é uma mercadoria peculiar. Sua localização fixa atribui privilégios de monopólio ao agente que tem o direito de determinar o uso nessa localização. Acrescente-se a essa conjuntura outra peculiaridade do imóvel: sua imprescindibilidade, mesmo em uma era de fluxos, de relações virtuais, a base física permanece como requisito inegável da existência do homem: ocupamos espaço e dele necessitamos. Essa conjuntura, aliada a uma realidade de propriedade privada, restringe, fortemente, o acesso ao espaço urbano.

Considerando o contexto em que cidade-mercadoria, especulação, capital e Estado articulam-se para a construção dos vazios urbanos, introduzimos nosso objeto empírico, a cidade de Ipatinga/MG, que traz em seu bojo, mais agudas e céleres, as interfaces entre trabalho, capital, Estado e produção da cidade. Desse modo é um objeto adequado para ilustrar os múltiplos estatutos e escalas do fenômeno, desde extensos vazios compostos por glebas periféricas, vazios centrais a vazios de imóveis edificadas, especialmente verticalizados – acompanhando a mudança de paradigma desse fenômeno, bem como capaz de exemplificar a articulação entre os agentes produtores do espaço, explicitando, ao fim, os resultados dos vazios urbanos com fins especulativos sobre o acesso à terra-moradia urbana.

Vazios urbanos: dialogando com Ipatinga

Ipatinga¹ integra o núcleo metropolitano do Vale do Aço² juntamente com as cidades de Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso. Possui

¹ Os dados e o histórico contidos nesta seção acerca de Ipatinga são resultados de pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado da autora, defendida em novembro de 2010, sob a orientação da Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras, no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais/PUC-SP.

² A Região Metropolitana do Vale do Aço foi instituída pela Lei Complementar (LC) à Constituição Mineira de número 51 de 30 de dezembro de 1998, alterada pela LC 122/12. Além dos municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso, que integram o núcleo metropolitano, outros 24 foram considerados como pertencentes ao colar metropolitano.

aproximadamente 239.468 habitantes (IBGE, 2010) em uma área total de 166,0 km². Figura como exemplar de cidade construída para atender às necessidades da grande empresa siderúrgica, Usiminas, uma cidade-empresa³, distante 220 km da capital mineira.

Ipatinga emancipou-se em 29 de abril de 1964; no entanto, o início de sua história urbana data da década de 50, quando são iniciadas as obras de construção da siderúrgica.

Como *lôcus* fabricado, a cidade refletirá o fato de ser planejada, fruto da necessidade de viabilizar o empreendimento siderúrgico. Trará em seu bojo a dicotomia entre o planejado e o real, sujeita, também, a uma dupla segregação, como apontado por Costa (1991): uma “artificial”, entre a cidade-fechada e a cidade-aberta, outra entre o centro e a periferia da cidade-aberta. Por cidade-fechada referimo-nos ao núcleo habitacional fabricado pelo grande capital industrial, destinando a expressão cidade-aberta ao núcleo urbano que se origina em torno, e em decorrência da grande indústria, mas que não se encontra diretamente ligado à empresa.

A cidade-aberta de Ipatinga, fora dos domínios imobiliários da usina, mas submetida a um mercado de terras que se forma concomitantemente à construção da siderúrgica, é marcada pelas especificidades de produção do espaço de uma cidade-aberta dentro de uma cidade-empresa, representando a alternativa daqueles não atendidos pelos planos habitacionais da Usiminas.

A cidade-aberta seria, pois, o lugar dos não contemplados pela moradia oferecida pela empresa siderúrgica e estaria sob o jugo de um mercado imobiliário caro, concentrado e monopolizado, que controlaria o acesso ao estoque de terra urbanizada/urbanizável da cidade como uma “camisa de força”, utilizando a expressão de Costa (1991). Nesta empreitada se confundiria com o poder público municipal ou a ele aliar-se-ia para a atração de investidores, alocação de obras públicas, retenção de glebas e imóveis edificadas visando à valorização imobiliária e à propagação da cidade, como “lugar de futuro” propício a investimentos, em uma dinâmica que se estende pelo processo de (re)produção da cidade.

A propriedade concentrada de áreas propícias à expansão da cidade nas mãos de cinco grandes proprietários, que juntos detinham uma área que hoje

³ Ipatinga, considerada por Piquet (1998) uma cidade-empresa, terminologia destinada, segundo Pereira (2008), às cidades criadas por empresas que as comandam e controlam por meio de relações de trabalho e sociais, tipicamente centradas na disciplina fabril e na sua extensão ao controle da vida fora da fábrica.

corresponde à quase totalidade da área urbana da cidade de Ipatinga, sendo a Usiminas a maior detentora de terras, será capaz de gerar “escassez” do imóvel urbano nos termos sustentados por Harvey (1982) e Santos (2007). O controle sobre o seu estoque, a liberação e a comercialização submetiam-se aos interesses desses proprietários, sendo a Usiminas seu principal expoente. Esse controle se estendia sobre os segmentos da população que se apropriaria do estoque: no caso da Usiminas, seus funcionários, conforme a estratificação funcional que estabeleceu. No caso dos proprietários, o controle era realizado por intermédio do valor do imóvel.

O grande fluxo migratório em direção a Ipatinga, decorrente da oferta de empregos por parte da usina e da expulsão da população rural, ocasionada, em parte, pela aquisição de grandes áreas pelas principais empresas da região, foi oriundo, principalmente, dos municípios vizinhos e de suas áreas rurais e resultou em um crescimento populacional significativo: de 4.185 habitantes, em 1960, Ipatinga passou a contar com 44.780 em 1970 e com cerca de 100 mil em 1975 (FJP, 1978), o que pressionava não só a demanda por moradia como a demanda por equipamentos urbanos essenciais.

Munidos das intenções bem identificadas por Lefèbvre (2008), Harvey (1982) e Fix (2007), os grandes proprietários fundiários de Ipatinga buscaram o uso mais remunerado possível de sua propriedade que, no caso, seria a transformação da terra rural em urbana: o que antes era vendido em hectare passaria a ser vendido em metros quadrados.

Esse processo de transformação da terra rural em urbana chamou a atenção de Costa (1995) pela rapidez com que ocorreu em Ipatinga: em apenas 20 anos, a contar do início da construção da usina em 1958, quase a totalidade da área que viria a ser a cidade-aberta nos anos 2000 já havia sido parcelada.

O parcelamento não significou a efetiva ocupação da integralidade das áreas, ao contrário, o que se identificava em Ipatinga era uma ocupação dispersa (FJP, 1978) e fragmentada.

Os grandes proprietários da região, embora com o intuito de agregar o maior valor a suas terras, até mesmo adquirindo suas propriedades já com o intuito de parcelamento, detinham pouco conhecimento sobre parcelamento, comercialização e financiamento de lotes urbanos, uma vez que suas origens remetem às atividades rurais. Nessa empreitada contaram com a parceria de promotores imobiliários que se dirigiram para a cidade, especialmente para esse fim.

Como indicado por Harvey (1982), interessados em criar valor de uso para outros e valor de troca para si, os promotores imobiliários contribuíram para criar, também, a cidade-aberta de Ipatinga. Em um verdadeiro processo de “construir a cidade”, esses promotores, aliados a proprietários fundiários, poder público municipal e à empresa siderúrgica propagarão Ipatinga como uma cidade de futuro em uma aliança que, embora reunisse intenções diversas, unia agentes produtores do espaço urbano para propiciar que cada qual alcançasse o objetivo que o movia. Promotores imobiliários e proprietários de terra interessavam-se na apropriação de uma renda, a maior possível, da terra; a indústria buscava desonerar-se de seu déficit habitacional e servir-se da dinâmica da cidade-aberta; a municipalidade, confundida com os próprios agentes anteriores, atuava como um *croupier* (FIX, 2007) para mediar e propiciar o “jogo”.

Nas três décadas que se seguiram à implantação da Usiminas, as administrações municipais, de modo geral, comportaram-se como uma extensão dessa empresa e das forças econômicas que detinham o controle do mercado imobiliário na cidade (FJP, 1998; PEREIRA, 2008). A prefeitura esteve, desde a emancipação do município, em mãos sucessivas de políticos ligados à empresa ou às duas famílias de tradicionais proprietários de terras na região.

Os loteamentos realizados na cidade-aberta eram vendidos, portanto, com uma publicidade que colocava em evidência a lucratividade do investimento. Parcelas significativas das glebas foram vendidas, para investidores e não tanto para operários e setores econômicos que ocupariam efetivamente a área. Tratava-se, pois, de empreendimentos especulativos cujos compradores foram, por excelência, pessoas que encaravam a terra como mercadoria. Maricato (2005:03) aponta a existência, no Brasil, de uma “cultura de concentração de terras e imóveis como forma de riqueza e de poder, que leva à formação desse mercado fundiário e imobiliário altamente especulativo e excludente”, um meio adequado, pois, não só de conservar a riqueza, mas também de acrescê-la.

Pode-se considerar, pois, que havia, basicamente, duas categorias de compradores: demandantes de terrenos para uso e demandantes de terrenos para especulação.

Compradores com o intuito de especular propiciaram que diversos terrenos permanecessem retidos por anos em áreas consideradas como nobres na cidade que, ao lado do “estoque estratégico”, realizado pelos loteadores, resultou em vazios dentro da malha urbana de Ipatinga.

As compras de caráter especulativo deram-se muito mais intensamente em vetores que sofreram grandes investimentos públicos, sendo que esses investidores não só se anteciparam a eles como os direcionaram, o que nos remete à ponderação de Fix: “Restará novamente ao Estado o papel de financiar a expansão da infraestrutura, de modo que viabilize a comercialização do estoque de espaços vazios, além do novo ciclo de produção imobiliária (...)” (FIX, 2007:97). Esse novo ciclo, movido pelo rápido investimento e mais rápido desinvestimento a que se refere Baudrillard, também abriga novos vazios, especialmente, na contemporaneidade, vazios edificados.

Ipatinga: vazios urbanos e seus efeitos

A ocupação urbana de Ipatinga apresentou uma característica identificada pela FJP (1978): a dispersão espacial dos assentamentos, gerada pelo controle do estoque da terra urbana nas mãos de poucos proprietários, dotados de uma lógica de atuação, tendente à especulação, que facilitava essa configuração espacial dispersa.

A ocupação da cidade-aberta deu-se no sentido periferia-centro (FJP, 1978; FJP, 1998), o que corresponde a dizer: periferia- bairros planejados pela usina, em função de uma estratégia de estoque. As áreas intermediárias, de planície e relativamente distante dos leitos d’água, mas próximas do Centro e dos bairros da empresa Usiminas, serviram como reserva estratégica, visando à comercialização futura, quando já mais bem valorizadas pela infraestrutura instalada, pelas ocupações próximas e pela pressão da demanda.

Só era vendida, pois, uma parte dos lotes estrategicamente situados dentro do loteamento, sendo outras parcelas reservadas para vendas futuras, a preços mais elevados, “incentivando a periferização cada vez mais distante, dado que lá a compra de uma parcela de terra ainda era viável para camadas mais pauperizadas da população” (PASTERNAK, 2009:06). Trata-se de estratégia em que, segundo a Plambel (1978), o loteador/investidor procura apropriar das mais-valias geradas pela ocupação dos loteamentos.

Essa lógica se autoalimenta, como já ressaltado: vazios intermediários geram escassez de oferta de terreno urbano que, diante de uma grande demanda, pressiona o lançamento e a ocupação de loteamentos periféricos, o que valoriza as áreas intermediárias e propicia a formação de novos vazios nos novos empreendimentos.

Essa conformação espacial acarretou um processo de ocupação que vem ocorrendo de forma gradual, através de uma lógica de crescimento que a

FJP (1998) denominará “crescimento por agregação de periferias”: núcleos de ocupação mais antiga serão gradualmente agregados a núcleos que somente na década de 90 e nos anos 2000 terão sua ocupação iniciada ou desenvolvida.

Processo de expansão da cidade que se deu de forma descontínua no sentido periferia para o centro, esse sentido de crescimento é identificado, também, no crescimento urbano de Belo Horizonte e de Brasília e parece ser, conforme apontado pela Plambel (1978), inerente às cidades planejadas.

Já no final da década de 70, grande parte da área urbana hoje existente se encontrava parcelada. No entanto, mais do que o intenso aumento da população na cidade-aberta, o que se deve ressaltar, como expõe Costa (1995), é a vigorosa expansão da área urbana parcelada, o que acarretará uma ocupação dispersa, de baixa densidade e com vários vazios intermediários estrategicamente retidos, contrapondo-se à ocupação de áreas inadequadas para moradia, áreas ambientalmente frágeis como beiras dos córregos, encostas íngremes e deslizantes, distantes do local de trabalho e de consumo.

A área urbana do município de Ipatinga no ano de 1978, que tanto assombrou a pesquisadora Costa (1995), comportaria, segundo estimativa da FJP (1978), um contingente de 380 mil pessoas com uma densidade de 100 hab/ha⁴; todavia abrigava, no ano de 1977, 118 mil habitantes. O cálculo de 100 hab/ha realizado pelo FJP levou em conta um lote de 360m², comportando apenas uma moradia unifamiliar por lote, o que leva a inferir que o quantitativo de pessoas que a cidade comportaria seria bem maior, caso fossem mesclados moradias multifamiliares e lotes com metragem menor.

Com uma área ocupada por 118 mil habitantes que comportaria 380 mil pessoas, a administração pública foi obrigada a prover, embora precariamente e desigualmente, serviços públicos de uma cidade capaz de comportar 380 mil pessoas apenas com os recursos fornecidos pelos seus 118 mil habitantes, resultando em um entrave para a provisão de serviços que reclamam importância 3,2 vezes maior.

⁴ Esse valor foi calculado pela FJP considerando-se o nível coerente com os padrões dos assentamentos residenciais da região à época: para cada hectare foi tomada uma área “ocupável” de 60% – 40% representam uma reserva para equipamentos, áreas verdes e vias –, com um parcelamento em lotes de 360 m², significando um total de 17 lotes por hectare. Considerando um domicílio por lote e a família média de 5,6 habitantes por domicílio (FJP, 1978:43).

A área de ocupação urbana do município tendeu, assim, a apresentar uma expansão desnecessária em decorrência da reserva especulativa. Deste modo, criavam-se zonas periféricas cada vez mais extensas e rarefeitas, sem continuidade e com densidade que se tornava antieconômica para a implantação dos equipamentos urbanos necessários.

A estrutura fundiária urbana concentrada representou sérios obstáculos ao funcionamento do mercado de terras, à medida que as terras disponíveis para ocupação foram retidas por pequena parcela da população. Essa situação gerou o que Gonçalves (2002) denomina mercantilização da escassez, dificultando o estabelecimento no mercado, de preços de concorrência, o que tornava ainda mais rígida a disposição de seus titulares em mantê-las retidas. Além de favorecer a aceleração do ritmo de crescimento dos preços, essa situação gerou a presença de terras ociosas e relativamente bem equipadas, localização periférica da população mais pobre, sendo que “a ocupação de encostas e fundos de vale tem sido a alternativa encontrada pela população de baixa renda para residir na cidade” (COSTA, 1995:107).

Tratou-se, assim, de um mercado imobiliário restrito que busca a valorização de seus negócios, interferindo na localização de investimentos públicos ou os aguardando, pois são detentores de capacidade econômica para arcar com o ônus de ver vazio seu imóvel. Beneficiam-se com alianças com o poder público, com a inexistência de legislação pertinente ou com a omissão executiva em aplicá-la, quando existente. Apoiam-se em uma zona de atração empregatícia, no “dinamismo conferido pela usina”, agregando um alto valor aos imóveis, o que selecionará e cercará a acessibilidade ao espaço urbano adequado a muitos, incapazes de fazer frente econômica a esse mercado, “prisioneiros”, então, de áreas carentes, quer periféricas, quer centrais. Persiste, desta feita, uma dinâmica imobiliária que tem na cidade uma mercadoria cujo valor de troca sobrepõe-se aos interesses de uma grande parcela da população, alijada de um acesso equânime à cidade.

Ainda sobre o estoque de terrenos urbanos, destacamos os exemplos da retenção nos bairros Canaã, Bethânia, Cidade Nobre e Iguacu. Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ipatinga⁵ em 27 de junho de 2006, o bairro Canaã possuía 308 lotes vagos, Iguacu contava com 595, Cidade Nobre com 503 e Bethânia com 704, totalizando os quatro bairros

⁵ Prefeitura Municipal de Ipatinga. Secretaria Municipal de Fazenda. Certidão 177/2006. Emissão em 27/06/2006.

um volume catalogado de 2.110 lotes vagos. Os citados bairros correspondem atualmente a áreas de visível expansão, tanto no que se refere à expansão comercial quanto à residencial. Tome-se como referência o acelerado processo de verticalização do bairro Cidade Nobre, detentora de alto valor agregado à terra urbana.

Contrapondo-se a esses dados, a pesquisa da Fundação João Pinheiro (FJP, 2005), denominada Déficit Habitacional no Brasil, revela que havia em Ipatinga um déficit habitacional de 4.639 domicílios urbanos, o que correspondia a 8,35% dos domicílios. Todavia, verificou-se a existência de 6.619 domicílios vagos ou 10,4% do total, havendo superávit de 1.980 domicílios, o que nos remete à ponderação de Maricato realizada em 2005: “ganha mais importância, nos centros urbanos, o número de imóveis edificadas vazios”, que em Ipatinga supriria o déficit habitacional apurado pela FJP, ilustrando a mudança de paradigma acerca dos vazios urbanos: de extensos terrenos vazios para imóveis edificadas ociosos.

A baixa acessibilidade ou mesmo os custos elevados induziam e induzem a não utilização de parte do estoque de domicílio, em contraposição à superocupação de outra parcela mais compatível com as possibilidades do que com as necessidades dos usuários. Proprietários dos domicílios vagos, segundo o delegado do CRECI em entrevista a esta pesquisadora informou, “suportam o prejuízo de tê-los fechados para encontrar o valor que desejam ganhar, sendo que muitos são também poupança”.

Todavia, segundo informações do Departamento de Habitação da Prefeitura de Ipatinga, esse índice de déficit habitacional parece estar aquém do quantitativo registrado pela Prefeitura, visto que havia 15 mil famílias, no ano de 2010, cadastradas no Programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal à espera de aquisição de moradia no município.

A pesquisa sobre o Déficit Habitacional no Brasil da FJP ainda aponta que, no ano de 2000, 10.836 domicílios do município, 19,5% do estoque, apresentam carência de infraestrutura, estando localizados em áreas precárias em termos urbanísticos, onde redes de água e esgoto, sistemas de coleta de lixo e iluminação pública não se encontram implantados. Outros 4.807 domicílios, 8,65% do quantitativo, foram considerados em aglomerados subnormais, isto é, possuidores de características que os aproximam do conceito de favela.

A Fundação João Pinheiro ainda aponta que 6,14% dos domicílios situados em Ipatinga, o que representa 3.411, apresentam inadequação fundiária, que se traduz na situação de famílias que possuem moradias próprias

construídas em terrenos pertencentes a outrem. Esse tipo de inadequação reflete as dificuldades das famílias em conseguir um terreno ou lote para construção da casa própria, o que é viabilizado através da subdivisão de áreas pertencentes a parentes, em geral, muitas vezes, fracionando ilegalmente áreas não parceláveis, o que aumenta as taxas de ocupação dos terrenos.

No processo especulativo mais recente verificado na cidade de Ipatinga, especialmente da última década, os lotes, até então estocados, são edificados para dar a Ipatinga uma feição verticalizada. Imóveis terão seu valor estipulado em preços restritivos, comercializados para investidores da capital mineira ou da própria Ipatinga que buscam, após, vendê-los com uma significativa margem de lucro ou estocá-los, edificados, mas vazios, esperando o momento mais propício de comercialização. Villaça, ciente desse novo viés de vazios urbanos, de estoque de imóveis edificados, nos aponta que, atualmente, “especial atenção deve ser dada à regulamentação da utilização de edifícios subutilizados ou não utilizados, mais do que a terrenos, glebas ou lotes” (2005:28).

No decorrer da urbanização de Ipatinga, áreas ociosas permaneceram estrategicamente retidas em localizações planas com destinação “nobre”, atribuída pelos planos de crescimento da cidade. Investidores adquiriram terra em Ipatinga como poupança, deixando-as ociosas até que surgisse a valorização esperada, possivelmente advinda a partir do final da década de 1990, quando a ociosidade dos terrenos passa a dar lugar à verticalidade dos apartamentos. Muitos deles se tornaram investimentos lucrativos para seus adquirentes, tornaram-se, também, imóveis edificados vagos, engrossando a fileira das estatísticas que apontam para o crescimento desse tipo de reserva especulativa no Brasil, ao passo que o déficit habitacional no município permanece alto.

Com preços restritivos e envolta em um burburinho de que o espaço urbano da cidade esgotou-se, a cidade valoriza-se e atrai cada vez mais investidores para o mercado imobiliário. Verticaliza-se e se expande para os municípios vizinhos, surgindo rapidamente novos loteamentos, porém localizados nos municípios vizinhos⁶, em propriedades de famílias tradicionais de Ipatinga, e onde pode ser observado um novo ciclo de reserva especulativa de imóveis.

⁶ Foram identificados dez loteamentos lançados na cidade de Santana do Paraíso, limítrofes a Ipatinga, sendo o mais antigo iniciado no fim da década de 1990. Somente os loteamentos Jardim Vitória, Cidade Nova, Residencial Bethânia I e II e Cidade Verde lançaram no mercado, nos últimos 12 anos, 4.711 lotes de uso residencial, em sua maioria, capazes de comportar 23.555 mil pessoas, considerando apenas moradias unifamiliares de cinco pessoas em cada, contrapondo-se com uma população de apenas 18.121 habitantes no ano de 2010 (IBGE, 2010) de Santana do Paraíso, cidade em que os mesmos se localizam.

À guisa de considerações

Considerada como produto da prática socioespacial sob um contexto capitalista que determina sua (re)construção permanente, a cidade e seu espaço urbano estarão agregados no campo semântico em que também figurarão mercadoria e especulação.

A tratativa da cidade como mercadoria, um produto vendável e exposto no mercado, favorecerá a formação do fenômeno dos vazios urbanos presentes e persistentes na malha urbana de nossas cidades, ícones de uma reserva especulativa de consequências sociais perversas ao “criar” a escassez social do imóvel urbano frente a uma crescente demanda.

As abordagens teóricas referentes aos vazios urbanos percorrem diferentes e múltiplas escalas de significados no contexto do processo de urbanização capitalista de cada cidade, evidenciando sua complexidade e multicausalidade. Para nosso objeto empírico, embora reconheçamos que não esgote o leque de análises acerca do fenômeno do vazio urbano, o consideramos como reserva imobiliária especulativa, uma origem da escassez social do imóvel urbano.

Essas linhas gerais propiciaram a análise dos vazios urbanos para o nosso objeto proposto, a cidade de Ipatinga que temos em conta como objeto adequado por trazer em seu bojo, mais céleres e agudas, as interfaces entre trabalho, capital, Estado e produção da cidade; capaz de ilustrar os múltiplos estatutos e as escalas do fenômeno, desde extensos vazios compostos por glebas periféricas, vazios centrais a vazios de imóveis edificadas, particularmente verticalizados – acompanhando a mudança de paradigma desse fenômeno, assim como capaz de exemplificar a articulação entre os agentes produtores do espaço, evidenciando os resultados dos vazios urbanos com fins especulativos sobre o acesso à terra-moradia urbana.

Frente a uma história de expansão urbana, marcadamente controlada pela propriedade fundiária e influenciada pela presença do grande capital industrial e pela zona de atração demográfica que este criará, e que o mercado imobiliário acirrará, desenvolveram-se, em Ipatinga, duas realidades urbanas bem distintas. Uma a da cidade particular da Usiminas, rigidamente controlada por esta; outra, cuidadosamente controlada pelo mercado imobiliário, que agia, para utilizar a expressão de Maricato (2005), em um “total *laissez-faire*”. O cenário é propício para a reserva especulativa de terras e de imóveis edificadas urbanos vazios que, para a citada autora, é um dos motivos da carência habitacional e dos preços inacessíveis da moradia no Brasil.

Apercepção da cidade, transformada em mercadoria, ajuda a compreender como o mercado de terras reproduz uma estrutura concentrada de poder e de terra.

O valor de troca se destacará em relação ao valor de uso em uma região promovida como “Vale de Aço”, pulsante. A terra urbana de Ipatinga seria parcelada com admirável rapidez, o que, no entanto, não significaria sua ocupação imediata para moradia ou para fins produtivos. Como investimento, tratada como mercadoria, verificar-se-á o “não uso” da cidade, o não uso dos imóveis urbanos guardados, retidos para que a pujança prometida sobreviesse e aumentasse os lucros dos proprietários, constituindo espaços vazios na malha urbana do município destinados à especulação.

A concentração da propriedade da terra que proporcionava um controle sobre a disposição e a apropriação do estoque de imóveis urbanos, aliada a um panorama de reserva especulativa de imóveis, aguardando valorização, favoreceu a “construção” da escassez da terra urbana em Ipatinga e suas consequências ainda mais agravadas, tendo em vista a proximidade de oportunidades de emprego e a crescente demanda por terra urbanizável, servindo à estipulação de altos valores pela localização em Ipatinga. Essa demanda foi atraída pela publicidade tanto do mercado de terras em busca de clientes quanto da empresa que necessitava de reserva de mão de obra.

A escassez de terra urbana, então construída pela reserva especulativa de imóveis urbanos, que a mercantiliza como estratégia de valorização, superdimensiona cidade, torna-a dispersa, polinucleada, exigindo investimentos contínuos e dispendiosos do poder público para atender às demandas de infraestrutura e impedindo que a oferta regule os preços, cerceando o acesso à terra-moradia. Isso faz com que o lugar da população pobre em Ipatinga seja a periferia da cidade-aberta, apinhada nos morros, em torno de córregos, assumindo os ônus provenientes de sua incapacidade econômica, frente a um mercado imobiliário que se confunde com o poder público em uma dinâmica que se estendeu pelo processo de (re)produção da cidade. Dessa maneira, contribui para que as camadas populares estejam cada vez mais “destinadas” às áreas que, no momento, não são atrativas ao capital imobiliário.

Referências

- BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa
(2012) "Vazios Urbanos: avaliação histórica e perspectivas contemporâneas". *XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Anais Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/.../1061/1036. Acesso em 17 de maio de 2013.
- (2006) *Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CARDOSO, Adauto Lucio
(2006) *Vazios urbanos e função social da propriedade*. Disponível em: http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_adauto.pdf. Acesso em 06 de setembro de 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri
(2007) *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH.
- CARMÁN, María
(2005) "El barrio del Abasto, o la invención de un lugar noble". *RUNA XXV*, p. 79-96. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180820990004>. Acesso em 14 de março de 2013.
- CLICHEVSKY, Nora
(2000) "Vazios urbanos nas cidades latino-americanas. Vazios e o planejamento das cidades". *Cadernos de Urbanismo*, n. 2. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/smu>. Acesso em 17 de maio de 2013.
- COSTA, Geraldo Magela
(1991) "Teoria, pesquisa, problemas e planejamento urbanos no Brasil". *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte v. 6, n. 1, p. 48-58.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura
(1995) *Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio-ambiente urbano*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- FIX, Mariana
(2007) *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP
(2005) *Déficit habitacional no Brasil*. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte.
- (1998) *Ocupação e uso do solo na cidade de Ipatinga: diagnóstico e diretrizes básicas*. Belo Horizonte: FJP.
- (1978) *Plano de desenvolvimento integrado do aglomerado urbano do Vale do Aço- Habitação. Plano de Uso e Ocupação*. Belo Horizonte: FJP.
- GONÇALVES, Juliano Costa
(2002) *A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- HARVEY, David
(2006) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- (1982) *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2010) *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em 21 de maio de 2013.
- LEFÈBVRE, Henri
(2008) *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- LEITE, Rogério Proença
(2002) "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangue-town". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n.49, p. 115-134. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a08v1749.pdf>. Acesso em 01 de abril de 2013.

- LYNCH, Kevin
(2007) *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- MAGALHÃES Sérgio Ferraz
(2005) *Ruptura e contiguidade, a cidade na incerteza*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- MARICATO, Ermínia
(2005) *Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades*. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_questaofundiaria.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2009.
- (1996) *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade, violência*. São Paulo: Hucitec.
- MARQUES, Eduardo
(2005) "Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado". In: MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo (Orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo: Editora Senac, p. 19-56.
- MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida
(2007) *Brasília, o Museu, a Biblioteca e o vazio urbano: elementos para reflexões*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília.
- PASTERNAK, Suzana
(2009) *Loteamentos irregulares no Município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística*. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/loteamentos_irregulares_pasternak.pdf. Acesso em 01 de maio de 2010.
- PEREIRA, Denise de Castro
(2008) *Empresa, cidade e cidadania: Construções e deslocamentos de lugares de poder*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Patrícia
(2011). "Reconstruindo morfologia urbana: novas centralidades e as desigualdades urbanas nas cidades do sul da Europa" *Sociologia OnLine*. Disponível em: <http://revista.aps.pt/?cad=REV4dc1582d76418&tip o=TAR4b223cfff053b&art=ART4dc41fa0632eb>. Acesso em 17 de junho de 2013.
- PIQUET, Rosélia
(1998) *Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PLAMBEL
(1978) *O mercado da terra na região metropolitana*. Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- PORTAS, Nuno
(2000) "Do vazio ao cheio". Vazios e o planejamento das cidades. *Cadernos de Urbanismo*, n. 2. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/smu>. Acesso em 17 de maio de 2013.
- REIS, Nestor Goulart
(2006) *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. Via das Artes: São Paulo.
- ROLNIK, Raquel
(1997) *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel.
- SANTOS, Milton
(2007) *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP.
- (1994) *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- VAZ, Lilian Fessler & SILVEIRA, Carmem Beatriz
(1999) "Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos". *Revista Território*. Rio de Janeiro. ano IV, n 7, p. 51-66. jul./dez. Disponível em: www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_5_vaz_silveira.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2013.
- VILLAÇA, Flávio
(2011) "São Paulo: segregação urbana e desigualdade". *Estudos Avançados*. 2011, vol.25, n.71, p. 37-58. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100004>. Acesso em 20 jun. 2013.

(2005) *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo. Disponível em: www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/index.html. Acesso em 11 de maio de 2010.

ZUKIN, Sharon

(2000) "Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder." In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, p 80-103.

Recebido em

setembro de 2013

Aprovado em

outubro de 2013

Homenagem a Clara Mafra

Em julho de 2013, a Profa. Clara Mafra, antropóloga, coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ e coeditora de *Interseções*, faleceu em decorrência de câncer. Diversas foram as homenagens que recebeu no meio acadêmico, no âmbito de associações científicas, programas de pós-graduação e periódicos.

Como seus colegas na Editoria de *Interseções*, julgamos não haver nada mais adequado do que prestar nossa homenagem a ela aqui neste espaço de trabalho que compartilhávamos. Foi por essa razão que propusemos às colegas de sua linha de pesquisa que elaborassem um pequeno texto que pudéssemos publicar em sua memória neste mesmo número de *Interseções* que traz um dossiê co-organizado por ela.

Recebemos, juntamente com o texto de suas colegas de linha, um outro de autoria de seu orientando Bernardo Guerra, que incluímos aqui como forma de registrar as várias frentes de sua atuação acadêmica na UERJ – como coordenadora, editora, pesquisadora e professora. Foi essa a forma que encontramos para também prestar a Clara nossa homenagem.

Helena Bomeny, Maria Claudia Coelho e Paulo D'Ávila

Editores

“Curta a vida, não se esqueça disso”

No meio de uma atividade no espaço do PPCIS (no dia 26/11/2013, exatamente dois dias antes do que seria o aniversário de Clara), – ouvindo a fala do antropólogo Peter Fry, que compartilhava conosco as lembranças da trajetória dele em muitos planos, e depois vendo o seu filme focalizando a vivência de religiões cristãs na África – fluiu para nós intensamente a lembrança de Clara, que estaria ali, como muitas vezes teria estado, usufruindo e participando daquele encontro.

Temos vivido muitas homenagens à querida colega e amiga Clara, que partiu no dia 19 de julho de 2013, mas aqui se trata da *nossa* homenagem, nós da “sala da linha”, que compartilhamos com ela tantas das coisas a que se

dedicou na UERJ. Nesse sentido, como disse Patricia Birman¹ na homenagem que os amigos, familiares e colegas fizeram para Clara em 30 de agosto de 2013, na capela ecumênica da UERJ:

“A escolha da UERJ para fazer essa homenagem de despedida deveu-se ao fato de Clara ter feito da Universidade o seu lugar de trabalho no sentido pleno do termo: lugar de pesquisa, de trabalho institucional, de ensino e de formação de estudantes – a UERJ foi uma dimensão fundamental da sua vida. Sem dúvida, a Universidade muito se beneficiou dessa sua dedicação cotidiana, particularmente as Ciências Sociais, que nucleamos e expandimos com publicações, eventos, bancas, revistas, e trabalhos de divulgação para um público mais amplo. Mas eu queria mencionar um pequeno canto nessa imensa UERJ, relacionado à disposição de Clara e ao seu trabalho: a ‘nossa sala’ – a sala ocupada por um pequeno grupo, que em parte se confunde com a linha de pesquisa ‘Religião e movimentos sociais’, mas incluindo também estudos de antropologia do cristianismo, da cidade e do meio ambiente: Sandra, Cecília, Márcia Contins, Márcia Leite, Rosane, Lia, e eu, Patricia, partilhamos com Clara durante mais de 10 anos esse mesmo lugar (Lia é mais recente, eu sei). Pequeno canto, apertado, desorganizado, sempre com gente entrando e saindo – a Clara bem que tentou arrumar – sabendo que, no final das contas, todas nós, mulheres amigas e colegas, tínhamos uma vontade não muito explicitada de ficar ali mesmo, juntas, apesar de possíveis facilidades em alguns outros espaços divididos. O espírito dessa sala – de amigas e companheiras, capazes de falar de tudo um pouco e de abrir a porta para estudantes e colegas, para discutir projetos e formas de viver a vida – Clara especialmente cultivou”.

Trata-se aí de uma menção à nossa “sala da linha”, com tantas repercussões das quais Clara faz parte, mas queremos também apontar para suas atuações, não só nas linhas de pesquisa de “Religião e movimentos sociais” e “Estudos urbanos e percepções do ambiente”, às quais estiveram vinculados seus bolsistas e orientandos de diversos níveis, mas também em outras de suas frentes de trabalho na UERJ. É o caso da chefia do Departamento de Ciências Sociais (2005-06) e da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (2011-12); do projeto do jornal mensal e digital *Na Tela* no âmbito do Departamento de Ciências Sociais; da criação e coordenação

¹ Em fala a ser publicada na revista *Religião e Sociedade*, outro espaço que foi também habitado pela Clara.

do Grupo de Estudos de Cristianismo; da promoção de seminários de âmbito nacional e internacional; da seleção em editais que propiciaram a melhoria da infraestrutura da graduação e da pós; e da participação na editoria desta revista *Interseções* – dentre outras atuações que podemos estar omitindo.

Em todas essas frentes, Clara agiu com admiráveis rigor e empenho – que eram uma característica sua –, a mesma característica que se manifestou no enfrentamento e na luta contra um câncer em princípio não enfrentável. Sempre disposta, sempre em busca do próximo passo diante do insucesso da tentativa anterior, ela tentava tudo o que estava ao seu alcance.

Rosane, muito próxima de Clara, mas próxima também em razão das coordenações que compartilharam (do Departamento e da Pós de Ciências Sociais na UERJ), conta que, quando Clara já estava mal e em tratamento em São Paulo, numa conversa por telefone, ela, Rosane, reclamava de uma tese de orientando que tinha que não só ler, mas também corrigir, consertar, ajustar (coisa que muitos sabemos do que se trata, e que vira um castigo quando vamos adiando e aí só resta aquele fim de semana). E Clara, na sua inexorável situação, respondeu: “quem me dera!”. Rosane ficou desconcertada e emocionada, disfarçou e continuou firme a conversa sobre muitos assuntos. Ao terminar, Clara disse ainda: “curta a vida, não se esqueça disso”. Esse “noves fora” da nossa homenagem, esse recado, que a tudo transcende, é o que queremos compartilhar com todos como uma herança de Clara. Salve Clara!

Cecília Mariz
Lia Rocha
Márcia Contins
Marcia Leite
Patricia Birman
Rosane Prado
Sandra Carneiro

O segredo de tecer labirintos

Foram mais de cinco anos.

Conheci Clara em 2008, na minha primeira aula no curso de Ciências Sociais aqui da UERJ. Os veteranos diziam que era pra estudar muito porque a professora que ia dar aula de antropologia era exigente demais, que pegava pesado.

Logo nas primeiras semanas do curso, lembro que ela começou a aula perguntando quem tinha lido o texto. Como poucos tinham lido, ela simplesmente falou que não poderia continuar se a turma não ajudasse, pegou as coisas e saiu. Todo mundo ficou estarecido! Naquele dia eu aprendi que aquela professora era séria mesmo.

Eu nem fazia ideia do que era antropologia, mas aos poucos Clara foi mostrando o quão envolvente era aquele mundo. Era tudo tão bom e diferente, um mundo de mitos e ritos e formas.

No ano seguinte, ela me chamou para fazer parte do grupo de pesquisa que ela coordenava, como bolsista de iniciação científica. Ela sabia que eu precisava trabalhar, e que não podia estar sempre disponível, mas assim mesmo ela me aceitou, confiou em mim.

E com Clara fui aprendendo os caminhos da vida acadêmica – e aquela foi a única chance que eu tive. Cobrava bastante sim; a gente passava um dobrado pra entregar as tarefas cumpridas. Mas aquela oportunidade a gente tinha que fazer por merecer, e valeu todo o sacrifício.

E, desde então, em todos os passos que dei nesse início de trajetória acadêmica tive sempre a presença de Clara. Ela foi professora, orientadora, colega de pesquisa e também uma amiga. Esse carinho, essa confiança, eu já via na relação dela com os orientandos mais antigos, como a Cláudia, a Vanessa, a Andreia, o Sérgio, e vi crescer aos poucos com a Bruna, comigo.

Onde nascia respeito e admiração pela professora e antropóloga consagrada ia crescendo também carinho e amizade.

Essa amizade que Clara tecia com os alunos era que nem um labirinto de tramas que não desataram, nem vão desatar... Por nenhum deus. Nem pela usura dos dias.

E agora estamos todos aqui, falando de memórias.

Memórias que são um privilégio, porque são essas as pequenas sabedorias da linhagem direta da família dos milagres cotidianos e que não se perdem jamais.

Mas uma ausência... é tão elementar quanto uma lembrança.

Já se passou mais de um mês daquele dia 19 que nunca acabou, mas que está lá guardado, sob a integridade da noite.

Só fui me dar conta disso depois, quando voltei aqui pra UERJ, e olhei os corredores do nono andar vazios, que pareciam implicar comigo, insistentemente me dizendo que ela nunca mais ia chegar lá na ponta do corredor.

Ali, só habitavam o silêncio e o vazio. E a única coisa que se fazia ouvir era a realidade, falível, quase insuportável.

Por que o que nos livra da angústia, do peso insustentável da finitude, da falibilidade do real? Por que somos tão presos à vida, tal qual um jogador ao seu tabuleiro, que entre os dias vai movendo as peças da vida feitas de tempo, sonho e agonia? Como aqueles sinos dobram tanta agonia?

Essa é uma das coisas irrevogáveis da vida que a gente tem que aprender a lidar. O nosso destino de ferro...

Mas com o tempo a gente vai entrando aos poucos no mesmo rio em que Heráclito viu toda a nossa loucura.

Clara também me ensinou que a memória, mesmo que inventada, nunca é perecível. As lembranças têm um “quê” de mágica.

Assim como o tempo, nossas memórias sobrevivem às nossas metáforas e aos mitos, mesmo quando a gente se vê diante da rigidez dessas regras onipotentes que impomos às formas e aos nossos sonhos, e que com elas vamos tramando e destramando a vida, e, quando nos deparamos, não deu tempo de dizer aquelas frases que fazem diferença: “sabia que eu gosto tanto de você?” ou “como eu adoro o jeito que você tem de prender o cabelo” ou mesmo dizer, simplesmente, “adeus”.

Às vezes, por causa disso, penso que esquecer é um dom nefasto, filho do ocaso, como se nossa matéria fosse composta apenas de tempo. E para esquecer, muitas vezes, a gente prefere ter a ilusão de nem saber que partimos.

Mesmo que se julgue o tempo, ele sempre será intransigente, ele vem. Ele virá, e nunca em vão.

Olhar para trás, para esses cinco anos é ver uma trama elegante de coisas simples, delicadas e cuidadosas, impossíveis de se esquecer. Porque lembrar é como criar. É um ato de amor.

Ainda nos falta chão para erigir um novo tempo, mas acredito que já temos um azul para o céu desse tempo, um punhado de lembranças, uma saudade que cresce.

Essa saudade de você, Clara, é agora toda a magia que a gente tem.

Bernardo Guerra

Mestrando em Ciências Sociais - PPCIS/UERJ

Dossiê

Religiões e materialidades

Repensar as relações entre pessoas e coisas

Organizadoras: Clara Mafra e Renata Menezes

Apresentação

Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas misturadas saem cada qual da sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca (Marcel Mauss, *Ensaio sobre a dádiva*, 2003 [1923-1924]: 212).

A citação de Mauss, extraída do seu *Ensaio sobre a Dádiva*, nos lembra que a complexa relação entre pessoas e coisas pode ser considerada um tema clássico das Ciências Sociais, notadamente da Antropologia. No entanto, o que motiva sua escolha para compor um dossiê em *Interseções* não é tanto o caráter instituidor do tema, mas a constatação de que nos últimos anos ele tem passado por uma espécie de avivamento, através da multiplicação de análises que colocam em foco *objetos, peças, obras, artefatos, materiais, materialidades, materiais, coisas*, enfim.

A variedade dos nomes que surge nos trabalhos espelha as diferentes tradições disciplinares e os distintos referenciais teóricos em jogo, articulados em torno da temática, a porto de alguns estudiosos falarem de um *material turn, uma virada material* que desde os anos 1980/1990 estaria infletindo as perspectivas analíticas de várias disciplinas, formando uma espécie de onda que motivaria não apenas cientistas sociais, mas também historiadores, historiadores da arte, especialistas em estudos culturais, arquitetos, arqueólogos, museólogos, etc. (ver como exemplo, BENNET & JOYCE, 2013).

Assim, seja do ponto de vista de uma nova importância atribuída à cultura material, seja para repensar as fronteiras entre arte e sociedade, ou entre arte e outros objetos ‘utilitários’ de cultura material; seja para recuperar a noção de técnica como uma entrada para a análise de processos de transformação e a configuração de saberes-fazeres capazes de distinguir especialistas ou grupos de produtores; ou para repensar políticas de representação do

patrimônio, suas relações com o passado e a tradição e a vida cotidiana e dinâmica daqueles que produzem esse patrimônio; ou para acompanhar e problematizar a circulação de bens em um mundo globalizado, em que as mercadorias por vezes ultrapassam fronteiras mais facilmente que as pessoas; ou ainda para colocar em questão as dicotomias moderno-ocidentais calcadas na demarcação clara entre sujeito e objeto, ativo e passivo, animado e inanimado, pessoa e coisa, o fato é que as materialidades têm estado presentes com força no cenário das humanidades (para uma síntese dessas distintas abordagens, ver TILLEY *et al.*, 2006).

O dossiê aqui apresentado pretende nos aproximar desse campo de discussões por meio de três estudos de caso. No primeiro deles, Andréia Vicente da Silva trata da elaboração do luto por uma família evangélica no Rio de Janeiro através da manipulação dos objetos deixados por sua filha falecida. No segundo, Lilian Alves Gomes analisa os ex-votos armazenados em uma Sala de Milagres no interior de Minas Gerais. E por fim, Alberto Goyena analisa as controvérsias em torno de uma grafiteagem de “vândalos” brasileiros realizadas em um castelo medieval escocês, tombado pelo patrimônio daquele país. Luto, devoção, patrimônio histórico: problemáticas conhecidas, mas que ganham perspectivas originais ao serem reconstruídas a partir do prisma das materialidades, adensando as possibilidades de interpretação. Ou seja, cada um desses trabalhos exemplifica o rendimento analítico que um novo olhar (mesmo que seja um olhar de novo...) sobre as coisas que nos cercam e nos envolvem é capaz de permitir.

Andréia Vicente da Silva explora em seu texto a etnografia que realizou com evangélicos pentecostais da Assembleia de Deus em Magé, RJ, para pensar a relação que eles estabelecem com seus mortos. Tendo como ponto de partida a doutrina desta igreja, que nega a possibilidade de retorno dos mortos e de interferência humana no Juízo Final, e que, portanto, provoca nos fiéis grande comedimento em ritos fúnebres, evitando qualquer tipo de manifestação em cemitérios, a autora indaga como então os adeptos lidam com a perda de entes queridos, ou seja, como elaboram seu luto sem grandes rituais. Para isso, Silva apresenta o caso de uma senhora de cerca de 40 anos, cuja filha caçula de cinco anos falecera há não muito tempo, vítima de uma meningite mal diagnosticada. Segundo a autora, o sofrimento materno estaria sendo elaborado através da preservação e do manuseio de alguns objetos que pertenceram à criança.

A atenção posta no cuidado da mãe com as coisas da filha desaparecida permitem que Silva opere dois deslocamentos significativos: primeiro,

quando à teoria dos rituais, tornando sua escala mais próxima ao cotidiano, à interação, à informalidade. É através de atos como guardar com cuidado anotações, mamadeira, roupas, brinquedos; manuseá-los em momentos de saudade, cheirá-los, tocá-los, produzindo pequenos rituais cotidianos que a mãe evoca as lembranças da menina e administra sua dor. Porém, não se trata de qualquer objeto, mas daqueles que de alguma forma se tornaram capazes de recompor o uso que sua antiga dona deles fazia, isto é, objetos condensadores de lembranças e, portanto, propiciadores de presença: a Bíblia da menina, algumas roupas favoritas, fotos, escova de dente, mamadeira, brinquedos muito usados.

O foco na seleção de objetos, na forma em que foram preservados e nas modalidades de sua manipulação permite ainda a produção de um segundo deslocamento, que é o de relativizar o senso comum (e mesmo o senso comum teológico e acadêmico) sobre o luto dos evangélicos. Se a doutrina dessa denominação evangélica estabelece uma nítida separação entre vivos e mortos, negando a possibilidade de comunicação entre eles e tratando as pretensas aparições de mortos como manifestações demoníacas, os objetos permitem flexibilizar essas fronteiras, através das práticas da rememoração, pois eles permitem relembrar os gostos e os gestos de seu antigo dono. O morto não aparecerá como “alma”, mas suas coisas viabilizam a recomposição de sua “presença”, como lembrança ou evocação. Assim, os suportes materiais, pela plasticidade de seu uso e pela multiplicidade de significados que condensam, seriam poderosos auxiliares no enfrentamento da dor da perda e na passagem pelo luto dos evangélicos.

Já o artigo de Lilian Gomes nos leva a refletir sobre a complexidade oculta pela aparente transparência da categoria *ex-voto*, nome comumente atribuído a objetos deixados a santos e outros entes como forma de retribuição por graças alcançadas, que em templos católicos tendem a ser guardadas e exibidas em Salas de Milagres. Voltando sua análise para a configuração de uma delas, localizada em Leandro Ferreira, MG e dedicada a padre Libério, um sacerdote em processo de canonização, a autora tenta entender os princípios de organização que configuram esse espaço, indagando por uma lógica particular que poderia estar aí operando. Nesse sentido, os objetos em exposição são tratados não apenas como algo em exibição, mas como entrando em relações com os visitantes – que são doadores, ou expectadores, mas que, na maioria dos casos, incorporam essas duas posições.

Gomes demonstra que uma pluralidade de objetos – não apenas religiosos, mas também cotidianos, pode adquirir dimensões sagradas ao serem

ofertados como ex-votos, mas que os agrupamentos que se formam, até certo ponto inusitados para um observador externo, podem provocar sensações de desconforto, uma espécie de incômodo com a taxionomia própria da devoção, que coloca lado a lado o que deveria estar separado, que produz metáforas, metonímias e sinédoques inusitadas, que inverte as causalidades óbvias e opera com uma lógica do envolvimento e da participação.

O que a autora vai procurar demonstrar é que a Sala de Milagres, para além de um espaço de exposição de objetos, é um espaço de construção de narrativas de devoção, e que doar muitas vezes é doar-se. Assim, colocar seu ex-voto em exposição significa, segundo a autora, inscrever-se numa narrativa de santidade e assinalar seu pertencimento a uma comunidade de devotos. A partir da análise da intensidade e das nuances da relação densa entre as coisas doadas e as pessoas que as doam, torna-se possível compreender melhor a devoção e refinar, a partir dessa compreensão, as teorias da dádiva e da reciprocidade normalmente utilizadas para explicar os ex-votos.

O terceiro artigo, de Alberto Goyena, leva-nos ao universo dos debates sobre patrimônio, sem necessariamente nos afastar do horizonte do sagrado, pois sabemos que a patrimonialização e o louvor ao passado e à tradição são capazes de operar contemporaneamente como mecanismos de sacralização. E é como uma “profanação” que a grafiteagem no castelo de Kelburn, cujas fundações remontam ao século XIII e que é tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Escocês, é entendida e criticada por muitos, provocando polêmicas quanto à sua adequação. Feito como uma intervenção temporária, a convite do proprietário, no reboco de uma torre do castelo que estava em restauração, o grafite tornou-a multicolor e provocou desconforto estético, causando uma série de reações, as quais o autor procura analisar para compreender o espaço dado às coisas do passado e as formas de lidar com ela em operação no presente. Serve ainda para que o autor assinale, tendo por referência o caso escocês, a existência de diferentes políticas de conservação e restauro dos patrimônios.

Mas o episódio se revela frutífero também para pensar nas fronteiras de legitimidade no campo das artes plásticas. Convidar grafiteiros para atuar em um castelo medieval significa produzir um deslocamento, levando a arte das ruas para um prédio da nobreza. Se o grafite pode ser entendido como um discurso sobre a cidade e as gangues, o que ele teria a dizer sobre a nobreza e o mundo rural? Seria possível adentrar o mercado das artes plásticas, universalizando-se, e permanecer em diálogo com o universo da rua? O fato é que a modernização do castelo pode ser lida também como uma espécie

de *gentrificação* do grafiti, e seria preciso prestar atenção aos efeitos que esse deslocamento provocará.

Assim, a controvérsia sobre a adequação da pintura revela uma série de embates classificatórios, que permitem a Goyena interrogar sobre o nexos possível entre práticas culturais e práticas patrimoniais, a partir do jogo de ambivalências estabelecido entre preservação-restauração-criação-destruição.

Uma última observação precisa ainda ser feita quanto à montagem do dossiê. Foi através de um convite da profa. Clara Mafra que, com prazer, me envolvi nesta empreitada, dando continuidade a um conjunto de atividades que estávamos desenvolvendo em parceria nos últimos anos, como bancas de conclusão, seminários, grupos de estudo, e, mais especificamente para este produto, sua participação como debatedora no Grupo de Trabalho *Materialidades do Sagrado*, que coordenei juntamente com o prof. Ronaldo Almeida, da Unicamp, na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, em 2012. No GT, Clara discutiu com atenção e criatividade os trabalhos de sua sessão e contribuiu efetivamente no debate das demais. Por considerar a experiência estimulante, propôs-me a continuação da reflexão na elaboração de um dossiê para *Interseções*.

No entanto, apesar de a proposta ser sua, a doença que a acometeu no último ano afastou-a da conclusão do trabalho, pois pudemos apenas fazer rápidas conversas telefônicas sobre os caminhos a seguir. Minha expectativa é que o formato final tenha se mantido fiel ao princípio que nos movia no início do processo. Gostaria, portanto, de dedicar a Clara Mafra o resultado dessa parceria precocemente interrompida, como uma forma de agradecimento por sua generosidade intelectual e pessoal, que, recentemente me dei conta, foi uma constante em nossa relação.

Renata de Castro Menezes

Referências

BENNETT, Tony & JOYCE, Patrick (eds.)
(2013) *Material powers: cultural studies, history and the material turn*. London: Routledge.

MAUSS, Marcel
(2003) "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas" [1923-1924].

In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: CosacNaify, p. 183-314.

TILLEY, Chris et al. (eds.)
(2006) *Handbook of material culture*. London: Sage.

“A partida da promessa”: o rito de luto evangélico e os objetos dos mortos¹

Andreia Vicente da Silva*

Resumo

Nas produções brasileiras sobre o enlutamento predominam estudos de ritual que enfatizam comunicações entre vivos e mortos. De forma diferente, os evangélicos foram apresentados como tendo uma vivência do luto marcada pelo afastamento daqueles que faleceram. Neste artigo pretendo discutir essa versão interpretativa utilizando para tanto as dinâmicas relacionadas aos objetos dos mortos. No caso analisado, os objetos dos mortos são utilizados como instrumentos para a manutenção das relações entre vivos e mortos e para construção de significados relacionados à saciedade emocional dos enlutados. Meu objetivo é demonstrar possibilidades de ritualizações de luto criadas no cotidiano pelos evangélicos através das quais ocorrem reinvenções das fronteiras entre leis e práticas e o abrandamento do luto. Neste ponto, os objetos são suportes especialmente interessantes já que a multiplicidade dos seus usos e a contingência das representações associadas a eles permite re-interpretações e trânsitos entre os significados utilizados pelos atores em questão.

Palavras-chave

Rituais de morte. Objetos. Evangélicos.

Abstract

In Brazilian productions about bereavement predominate ritual studies that emphasize communication between the living and the dead. Differently, evangelicals were presented

¹ Este artigo foi desenvolvido a partir do material que compõe um dos capítulos de minha tese de doutorado (VICENTE DA SILVA, 2011b).

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora de antropologia urbana e religião. Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: deiavicente@gmail.com.

as having an experience of mourning marked by the distance of those who died. In this article I intend to discuss this interpretive version using both the dynamics related to the objects of the dead. In the analyzed case, the objects of the dead are used as tools for maintaining relationships between the living and the dead and to construct meanings related to satiation of emotional mourners. My objective is to demonstrate the possibilities of mourning ritualizations created in everyday by evangelicals through which occurs reinventions of boundaries between laws and practices and mitigation of mourning. At this point, the objects are especially interesting since it supports the multiplicity of its uses and the contingency of representations associated with them allows re-interpretations and transits between the meanings used by the actors in question.

Keywords

Death rituals. Objects. Evangelicals.

(RE) Pensando a inserção evangélica no universo ritual de luto brasileiro

Apesar de existir bastante material bibliográfico disponível a respeito do luto, não há muitos consensos sobre o que seria essa experiência nem quais práticas levariam aqueles que o vivenciam a superá-lo. Na versão psicanalítica, por exemplo, o luto já foi descrito como a recorrência de “profundo desânimo, perda do interesse pelo mundo externo, inibição da atividade em geral, incapacidade de amar” (MENDLOWICZ, 2000: 88).

Em antropologia, a passagem pelo luto é um tema de estudo clássico e foi abordada a partir de representações e comportamentos coletivos nos mais diversos universos etnográficos. Durante esse período, os sobreviventes – geralmente os parentes mais próximos ou mesmo os habitantes de uma aldeia ou povoado – podem ser submetidos a obrigações que visam a separá-los, purificá-los e incorporá-los a um novo estatuto (HERTZ, 1960). Da mesma forma, o luto foi compreendido como ferramenta ritual útil para transformar o morto em ancestral (BENDAN, 1969), como rito de passagem

(VAN GENNEP, 1977), e também como forma de vencer as tensões sociais (TURNER, 1953)².

Nas produções brasileiras sobre o tema, há predominância de pesquisas feitas a partir da análise dos sistemas religiosos. O ponto central das argumentações é a existência de crenças e práticas derivadas de uma longa tradição católica que enfatiza a comunicação entre os vivos e os mortos. Em algumas dessas cosmologias o defunto pode, guardadas certas regras, comunicar-se com os viventes (REESINK, 2009) e transitar entre os mundos (SOARES, 1990). Há grupos religiosos que defendem a possibilidade de que se realizem intercessões e incorporações mediúnicas (CAVALCANTI, 2004), enquanto outros acreditam na manutenção de lugares e objetos sagrados que permitiriam visitas daqueles que já partiram (CRUZ, 1995). Enfim, diversas são as crenças e os procedimentos descritos como sendo manifestações de luto que incluem comportamentos ativos e comunicações efetivas iniciadas tanto pelos enlutados quanto por aqueles que morreram.

De modo contrário, se a exuberância das manifestações de luto é vista pelos estudiosos como a marca da maior parte das relações com a morte nas expressões religiosas do campo brasileiro, os evangélicos foram apresentados como tendo uma vivência do luto marcada pelo afastamento dos mortos. Ao ler algumas obras que tratam do assunto, percebo que a distinção do luto evangélico foi apresentada a partir de algumas ideias base – tanto aqui em nosso país como no cenário internacional. A primeira delas diz respeito às características históricas do protestantismo que, em confronto com o catolicismo, negou a possibilidade de acesso dos vivos sobre o destino dos mortos (CHAUNNU, 1978). Em um processo que se desenvolveu de forma gradual ao longo da história, práticas como acender velas e dedicar rezas diante dos túmulos e dos cruzeiros dos cemitérios se tornaram alvo de sanções doutrinárias (ISAMBERT, 1975). Opondo-se aos ritos católicos,

² Esclareço o leitor que neste artigo não estou tratando dos “ritos de enterro” que notadamente são realizados para dar conta do corpo do morto. Meu foco está nos rituais de luto que objetivam estabilizar os sentimentos surgidos a partir da perda ocasionada pela morte. Já que compreendo os “rituais de morte” (de enterro e luto) como um processo complexo com formas e intensidades diversas e variáveis, é necessário analisar cada um desses processos com muito cuidado. Ao leitor interessado na etapa anterior remeto à leitura da minha tese de doutorado (VICENTE DA SILVA, 2011b).

os evangélicos “abandonaram parcialmente” o espaço do cemitério – visto como lugar de predominância católica – e negaram a continuidade das relações influentes dos vivos no controle do destino dos mortos. Além disso, consideraram – rechaçando as crenças de origem africanas (FRY, 2000) – as aparições de espíritos como influências demoníacas.

A contraposição institucional – fruto dos movimentos que surgiram no contexto da reforma protestante (ANDREUX, 1975) – ao longo do tempo fez surgir entre os evangélicos uma espécie de “cosmologia de corte” que prevê a compartimentalização do mundo com separações claras entre os espaços para atuação dos vivos e dos mortos. Assim, estabeleceu-se um sistema de bipolaridades que prevê segmentações como céu e inferno; salvo e condenado; bem e mal. Essas bipolaridades são reconhecidas, no universo evangélico, através, por exemplo, da assertiva bíblica de que “após a morte segue-se o juízo” (PINEZI, 2003). Seguindo estas afirmações, o estudioso da antropologia da morte observa que aqueles pesquisadores dedicados à pesquisa da ocorrência desse fenômeno no universo evangélico geralmente o enfocam a partir das ideias de vida e morte como opostos fundamentais. Seguindo essa metodologia, existe um esvaziamento das práticas intermediárias de intercessão pelos mortos.

Ao construir um sistema cosmológico de combates e de cortes, passou-se a viver a morte como um evento moral (CHARMAZ & MILLIGAN, 2007). Nesse modelo, o destino póstumo de cada pessoa está diretamente ligado à atitude individual de adesão a fé cristã com todos os comprometimentos morais que essa escolha impõe. Para os evangélicos, há a certeza de que o futuro da alma é decidido em vida e que o enlutado nada pode fazer para mudar a condição daquele que partiu. Não existem fórmulas de negociação com o sagrado. Após a morte, o morto está salvo ou condenado irremediavelmente.

Creio que essa valorização da qualidade existencial da pessoa no momento da sua morte também dificulta para o pesquisador interessado neste universo etnográfico a observação das características dos rituais de luto entre os evangélicos. Afinal, normalmente, não há mecanismos disponíveis para que os vivos possam tentar reverter a condição de uma morte mal resolvida. Não há possibilidade de comunicação entre vivos e mortos. A interpretação da estrutura do mundo e das dinâmicas que envolvem o “espírito” daquele que faleceu não prevê ritos formais ou procedimentos cotidianos que sejam

capazes de modificar um destino já estabelecido ou que dêem aos vivos alguma possibilidade de comunicação ou de interação com os mortos.

Com um olhar muito cuidadoso nos rituais de morte evangélicos realizei um cuidadoso levantamento bibliográfico³. Verifiquei que a maior parte dos autores pesquisados apresentam a morte evangélica a partir de uma inversão principal na qual se trabalharia a finitude humana a partir da ideia de contestação. Seja entre pentecostais históricos (NOVAES, 1983), neopentecostais (SOARES, 1990) ou mesmo protestantes históricos (PINEZI, 2003) esta experiência foi sempre descrita como vivenciada a partir da perspectiva da valorização da vida eterna, da transitoriedade do corpo mortal, da sua naturalização e negação. A recorrência nos diferentes estudos foi descrever o mundo protestante como uno e coeso enquanto o católico seria múltiplo e segmentado (DAMATTA, 1997). Na versão protestante, visão de corte, seria impossível descrever continuidades justamente pela inexistência de mecanismos simbólicos que possibilitassem a manutenção das relações entre vivos e mortos. Saliento que esse argumento foi defendido na maior parte das vezes a partir de evidências comparativas com o modelo vigente no catolicismo no qual as relações entre vivos e mortos se pautariam na perspectiva da multiplicidade de possibilidades de relacionamentos e interações entre os vivos e os mortos⁴. Foi assim que autores como REIS (1991) apresentaram os pontos nevrálgicos da conduta evangélica em relação aos mortos e à morte. Vejamos as comprovações. No novo modelo calvinista, a recomendação era um rito de enterro simples e livre de crenças na influência dos vivos sobre os que partiram. As preces, as missas e a intercessão pelos mortos – conteúdos dos rituais tradicionalmente católicos – deveriam ser evitadas justamente porque não poderiam mudar a situação de um destino que já teria sido traçado durante a vida (REIS, 1991).

³ Durante todo o meu curso de doutorado fiz sistemáticos levantamentos bibliográficos tanto em bibliotecas brasileiras quanto em bibliotecas francesas, além de consultas a revistas e jornais especializados das áreas de antropologia, sociologia e história. No terceiro ano do meu doutorado, viajei para Paris, na França, onde permaneci por seis meses realizando um apanhado desses estudos.

⁴ Na contemporaneidade notam-se grandes transformações nos ritos de luto. Para uma compreensão dessas mudanças remeto o leitor a alguns textos (REESINK, 2003; BAUMAN, 1998; CHARMAZ & MILLIGAN, 2007).

Quais seriam então as “alternativas” encontradas pelos evangélicos para a vivência do luto? Durante minha etnografia⁵ entre os pentecostais de algumas Igrejas Evangélicas Assembléias de Deus em Praia de Mauá, Magé, no Rio de Janeiro, percebi que meus observados mantêm uma relação muito complexa com seus mortos. Todavia esta se manifesta, na maioria das vezes, fora do espaço do cemitério sob a forma de “ritos informais”. Desta feita, neste artigo, quero chamar atenção para um desdobramento importante do luto evangélico. Se durante o enterro a incomunicabilidade com os mortos é reforçada (VICENTE DA SILVA, 2011b), na etapa seguinte, observam-se diversos mecanismos através dos quais os enlutados interagem com aqueles que faleceram. Entre estes se encontra o uso de objetos dos mortos para as ritualizações de luto.

Todavia, antes de começar a discussão a respeito das possibilidades encontradas para a vivência do luto evangélico é preciso esclarecer minha opção pela utilização do conceito de “ritualização”. Inicialmente, essa escolha se deu a partir da percepção de que o conceito de rito em sua formação clássica – com suas dimensões práticas marcadas, com seus comportamentos corporais coordenados e/ ou cerimoniais públicos formalizados, com suas etapas e hábitos repetitivos (TURNER, 1953) - não conseguiria sozinho alcançar os diferenciais dos rituais evangélicos de luto. Afinal, o abandono dos formalismos e dos procedimentos rituais repetitivos foi uma das maiores recusas da Reforma Protestante e se prolongou de diversas formas ao longo da história dos grupos religiosos herdeiros dessa tradição.

⁵ Durante os anos de 2008 a 2010 realizei trabalho de campo em algumas Igrejas Assembléias de Deus em Praia de Mauá, no cemitério local, nas casas dos fiéis. Os dados utilizados aqui foram obtidos ao longo deste período e deram origem a minha tese de doutorado que trata dos rituais evangélicos de morte. De maneira geral, me contraponho à tese de simplificação da morte evangélica e defendo a existência de múltiplas estratégias para a inserção destes atores no terreno dos ritos de morte no Brasil que envolvem contrastes, confrontos, apropriações, aproximações e afastamentos em relação ao catolicismo dominante. Em artigo anterior apresentei alguns dados em relação à pesquisa no cemitério (VICENTE DA SILVA, 2011a). Neste texto, o caso de Samanta exemplifica parte do trabalho de campo realizado com foco muito específico nas histórias de vida. Nos casos discutidos, a morte de alguém próximo aparece como um momento de experiência forte que em si mesma não se resolve. Neste caso, aspectos relacionais e interacionais foram acessados pelos enlutados para a vivência do luto e para a superação dos traumas provocados pela morte. (VICENTE DA SILVA, 2011b).

Essa sensação de inadequação do conceito de ritual clássico foi crescendo durante a realização do meu trabalho de campo no qual percebi um certo descompasso entre os ritos e as regras institucionalizadas e as elaborações individuais feitas por essas pessoas logo após o momento da ruptura. Os evangélicos, como bem demonstraram os estudos mais recentes, apresentam um perfil “iconoclasta” (MAFRA, 2002; ROBBINS, 2009) que leva em conta tanto os fatores individuais, como as influências do seu grupo religioso, de outras religiões e da sociedade mais ampla nas suas construções rituais. Neste sentido, a introdução de outros elementos tais como o uso de objetos, sonhos, visões, profecias, visitas aos cemitérios e a realização de rituais interacionais foram vistos por mim como alternativas de relações e de interação com aqueles que já se foram (VICENTE DA SILVA, 2011b).

Entretanto, para compreender esse desdobramento do luto evangélico foi preciso buscar um outro cabedal conceitual que circunscrevesse que práticas poderiam ser definidas como ritos. Mello & Vogel (2002) explicaram que durante algum tempo os especialistas corroboraram a ideia da possibilidade de desaparecimento dos ritos justamente pela influência dos processos de laicização e secularização, ou mesmo pelo triunfo da ciência, da tecnologia e do individualismo – características dos tempos modernos e pós-modernos. No entanto, de modo contrário, a existência desses mesmos elementos incentivou a criação de novas formas de observação dos rituais. No seio dessa multiplicidade, estão tanto as manifestações rituais formais – que já haviam sido delimitadas na teoria clássica – como aquelas atividades ritualizadas cotidiana e/ou individualmente. O que distingue as “ritualizações” dos outros atos sociais não é a delimitação de um momento ou lugar específico para sua realização ou o desencadeamento de tal ou qual grupo de etiquetas. Agir ritualisticamente implica tomar determinado fator ou circunstância como gerador da necessidade emocional de produção de respostas simbólicas. Tal como a entendo, “ritualização” é uma maneira estratégica de ação, mesmo que essa ação não seja reconhecida pelos agentes como ritual.

Focalizando especificamente um evento de morte, vemos que esse fato bruto gera uma forte sensação de irrealidade na consciência dos enlutados que se torna um poderoso motor propulsor para a realização de ritualizações. Um grande conjunto de relações foi desestabilizado e precisa ser reordenado. Há alguém que não está mais lá e que tem que ser re-posicionado. Existem memórias e objetos materiais que precisam ser organizados. Há

relacionamentos desestruturados. Além do difícil desaparecimento do corpo morto, das ânsias e faltas que a morte provoca, existe uma enormidade de outras sensações, emoções e situações a serem superadas.

No difícil caminho de retorno à normalidade através da aceitação e da acomodação da perda, existem ideias e expressões disponíveis e possíveis em cada grupo social. O primeiro desses repertórios é aquele que compõe os cerimoniais formais de enterro e luto e que estão disponíveis tanto no imaginário coletivo quanto na própria institucionalização da morte. Certos procedimentos obrigatórios levam em conta práticas que foram efetivadas como partes da própria estrutura social. No entanto, existem aqueles procedimentos que são marcados pela informalidade, reflexividade e relacionalismo. Estes também devem ser levados em consideração e são os principais componentes dos “novos rituais contemporâneos” (BELL, 1997). Dados do meu campo revelam que durante o luto acontecem discussões cotidianas e compartilhamentos de pontos de tensão onde os símbolos circulam nas redes de relações. Esses momentos são tomados como “ritualizações”, pois, é a partir deles que as necessidades emocionais são trabalhadas.

Diante dessas opções, a teoria situacionista de rito apresenta-se como uma ferramenta interessante de investigação antropológica. Afinal, nessa modalidade conceitual não há ordem ou sequência rígidas para as atividades ritualizadas. Tanto os ritos formais como os informais, as ocasiões cerimoniais ou a vida cotidiana, as ações voluntárias ou involuntárias, conscientes ou inconscientes podem revelar importantes traços de interações ritualizadas. A ideia defendida é que os enlutados descubram os caminhos mais efetivos para expressão da sua dor a partir da vivência cotidiana da perda. As relações estabelecidas durante o tempo de vida, assim como a referência do grupo social ao qual o enlutado pertence são elementos importantes na busca do tempo e do local onde o ritual está sendo praticado.

A partir destas indicações, escolhi o caso estudado neste artigo para demonstrar uma das possibilidades de luto adotadas por meus interlocutores. No caso apresentado aqui, a decisão da enlutada de despojar-se dos objetos da filha morta ou de colecioná-los esteve diretamente relacionada à produção de significados que a ajudassem na vivência da perda. Neste sentido, os suportes materiais são especialmente interessantes, pois auxiliariam no enfrentamento do luto justamente pela plasticidade de seu uso e pela multiplicidade de

significados disponíveis para sua interpretação. Daí, serem mecanismos importantes para flexibilização das fronteiras entre leis e práticas – vistas como o ponto central de tensão do luto evangélico. Como instrumentos analíticos, são úteis se observados a partir do contexto e não engessados em significados pré-determinados.

Desta feita, meu objetivo aqui é circundar certas condutas que os evangélicos consideram ou não realizáveis ao longo dos ritos de luto. A riqueza do relato individual revela os procedimentos trabalhados para ultrapassar a dor e a melancolia provocadas pela morte nesse universo simbólico moral e de cortes. Sugiro que a qualidade do luto e a potência dos sentimentos que aciona nos vivos se relacionam de maneira direta com a questão da determinação moral do destino daquele que partiu e com o preenchimento emocional necessário à estabilização da dor (COLLINS, 2004).

Os objetos da morta: o despojamento e a retenção

Dar destino aos objetos de um morto é sempre um trabalho difícil e doloroso. A reorganização das roupas e dos pertences do falecido pode ser cercada de algumas dúvidas e até de disputas entre os parentes mais próximos daquele que morreu. As dinâmicas que envolvem os rumos dados aos objetos dos mortos são inúmeras. Afinal, eles podem ser considerados parte daquele que morreu e utilizados para reiterar ou não a continuidade da sua presença no mundo. Como bem demonstraram MILLER & PARROT (2009), seu despojamento pode servir como mecanismo controlador do processo de separação e sua retenção ajudaria a criar possibilidades de continuidade de relacionamentos e de memória.

A história de Samanta⁶, uma mulher de quarenta anos, crente da Igreja Assembléia de Deus da Fé, em Praia de Mauá, Magé, no Rio de Janeiro revela

⁶ Samanta se tornou evangélica na juventude. Durante uma série de entrevistas ela me descreveu sua infância, juventude e vida adulta. Samanta nasceu em uma família nuclear de pessoas ditas sem religião. No entanto, ao longo da adolescência aproximou-se do espiritismo e do candomblé por influencia de amigos e parentes mais distantes. Como ela mesma descreveu, a conversão a Igreja Assembléia de Deus representou uma grande “virada” em sua vida e só aconteceu quando ela tinha 25 anos.

algumas passagens importantes dos ritos de luto evangélicos envolvendo objetos, sua retenção e despojamento. Retomo os acontecimentos pretéritos ao mesmo tempo em que procedo à análise.

Samanta me descreveu como ocorreu o falecimento de sua filhinha, Laura, uma menininha de cinco anos. Há alguns anos, Laurinha – como é comumente chamada pelos familiares – ficou doente. Durante uma semana, todos os dias sua mãe a levou ao posto de saúde do distrito com febre e dor no corpo. Os médicos diziam que a criança estava com uma “virose”, medicavam com antitérmicos e mandavam voltar para casa. Ao cabo de sete dias, Laurinha piorou muito e já chegou à unidade de saúde desacordada e sem sentidos. Naquele momento, os médicos se conscientizaram da gravidade do estado de saúde da menina que foi imediatamente colocada em uma ambulância e encaminhada para o Hospital Municipal de Piabetá, em Magé. Em seguida, ela foi removida para outro hospital público, agora na cidade do Rio de Janeiro, que é referência no diagnóstico de doenças infecto-contagiosas. No dia seguinte, veio a descoberta: Laurinha estava com meningite, doença que quatro dias depois levaria a criança à morte.

Em meio há muitas lágrimas, Samanta lembrou comigo a dor contínua e dilacerante pela qual passava já havia três anos. O ponto forte do relato de Samanta envolveu inconformação. Ela me explicou que nunca pensara em se afastar de sua filhinha. Disse-me que sempre havia sonhado em ter uma “menininha”. O fato é que antes de Laura nascer, Samanta teve dois filhos homens. Quando já havia desistido de engravidar novamente, eis que sem planejamento algum lá veio a caçula que ela tanto desejara. Após o recebimento da notícia de que realmente era uma filha, Samanta ficou apaixonada e, durante todo o tempo em que Laurinha esteve com ela, a mãe lhe dedicou cuidado, carinho e atenção. Diante de um cenário de profundo apego emocional, Samanta não conseguia entender o porquê de uma morte tão precoce e buscava explicações: descaso médico, fatalidade ou designo divino? Qual teria sido o motivo para sua perda? Ela se questionava: “se Deus havia me dado a filha que eu tanto queria, porque agora ela teria sido tirada de mim?” De acordo com ela, nos primeiros momentos do luto, sua reação foi de não aceitar, desesperar-se, deprimir-se.

Assim como fez Samanta, sentir-se perplexo diante da morte de uma criança é o caminho de muitas mães e pais enlutados. Afinal, não se trata de uma morte esperada. A morte de uma criança nas sociedades ocidentais

contemporâneas é um acontecimento que vai contra os rumos do que é normalmente aceito como desdobramento do “ciclo de vida” – nascimento, crescimento, amadurecimento, envelhecimento e morte. De acordo com HUMPHREYS (1981), essa sensação de “anormalidade” está relacionada a uma diminuição importante no número de mortes, principalmente de crianças, e um aumento na expectativa de vida dos mais velhos. Esse fenômeno ficou conhecido como “transição demográfica” e ocorreu progressivamente nos últimos 150 anos (ARIÈS, 1949). Fruto dos desenvolvimentos médicos-científicos, nesse novo momento, os pequeninos adquiriram o direito e a obrigação de sobreviverem para o futuro, inclusive sendo algumas vezes vistos como fonte da “imortalidade” dos pais e mesmo da humanidade (HOFFMANN, 1993). O fato é que as reações a uma perda dessa natureza, além da emocionalidade individual evidente, envolvem também sentidos coletivos que se expressam do ponto de vista do valor adquirido pelas crianças em nossa cultura.

Contudo, a história da morte de Laura envolvia ainda outro agravante: a meningite – que é uma doença infecto-contagiosa gravíssima que mata muitas crianças em todo o mundo todos os anos. As decisões de Samanta imediatamente após a tomada de conhecimento do diagnóstico e da morte da filha devem ser compreendidas, levando-se em consideração também o quadro médico da menina. De acordo com minha informante, logo que recebeu a notícia da morte de Laura, além da enorme dor que lhe sobreveio, sua grande preocupação foi com o bem estar dos outros dois filhos. Diante disso, juntando-se a inconformação produzida pela perda e o medo vivido a partir da ideia de contaminação do espaço, Samanta ordenou a retirada dos objetos de Laura da sua residência e seguiu para a casa do cunhado onde permaneceu por duas semanas. Ela me contou que tinha muito medo de retornar ao seu lar. Se em um primeiro momento, o pânico estava associado à preservação da integridade física dos filhos, em seguida esse sentimento foi intensificado pelas lembranças de Laura que naquele lugar eram ainda mais fortes. Logo que voltou para casa, Samanta se deparou com diversas roupas da filha e foi justamente a partir desse encontro que ela mudou de opinião a respeito dos pertences da filha: “eu achei muita roupa dela. Aí foi que eu falei, poxa não deveria ter me desfeito das coisinhas dela” (Samanta, 08/10/2008).

Meu objetivo aqui é utilizar o caso contado por Samanta para demonstrar uma das possíveis saídas utilizadas pelos evangélicos para ultrapassar a inconformação causada pela morte e para manter a memória de seus mortos. Afinal, sabe-se que não é possível controlar a forma como uma pessoa é retirada de nossa convivência pela morte. Diante do imponderável, do inaceitável, muitos se desesperam. Entretanto, em geral, pode-se dominar a forma como se tratam os objetos deixados pelo morto, principalmente quando este é um parente próximo (MILLER & PARROT, 2009). Como se poderá notar, essa foi a alternativa encontrada por Samanta para vivenciar o luto provocado pela morte de Laura.

A polêmica entre “conservar” ou “doar” os objetos dos mortos é um drama vivido por muitos enlutados. Alguns dos meus informantes me contaram suas dúvidas e dilemas a respeito da conservação, destruição ou afastamento dos objetos pertencentes àqueles que faleceram. Geralmente o ato de doar ou reter os pertences do morto está associado ao tipo de relacionamento cultivado com aquele que faleceu, a forma como o enlutado entende a morte e acontece no ímpeto da emocionalidade da própria da perda. Quando a decisão é de conservar o objeto, há outro trabalho de transformação lento e dolorido que deve ser feito. Num primeiro momento – como muitos me relataram – olhar os objetos é tarefa difícil, daí alguns decidirem doá-los ou destruí-los (um dos motivos pelos quais Samanta ordenou a retirada dos objetos da filha). Após algum tempo, se eles permanecerem com os sobreviventes, percebe-se que são formas vivas de “recordação”. Podem lembrar os gostos e os gestos de seu antigo dono. Quando funcionam como “pessoas⁷” trazem saciedade emocional (HOSKINS, 1988). Afinal, seu sentido “re-significado” reconstitui o “ser” e a trajetória daquele que partiu.

Há uma vastíssima bibliografia que trabalha os objetos como suportes de memória. No interior deste conjunto, estão aqueles estudos que analisam o uso dos objetos dos mortos nos ritos de luto. Estes podem ter um uso

⁷ Há uma grande discussão na antropologia sobre os “objetos-pessoas”. Janet Hoskins (1988), ao estudar as sociedades da Melanésia, afirmou que naquele contexto seria muito difícil conseguir estudar as histórias dos objetos separadas das histórias de vida das pessoas. Afinal, de acordo com a autora, pessoas e coisas estão tão complexamente entrelaçadas que não podem ser desembaraçadas. O que vai definir essa relação são as trajetórias de vida.

integrativo (ROSE, 2003) - como as fotografias, por exemplo, que tem um potencial de articular ausência e presença trazendo para perto àqueles que estão distantes - ou podem ser trabalhados sob a ótica da “economia das relações” (MILLER & PARROT, 2009) na qual a destruição, o descarte e a escolha para retenção ajudariam na elaboração da perda. No universo evangélico, o uso dos objetos dos mortos no luto pode adquirir ainda um outro valor simbólico derivado especificamente de sua visão cosmológica do mundo. Esses suportes podem ser compreendidos como substitutos importantes para a impossibilidade de visualização dos espíritos daqueles que partiram adquirindo inclusive um novo sentido de “imortalidade” que é diferente da ideia combatida de aparição. Eles podem ser compreendidos como pedaços de uma existência, como meios para construir relações com os falecidos e como prova da continuidade das ações de um morto no mundo social.

O fato foi que depois da chegada ao lar e da frustração inicial de ter se deparado com um cenário de faltas, Samanta foi aos poucos se aproximando dos objetos restantes que pertenceram à filha e estes suportes a auxiliaram no trabalho difícil de reconstrução do seu luto. Como ela mesma explicou: “eu não vivia, eu vegetava”. Essa sua profunda tristeza se assemelha à passagem pelo momento secundário do luto. Como alguns especialistas explicaram, é justamente nesse período que os enlutados costumam tomar “consciência da perda”. O fato é que, àquela negação inicial e o sentimento de anestesiamento sentidos nos instantes iniciais que seguem ao falecimento, em geral são sucedidos por uma dor dilacerante, resultado da “tomada de consciência” real do poder separador da morte.

Ao longo dos dias, – tentando superar a tristeza – Samanta teve de iniciar o trabalho lento de arrumação necessário ao asseio da casa. Nesse instante ocorreu outra reviravolta. Ela encontrou e recolheu sucessivamente vários objetos de Laura que permaneceram misturados aos pertences da família. Nesse contexto, sua nova decisão foi contrária àquela anterior.

Eu guardei. Achei, não era a atual escovinha de dente dela. Achei uma escovinha dela no quintal. Que era antes dessa que ela tava usando. Guardei. Guardei a tampa da mamadeira. Guardei um bonequinho. Guardei umas roupinhas. Guardei. Ela tinha um vestidinho azul e prata com umas borboletinhas brancas que eu

comprei pra ela passar o ano novo na Figueira. Achei e guardei (Samanta, 08/10/2008).

A ideia de guardar os objetos de Laura foi a alternativa encontrada por Samanta para reinventar seu rito de luto. Tocar e visualizar os objetos – de acordo com o que ela mesma me relatou – trouxe a sensação de proximidade da filha – aquele contato que havia sido perdido a partir da morte. Esse foi o mecanismo utilizado para transformar a “inconformação depressiva” que ela sentia em alguma possibilidade de “saciedade emocional”. Para essa mãe, o sentimento mais abrandado de passagem pelo luto só foi construído a partir da abertura dos mecanismos interativos e de memória da filha. Na verdade, o ato de se relacionar com os objetos de Laura funcionou para Samanta como um “ritual interacional”. Afinal, anteriormente em suas trajetórias, mãe e filha desenvolveram um sentido emocional intenso em seus encontros (COLLINS, 2004). Essa consciência se desdobrou em outras possibilidades de renovar a união maternal mesmo após o falecimento.

A teoria das interações rituais – da qual GOFFMAN (1967) e COLLINS (2004) são grandes representantes – enfatiza que o indivíduo é um fluxo no tempo e no espaço. Ele não é apenas limitado ao seu corpo, mas abrange também suas relações. É integrado com o que está no mundo. Novas situações podem levar a novas apropriações da ideia de indivíduo que varia de acordo com as interações. Neste caso, os objetos dos mortos teriam especial eficácia simbólica à medida que podem ser apropriados como parte daquele que viveu e mecanismos de permanência do ser no mundo.

Contudo, num ambiente compartilhado, diferentes pessoas têm relações diversas com o luto. No caso da família de Laura, a decisão de guardar os seus objetos foi tomada exclusivamente por Samanta e gerou desentendimentos entre ela e seu marido. De acordo com minha informante, Fábio⁸ não desejava ver os objetos e as fotos que a esposa guardava. Ele dizia a Samanta que isso o fazia sofrer – o que me faz perceber que ele continuou regido por aquela lógica inicial do “despojamento”. A lógica do despojamento envolve a “destruição ou o afastamento dos objetos do morto” (MILLER &

⁸ Na época da entrevista Fábio congregava na mesma Igreja que Samanta e tinha 50 anos.

PARROT, 2009: 506). Contudo, seu simbolismo é precioso e revela outras possibilidades de luto. Entre alguns povos, justamente no ato de destruir está a tentativa simbólica de transformar o morto em ancestral. Esse feito não diz respeito somente ao esquecimento do falecido e sim à tentativa de fazer com que ele permaneça eternamente na memória da comunidade (MILLER & PARROT, 2009: 507). Para Fábio, afastar-se dos objetos que lembram a filha não significa descaso, nem desrespeito. Envolve sim a tentativa de transformar a dor da morte numa possibilidade serena de recordação.

Várias discussões conjugais se seguiram e Samanta ignorando os pedidos de Fábio só fazia aumentar sua “coleção de objetos póstumos”. Para tanto, contudo, precisou adotar algumas estratégias, elaborou certas “táticas” (CERTEAU, 1994). Ela separou uma gaveta do armário onde armazenou as roupas e os acessórios que pertenciam à filha morta. Quando sente vontade – e quando Fábio não está em casa – ela abre o guarda roupa, toca, cheira e olha os pertences da filha. Para Samanta, tocar nos objetos que pertenciam a Laura é como tocar e relembrar a convivência que tiveram. Este ato é totalmente compreensível se analisado do ponto de vista de uma perspectiva da “cultura material”. Nesse panorama, as relações não estão limitadas às pessoas e podem ser evidenciadas através de interesses e suportes diferenciados, como por exemplo, os objetos.

José Rogério Lopes (2010) discutiu as relações entre “coleccionismo” e “ciclos de vida”. As considerações do autor são muito interessantes para compreender as ações da minha interlocutora enquanto colecionadora dos objetos que pertenceram à filha. Esse autor explicou que as pessoas projetam afetividade às suas coleções. Esse sentimento está ligado a um sentido de preservação. Afinal, ao separar os objetos do seu “contexto natural”, eles são transformados ganhando novos sentidos. Essa modificação do significado do objeto faz com que ele seja mais facilmente re-apropriado a partir de um novo sentido que é pessoal. Ou seja, ele se “metamorfoseia” de acordo com o que o agente colecionador deseja. Por isto mesmo, admite-se que o início de uma coleção tem relação muito próxima com a trajetória daquele que coleciona. É o momento no qual ele se encontra que abre a possibilidade de colecionar e que faz com que esse hábito de “juntar coisas” ganhe intensidade e materialidade.

A morte pode funcionar como instigador dos hábitos colecionistas. Se nosso corpo é regido pela lógica da finitude e da degeneração, o processo de luto desenvolvido através da coleção de objetos daria maior fluidez à liberação do corpo do sujeito morto, recompondo através da materialidade a vida que se perdeu. Nesse sentido, instauram-se outras possibilidades de interações além daquelas consideradas “face-a-face” (GOFFMAN, 1975).

Eu mexo porque sinto um conforto, um consolo. Cada folhinha do caderno que eu viro, eu lembro. Aqui mãe, eu aprendi isso. Então eu consigo escutar. Eu consigo escutar. Eu sei que se eu escutar a voz dela, eu vou estar escutando [sic] a voz do Diabo, porque eu sei que quem foi não volta. Mas a lembrança é tão grande que é como se ela estivesse sentadinha do meu lado ali. Ainda mais que veio da escola a pastinha com livro, com tudo dela (Samanta, 08/10/2008).

Samanta me explicou que, ao mexer nos objetos de Laura, tem sensações aproximadas àquelas que ela tinha quando convivia com a menina. Essas memórias fazem parte de um tempo feliz de convivência e são reproduzidas infinitamente em seu pensamento. Por isso, pode-se afirmar que se relacionar com os objetos de um morto é um tipo de “ritual interacional” em que o enlutado busca reviver os padrões de relacionamentos que foram construídos durante o tempo de convívio (COLLINS, 2004).

Entre os evangélicos, os relacionamentos com objetos podem ser uma saída importante derivada do seu sistema de crenças que interrompe as relações póstumas com os espíritos dos mortos. Afinal, para eles existe a certeza de que o morto que partiu não retorna ao convívio dos vivos. Contudo, mesmo como instrumento propício, os relacionamentos com os objetos e o fato destes lembrarem o defunto e darem a impressão de o trazerem à vida são cercados de grandes cuidados regulatórios. Como me disseram meus interlocutores, eles procuram separar – num exercício de purificação – a ideia de “aparição” da possibilidade da “recordação”.

A polêmica envolvendo a separação entre o corpo, a alma e o espírito logo no momento da morte não é novidade na história do cristianismo e circundou as diferentes interpretações tanto dos “pais fundadores” quanto de outros especialistas contemporâneos (SEGAL, 2004). Nos primeiros escritos do apóstolo Paulo, não se tinha certeza se a subida ao céu aconteceria utilizando-se o corpo ou se a alma (*psyque*) se separava dele no instante da

passagem. Ao longo do tempo, essas distinções foram sendo sofisticadas e os conceitos apareceram com mais nitidez teológica. Um bom exemplo pode ser visualizado no combate puritano à bruxaria ocorrido na Nova Inglaterra em meados do século XVI (REIS, 1995). Naquele contexto, acreditava-se que o Diabo atacava a alma assaltando o corpo. Ou seja, separados corpo e alma, o primeiro era compreendido como a parte mais vulnerável do todo humano. Nesse sentido, quando o invólucro sucumbia aos feitiços, sabia-se que a batalha com o mal estava acontecendo e que a alma – parte permanente do ser – estava ameaçada. Ao longo do tempo, outras diferenciações apareceram. Uma das mais importantes é a separação da ideia de “possessão” – que é uma interação involuntária entre um ser humano e uma “entidade” – da noção de “feitiço” que envolve um pacto voluntário com o mal (SLUHOVSKY, 1996). Nas longas trilhas dos sentidos e nas suas possíveis re-interpretações, as igrejas pentecostais adotaram uma visão contra a feitiçaria e os espíritos malignos (FRY, 2000), evitando acreditar na possibilidade de retorno dos mortos e conferindo às aparições status de intervenções demoníacas combatidas.

Para os evangélicos das Igrejas Assembléias de Deus onde realizei minha pesquisa, nenhum morto pode falar, ouvir, nem ver. Para eles, a confirmação dessa afirmativa é uma preocupação constante que está ligada, dentre outros fatores, à distinção de outras tradições religiosas onde o morto aparece e age como alma ou espírito desencarnado (CAVALCANTI, 2004; CRUZ, 1995). No cristianismo, na maioria das vezes, a morte significa a ida do defunto para o convívio com a divindade e para fora do mundo social (BLOCH, 1998). Entretanto, se o morto não pode aparecer como “alma”, os seus gostos, as suas palavras, os seus objetos e as suas fotos servem como mecanismos propiciadores de “presença” (BLOCH, 1998). É por isso que Samanta fez questão de frisar a impossibilidade de aparição do espírito da filha. Se ela considerasse tal hipótese, teria que entender que esse tipo de relacionamento a levaria a uma prática pecaminosa e proibida por seu grupo de referência (VELHO, 1999). Diante de tal ideia, ela teria que recuar e abdicar da saída que ela encontrara para seu rito de luto. Ao invés disso, a opção tomada pela enlutada – mesmo que inconsciente – é compreender que o relacionamento com a filha está sendo feito através das “recordações” – ativadas a partir do contato com os objetos da morta.

Há ainda outro objeto utilizado por Samanta para trazer a filha para perto de si. Ao longo do tempo, ela adquiriu predileção por uma bíblia na qual a filha marcou algumas passagens pintando de azul e escreveu seu nome. Tal qual um jogo de quebra-cabeças, ela passou a recolher e guardar dentro do livro as peças que marcam e confirmam a continuidade desse relacionamento com os objetos da morta.

Eu tenho uma foto dela dentro da bíblia. Porque o Fábio não pode ver. Ele fica triste. Ele fala que eu não tenho direito de fazer isso com ele. Ele não consegue ver. Se eu quero ver, eu vejo escondido dele. Aí, eu boto dentro da minha bíblia e ainda mostro pra todo mundo. [...] Eu tenho passagem na bíblia que ela deixou pra mim. Romanos oito. [...] Foi assim: dois meses antes, eu tava na cozinha chateada, porque eu queria botar o piso na casa e não tinha como. Ela chegou e falou assim: mamãe, lê aqui [sic]. Ela tava [sic] na escolinha, mas não sabia ler. Aí ela falou assim: lê aqui [sic]. Eu falei: ai, Laurinha, mamãe tá ocupada. Eu falei assim: faz o seguinte: risca aí onde você quer e coloca aí. Só que passou. Ela deixou anotação em segunda Pedro também pra mim. Um belo dia, eu folheando a bíblia estava escrito assim: Laurinha e circulado com a tinta azul. Um recado mesmo. Ainda bem que eu não li na época porque eu não ia entender. Depois eu te mostro. [...] Eu tenho uma carta que escrevi pra ela. Escrevi tudo que eu sentia, minha saudade. Menina, eu tenho uma paixão por essa bíblia, você não tem noção e tem a foto dentro da bíblia. Porque como eu te falei, eu não posso ver a foto dela porque ele não gosta. Ai eu fico com a foto dentro da bíblia. Já quiseram me dar bíblia nova eu não quis. É essa aqui. [...]

Autora – Esse seu apego a essa bíblia é por causa dela?

É com certeza. Eu tenho minha primeira bíblia. Eu tenho uma com as folhas douradas. Tá [sic] tudo pra lá. Se um dia eu tiver que jogar essa fora porque rasgou ou molhou, eu arranco aquelas páginas e guardo. Hoje eu sinto muito remorso de ter desfeito das coisas dela (Samanta, 08/10/2008).

Os objetos – roupas, bíblia, fotos – são a ferramenta encontrada por Samanta para lembrar e reencontrar a filha morta. A bíblia funciona inclusive como suporte para a apresentação dessa “relação” para o mundo exterior ao universo da casa. Através deles é como se as duas pudessem estar novamente juntas, o que gerou enorme saciedade emocional a essa mãe enlutada (COLLINS, 2004).

Ao mesmo tempo, os textos circulados por Laura na Bíblia foram interpretados por Samanta como uma mensagem forte. A transcrição do texto da bíblia diz:

Amados, não estranheis a ardente prova que vem sobre vós, para vos tentar, como se coisa estranha vos acontecesse;

Mas alegrai-vos no fato de serdes participantes das aflições de Cristo, para que também na revelação da sua glória vos regozijeis e alegreis.

Se pelo nome de Cristo, sois vituperados, bem-aventurados sois, porque sobre vós repousa o Espírito da glória de Deus (Bíblia, I Pedro 4: 12-14).

A outra passagem citada por Samanta e que também foi sublinhada por Laura encontra-se em Romanos oito. Lá está escrito:

E aquele que examina os corações sabe qual é a intenção do Espírito; e é ele que segundo Deus intercede pelos santos.

E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados por seu decreto.

Porque os que dantes conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos.

E aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a estes também justificou; e aos que justificou, a estes também glorificou (Bíblia, Romanos 8: 27-30).

Na verdade, o que Samanta fez foi compreender as passagens bíblicas como recados deixados pela filha – já que a própria marcação do texto foi realizada pela criança num momento de conversa entre as duas. Após a perda, os versículos adquiriram significados atualizados que envolvem a polêmica entre vida e morte pela qual passava a enlutada. Diante dessa demanda, ela compreendeu as passagens como advertências que deveriam levá-la ao enfrentamento do sofrimento e à aceitação da morte. Sabe-se que os “contextos” a partir dos quais Pedro e Paulo escreveram os capítulos dos quais foram extraídos os fragmentos acima não são exatamente os mesmos que regem as interpretações em questão. Todavia, há vários sentidos possíveis. A prática de “intertextualização” envolve a segmentação de um texto, sua “des-

contextualização” e “re-contextualização”. Nessa lógica, o escrito pode ser transformado num artefato que fala. Essa explicação pode ser diretamente relacionada à própria “cultura bíblica” que prevê a possibilidade de que as mensagens escritas ganhem sentidos múltiplos dependendo dos anseios do leitor.

Neste sentido, a bíblia em questão tem seu potencial significativo ampliado. Ela é o livro sagrado e também um objeto tocado pela morte. Associado ao luto, esse livro ajuda a mãe a lidar com a perda da filha criando saídas para a manutenção das lembranças associadas aos acontecimentos pretéritos. As possibilidades de reinterpretação dos significados deste livro favorecem a prática do colecionismo já que neste caso, os versículos destacados da “palavra de Deus” fazem mais que retransmitir a mensagem da divindade. Retransmitem também consolo através dos desejos de Laura.

Conclusão

Diante do exposto neste caso, verifica-se que os objetos funcionaram como suportes através das quais Samanta canalizou o cuidado que gostaria de continuar tendo com Laura. De forma muito especial, através das lembranças materiais, foi possível para ela reconstituir aqueles momentos de convivência. Ao focalizar este caso e alguns outros (VICENTE DA SILVA, 2011b), foi possível perceber que a relação dos vivos com os objetos dos mortos é uma das possibilidades para os “rituais interacionais” de luto evangélicos. Uma das possíveis saídas para a incomunicabilidade com o espírito do morto que é parte fundamental deste universo cosmológico.

Neste sentido, o que se pode comprovar é que os evangélicos não esquecem ou mesmo aniquilam seus mortos. Ao contrário, como procurei apontar, é durante o enfrentamento dos “eventos” – antigos ou recentes – que os indivíduos reinterpretam e atualizam os significados de cada um dos elementos idealizados da sua cultura problematizando inclusive os padrões morais vigentes “no sistema de morte” e as possibilidades de conforto cultivadas no cotidiano do luto. O que o relato evidencia é que, ao longo do processo de enlutamento, os mecanismos interacionais entre vivos e mortos podem ser intensificados e os suportes utilizados para tanto podem ser os mais variados.

O relato aqui detalhado pode servir de ferramenta analítica para a revisão dos estudos feitos nos contextos relacionados à morte no universo evangélico. Isto porque as experiências observadas por mim e narradas por meus interlocutores deixam transparecer possibilidades de flexibilização da sua cosmologia e do seu sistema representacional. Nos momentos de luto – que muitas vezes são situações limite, nas quais os atores sociais experimentam sentimentos extremos – é possível que novas interpretações e ações surjam. Neste caso, como já disse, essa nova versão não envolve contradição e sim flexibilização a partir das margens encontradas neste sistema doutrinário.

Enfim, o caso aponta para os desdobramentos dos rituais de luto evangélicos realizados a partir dos objetos dos mortos. A “prática etnográfica” demonstrou que esses podem envolver diferentes dinâmicas relacionais tais como retenção, despojamento, re-interpretação, metamorfose. O primordial é que sejam suportes úteis na produção de significados para aqueles que vivenciam a experiência da finitude. Neste sentido, há diversos meios para a manutenção das memórias e da interação e inúmeras formas de solução para as dores, para as incertezas e para as tristezas. Afinal, não há nada mais aterrador e mais revelador do que a morte com o seu poder de finalizar e recomeçar⁹...

Referências

- ANDREUX, Francis
(1975) “L’image de la mort dans les liturgies des églises protestantes”. *Archives des Sciences Sociales des Religions*, Paris, v. 39, n. 1, p. 119-126.
- ARIÈS, Philippe
(1949) Attitudes devant la vie et devant la mort du XVII au XIX siècle. *Revue trimestrielle de l’Institut National d’études démographiques*. Extrait de Population, n. 3 – Juil/ Sept.
- BAUMAN, Zygmunt
(1998) *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BELL, Catherine
(1997) *Ritual perspectives and dimensions*. Oxford: Oxford University Press.
- BENDAN, Effie
(1969) *Death customs. An analytical study of burial rite*. London: Dawsons of Pall Mall.

⁹ Dedico este artigo à memória da minha querida amiga e orientadora Clara Mafra. Durante muito tempo discutimos a respeito da morte e do luto de pessoas queridas e de como esse processo é difícil e dolorido para cada um de nós. Sinto muitíssimo a sua falta e sei que, apesar da irreversibilidade da morte, a vida permanece, infinita, imortal, poderosa...

- BLOCH, Maurice
(1998) *How we think they think. Anthropological approaches to cognition, memory and literacy*. EUA: Westview press.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro
(2004) "Vida e morte no espiritismo kardecista". *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 1-24.
- CERTEAU, Michel de
(1994) *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes.
- CHAUNNU, Pierre
(1978) *La morte à Paris. XVIe, XVIIe et XVIIIe siècle*. Paris: Fayard.
- CHARMAZ, Kathy & MILLIGAN, Melinda J.
(2007) "Grief". In: TURNER, Jonathan H. & STETS, Jan E. *Handbook of the sociology of Emotions*. New York: Springer. p. 516 – 538.
- COLLINS, Randall
(2004) *Interaction ritual chains*. Princeton: Princeton University Press.
- CRUZ, Robson Rogério
(1995) *Carrego de egun. Contribuição aos estudos do rito mortuário no candomblé*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DAMATTA, Roberto
(1997) *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DEBARY, Octave & TURGEON, Laurier
(2007) *Objets & mémoires*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme.
- FRY, Peter
(2000) "O espírito santo contra o feitiço e os espíritos revoltados: civilização e tradição em Moçambique". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 65-95.
- GOFFMAN, Erving
(1975) *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
(1967) *Interaction ritual. Essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books.
- HERTZ, Robert
(1960) *Death and the right hand*. Illinois: Free Press.
- HOFFMAN, Leandro
(1993) "A morte na infância e sua representação para o médico. Reflexões sobre a prática pediátrica em diferentes contextos". *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 364-374.
- HOSKINS, Janet
(1998) *Biographical objects: how things tell the stories of people's lives*. New York: Routledge.
- HUMPRHEYS, S. C. & KING, Helen.
(1981) *Mortality and Immortality the anthropology and archaeology of death*. London: Academic Press.
- ISAMBERT, François-A.
(1975) "Les transformations du rituel catholique des mourants". *Archives des Sciences Sociales des Religions*, Paris, v. 39, p. 89-100.
- LATOURE, Bruno
(2007) "Une sociologie sans objet? Remarques sur l'interobjectivité". In: DEBARY, Octave & TURGEON, Laurier. *Objets & Mémoires*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme. p. 37 – 58.
- LOPES, José Rogério
(2010) "Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, jul./dez, p. 377-404.
- MAFRA, Clara
(2002) *Na posse da palavra. Religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MELLO, Marco Antonio e VOGEL, Arno
(2002) Apresentação da edição brasileira. In: SEGALIN, Martine. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, p. 7 – 12.
- MENDLOWICS, Eliane
(2000) "O luto e seus destinos". *Agora, Espírito Santo*, v. III, n. 2, jul./dez, p. 87-96.

- MILLER, Daniel & PARROT, Fiona
(2009) "Loss and material culture in South London". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, England, v.15, n. 3, sept., p. 502-519.
- NOVAES, Regina
(1983) "Os crentes razões para viver e para morrer". In: MARTINS, José de Souza (org). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, p.15 – 26.
- PINEZI, Ana Keila
(2003) *A vida pela ótica da esperança: um estudo comparativo sobre a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Internacional da Graça de Deus*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- REESINK, Mísia
(2003) *Les passages obligatoires. Cosmologia catholique et mort dans le quartier de Casa Amarela, a Recife (Pernambuco – Brésil)*. Thèse (Doctorat en Anthropologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- (2009) Rogai por nós: a prece no catolicismo brasileiro à luz do pensamento maussiano. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 29-57.
- REIS, Elizabeth
(1995) "The devil, the body, and the feminine soul in puritan New England". *The Journal of American History*, EUA, v. 82, n. 1, p. 15-36.
- REIS, João José
(1991) *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROBBINS, Joel
(2009) "Pentecostal Networks and the spirit of globalization. On the social productivity of ritual forms". *Social Analysis*, Portugal, v. 53, n. 1, p. 55-66.
- ROSE, Gillian
(2003) "Family Photographs and Domestic Spacings: A Case Study". *Transactions of the Institute of British Geographers*, England, New Series, v. 28, n. 1, p. 5-18. Mar.
- SEGAL, Alan F.
(2004) *Life after death. A history of the afterlife in the religion of the west*. EUA: Doubleday.
- SLUHOVSKY, Moshe
(1996) "A divine apparition or demonic possession? Female agency and church authority in demonic possession in sixteenth-century France". *The Sixteenth Century Journal*, EUA, v. 27, n. 4, p. 1039-1055.
- SOARES, Mariza de Carvalho
(1990) *O medo da vida e o medo da morte, um estudo da religiosidade brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TURNER, Victor W.
(1953) "Lunda rites and ceremonies". *New Series*, England. n. 10. p. 335-388.
- VAN GENNEP, Arnold
(1977) *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.
- VELHO, Gilberto
(1999) *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VICENTE DA SILVA, Andréia
(2011a) "Rituais interacionais: o enterro evangélico". *Intratextos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 01-16.
- (2011b) *Ritualizando o enterro e o luto evangélico: compartilhamento e incomunicabilidade na experiência da finitude humana*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Recebido em
março de 2013

Aprovado em
agosto de 2013

O êxtase dos objetos: ex-votos e relações de devoção¹

Lilian Alves Gomes*

“Ah, mas a fé nem vê desordem ao redor...”
João Guimarães Rosa em *Grande Sertão Veredas* (parte 2).

Resumo

Através da observação de uma “Sala dos Milagres”, o artigo analisa os objetos ofertados a um santo, os chamados ex-votos. Entendendo-os como problemas de pesquisa e não apenas como dados ou aspectos secundários no culto aos santos, busca-se olhar mais detidamente para a aparente confusão dos locais onde tais objetos são exibidos e procura-se discutir os problemas que eles trazem a lume. Assim, a reflexão se detém na natureza dos ex-votos de modo a também possibilitar a problematização do vínculo santo-devoto como algo mais complexo do que uma mera relação instrumental de troca entre homens e divindades.

Palavras-chave

Ex-votos. Objetos religiosos. Culto aos santos.

Abstract

Through the observation of a “Room of the Miracles”, the article analyzes the objects offered to a saint, called *ex-votos*. Considering them as investigation issues and not only as data or

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada como trabalho final no *Seminário de Antropologia dos Objetos*, ministrado em 2011 pelo professor José Reginaldo Santos Gonçalves no âmbito do PPGAS/IFCS/UFRJ. Agradeço ao professor pela acolhida no curso e pelos comentários em relação ao texto. Também sou grata pelos apontamentos de minha orientadora, Renata Menezes, e ainda aos amigos José Paulo Neto e Denise da Costa. O *corpus* de dados utilizado no presente trabalho deriva de um percurso mais amplo e integra-se na pesquisa realizada entre 2007 e 2010, da qual resultou minha monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais (GOMES, 2008), defendida na UFMG, e minha dissertação de mestrado (GOMES, 2011), defendida no PPGAS/MN/UFRJ. Durante o mestrado, contei com o apoio de uma bolsa CAPES, com auxílio para pesquisa de campo concedido pelo PPGAS e pela FAPERJ, este último via projeto *Materialidades da Devoção*, desenvolvido no Grupo de Pesquisa em Antropologia da Devoção (GPAD/PPGAS/MN).

* Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil), onde integra o GPAD. E-mail: lilianalves@gmail.com.

secondary aspects in the the cult of the saints, a closer look is endeavored to the apparent confusion of the places where such objects are displayed. The aim is to discuss the problems they bring to light . Therefore, the observation lies upon the *ex-votos* nature so that the problematisation of the bond saint-devotee is enabled as something more complex than a mere instrumental exchange relation between men and deities.

Keywords

Votive objects. Religious objects. Saints of devotion.

Introdução

As Salas dos Milagres, presentes em centros de peregrinação no Brasil e no mundo, são espaços de exibição de uma das diversas formas materiais que a devoção aos santos pode assumir: os ex-votos. Eles podem ser partes do corpo moldadas ou esculpidas em diversos materiais, muletas, imagens de santos, maquetes de casa, bilhetes, tufo de cabelos, óculos, mortaldas, cadeiras de roda, cartas, flores, cruzeiros, velas, esculturas, vestidos de noiva, fotografias etc. A diversidade de elementos nos atenta para uma forma extremamente plástica de materialidade da devoção e que, em suas (des) proporções, tamanhos e dimensões, formam coleções que impressionam, atacam os sentidos e não raro assustam o expectador desavisado.

Os milhares de ex-votos ofertados a Pe. Libério (*1884-1980†), um falecido sacerdote cultuado em diversas cidades no interior de Minas Gerais, sempre se impuseram à observação realizada no intuito de compreender a santidade a ele atribuída². Fotografá-los foi um exercício inicial de aproximação que manteve nas visitas de campo subsequentes. Tratava-se de tentar dar conta do grande número de coisas, pois enumerá-las por escrito demandaria uma

² Trata-se de uma santidade não reconhecida oficialmente pela Igreja Católica. Para essa instituição, apenas sua autoridade máxima, o Papa, possui a autoridade de conceder o estatuto de santo a alguém, e após um longo e complexo processo. Nesses termos, oficialmente Pe. Libério é considerado um “servo de Deus”, ou seja, a “Congregação para a Causa dos Santos” da Santa Sé foi consultada e já se pronunciou que não há nos arquivos do Vaticano nada que seja obstáculo à introdução da “causa de beatificação” e, posteriormente, de “canonização”.

quantidade de tempo de que eu não dispunha, e também de tentar capturar o forte apelo visual daquela Sala dos Milagres.

Ao mostrar as imagens resultantes desse exercício para alguns colegas³, percebi que a abundância de ex-votos não só provoca impacto em termos de visualidade, mas que, curiosamente, pode suscitar sentidos olfativos e táteis em quem nunca esteve presente no local. Durante as inúmeras jornadas que passei dentro de tal espaço, também ouvi de alguns frequentadores impressões relativas à sujeira e ao cheiro do lugar, mas elas certamente eram bem menos enfatizadas do que as reiteradas situações de maravilhamento dos devotos diante do acervo. Para estes últimos, como será visto ao longo do texto, os objetos parecem manifestar um poder que eclipsa noções tais como “bagunça”, “confusão”, “sujeira” e “cheiro forte”, que tantas vezes eu ouvi de outros interlocutores.



Conforme assinala Douglas (1976), a impureza absoluta só existe aos olhos do observador, que, por sua vez, a vê como uma ameaça a certa ordem desejada. Nessa perspectiva, a busca pela purificação e o desejo de higiene, que afastam os perigos de contágio, são entendidos como ordenação criativa do meio. Se, na Sala dos Milagres, sujeira e bagunça não são vistas pela maioria de seus frequentadores como potencialmente poluidores, cabe-nos pensar em outras formas de organização da experiência.

A partir das considerações sobre o narrador desenvolvidas por Benjamin (1986), Gonçalves (2007a) descreve um museu que se caracteriza justamente

³ Algumas delas poderão ser vistas ao longo do texto. Todas as fotos são de minha autoria.

por vários aspectos que, como foi mencionado, promovem certo desconforto em algumas pessoas:

Esse espaço tende a ser identificado como um interior, a separação com relação ao espaço da rua bastante marcada, o que repercute na iluminação. Uma grande quantidade de objetos é exposta, acumulando-se em salas e vitrines, sem textos que os situem em algum período histórico. O deslocamento dos visitantes se faz com lentidão. Os objetos se impõem à atenção dos visitantes, exercendo seu poder evocativo. Moedas, móveis, espadas, medalhas, louça, quadros, vestuário, um conjunto heteróclito de objetos ocupa amplamente os espaços dedicados à exposição (GONÇALVES, 2007: 70).

Segundo o autor, a fruição no “museu narrativa” exige do expectador um estado de distensão psicológica que se contrapõe ao ritmo vertiginoso do “homem da multidão”. Ao contrário da indisposição desse último para o excesso de estímulos, quem se sente confortável no espaço descrito é o *flanêur*, que, sempre interessado pela vida à sua volta, enxerga no museu-narrativa a possibilidade de novas contemplações e possíveis descobertas.

As reflexões que seguem são um convite a tal postura exploratória: o deslizar sobre “detalhes” que despertam os mais diversos sentidos e levam ao intercâmbio de experiências. Assim como o *flanêur* de Benjamin não vê os transeuntes da grande cidade como indivíduos anônimos, mas vislumbra a sua origem e o seu caráter, fantasiando a partir de suas roupas e gestos, minha sugestão é olhar os ex-votos de modo que eles deixem de ser vistos como um aglomerado indistinto de quinquilharias.

As imagens das Salas dos Milagres costumam ser muito marcantes, segundo Fernandes (1982: 45): “É o espaço ritual mais desarrumado que se pode imaginar, um impressionante amontoado simbólico de misérias humanas”. Já Segala (1999: 16-17), ao abordar os ex-votos do Santuário de Aparecida em São Paulo, nos fala da exposição de “(...) corpos inteiros ou despedaçados, dores avulsas, vistas nos ex-votos de cera.” E, ainda, “esta imensa área, mais conhecida como Sala dos Milagres, é a expressão objetivada mais contundente da fé na romaria. Pelas promessas, as manifestações coletivas e unitárias da fé se particularizam, se individualizam, apoiadas em uma economia do dom e da troca” (SEGALA, 1999:16-17).

Penso que é necessário olhar mais detidamente para a aparente confusão dos locais em pauta e também nos desvencilharmos da leitura automática que

vê nos ex-votos apenas uma relação de troca dos homens com as divindades. Não se trata de negar esta última assertiva, mas ter em conta, como sugere Thomas (1991: 17), que o dom é um tipo de ato, mas também é uma coisa; e que a ênfase sobre a relação social tem implicado na exclusão da análise da natureza do objeto. Desta feita, nas linhas que se seguem, meu objetivo é trazer as Salas dos Milagres para o centro da análise, juntamente com os ex-votos nelas contidos, para tomá-los como problemas e não apenas como dados ou aspectos secundários da devoção aos santos. Sem necessariamente obliterar a literatura antropológica clássica sobre esferas de troca, buscarei voltar-me a contornos específicos das mesmas, delineados através da circulação de ex-votos.

Por não serem, de antemão, vistos como dissociados das pessoas que os fabricam, os artefatos tribais há muito têm ensejado reflexões-chave na antropologia⁴, dedicadas à problematização das (in)distinções entre pessoas e coisas, animado e inanimado, matéria e significado, representação e realidade, cultura e natureza. Já certos objetos, muitas vezes caros às sociedades ocidentais, não são vistos como problemas de pesquisa, pois são entendidos como inertes e animados apenas pelas pessoas, dentro de sistemas de significados construídos por elas.

A relativização da oposição entre pessoas e coisas inaugurada por Mauss (2003 [1923-1924]) parece não ser vista como ferramenta teórica para desestabilização de categorias no estudo de todas as sociedades. Na própria célebre introdução à obra do autor, Lévi-Strauss (2003 [1950]) aponta que a falta da superação da teoria nativa teria feito com que Mauss deixasse de perceber que o *hau*, assim como o *mana*, no caso da magia, fosse uma expressão linguística que remeteria a determinados princípios do pensamento simbólico. Tanto tal apelo ao inconsciente quanto o primado do vínculo como questão para a antropologia têm sido questionados por diversos autores que problematizam o modo como os objetos podem nos levar a outras questões.

⁴ Na constituição da própria disciplina, vale lembrar, não se pode desconsiderar a importância de fluxos de objetos – plumagens, cestas, machados, canoas etc. – entre contextos nativos e metrópoles, que culminaram na formação de coleções etnográficas. Desta feita, os objetos serviram a interpretações de antropólogos antes de serem relativamente marginalizados na disciplina e circunscritos à esfera dos museus e sua lógica de coleta e classificação.

Se os teóricos do simbolismo dos anos 1960 e 1970 não se interessaram muito pela especificidade das materialidades que permeiam as relações sociais, uma considerável produção posterior foi empreendida na direção oposta. A “cultura material” aparece como categoria específica de problema e análise em Miller (2006; 2005; 1998; 1994), recorte que será duramente criticado por autores que colocaram que, ao se “pensar através das coisas”, não se deve determinar *a priori* o que é objeto e o que é sujeito (HENARE, HOLBRAAD & WASTELL, 2007).

Nessa direção, outros trabalhos se detêm na especificidade ontológica das coisas que habitam o mundo: Latour (2009, 1994), ao olhar para ciência, traça redes sociotécnicas, ressalta a “agência” de “híbridos”, “não humanos” e “quase-objetos” e denuncia a separação entre pessoas e coisas, tão preciosa para os “modernos”. Gell (1998), por sua vez, tematiza a arte e enfatiza que a agência dos objetos não é definida por atributos anteriores à produção de sentido que se dá nas redes de relações sociais. Já Ingold (2006; 2007; 2010) insiste que a ênfase na agência material é resultante da redução que transforma as “coisas” na noção estabelecida de “objetos”, em que o mundo é “habitado” pelas “coisas” e não pelos “objetos”. Tal diferenciação é delineada por meio daquilo que é entendido por “vida”, um ambiente inerente à circulação de materiais que continuamente pode tanto dar forma às coisas quanto dissolvê-las.

Essa rápida passagem pelas linhas de força das obras aventa a existência de importantes clivagens na reflexão sobre objetos e coisas, principalmente considerando-se que, por meio dela, alguns autores têm buscado repensar a própria prática antropológica. Certamente essa última empreitada não está em primeiro plano na discussão que ora desenvolvo e, por conseguinte, passá-la em revista de modo mais detido é tarefa que extrapola os limites deste artigo. Como se vê, muita tinta correu para que os objetos viessem a lume como estratégia metodológica e teórica em uma disciplina cuja ênfase recaiu, ao longo da construção do moderno conceito antropológico de cultura, sobre os sistemas de pensamento e organização social (GONÇALVES, 2007b).

Por um lado, podemos pensar que a complexidade dessa empreitada se agiganta no âmbito do estudo da religião, pois, como nos lembra Freedberg (1989), o “mito do aniconismo” – a crença de que, quanto mais espiritualmente desenvolvida a religião, menor a necessidade de objetos materiais para servir

de canal de comunicação com a divindade – é compartilhado por diversas culturas e pouco problematizado pelos estudos que se debruçam sobre elas⁵. Por outro lado, se certas proposições recentes foram entendidas como transformadoras da mirada antropológica para a relação entre sujeitos e objetos, é preciso considerar que há muito algumas delas estão contempladas, por exemplo, na reflexão sobre as relíquias e as imagens católicas⁶.

Isto posto, nas páginas que seguem, buscarei empiricamente mobilizar situações variadas que possam encarnar certas nuances do debate, principalmente com vistas a marcar o que se pretende reter do mesmo. Nesse sentido, espero que ao longo do texto venham à tona modalidades de relação que contribuam com uma discussão sobre os objetos que não os toma como dados, mas, antes de tudo, verifica o que vem a ser entendido como objeto e quais são os problemas que eles movimentam.

Nesse intuito, inicialmente é preciso destacar que, durante todo o trabalho de campo, não observei ninguém se referir aos ex-votos que problematizo por meio de algum vocábulo que os subsumisse ou os qualificasse de forma definitiva. Ao tratar os itens sobre os quais me debruço através de termos generalizantes, como materialidades, objetos, coisas e ex-votos, não necessariamente os objetifico, ou seja, destituo-lhes de outras características que não seriam próprias das coisas materiais. Trata-se de um recurso textual que possibilita o trato com a diversidade e com os incontáveis formatos encontrados na Sala dos Milagres, recurso esse que, em alguns momentos, também aponta para os diversos caminhos na literatura especializada sobre o assunto. Por ora, vale fixar que artigos de natureza aparentemente inconciliável, como um umbigo de bebê e um sapato de noiva – como bem indica a expressão Sala dos Milagres – são, antes de tudo, milagres e graças. Passemos ao que eles têm a nos dizer.

⁵ A título de exemplo, pode-se mencionar Mauss (2005[1909]) que, em *A Prece*, aborda os ex-votos a partir de uma perspectiva evolucionista, tratando-os como degenerações de orações mais espiritualizadas e individualizadas.

⁶ Para uma instigante análise sobre as relíquias enquanto coisas (mercadorias) que também são pessoas (santos), ver Geary (1986; 1990). Para análises sobre o estatuto das imagens mais especificamente, ver Belting (2010, 2007), Turner (1978), Ginzburg (2001) e Freedberg (1989), dentre outros.

A Sala dos Milagres do Pe. Libério

A etnografia que subsidia a reflexão proposta foi realizada na Sala dos Milagres do Museu Pe. Libério, situado em Leandro Ferreira, uma pequena cidade a 150 km de Belo Horizonte, na qual esse padre viveu a maior parte de sua vida sacerdotal e onde seu túmulo é buscado por milhares de devotos. O Museu localiza-se praticamente em frente à capela que abriga a sepultura do religioso. Ambos os locais, juntamente com a Igreja Matriz da cidade, são considerados pontos de visita obrigatória para os devotos que vêm de outros municípios.

O Museu Pe. Libério foi construído por iniciativa da Associação de Amigos do Pe. Libério (ASAMPEL), com apoio da igreja local⁷. Duas funcionárias se revezam, de segunda a sábado, das 8 às 17 horas, para receber os visitantes, vender “lembrancinhas” e limpar o local. A multiplicidade de tarefas exercidas já indica que elas não são profissionais especializadas nas empreitadas de seleção, exibição e preservação de objetos, características aos museus, mas exemplos de “faz tudo”⁸. Aos domingos e durante as festas, quando o fluxo de visitantes é maior, elas são auxiliadas por outras pessoas na tarefa de comercialização dos artigos. Os salários das funcionárias bem como outros custos de manutenção do local são pagos através de valores arrecadados por meio da cobrança de porcentagens sobre a comercialização citada e das doações dos frequentadores.



⁷ Atualmente, a instituição não conta mais com o suporte da paróquia para seu funcionamento. Sobre as disputas entre a associação de devotos e o pároco, consultar o capítulo 3 de minha dissertação (GOMES, 2011).

⁸ Nem mesmo a criação do museu contou com especialistas, tais como museólogos e historiadores. Nesse sentido, quando falo do conjunto de ex-votos como “acervo” ou “coleção”, estou optando por termos utilizados pela literatura, e não por meus interlocutores.

Uma placa disposta na entrada do Museu recebe os visitantes e já nos lança questões sobre a diversidade de usos do espaço: “BEM-VINDOS – LOCAL DE ORAÇÃO – PEDIMOS SILÊNCIO.” A oração mencionada acontece, sobretudo, no espaço que, doravante, chamarei de “vão central”, que é imediatamente acessado após a porta de entrada e assemelha-se a uma capela. Bancos com genuflexórios, comuns em muitas igrejas católicas, são posicionados voltados a uma parede na qual se destaca, no alto, um crucifixo de madeira com Jesus Cristo morto. Em torno dos bancos, que os devotos também utilizam para descansar, são expostos produtos religiosos para venda (medalhas, terços, fitinhas, livros, chaveiros, imagens e outras dezenas de *souvenirs* relacionados ao Pe. Libério e a outros santos do panteão católico). Através de uma porta que fica na parede lateral direita desse espaço, acessa-se outro espaço, destinado à exibição dos pertences de Pe. Libério (objetos litúrgicos e paramentos religiosos utilizados por ele: batinas, fotografias, cartas etc.) e de recortes de jornal sobre os seus feitos.

Já a Sala dos Milagres, à esquerda do vão central, possui o mesmo tamanho da sala onde ficam os pertences de Pe. Libério: cerca de 35m². Trata-se de um espaço onde os visitantes dispendem mais tempo quando visitam o Museu. Lá eles encontram expostos uma infinidade de objetos que foram ofertados ao padre e, a despeito do esforço das senhoras que cuidam do local para organizar e abrigar todos os ex-votos, atualmente eles são tantos que dificultam a movimentação pelo ambiente. Os maiores, como inúmeras partes do corpo moldados em cera e quadros com depoimentos bordados em tecidos ou esculpidos em madeira, estão expostos em prateleiras que ficam encostadas às paredes. Acima delas, estão afixadas fotos até o teto da sala. Alguns painéis foram dispostos paralelamente às paredes e neles são fixados retratos, exames médicos, cópias de carteira de trabalho ou de motorista, comprovantes de aprovação em vestibulares e concursos públicos etc. Entre os painéis estão caixas e mesas onde se observam maquetes de casas, cruces, capacetes, muletas, gessos que já imobilizaram alguma parte do corpo de um devoto, e outras dezenas de objetos.



É importante mencionar que as primeiras pessoas que ofereceram ex-votos ao falecido sacerdote não os deixaram em tal local de exibição: os objetos foram colocados em seu túmulo, que logo ficou pequeno para acomodá-los. Um senhor atentou para o fato e, também preocupado com a conservação das ofertas dos devotos que não deveriam ficar “no tempo”⁹, arrecadou doações de móveis. Por volta de 1990, montou uma pequena Sala dos Milagres em uma vila que abriga idosos da cidade. Com a inauguração do Museu, em 1996, os ex-votos foram transferidos para a atual Sala dos Milagres.

Esse breve histórico dos objetos traz questões sobre os locais onde se entende que os ex-votos devem ficar. Inicialmente ficaram depositados em um local de culto¹⁰, depois foram transferidos para um lugar onde pudessem ser exibidos. Assim, o conjunto de ex-votos constitui uma coleção que, como

⁹ A sepultura de Pe. Libério ficava a céu aberto, como as demais do cemitério da cidade. Posteriormente, uma capela foi erguida sobre o túmulo do sacerdote e, desse modo, o acesso a ele pode ser realizado a partir da rua, sem precisar adentrar ao cemitério.

¹⁰ A importância dos túmulos como locais de culto é sublinhada por autores de estudos clássicos sobre santidade, como Brown (1982). As sepulturas dos mártires cristãos, os primeiros santos, se tornaram santuários, verdadeiros centros da vida eclesial em regiões da Europa, pois se acreditava que os santos no céu também estariam presentes em seus túmulos, o que seria manifestado e comprovado por meio dos milagres ocorridos em seu entorno.

outras abordadas por Pomian (1984), é composta por objetos que se “oferecem ao olhar”. Evidencia-se, então, a organização visual de uma experiência de devoção, que pode ser pensada para além dos objetos individuais que a compõem, pois dizem sobre uma narrativa particular construída por um conjunto de objetos reunido e mantido através de técnicas específicas de conservação, classificação, interpretação e exibição (SHELTON, 2006).

No intento de problematizá-las, inicialmente é importante ressaltar que, apesar de o termo “museu” apontar para um processo de seleção do que deve ser guardado com a finalidade de compor a memória de um grupo, na Sala dos Milagres do Pe. Libério, nenhum objeto é descartado. O Presidente da Associação que coordena o local disse que não pode nem cogitar em mexer no que é deixado lá: “Para os devotos, não há milagre mais importante que o outro”.

Os únicos objetos retirados são muletas, bengalas, cadeiras de rodas e afins, que são emprestados a quem necessita e que, posteriormente, devem ser devolvidos. Notadamente, estamos diante de “bens inalienáveis”, que, como lembra Weiner (1992), integram sistemas de trocas, mas não podem ser vendidos ou doados, e sim, paradoxalmente, devem ser *guardados* sobre o controle de determinados grupos.

Como a constante assimilação de novos objetos ocorre sem a retirada de outros ex-votos como contrapartida, tem-se uma situação de acervo em crescimento contínuo, que precisa ser exposto em um espaço físico que, ao contrário da quantidade de objetos, não aumenta. Consequentemente, a Sala dos Milagres está sobrecarregada de coisas e, como paredes e painéis estão cobertos de imagens em praticamente toda sua extensão, não raro os devotos afixam suas fotografias sobre outras, criando camadas que também incluem exames, documentos, cartões de visita, convites de aniversário, casamento, cartões de falecimento etc. Apesar da aparente confusão que a cena sugere, muitos fiéis entram em grupo na sala e conseguem distinguir os objetos que ofertaram no passado bem como a sua foto ou de conhecidos afixadas nas paredes e painéis.



Muitas pessoas com as quais eu conversava em outros locais próximos ao museu fizeram questão de me levar até lá para me mostrar seu ex-voto. Ao acompanhá-las, notei que, diante de tantos objetos, torna-se necessária a memorização de alguma referência que lhes facilite a localização do que ofertaram, por exemplo, “eu preguei a foto na porta do armário do lado direito” ou então “eu coloquei o capacete que usava no dia que sofri o acidente na prateleira mais alta.”.

No entanto, a constante sobreposição e busca de soluções para organização do acervo resulta em rearranjos que, muitas vezes, impede que o devoto encontre seu objeto. Diante de uma situação assim, várias pessoas levaram outros ex-votos. Para evitar fazê-lo novamente, uma senhora escreveu na moldura do porta-retrato que deixou junto à janela da sala: “pela alma de Pe. Libério, não mexe”.

A identificação é mais fácil no caso de objetos que são organizados em grupos; um exemplo são os ex-votos que remetem a vícios, tais como garrafas, latas de bebidas e maços de cigarro, que estão reunidos sobre uma mesa. Num canto se encontram próteses, coletes ortopédicos, muletas, óculos e, nas prateleiras das estantes junto à parede, objetos moldados em cera são dispostos em pequenos conjuntos de acordo com a parte do corpo que evocam: cabeças, membros superiores e inferiores, vísceras..., o devoto pode tanto depositar seu objeto nessas espécies de nichos ou deslocá-los para outros.



Com exceção de alguns ex-votos artesanais, como maquetes, placas esculpidas em madeira, quadros pintados a mão e mensagens bordadas, a maior parte dos objetos é industrializada e não é associada à noção de valor artístico; contudo, isso não significa que eles não sejam singularizados. Muitas oferendas vêm acompanhadas de fotos dos ofertantes e/ou textos que relatam a circunstância em que a graça foi alcançada, ou o que se deseja alcançar. Um devoto escreveu em um maço de cigarros: “Com a graça de Pe. Libério, deixei este vício no dia 17/02/09. Agradeço a ele por sua intercessão. João Batista, Pará de Minas, 16/05/2010”.

Os textos que acompanham e/ou constituem os ex-votos podem ser dirigidos a Pe. Libério, como “Querido padre, receba em suas mãos o processo de papai e cuide da melhor maneira” ou ainda para os visitantes do local, “queria contar a todos o que consegui através de Pe. Libério...” Nesse caso, a oferta do ex-voto processa-se como um meio de inserção pública em uma comunidade de devotos. Tal inserção é salientada por objetos que chegam a ocultar dezenas de outros, como imensos painéis com relatos ilustrados de milagres, *banners*, quadros etc.

Não raro esses ex-votos mais “pomposos” são deslocados para outros espaços do museu. No vão central, por exemplo, há um grande *banner* em lona, no qual aparece ao fundo a imagem da Igreja Matriz de Leandro Ferreira e, em primeiro plano, a imagem de Pe. Libério. No alto da composição gráfica, à direita, lê-se: “Leandro Ferreira: A cidade da Fé”, e abaixo, “Cortesia: Moreno, por graças alcançadas”, o que aponta para o fato

de que a peça é um ex-voto e fica claro, portanto, que ela se distingue das demais presentes na Sala dos Milagres, pois foi colocada em outro espaço, em um local de destaque.

Na mesma parede lateral do vão central do Museu onde está pendurado o *banner* descrito, há um quadro, um pouco menor, no qual Pe. Libério foi desenhado tendo à sua frente a antiga igreja da cidade, demolida por ocasião da construção da nova matriz. A partir da recorrente composição que abarca a imagem do sacerdote e um templo religioso da cidade, pode-se inferir que os ex-votos deslocados para tal espaço são aqueles que, além de serem vistosos e fruto de algum trabalho “artístico”, retratam Pe. Libério e Leandro Ferreira; e não os agraciados pelo poder do santo, como é o caso da maioria dos objetos presentes na Sala dos Milagres.

Já os ex-votos expostos na parte do Museu onde ficam os pertences de Pe. Libério não se caracterizam pelas grandes dimensões, mas pelo prestígio do doador ou proximidade deste em relação aos responsáveis pela gestão do espaço. Assim, junto aos objetos que pertenceram ao sacerdote também se observam fotos de devotos “ilustres”, como o autor de um livro sobre a vida de Pe. Libério e que participou da fundação da associação que administra o Museu, ou quadros com milagres relatados por personalidades públicas da região. O fato de tais ex-votos figurarem junto às “reliquias” de Pe. Libério, expostos em vitrines trancadas, exprimem seu *status* diferenciado, pois eles são conservados da mesma forma que outras preciosidades do sacerdote, num ambiente bem menos apinhado de coisas.

Se certos objetos se destacam do conjunto, por outro lado, alguns devotos buscam claramente a discrição e deixam testemunhos em envelopes lacrados, bilhetes dobrados inúmeras vezes etc., enfim, pequenas coisas que são praticamente “engolidas” por objetos maiores e que exigem uma observação mais atenta para que sejam notadas.

Como se vê, coisas de naturezas aparentemente muito distintas compõem uma mesma coleção, que cresce diariamente, pois, como já foi dito, os ex-votos não passam por um processo de seleção para serem exibidos e, sendo assim, os frequentadores do Museu são também responsáveis pela ampliação e manutenção do acervo. Observei que muitos devotos são conscientes de tal “responsabilidade”, pois se preocupavam, por exemplo, em levar fotos mais atuais, suas ou de suas famílias, para substituir ou justapor a antigas ofertas.

Também presenciei situações em que, mesmo não tendo saído de casa com o intuito de deixar um ex-voto, frequentadores improvisaram um, das mais variadas formas: escrevendo no verso da oferta de outros devotos ou em papéis que tinham na bolsa; deixando algo que portavam, como brincos ou medalhas; ou mesmo comprando algum objeto em bares, lojas ou camelôs no entorno do local¹¹. A abundância do acervo parece instar quem o observa a se inscrever no mesmo.

“É tanto milagre que não tem como a gente sair daqui do mesmo jeito que entrou”, disse uma senhora que, antes de visitar a Sala dos Milagres, não se considerava uma devota¹², mas que após tal experiência não tinha mais dúvidas do poder de Pe. Libério: “Cada vez que a gente vem aqui é muita emoção”, afirmou outra interlocutora, apontando que uma visita não esgota a possibilidade de outra. Um representante comercial que visita a cidade quinzenalmente, a trabalho, relatou que sempre passa no Museu para “dar uma olhada”, pois cada vez que o faz fica mais curioso e incentivado a repetir a experiência. “Olhando de longe parece que é sempre a mesma coisa, mas, chegando perto, você vê que não é”. Ele disse sempre procurar pelo seu ex-voto, a cópia de sua carteira de motorista, que está “em um cantinho”, e depois passa a observar os demais.

Percebe-se que o interesse sempre renovado do frequentador é motivado pela dinâmica da Sala dos Milagres, uma intrincada colagem de lugares e tempos, que vão desde aqueles “de quando Pe. Libério ainda era vivo” até milagres que estão por vir. Nesse sentido, o local não abriga um passado expirado, mas uma experiência de devoção na qual o que aconteceu por intermédio de Pe. Libério é registrado e tem forte impacto sobre o presente. Fica claro, portanto, que se trata de um espaço que não só é criado e transformado por seus frequentadores, mas que também produz e modela seu público.

¹¹ Na “Iojinha” do Museu não são vendidas as tradicionais peças que se destinam às Salas dos Milagres, como objetos de cera que representam partes do corpo humano.

¹² Como apontei em minha dissertação (GOMES, 2011), nem todos os que vão a Leandro Ferreira em busca de Pe. Libério o fazem na condição de devotos. Nesse sentido, é comum que pessoas se dirijam ao local – sem serem devotas, mas com o potencial de se tornarem – por indicação de algum parente ou amigo. A respeito da “experimentação” como parte constitutiva das relações entre pessoas e santos, ver Menezes (2004: 219-223).

Algumas narrativas particulares

Na Sala dos Milagres, cada ex-voto, seja ele exuberante ou modesto, é uma história particular que compõe um relato maior, o da santidade de Pe. Libério, então performatizada com objetos, em detrimento das palavras¹³. Contudo, subsumi-los a uma narrativa totalizante seria lhes despir de sua singularidade, que, como já foi assinalado, não está ausente, apesar da aparente homogeneidade de certos grupos de ex-votos. Nessa direção, se até então me dediquei a discorrer, de certo modo, sobre o conjunto inserido na Sala dos Milagres como um todo, por ora me dirigirei a objetos específicos.

Coisas triviais são passíveis de reclassificação, adquirindo interessantes “biografias culturais” (KOPPYTOFF, 1986). Praticamente qualquer objeto que circula por vias não religiosas pode se tornar um ex-voto e adquirir novos significados e, nesse sentido, deve-se atentar ao fato de que os objetos não são o que eles foram feitos para ser, mas o que eles se tornam (THOMAS, 1991). É preciso considerar que as relações implicadas nas coisas não são estáveis, como evidencia a constante apropriação e recontextualização de coisas que são transformadas em ex-votos.

Dos inúmeros objetos que contêm pedidos feitos ao Pe. Libério, alguns se destacam por seu caráter processual. Em um porta-retrato foi colocada uma “Carta ao Pe. Libério” com os seguintes dizeres: “Pe. Libério, estou escrevendo para pedir uma graça. Estou com um problema e, conhecendo sua Santidade, venho pedir sua intervenção. Se eu tiver o privilégio de receber esta graça, quero retribuir construindo uma capela para proclamar o vosso nome. Esta carta será trocada pela foto da capela assim que tudo tiver sido solucionado.” Desse modo, temos um ex-voto provisório – um pedido – que, caso tudo ocorra segundo os desejos do devoto, será substituído pelo definitivo – um agradecimento.

Em um pequeno pedaço de papel um devoto solicitou: “Peço ao Pe. Libério que retire todos os cálculos renais do meu organismo. 27/03/2004”.

¹³ Mesmo cartas e bilhetes parecem ter uma visualidade própria que extrapola seu caráter textual: mais do que para serem lidas, elas estão ali para serem exibidas. Estão, portanto, afixadas em prateleiras e paredes, e não reunidas em arquivos ou livros, por exemplo.

E algum tempo depois: “A graça foi concedida, aqui está uma das 3 pedras que foi expelida. 04/07/2004”. Moedas, espinhas de peixe e outros pequenos objetos que já ameaçaram a vida de quem os engoliu ou aspirou por acidente, geralmente crianças, também são exibidos como verdadeiros troféus de superação de momentos de agonia.

No entanto, os ex-votos também dizem sobre desfechos não tão felizes. Vários “santinhos de luto”¹⁴ espalhados pela sala, sendo que alguns são justapostos às solicitações de cura feitos anteriormente ao falecimento agora anunciado. Uma mãe que deixava o santinho de seu filho explicou que, para ela, deixar aquele registro ali era importante porque “Deus e Pe. Libério sabem o que é melhor para cada um e que vão continuar zelando pela alma dele”. Nesse caso, o objeto não foi ofertado para agradecer, tampouco para pedir, mas para corroborar a força de um vínculo.

É interessante ter em vista que, se creditamos às coisas uma “vida social” (KOPYTOFF, 1986), o tempo dos objetos pode não coincidir com o de seus proprietários. Como afirma Weiner (1992: 37), os bens inalienáveis sucedem seus donos através do tempo, e, por isso mesmo, devem ser transferidos para serem preservados. Em sua análise do *Kula*, a autora discorre sobre como os trobriandeses buscam extrair dos objetos algo que os faça vencer a fragilidade da existência humana. Nessa perspectiva, as coisas podem produzir uma expansão da existência da pessoa como memória, a finalidade da troca, portanto, liga-se aos poderes de criação e regeneração da vida através dos objetos. Manipulá-los, então, pode significar intervir em corpos, já que é através da ação dos objetos que o prestígio dos humanos circula.

Ao ver vários óculos reunidos na Sala dos Milagres, um senhor me perguntou se eles teriam sido esquecidos por pessoas no Museu, e então teriam sido colocados ali como “achados e perdidos”. Ingenuamente disse que provavelmente eram ofertas de pessoas que foram curadas de problemas de visão. Fui então interrompida por uma senhora, dizendo que um daqueles óculos pertencera à sua mãe e que ela os deixara ali após seu falecimento,

¹⁴ Trata-se de impressos que trazem foto, data de nascimento e falecimento de uma pessoa, bem como uma mensagem carinhosa enviada a ela por sua família e amigos. Geralmente são distribuídos pela família na missa que acontece no 7º dia após a morte do ente querido.

visto que ela era “muito ligada no Pe. Libério.” Nota-se que, novamente, trata-se de um objeto que permanece face à morte de seu dono, afirmando a continuidade de uma relação. Porém, outra questão vem a lume: por que a filha deixou os óculos da mãe e não um santinho de sua missa de sétimo dia, como tantos outros expostos ali?



Assim como aqueles do *Kula* trobriandês (MALINOWSKI, 1976), os objetos em pauta carregam atributos de seus proprietários, todavia, eles não são autoevidentes, pois os ex-votos revelam interessantes ritos de substituição (CHARUTY, 1992) e processos de simbolização (MENEZES, 1996) que, por sua vez, não guardam uma conexão rígida com algum referente. Assim, a cura do alcoolismo pode ser agradecida tanto com um relato escrito quanto com garrafas e latas de bebidas. A representação de uma casa pode tanto significar o agradecimento pela aquisição de uma, quanto a gratidão pela proteção constante que o santo lança sobre o local. Currículos estariam ali como agradecimento ou pedido de emprego? A exibição dos objetos nem sempre explicita o porquê de eles terem sido retirados de seu uso cotidiano.

As coisas trocadas nunca são replicações completas ou substituições dos devotos, mas uma parte delas – porção de sua “pessoa distribuída”, diria Gell (1998) – que é necessariamente diferente da sua forma original. É justamente esse caráter parcial das coisas em relação às pessoas que mantém possibilidades de relações em aberto, pois, quando uma peça é mantida e retida, cria-se a expectativa de retorno em certas relações (WEINER, 1992).

Assim, o ato dos devotos de ofertar objetos não constitui parte de um contrato que cessa após o cumprimento do combinado entre partes.

Os ex-votos comumente entendidos como formas de pagamento de promessas se revestem de outros sentidos, a despeito da “razão prática” (SAHLINS, 1976), que enxerga apenas indivíduos movidos por interesses e os encerra à função de quitar uma dívida com as divindades. No entanto, como lembra Menezes (2004), esse modelo de fundo mercantil diz muito pouco sobre a relação santo-devoto, movimentada por dinâmicas diversas que extrapolam as trocas, mesmo que essas últimas sejam à primeira vista mais patententes ao observador externo.

Considerações finais

Gell (1998) sugere que um ídolo não é uma figuração da divindade, mas o seu corpo na forma artefactual. Seguindo tal proposição, inclino-me a pensar em milagres em forma de coisas. Desse modo, os ex-votos não são meras expressões e sim uma forma em si dos feitos prodigiosos do santo. Portanto, nem “objeto real”, nem “produto mental”, quiçá um “problema de representação”, a não ser que os sentidos com que o termo representação se reveste sejam devidamente complexificados¹⁵.

Através da observação da Sala dos Milagres, procurei demonstrar a produção recíproca da exposição de um conjunto de objetos e seu público. Esse processo nos direciona a alguns tons dissonantes em relação às tendências inertes geralmente entendidas como próprias dos ambientes museológicos. Como foi visto, os ex-votos portam a memória de certos eventos ou, ainda,

¹⁵ Mesmo nesta seção que deveria encaminhar para o apagar das luzes da presente reflexão, permito-me lançar mão de alguns autores que, ainda que refletindo sobre contextos muito diferentes, lançam luz sobre o exposto e apontam para a riqueza da discussão. Ao analisar a estatutária grega, geralmente pensada a partir da ideia de “mimetismo”, Vernant (1988) aborda o *Kolossos* de modo alternativo e nos traz a categoria psicológica do “duplo”: “o *kolossos* não é uma imagem: é um duplo, como o próprio morto é um duplo do vivo” (2008: 386). A partir do trabalho de Vernant, Ginzburg (2001) trata das tensões intrínsecas ao signo religioso e ressalta uma fratura profunda entre nós e os gregos: no cristianismo, o símbolo não apenas evoca, ele é concretude, presença corpórea.

de vidas inteiras e, nessa direção, possibilitam o acesso a outras realidades espaço-temporais.

Tal acesso via ajuntamento de fragmentos nunca alcança uma representação acabada daquilo que pretende mediar, justamente por se tratar de relações que estão sendo continuamente atualizadas. Nesse sentido, as narrativas evocadas pelos objetos não são totais (STEWART, 1984) e o incremento de significado nos momentos de apropriação dos mesmos é constante.

A análise realizada evidenciou que, no cotidiano do espaço em pauta, o caráter *estático* atribuído *a priori* às coisas materiais cede lugar ao *extático*, a uma espécie de arrebatamento do objeto. Na Sala dos Milagres, coisas que em outros espaços não são vistas como dignas de exibição pública inserem-se em um conjunto que multivocaliza a santidade de Pe. Libério e torna notória a lógica de superabundância de relações de devoção que perpassa o ambiente. Assim, apregoa-se não só o poder do santo, mas também o dos objetos que, a despeito de serem vistos por muitos como certezas manifestas das misérias humanas, são, sobretudo, celebrações da potência de uma relação, em que não só se pede e se agradece, mas também se exhibe, se celebra, se propicia, se lembra, se materializa.

Entender o que os ex-votos agenciam em termos de ideias implica alçá-los à condição de coprodutores – e não apenas de resultado – das relações sociais que estão em jogo. Desse modo, em vez de evidências objetivas de certas situações de vida e fé dos ofertantes, procurei problematizar as ofertas a Pe. Libério de modo a visualizar a constituição das mesmas em certas relações entre pessoas e coisas. É no bojo de tais vínculos que elas se tornam questões para análise. Desse modo, espero ter demonstrado que, se os objetos não representam a relação de devoção em sua totalidade, é justamente nessa parcialidade que reside a força dos mesmos como problemas de pesquisa, pois é ela que possibilita que as alegrias e as aflições do cotidiano ganhem as feições sobre as quais me debrucei.

Referências

- BENJAMIN, Walter
(1986) *Walter Benjamin: obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- BELTING, Hans.
(2010) *Semelhança e Presença. A história da imagem antes da Era da Arte*. Rio de Janeiro: Ars Urbe.
(2007) *La vrai image: croire aux images?*. Paris: Gallimard.
- BROWN, Peter.
(1982) *The cult of the saints*. Chicago: University of Chicago Press.
- CHARUTY, Giordana
(1992) "Le vœu de vivre: corps morcelés, corps sans âme dans les pèlerinages portugais". *Terrain*, vol.18., p. 46-60.
- CLIFFORD, James
(2002) *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.
- DOUGLAS, Mary
(1976) *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva.
- FERNANDES, Rubem César
(1982) *Os cavaleiros do Bom Jesus. Uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense.
- FREEDBERG, David
(1989) *The power of images*. Chicago: University of Chicago Press.
- GEARY, Patrick
(1990) *Furta Sacra: thefts of relics in the Central Middle ages*. Princeton: Princeton University.
(1986) "Sacred commodities: the circulation of medieval relics". In: APPADURAI, Arjun (org.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press., p. 169- 191.
- GELL, Alfred
(1998) *Art and Agency: an Anthropological Theory*. Oxford: Claredon.
- GINZBURG, Carlo
(2001) *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOMES, Lilian Alves
(2011) *Entre famílias, lugares e objetos: uma etnografia da santidade de Padre Libério*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
(2008) *Pe. Libério, o Santo do Oeste Mineiro: notas etnográficas sobre atribuição de santidade*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais.
- GONÇALVES, José Reginaldo
(2007a) "Os museus e a cidade". In: IPHAN. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN., p. 63-80.
(2007b) "Teorias antropológicas e objetos materiais". In: IPHAN. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN., p. 13-42.
- HENARE, A. HOLBRAAD, M., WASTELL, S.
"Introduction: thinking through things"
In: _____. (ed) *Thinking Through Things: theorizing artifacts ethnographically*. London: Routledge: 2007, p. 1-31.
- INGOLD, Tim
(2010) *Bringing things to life: creative entanglements in a world of materials*. Realities, vol.15. Aberdeen: University of Aberdeen, p. 1-16.
(2007) "Materials against materiality". *Archeological Dialogues*, 14(1), p. 1-38.
(2006) Rethinking the animate, re-animating thought". *Ethnos*, 71(1), p. 9-20.
- KOPPYTOFF, Igor
(1986) "The cultural biography of things: commoditization as process". In: APPADURAI, Arjun (org). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 64-91.

- LATOUR, Bruno
(2009) *Sur le culte moderne des dieux faitiches. Suivi de Iconoclash*. Paris: La découverte.
- (1994) *Jamais fomos modernos – Ensaio de Antropologia Simétrica*. São Paulo: 34.
- LÉVI-STRAUSS, Claude
(2003) “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, Marcell. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify., p. 11-45.
- MALINOWSKI, Bronislaw.
(1976) *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Col. Os Pensadores. Ed. Abril.
- MAUSS, Marcel
(2005) “A prece”. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva., p. 229 – 324.
- (2003) “O ensaio sobre a dádiva”. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify., p. 185-315.
- MENEZES, Renata de Castro
(2004) *A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- (1996) *Devoção, diversão e poder: um estudo antropológico sobre a Festa da Penha*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- MILLER, Daniel
(2006) “Consumption”. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike & SPYER, Patricia (Editors). *Handbook of Material Culture*. Londres: Sage, p. 351-354.
- (2005) “Materiality: an introduction”. In: _____. *Materiality*. Durhan and London: Duke University Press. p. 01-50.
- (1998) *Material cultures: why some things matter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p. 03-24.
- (1994) “Artefacts and the meaning of things” In: Ingold, T. (ed.) *Companion encyclopedia of anthropology*. Routledge. London. p. 396-419.
- POMIAN, Krzysztof
(1984) “Coleção” In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1, Memória-História, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda., p.51-86.
- SAHLINS, Marshall
(1976) *Culture and practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SEGALA, Lygia
(1999) *Fotógrafos de romaria: a memória do milagre e a lembrança da festa*. Rio de Janeiro: Funarte; CNFCP.
- SHELTON, Anthony Allan
(2006) “Museums and museum displays”. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike & SPYER, Patricia (Editors). *Handbook of material culture*. Londres: Sage, p. 480-499.
- STEWART, Susan
(1984) *On longing: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- THOMAS, Nicholas
(1991) *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge, Massachussets, London: Harvard University Press.
- TURNER, Victor
(1978) “Iconophily and iconoclasm in Marian pilgrimage”. In: TURNER, Victor & TURNER, Edith. *Image and pilgrimage in Christian culture: anthropological perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, p. 140-171.
- VERNANT, Jean-Pierre
(2008) *Mito e pensamento entre os gregos*. trad. Hainaguch Sarian. 2ªed., São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- WEINER, Annette
(1992) *Inalienable possessions: the paradox of keeping while giving*. Berkeley: University of California Press.

Recebido em

junho de 2013

Aprovado em

agosto de 2013

Como grafitar um castelo medieval: *street art* nas fachadas da nobreza britânica

Alberto Goyena*

Resumo

Aproxima-se o dia em que o Instituto Escocês do Patrimônio (Historic Scotland) terá que se posicionar, de forma definitiva, a respeito do curioso caso do Castelo de Kelburn e sua torre grafitada. Trata-se de um acontecimento sem precedentes no país, um evento que tangencia tanto os contornos do vandalismo quanto os da preservação patrimonial. No banco dos réus, um membro da aristocracia britânica se esforça para abrandar o ímpeto conservador de uma tradição. Sua causa inspira desconfortos estéticos, mas não só isso: ela nos faz hesitar sobre o espaço dado às coisas do passado numa época em que o culto ao *rétro* parece censurar por demais os atrevimentos contemporâneos. Ancorado em pesquisa antropológica, apresento aqui um caso que traz boas questões para a problematização de alguns dos sentidos das políticas de conservação e restauração dos chamados patrimônios históricos ou culturais no contexto de uma Grã-Bretanha contemporânea.

Palavras-chave

Grafite. Vandalismo. Patrimônio.

Abstract

The day is coming when the Scottish Heritage Institute (Historic Scotland) will be called upon to take a definitive stand as regards the curious case of Kelburn Castle and its graffiti painted tower. This is an unprecedented event in the country; an event related both to the notion of vandalism as well as to heritage preservation. At the dock, a member of the British aristocracy struggles to slow down the impulse of a conservative tradition. His cause has given rise to aesthetic discomfiture, but not only that: it has made us waver regarding the

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil) e pesquisador do Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços (LAARES/UFRJ). E-mail: goyena@ufjf.br.

space set aside for the things of the past, in an era in which the so-called “retro fad” seems to impose too heavy a burden by way of criticism on contemporary acts of brazenness. Setting off from anthropological research, I present in this paper a case which brings up relevant issues to address some of the meanings of policies geared to the conservation and restoration of so-called historical or cultural heritage in the context of contemporary Britain.

Keywords

Graffiti. Vandalism. Cultural Heritage.

Introdução

Uma estranha correspondência chegou à repartição pública escocesa encarregada da salvaguarda do patrimônio histórico do país. Não era nem um ofício solicitando o tombamento de uma determinada construção, por seu valor cultural, histórico ou arquitetônico, nem um pedido de financiamento para a restauração de uma capela centenária. Tratava-se de um envelope contendo um requerimento formal e a documentação que embasava um dos mais inusitados pedidos que a instituição jamais recebera. Naquele inverno de 2007, os funcionários do Historic Scotland deparavam-se – pela primeira vez desde o surgimento da instituição, na década de 1970 – com um pedido de autorização para a realização de um grafite na fachada sul de um castelo medieval.

Os paredões em questão compõem a torre mais antiga do conjunto arquitetônico de Kelburn Castle, um bem listado por esse instituto sob a categoria A – classificação que reúne o seletivo grupo de construções de “importância nacional ou internacional, seja arquitetônica ou histórica, ou preciosos exemplos pouco alterados de um período ou estilo particular”¹. Tal requerimento, contudo, que a muitos dos funcionários desse instituto terá certamente parecido uma insanidade, é ainda mais notável se considerarmos

¹ O atual Historic Scotland é um instituto que resultou de fusões do antigo Royal Commission on the Ancient and Historic Monuments of Scotland (RCAHMS). Informações gerais sobre processos de tombamento e classificação de bens listados podem ser encontradas em <http://www.historic-scotland.gov.uk>.

que foi assinado e timbrado por um homem de mais de setenta anos, o aristocrata e proprietário do castelo, conde de Glasgow, *lord Patrick Boyle*.

A intenção de Boyle, que nunca foi a de pichar o castelo com suas próprias mãos, tem certamente muito em comum com as tradicionais práticas de mecenato, segundo as quais um aristocrata, de uma forma ou de outra, protegia uma determinada forma de arte e seus cultores. Esse conde moderno propunha, de fato, remunerar um grupo de grafiteiros para que compusessem uma ousadia em seu castelo. Ainda segundo o requerimento, a intervenção plástica seria conduzida por quatro brasileiros, da periferia de São Paulo. E então, meses depois e contra todas as probabilidades, foi dada, sim, a primeira permissão oficial de uma instituição pedagógica e por definição conservadora para se grafitar livremente um patrimônio histórico. Vale frisar, com a condição de que, decorrido o prazo de três anos, a fachada do imóvel fosse restaurada a seu estado “original”. Prerrogativas à parte, abriu-se mesmo um precedente e o que até então era crime poderá, quem sabe um dia, virar moda.

O intrigante caso do castelo de Kelburn chegou a mim no final de 2012, quando era pesquisador visitante no departamento de Antropologia da Universidade de Aberdeen. Enquanto bolsista de uma agência do governo brasileiro, eu estava na Escócia para dar seguimento a um projeto de antropologia, nos marcos dos chamados estudos sobre o patrimônio, que busca analisar certas formas e condutas intencionais de destruição de bens arquitetônicos. Em outras palavras, e no intuito de trazer novas reflexões a respeito da categoria “patrimônio”, meus interlocutores nessa pesquisa, que iniciei no Rio de Janeiro, são homens e mulheres que se dedicam a destruir ou demolir aquilo que chamamos de “monumentos”, “reliquias históricas”, “arquitetura colonial”, “estátuas e detalhes ornamentais” ou, ainda, “blocos de concreto armado dos anos 1980”. Não raro, são práticas vistas como de “agressão” às coisas do passado, que parecem ignorar o valor histórico dos materiais e que operam em uma lógica dita de “vandalismo”. Sem dúvida, esse conde de Glasgow, o castelo medieval e os quatro grafiteiros paulistas pareciam compor um grupo de personagens muito oportuno para minhas investigações.

Este artigo é resultado de um trabalho de campo conduzido nas terras de Kelburn e em seus arredores, os vilarejos de Largs, Fairlie e Millport. Minha intenção central aqui é, pois, focando em suas diversas destruições e reformas, apresentar alguns fragmentos da biografia de um castelo que possam talvez contribuir para os debates em torno de sua mais recente fisionomia. Entre

vandalismo e patrimônio, o caso Kelburn abre também a possibilidade de levantar algumas questões introdutórias ligadas às novas funções e aos novos usos e propósitos desse tipo de construção arquitetônica, o castelo, no contexto das políticas patrimoniais de uma Grã-Bretanha contemporânea.²

Vandalismo sublimado

Patrick Boyle é um septuagenário lorde escocês, o décimo conde de Glasgow e um dos homens a ocupar uma cadeira na Câmara dos Lordes do Parlamento Britânico. Membro do partido liberal democrata, *lord* Glasgow compôs, de 2005 a 2009, o *Works of Art Committee*, uma comissão de parlamentares encarregada de assessorar decisões relativas à aquisição, exibição e conservação de obras de arte, assim como aos esquemas decorativos e à mobília da coleção permanente da Câmara dos Lordes, em Londres. Foi precisamente durante esse período que Boyle encomendou a um grupo de quatro artistas paulistanos³ uma obra de grafite de proporções medievais. Como tela para a pintura, ele ofereceu não os salões do parlamento, mas uma torre, dois torreões laterais e a totalidade da fachada sul de sua residência familiar, um castelo cujas fundações remontam ao século XIII.

² Orientada pelo prof. José Reginaldo Gonçalves no PPGSA/IFCS/UFRJ, minha tese de doutoramento é uma das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços. Criado em 2010, o Laares se propõe congregar pesquisadores e estudantes para elaborar uma abordagem propriamente antropológica da arquitetura, tendo como propósito desenvolver projetos de descrição etnográfica e análise antropológica de processos de construção, manutenção, remodelação e demolição de estruturas arquitetônicas e formas de organização espacial. Entre setembro de 2012 e agosto de 2013, fui contemplado com uma bolsa de estudos no exterior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sou grato ao corpo docente da pós-graduação em Antropologia da Universidade de Aberdeen, em especial ao prof. Tim Ingold, que me recebeu com muita generosidade nessa cidade do norte da Escócia. Por fim, gostaria de expressar meus agradecimentos à família Boyle e aos funcionários do Castelo de Kelburn, assim como aos diversos moradores de Largs e Millport, que tão gentilmente colaboraram com esta pesquisa ainda em andamento.

Maximilien Neumann, Ross Cunningham e Andrea Schenato são parte da equipe de filmagem que me acompanhou nessa viagem às terras de Kelburn para a realização do documentário *Lord Glasgow gets a Brazilian*, ainda em fase de edição e montagem. Sou muito grato à dedicação e empenho que puseram nesse projeto de pesquisa.

³ São quatro os autores da obra: Otávio e Gustavo Pandolfo (“Os Gêmeos”), Nina Pandolfo e Francisco Rodrigues da Silva (“Nunca”). A intervenção em Kelburn e outros trabalhos desses artistas podem ser encontrados em: www.osgemeos.com.br; www.ninapandolfo.com.br; http://en.wikipedia.org/wiki/Francisco_Rodrigues_da_Silva. Acesso em maio de 2013.



Figura 1 – Aparência do castelo de Kelburn em gravura de R.W. Billings, SXIX.

Em destaque vemos a torre circular construída em 1581, erigida no lugar de uma antiga fortificação normanda.

Na parte inferior direita da imagem, podemos notar a antiga entrada principal do castelo. Ela comporta dois arcos entalhados com as inscrições DB e CH, iniciais do primeiro conde e da primeira condessa de Glasgow.

Aos grafiteiros não foi dado nenhum tema específico – nem religioso, nem naturalista, muito menos minimalista. O gênero pictórico grafite era por si só toda a encomenda. Quando os artistas começaram a pulverizar desimpedidamente o exterior da torre do castelo, fazendo livre uso de suas válvulas de tinta *spray*, ninguém sabia ao certo a aparência que resultaria daquela empreitada. Como não se seguiu um projeto acordado de antemão, a obra surgiu aos poucos, desenvolvendo-se sobre si mesma e crescendo por cima de seus traços e ideias anteriores. Num desenho que apela ao olhar em um desencadear de imagens conduzidas por sugestões, de um mês para o outro a antiga estrutura arquitetônica de vigilância virou um labirinto imagético de múltiplas entradas. O que era sólido tornou-se água, o que era muro, porta, o que era liso converteu-se em penas de coruja, e da abóbada cônica da torre fez-se, quase que espontaneamente, um chapéu.



Figura 2 – Nova aparência da abóbada cônica da torre e da chaminé principal das cozinhas de Kelburn Castle. Fotografias A. G., 2013.

Para que os quatro brasileiros pudessem recobrir a totalidade da superfície a eles designada, que chega a medir catorze metros de altura, foram providenciados dois guindastes que lhes permitiram alcançar até a mais remota chaminé – uma regalia com a qual, decerto, poucos artistas de rua podem contar. Pelo contrário, em suas andanças por grandes e pequenas cidades, grafiteiros e pichadores que não contam com a proteção de um conde escocês, precisam mesmo pular muros, passar por entre câmeras, olhar para trás, correr da polícia e segurar o pulso nas vertiginosas empenas cegas do concreto armado.

É frequente em muitas cidades brasileiras que, de uma manhã para a outra, pedestres sejam surpreendidos por um novo desenho em seu percurso cotidiano. Pode ser uma caricatura, uma boca gigante, um *trompe-l'oeil*, um texto, um pré-texto, ou ainda um pequeno, mas bem colocado, rabisco⁴. São

⁴ Em etnografias recentes que buscaram tratar do universo da “arte de rua” no Brasil, percebe-se a recorrência de um debate a respeito das categorias “pichação” e “grafite” – consideradas como mais ou menos antagônicas (SOUZA, 2007; FERREIRA, 2007; LEAL, 2009). Por vezes, opera-se com uma distinção analítica que aproxima a pichação do texto e o grafite, do desenho plástico. Em outros estudos, essa oposição aparece muito mais nuançada. Não cabe aqui retomar a discussão, mas vale notar que, inevitavelmente, a letra pichada também tem cor, estilo e ruído, para além de uma sintaxe. O grafite, por sua vez, tanto pode gotejar quanto exigir um determinado processo de leitura, uma certa alfabetização. A esse respeito, o quinto capítulo do livro de James Elkins intitulado *Pictures as Ruined Notations* fornece sólidos argumentos para a crítica a uma abordagem excessivamente sintática da escrita: “Like Wittgenstein’s marriage of picture and proposition, the notational theory in Languages of Art embodies both extreme points in our dual sense of pictures: the hope that pictures might absolutely make sense, and the contrary hope that they might never make sense. A picture is at one and the same time an object we treat as if it were notational in Goodman’s sense, awash in half-realized disjunctions, syntactic and semantic systems, and finite character sets; it is also an object marked only by the absence of all of those properties” (ELKINS, 1993)

marcas e rastros de pessoas, mas não só isso. Essas mensagens mais ou menos legíveis, mais ou menos secretas ou contestadoras, são também, via de regra, enquadradas como “crimes contra o patrimônio” e comumente entendidas como gestos destrutivos ou de “vandalismo”.⁵

Na esfera legal, o código penal brasileiro, que não faz distinção entre grafitar e pichar, pune ambas as práticas no artigo 163 – são os ditos “danos qualificados”, com pena passível de detenção (seis meses a três anos), multa e ressarcimento de danos materiais. Ainda assim, trata-se de uma forma de riscar o espaço que se repete e se multiplica, quase incontrolavelmente, e com variados graus de repressão, em diversas cidades contemporâneas. Proibidos ou não, apreciados ou abominados, grafite ou pichação, esses novos modos de pintar a cidade que surgiram nos anos oitenta – com suas proporções e linguagens particulares – foram aos poucos tornando-se cada vez mais numerosos, mais surpreendentes e mais habituais também. Tanto que, como salientam recentes etnografias⁶, o que tinha intenção de transgressão passou a ganhar, mais recentemente, importantes espaços até no mercado das artes plásticas.

No início dos anos 1980, quando a gente começou a fazer grafite, nem se falava muito em pichação, [...] isso era um movimento que andava paralelo com o grafite. Cada um tinha sua grife, sua gangue... Nós sempre tivemos contato porque usamos essa mesma rua. Ocupar a rua, colocar o teu nome no lugar mais difícil... Talvez o que difere é o estilo do traço, o tipo da letra, a caligrafia. [...] Tanto em um quanto no outro busca-se marcar território. Como somos esquecidos, é a forma que encontramos de reivindicar, questionar... como outros movimentos transgressores. A própria cultura do *hip-hop* teve muito disso. O fato de ir para a rua ou para um *shopping center* com um rádio gravador, o maior que você puder,

⁵ Neste ponto vale salientar a definição histórica do termo. Segundo Dario Gamboni, em livro intitulado *The Destruction of Art: Iconoclasm and Vandalism since the French Revolution*, deve-se ao abade Grégoire (1750-1831) a invenção da palavra “vandalismo”, empregada em referência aos bárbaros que saquearam Roma em 455. O abade apresenta e usa o termo pela primeira vez em laudo dirigido à convenção de 11 de janeiro de 1794, em que denunciava as destruições intempestivas de monumentos e obras de arte pelos exércitos republicanos franceses. Gamboni destaca e aproxima o surgimento do conceito de “vandalismo” ao de “proteção do patrimônio”, também redefinido nesse momento histórico (1997).

⁶ Em Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, David Aguiar de Souza dedica-se extensivamente ao tema do grafite e da pichação na metrópole carioca. Essa instigante etnografia acompanha debates teóricos da Sociologia do Crime e estuda teorias do comportamento desviante, apontando também para a recente emergência do grafite como manifestação artística de vanguarda, que já conta com vastas redes de colecionadores.

colocar uma música bem alto e começar a dançar... e ser retirado por um segurança: “Desliga o rádio, sai todo mundo, aqui não pode dançar!”.

É verdade que o grafite às vezes pode ser considerado arte, enquanto que a pichação não. Mas também tem essa coisa de o grafite ser considerado pichação, vandalismo. Depende de onde você se coloca. Se você está escondido no pátio de um metrô e pinta um vagão inteiro com grafite, tem muita gente que vai chamar de pichação... Ou até mesmo na rua, você está pintando em um lugar que “não pode”: “O que você está fazendo aqui?”. Ou então: “Vamos pra delegacia!” (Gustavo e Otávio Pandolfo)⁷.

Fotografar o grafite em Kelburn foi uma grata tarefa. Por tratar-se de uma obra que retrata figuras simbólicas complexas, imaginativas e caricaturais que surgem em cenários tão impossíveis quanto reais, todo marco parece descobrir novas histórias e novos detalhes que de pronto se agigantam. Uma importante característica do grafite, e que se faz particularmente presente em Kelburn, é seu apelo a elementos de esqueomorfismo ou elementos ornamentais que são feitos sobre um objeto para dar-lhes a aparência de outra coisa.



Figura 3 – Aparência da parte inferior da torre.

⁷ Entrevista dada ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 7/12/2010. Disponível em: <http://tvcultura.cmais.com.br>.

De castelo medieval a centro campestre

Da janela do trem que vai de Glasgow para a pequena estação de Largs, no final da linha que leva muitos escoceses para os balneários da costa oeste, acompanha-se um rio que desemboca no estuário de Clyde. Logo que passam os grafitadíssimos prédios e pontes da periferia de Glasgow, veem-se construções baixas e cada vez mais esparsas, até que a tinta *spray* desaparece totalmente quando o trem adentra os bosques e extensos campos lavrados da região administrativa de Ayrshire. Ao longe há destilarias, moinhos eólicos, rebanhos de ovelhas, e vez por outra passa uma dessas vistosas construções que chamamos, de forma geral, de castelo.

É uma região muito verde, mas também muito chuvosa, ventosa e, acima de tudo, úmida, características essas que representam um grande e constante desafio para os arquitetos, paisagistas e restauradores locais. Novas ideias, novas técnicas e novos métodos de impermeabilização de muros e paredes exteriores são mesmo constantemente colocados a prova durante as tempestades do Atlântico Norte. E foi por aquela mesma janela de trem que, pouco antes da parada final, vi pela primeira vez a inconfundível torre grafitada do castelo hereditário dos condes de Glasgow.

Da estação de Largs, segue-se uma estrada asfaltada e logo surge uma indicação para o Kelburn Castle and Country Centre. Na recepção recebo um mapa do lugar que me remete àqueles desenhados por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*. Ao centro, veem-se um castelo e jardins sinalizados como “área privada”. À esquerda está o que é hoje o *country center*, indicado como sendo o lugar da antiga fazenda. À direita ficam os estábulos e uma escola de equitação. Ladeando a estrada, há campos de golfe, antigas terras dos Boyle, hoje vendidas a um clube local. É um mapa onde podem ser lidos ao menos dois períodos históricos sobrepostos. O de um presente marcado pelas atividades ditas de lazer e oferecidas sobretudo a um público local e o de uma camada histórica anterior, a de uma antiga fazenda senhorial com todo o aparato arquitetônico de um engenho britânico.

Trata-se mesmo de uma propriedade permeada por continuidades e rupturas ambíguas, onde a delimitação de um espaço privado nos faz lembrar que o interior do castelo e suas mais próximas adjacências não fazem parte do circuito de visitação. Diferentemente de outros castelos

escoceses que, com o tempo, foram sendo vendidos⁸ e transformados em museus, hotéis ou centros de convenções e casamentos, Kelburn ainda é a residência de um conde em um país onde as hierarquias sociais e de classe seguem, de uma forma ou de outra, a distância e as reverências próprias a um regime monárquico⁹.

Quando Kelburn foi construído, no final do século XVI, por sobre as ruínas de uma antiga fortificação normanda, a família Boyle ainda não fazia parte da nobreza britânica¹⁰. Os chefes de clã em Kelburn eram fiscais do contrabando, comerciantes e pessoas ligadas à indústria naval e aos estaleiros locais. O castelo era, pois, a residência de um grupo de pessoas com restritas possibilidades de parentesco, um clã, mas também uma fortaleza, onde uma pequena comunidade se refugiava em períodos de guerra. Arquitetonicamente, é preciso imaginá-lo como uma construção bélica, onde a qualidade do muro – uma superfície marcada nessa época por projéteis e colorido de matéria orgânica – é central. Posto isso, para os arquitetos da época, quanto menos janelas, melhor.

Por volta de 1680, um desses chefes de clã, John Boyle, se tornou *Crown Commissioner*, e logo membro do parlamento escocês. Sua fidelidade à coroa britânica teria sido tal que permitiu o enobrecimento de seu filho, o doravante *lord* David Boyle (1666-1733), criador da insígnia hereditária *earl of Glasgow* [conde de Glasgow]. É com ele, no início do século XVIII, que o castelo dos Boyle passa por uma primeira grande obra de modernização. O sólido muro do castelo – o mesmo que, três séculos mais tarde, seria grafitado pelos

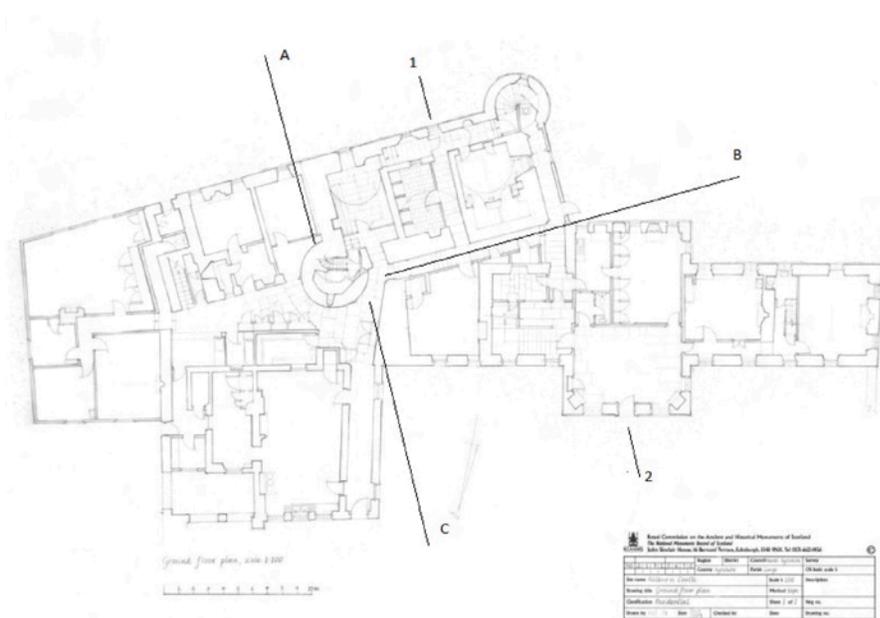
⁸ Os processos de transferência dessas propriedades não são simples. Elas se encontram sob forte controle do Estado britânico e, desde o final dos anos 1970, com a criação dos novos institutos históricos do patrimônio, os castelos escoceses passaram a ser listados e suas alterações controladas, no intuito de garantir a salvaguarda de uma memória histórica e nacional. Esses institutos zelam, precisamente em uma época em que os patrimônios passam a ser propriedade de famílias estrangeiras, por bom cuidado, conduta adequada e respeito aos bens do passado local.

⁹ O centro tem hoje uma dezena de funcionários, incluindo os *rangers*, gestores das trilhas e dos passeios ecológicos. Um deles é Antti, quem me conta que o castelo também pode ser alugado para festas de casamento e congressos variados, seguindo-se as normas estatais de *health and safety*, que exigem constantes reformas e atualizações da construção aos padrões modernos de imóveis destinados a usos públicos.

¹⁰ Vindos do noroeste da França com as missões de Guilherme Iro, durante a conquista normanda da Inglaterra, uma ramificação do clã dos Boyle teria se estabelecido nas terras de Kelburn por volta de 1140. Escolhido por compreender um córrego e permitir uma vista privilegiada para o estuário de Clyde, o sítio onde se ergueu uma primeira fortificação normanda teria sido um ponto estratégico na repressão às invasões *vikings* no século XIII (FOARD, 2005).

quatro brasileiros – passava a representar e a ser percebido afirmativamente como um passado distante.

Segundo explica Patrick Boyle, o primeiro conde de Glasgow teria cogitado a demolição do castelo e sua total reconstrução no estilo jacobino, vigente naquele momento. Contudo, acabou optando por acrescer à construção medieval um palácio adjacente. Construíram-se diversas passagens internas de um para o outro, abrindo-se grandes rombos no muro medieval. A antiga torre passava então a constituir a fachada dos fundos da propriedade. Quase como uma peça de museu que é retirada de uma determinada sala e realocada na reserva técnica, decidia-se naquele momento por manter o antigo castelo, mas também relegá-lo a um segundo plano.



Com a introdução do conceito de “planificação da arquitetura”, que se materializava na elaboração de “plantas” e “projetos” anterior à execução de

uma obra, passamos a ver uma representação de Kelburn onde se percebe que a entrada principal é alterada do sul para o norte, passando a propriedade, daí em diante, não só a dar as costas para o córrego de Kel, mas também a definir uma segunda fachada, mais íntima, menos cuidada, mais secreta. Era uma fachada que ficava agora como que escondida.

De fato, o contexto no qual o primeiro conde Boyle assumiu as terras de Kelburn é o de um período histórico onde chegava ao fim a necessidade de as famílias aristocráticas se protegerem, dentro de robustas fortificações, de eminentes ataques de piratas, clãs rivais ou exércitos ingleses. A arquitetura das residências aristocráticas foi, assim, profundamente modificada (PENNYRE & RYAN, 1951). Considerando-se o exterior, antigos castelos em todo o Reino Unido passam, assim, desde o século XVIII, a ganhar maiores e mais numerosas aberturas, portas e janelas. No interior, foram feitas reformas que buscaram substituir os “desconfortáveis e primitivos” cômodos de seus antepassados, pelos salões mais bem aquecidos e preparados para uma época que se acomodava às inovações em série da revolução industrial (WATLEY, 1997; MACGIBBON, 1887).



Figura 5 – Janelas grafitadas.

O próprio termo *castle*, me relata mais tarde o conde, passava a carregar uma conotação pejorativa, ficando, no vocabulário da época, *démodé*. As famílias nobres não queriam mais ser associadas a seus escuros, pesados e antiquados castelos, e sim a seus mais novos, leves e claros palácios modernos. As mudanças em Kelburn atingem, pois, até o nome da casa dos Boyle, cujo título passa a ser o de *Grand House*¹¹. Para dar uniformidade ao conjunto composto por duas construções muito distintas, David Boyle faz levantar uma camada de emplastro, ou reboco, em ambos os edifícios. Trata-se, no vocabulário arquitetônico local, de um *harling*. Esse método de impermeabilização consiste em aplicar um composto de pedras granuladas, água e cal às superfícies exteriores e é recorrente nos castelos escoceses. Em muitos casos, e Kelburn não é exceção, esse reboco era pintado a gosto do proprietário. Rosa ou amarelo claro eram as cores usuais no século XVIII.

Um dos dados importantes para compreender a concatenação de reformas que levaram ao grafite reside justamente nessa grande obra que, antes de tudo, estabelecia uma duradoura e clara separação entre frente e fundos, entre uma entrada social e uma área mais íntima ou de serviço. O grafite, esclarece Patrick Boyle, não foi feito na fachada principal de sua propriedade, “eu só autorizei os brasileiros a pintarem nos fundos!”.

Na medida em que os chefes de família em Kelburn continuavam a enriquecer, como latifundiários e cobradores de aluguel, as terras de Kelburn foram também ganhando trabalhos de “paisagismo”. Na segunda metade do século XVIII, o terceiro *lord* Glasgow, John Boyle, encomendou um projeto para um jardim francês (*plaisance*) e um labirinto de arbustos para crianças. A grande umidade da região e as afinações paisagísticas desse conde permitiram que ali crescesse uma grande variedade de flora subtropical e não endêmica¹². Além de reclassificar o espaço e criar novos efeitos de perspectiva, John é lembrado por ter disciplinado uma natureza vista então como “selvagem” demais.

Se é possível dizer que a primeira reforma de Kelburn operava e produzia uma nova oposição entre as ideias de frente e de fundos, a segunda

¹¹ Vale notar que se o termo *castle* era “primitivo” demais para os nobres do século XVIII, o termo *Grand House* parece soar alívio aos ouvidos de um século XXI, onde essas propriedades, administradas em parceria com os institutos do patrimônio, afinam as propostas de atividades turísticas a uma busca por autenticidade. Os castelos voltam, assim, a chamar-se *castles*.

¹² Algumas dessas espécies ainda estão lá e também fazem parte do conjunto tombado pelo instituto do patrimônio aqui em questão.

intervenção visava redefinir a relação da casa com o campo e os bosques. Por um lado, foram abertos novos caminhos córrego acima e por entre os bosques, “passeios” com pequenas pontes ecléticas e novos marcos espaciais. Por outro lado, foram delimitados, e devidamente mobiliados, certos espaços que, embora no exterior do castelo, eram e ainda são vivenciados como se fossem salas, escritórios ou até quartos íntimos. Muito privados e bem cercados, ainda que na “natureza”, são esses os novos jardins trazidos com o surgimento de uma nova vertente da arquitetura, o paisagismo (MACKAY, 2001). Nesses espaços, vale dizer, nunca ocorreu a ninguém fazer um grafite.

É durante esse segundo momento de grandes redefinições do espaço nas terras de Kelburn que, na outra margem do córrego, fez-se construir uma *Court House* para os empregados da família, que até então ocupavam os antigos e “desconfortáveis” vestíbulos do castelo medieval. É nessa *Court House*, que poderíamos aqui aproximar do conceito de “senzala”, que ficariam até o final da Primeira Guerra Mundial, separados e organizados em diferentes construções, as carruagens, os cavalos, as galinhas, as lavanderias e as residências de um novo tipo de empregados, os *domestics* (FREYRE, 2005; WATLEY, 1997).

Do século XIX em diante, porém, a família Boyle acumulou crescentes crises financeiras e as terras de Kelburn foram sofrendo sucessivos loteamentos. Pouco antes da virada do século foi preciso, inclusive, comenta Patrick, alugar a propriedade. Quem assume a casa dos condes é um senhor burguês, um comerciante de Glasgow.¹³ Responsável também por fazer acréscimos e redefinir o gosto a reger o conjunto arquitetônico, esse burguês é quem inaugura a nova ala vitoriana de Kelburn, com seus característicos papéis de parede *Morris* e suas ainda maiores proporções de janelas, que permitiam apreciar algo até então menor, uma ampla e bela “vista” (FENWICK, 1976).

Quando o atual conde herdou e voltou a residir no antigo castelo de Kelburn nos anos 1970, suas terras já haviam sido significativamente reduzidas

¹³ Segundo o próprio Patrick Boyle, a crise financeira é aberta pelo excêntrico e desmesurado quinto Boyle, James, um apostador apaixonado pelas corridas de cavalo do turfê inglês. Em seguida, o sexto lorde Glasgow é lembrado por ter gastado tanto quanto seu predecessor – não no jogo, mas na fé. Grande financiador de construções religiosas, como as catedrais de Perth e Millport, George Frederick Boyle (1825-1890) acabou tendo que alugar o castelo e mudar-se para a cidade (BOYLE, 2006).

e a propriedade impunha custos tributários de reforma e manutenção que superavam as possibilidades da família. Em 1977, Patrick decidiu abrir sua residência para visitação, redefinindo mais uma vez a atividade econômica do castelo e construindo, assim, uma nova identidade para a propriedade, seus campos e jardins. O que era lavanderia virou loja de *souvenirs*, o que era estábulo, cafeteria e restaurante, e da sala de carroças fez-se uma recepção para visitantes. No lugar onde um dia funcionou um almoxarifado, há hoje um pequeno museu com uma exposição permanente que conta a história do castelo. Já o antigo galinheiro é hoje o escritório administrativo desse novo centro campestre. Em suma, o que foi um dia fortaleza, e logo castelo, e em seguida *Grand House*, tornava-se, pois, na gestão de Patrick Boyle, um *country center*.

Resta, finalmente, falar mais diretamente do grafite. Mas, então, pergunto ao conde, de onde veio essa ideia extravagante?

Isso você tem que perguntar aos meus filhos, David e Alice. A ideia foi deles. O que eu posso dizer é que essa obra me permitiu ver detalhes da minha própria casa que eu desconhecia. [...] Cada um dos quatro artistas tem um estilo próprio que eu fui aprendendo a reconhecer aos poucos. No início eu estava muito apreensivo, mas acabei gostando tanto do resultado que, quando se passaram os três anos permitidos pelo Historic Scotland, eu entrei com um pedido de tombamento, sim, tombamento do grafite. O caso tramita até hoje, mas receio que esse reboco tenha que ser mesmo demolido. É uma pena. Recentemente um crítico de arte esteve aqui e descreveu a obra como um dos dez monumentos mundiais de *street art* (Patrick Boyle, trecho de entrevista, julho de 2013).

O castelo é muito antigo e desde que eu sou criança ele está cheio de infiltrações, sobretudo na parte dos fundos. Como tínhamos que fazer uma obra para renovar a camada de reboco que isola da chuva e do vento, achei que o Historic Scotland talvez aceitasse a ideia do *Graffiti Project*. [...] Eu não conhecia pessoalmente os grafiteiros quando decidi procurá-los, mas tinha visto fotografias do trabalho deles no Rio e em São Paulo (David Boyle, trecho de entrevista, julho de 2013).

A ideia era simples. Tiramos de seu contexto urbano as formas vibrantes e por vezes efêmeras da arte de rua brasileira e aplicamos isso aos antigos muros de um castelo histórico e rural da Escócia. [...] A intenção era mesmo a de trazer uma controvérsia e questionar o mundo das artes. Tivemos um êxito além da expectativa. [...] Muita gente olhou para nós com desgosto e desconfiança. Diziam que era

uma desgraça, que era vandalismo. Nós mesmos ficamos surpresos quando recebemos a autorização para grafitar (Alice Boyle)¹⁴.



Figura 6 – Fachada sul do castelo.

A antiga porta de entrada e os arcos entalhados com as iniciais do primeiro Boyle enobrecido e sua mulher foram mantidos sem tinta. Mas não sabemos ao certo onde acaba a pedra e começa o desenho. Hoje a antiga porta de entrada do castelo virou uma janela, de onde se entra no tronco da árvore genealógica dos Boyle. Gravado mais acima, o escudo da família abre-se como um papiro. De onde a foto foi tirada é possível ouvir esse mesmo córrego de Kel que corre à esquerda da janela, mas também fora do grafite, atrás de nós.

¹⁴ Trecho do texto de apresentação do *Graffiti Project*, disponível no site da artista plástica Alice Boyle, <http://www.aliceboyle.co.uk>.

Do hipotético processo de tombamento de um grafite

Conquanto improvável, suponhamos que as marcas deixadas por Gustavo, Otávio, Nina e Francisco nos muros do castelo de Kelburn sejam elevadas ao estatuto de patrimônio escocês. A primeira inquietação do profissional de restauração designado para a conservação da obra será talvez de ordem pragmática. Mas como é que se preserva um grafite tombado? Colocando um vidro na frente para evitar que seja pichado? Retocando de tempos em tempos as cores das formas para que as imagens não percam seu brilho? Mas, nesse caso, seria preciso usar sempre a mesma marca de tinta *spray*? E a chuva? E o vento? E a neve?

Sem dúvida, esse novo restaurador, especialista em pichação, teria diante de si uma difícil tarefa, como o é também a de qualquer outro desses profissionais da longevidade das coisas. Afinal, se temos ainda e em bom estado, em bons museus, os afrescos do capitel de uma coluna romana, nada parece sugerir que o grafite seja menos perene – ou mais difícil de conservar – do que os pigmentos vegetais originais do século III. A verdade é que seria mesmo preciso estudar o grafite e sua duração, sua capacidade de se manter agarrado a uma dada superfície, sob específicas condições atmosféricas. Em um extremo, para os profissionais mais afeitos à “conservação”, o esforço seria no sentido de evitar que a marca se apagasse. No outro, para os mais “restauradores”, caberia, sim, determinar um original e (re)colori-lo periodicamente¹⁵.

Recentemente, a revista de arqueologia britânica *Antiquity* publicou um artigo sobre grafite, revelando que esse tipo de marcas faz cada vez mais parte do universo das escavações. O próprio termo *graffito*, escreve Ursula Frederick, era usado por cidadãos da Roma Antiga para designar um tipo de mensagem deixada em muros. Era uma forma de transitar pela cidade, de habitar a arquitetura e de ser, por vezes, reprimido também. Eram frequentes, por exemplo, em tempos de crise ou eleições, os protestos deixados por escrito em construções públicas. E havia quem desenhasse os exteriores alheios também. Para a autora, “o fato de que o grafite possa ser considerado rude, ofensivo ou desconfortável apenas aumenta seu *status* e significância como fonte histórica” (FREDERICK, 2009). Nesse sentido, diz a arqueóloga,

¹⁵ Para uma introdução aos debates entre as categorias “restauração” e “conservação”, ver Brandi (2008) e Argan (1992).

o grafite também pode ser material de análise para quem almeja estudar um grupo humano pertencente a um certo passado, com percepções e formas próprias de interação com o ambiente.

Não só a Antiguidade grafitava. Em Londres, por exemplo, a expedição arqueológica da dupla Paul Graves-Brown e John Schofield levou à descoberta de importantes riscos, rabiscos e desenhos, tanto no interior como nas fachadas dos fundos da Denmark Street. Pertencentes a um certo segmento de londrinos da segunda metade do século passado, eram os rastros dos *punks* dos anos 1970. Nesse artigo, os arqueólogos descrevem seus métodos de escavação, pesquisa, contexto e procedimentos interpretativos voltados para esse tipo de pegadas humanas. Como assinalam, “é válido lembrar que a arqueologia moderna inclui a materialidade recente tanto para ajudar a compreender os tempos mais antigos, quanto para elaborar uma crítica da modernidade” (GRAVES-BROWN & SCHOFIELD, 2011).

Mas nosso hipotético “restaurador especialista em pichação” tem diante de si uma outra série de problemas, talvez mais teóricos. Ele poderá em algum momento retrucar dizendo que – nesse caso específico da restauração e conservação do grafite – o importante não é preservar a forma, mas sim a transgressão! O que caracteriza tanto o grafite quanto a pichação, diria ele, é seu caráter eminentemente efêmero, destrutivo e infrator. Oh, concluirá quicá, parece que existe mesmo uma contracultura que sempre acaba enclausurada nos museus ou tombada por um instituto do patrimônio¹⁶.

Patrimônios históricos ou matéria em fluxo?

Os debates travados entre instituições do patrimônio e antropólogos têm gerado importantes definições e redefinições do conceito de cultura e das ideias a respeito do que é um monumento histórico, artístico ou nacional (DIAS, 1994; GONÇALVES, 1996; FILHO & BELTRÃO, 2007; HICKS, 2010; TAMASO & FILHO, 2012). Diversos antropólogos estiveram, inclusive, absolutamente engajados na causa patrimonial, participando diretamente dos mais variados processos de tombamento. De Franz Boas, que recriou

¹⁶ São numerosos e variados os argumentos que apontam para os paradoxos da modernidade no que tange aos processos de patrimonialização de práticas transgressoras. Ver Compagnon (2003) e Argan (1992).



Figura 7 – Teorias grafitadas.

Huyssen, os veem como um produto da “febre de memória das sociedades midiáticas ocidentais”. Segundo o autor, “talvez seja a hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória” (HUYSSSEN, 2000).

Mais recentemente, e trazendo os “materiais”, e não sua “materialidade”, de volta ao debate sobre as coisas (tombadas ou não), a academia britânica

os museus etnográficos (chamando de atenção para o “contexto” dos objetos) no início do século XX, a Claude Lévi-Strauss, que tomou parte na edificação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na segunda metade do mesmo século, as “culturas passadas e tradicionais” são entendidas como algo a se preservar, divulgar, reconhecer e resgatar.

Contudo, o aporte das recentes pesquisas e teorias antropológicas vem questionando, desde os anos 1980, alguns dos propósitos dessas políticas patrimoniais. Por um lado, analisaram-se criticamente os processos e discursos através dos quais são “inventadas” as narrativas nacionais e “objetificadas” as coisas do passado. Mostrou-se aí o quanto essas elaborações discursivas incidem no modo de fazer seleções e o quanto essas seleções são dependentes de postulados políticos, pedagógicos, pragmáticos, mas também de certa ressonância que esses discursos, ditos inventados, necessitam encontrar (GONÇALVES, 1996).

Paralelamente a essas, outras importantes críticas têm sido feitas aos institutos do patrimônio por antropólogos que, na linha de Andreas

tem proposto resgatar a definição de “tempo” da filosofia bergsoniana¹⁷. Fala-se, pois, analiticamente em “linhas” que “crescem” em um mundo onde já não deveria mais haver objetos (INGOLD, 2010)¹⁸.

Para o antropólogo britânico Tim Ingold, não há como traçar diferenças teóricas entre “objetos” (do bibelô ao arranha-céu), animais (do fungo ao ser humano) e vegetais (do quiabo ao acarajé). Tudo isso são “coisas” sujeitas aos mesmos efeitos e variações que incidem sobre um fugidivo conjunto material em constante mutação. Nesse sentido, o que Stephanie Bunn chamou criticamente de *ethnographical salvage*,¹⁹ o procedimento (prático e teórico) colecionador, historicista e frequentemente nostálgico sobre as coisas do passado perde espaço na academia em prol de uma visão segundo a qual a prática antropológica é definida como um *joining in, thinking with*. Não se trata mais de montar acervos materiais de culturas ditas outras ou passadas, mas de “juntar-se a suas linhas”²⁰.

¹⁷ “O tempo real passa sem parar. É mobilidade e movimento em vez de imobilidade e posição. Logo, não é susceptível de superposição ou medida. Não podendo ser medido, não pode ser calculado. O que pode ser medido e calculado não é o movimento ou o tempo, mas sim a imobilidade ou o espaço. Por isso a matemática não mede realmente o tempo, mas o espaço imóvel percorrido pelo móvel. Assim, ela não mede senão a negação do tempo e do movimento” (BERGSON, 1998:9).

¹⁸ The environment without objects, I contend, is not a material world but a world of materials, of matter in flux. To follow these materials is to enter into a world that is, so to speak, continually on the boil. Indeed, rather than comparing it to a giant museum or department store, in which objects are arrayed according to their attributes or provenance, it might be more helpful to imagine the world as a huge kitchen, well stocked with ingredients of all sorts. In the kitchen, stuff is mixed together in various combinations, generating new materials in the process which will in turn become mixed with other ingredients in an endless process of transformation. To cook, containers have to be opened, and their contents poured out. We have to take the lids off things. Faced with the anarchic proclivities of his or her materials, the cook has indeed to struggle realities working to retain some semblance of control over what is going on” (INGOLD, 2010).

¹⁹ “Talking, teaching and making: weaving baskets and internets in a Scottish basket making community”, palestra e oficina ministrada por Stephanie Bunn durante a conferência Close Encounters: Bringing Anthropology Home (Departamento de Antropologia da Universidade de St.-Andrews, Escócia, 2013).

²⁰ “To create anything, Aristotle reasoned, you have to bring together form (morphe) and matter (hyle). In the subsequent history of western thought, this hylomorphic model of creation became ever more deeply embedded. But it also became increasingly unbalanced. Form came to be seen as imposed, by an agent with a particular end or goal in mind, while matter – thus rendered passive and inert – was that which was imposed upon. The critical argument I wish to develop is that contemporary discussions in fields ranging from anthropology and archaeology to art history and material culture studies continue to reproduce the underlying assumptions of the hylomorphic model even as they seek to restore the balance between its terms. My ultimate aim, however, is to overthrow the model itself, and to replace it with an ontology that assigns primacy to processes of formation as against their final products, and to flows and transformations of materials as against states of matter” (INGOLD, 2010).

The past, in short, does not tail off like a succession of dots left ever further behind. Such a tail is but the ghost of history, retrospectively reconstructed as a sequence of unique events. In reality, the past is *with* us as we press into the future. In this pressure lies the work of memory, the guiding hand of a consciousness that, as it goes along, also remembers the way. Retracing the lines of past lives is the way we proceed along our own (INGOLD, 2010, grifo do autor).

Assim, parece que a Antropologia caminha para um tempo e um espaço nos quais tudo é descarga, fusão, em que as coisas, inevitavelmente, transbordam. É como se deixássemos o mundo da sala de estar, que encontra sua objetificação máxima no salão do museu, para entrar nas turbulências da cozinha. Para esse segmento da academia britânica, os patrimônios devem ser pensados, seguindo a analogia de Tim Ingold, como coisas para mastigar. Entre o congelador e o fogão, nada é mesmo estático, os alimentos se transformam, os pratos se comem, a matéria evapora e se decompõe em um inevitável “passar” que a torna toda outra (INGOLD, 2007b).

Mas os pilares que atualmente sustentam teoricamente as políticas e instituições do patrimônio estão, decerto, ainda muito distantes dos das práticas gastronômicas. Se a Antropologia parece começar a levar seus objetos para a cozinha, no mundo dos salões, dos museus e nos centros históricos as coisas ainda existem num estado de relativa aridez. Tombadas, desumidificadas, embalsamadas, classificadas, inventariadas e intocáveis, é crime quebrá-las, fritá-las, manchá-las, desrespeitá-las, grafitá-las e, sobretudo, pichá-las. Contudo, suspeito que se encontrarem a necessária ressonância e se espalharem por outras disciplinas, essas teorias poderão vir a minar alguns dos sentidos das iniciativas patrimoniais, sustentadas certa vez por outras teorias antropológicas. Quão redundante não seria mesmo a tarefa ou o “dever de preservação”, se concordarmos que as coisas, inevitavelmente, se transformam?

Por fim, vale voltar ao campo e ouvir a voz de Patrick Boyle para quem, e em sintonia com essas mais recentes teorias antropológicas,

Diferentemente da maioria das *Grand Houses* da Escócia, o castelo de Kelburn não foi planejado por um arquiteto eminente, tal como Adams ou Lorrimer. Ele simplesmente evoluiu durante um período de setecentos anos. O castelo cresceu organicamente na medida em que a família foi enriquecendo e tornando-se mais importante. Ao longo dos anos, diversos condes de Glasgow, ou mais provavelmente suas esposas, transformaram salões em quartos de dormir, partiram cômodos para abrir corredores, alteraram

escadarias, aumentaram o nível dos pisos e tetos, levaram as cozinhas de um lado para o outro, e mudaram a entrada principal do norte para o sul, e depois para o norte novamente. O resultado é que Kelburn é um excêntrico meio castelo, meio casa, sempre usado e ainda muito habitado (BOYLE, 2006).

Ao acompanharmos de perto a história dos Boyle e a biografia do castelo de Kelburn, vimos que o vandalismo aproveitou uma sorte de brecha jurídica para apossar-se de um patrimônio tombado. Em outras palavras, parece que o grafite entrou em cena graças à restauração. Somente porque era preciso destruir o antigo reboco e renovar a fachada foi possível, e legal, praticar esse, considerado até então, modo de vandalismo. Essa brecha, contudo, pode ser também entendida como uma prova concreta do caráter eminentemente vivo e mutante da arquitetura – se é preciso restaurar só pode ser porque essas construções arquitetônicas estão mesmo em constante transformação. Talvez grafitar seja apenas um passo a mais na história dos castelos, uma geração a mais nas camadas de uma longa biografia. Em um futuro talvez não tão distante, nossas instituições do patrimônio poderão, quem sabe, vir a arriscar uma primeira resposta para as pichações, investindo não nos químicos e ácidos da restauração de fachadas, e sim, ou também, na elaboração de uma boa resposta para tanto recado, usando as mesmas latas de aerossol.



Figura 8 – Vista geral da fachada dos fundos do castelo de Kelburn.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo
(1992) *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BILLINGS, Robert William
(2006) *The Baronial and Ecclesiastical Antiquities of Scotland, Edinburgh*. Derby: Heritage House Group.
- BERGSON, Henri
(1998) *La pensée et le mouvant*. Paris: Ellipses.
- BOYLE, P.
(2006) *Kelburn Castle & Country Centre*. Derby: Heritage House Group.
- BRANDI, Cesare
(2008) *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- COMPAGNON, Antoine
(2003) *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- DIAS, Nélia
(1994) "Looking at objects: memory, knowledge in nineteenth-century ethnography displays". In: ROBERTSON, George *et al.* (orgs.) *Tales of displacement: narratives of home and displacement*. Londres: Routledge, p. 164-176
- ELKINS, James
(1993) "What really happens in pictures: misreading with Goodman". *Word and image*, Londres, v. 9, n. 4, out., p. 349-362.
- FENWICK, Hubert
(1976) *Scotland's castles*. London: Hale.
- FERREIRA, Lucas T.
(2007) *O traçado das redes: etnografia dos grafiteiros e a sociabilidade na metrópole*. Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia da Universidade Federal de São Carlos.
- FILHO, Manuel F. L. & BELTRÃO, Jane (orgs.)
(2007) *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: ABA; Nova Letra, p. 7-55.
- FOARD, G.
(2005) *Draft report on Largs prepared for Historic Scotland by The Battlefields Trust*. Disponível em: <http://www.battlefieldstrust.com/resource-centre/medieval/battleview.asp?BattleFieldId=67>. Acesso em: maio de 2013
- FREDERICK, Ursula K.
(2009) "Revolution is the New Black: Graffiti/Art and mark making practices". *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, Cidade, v. 5, n. 2, p. 210-37.
- FREYRE, Gilberto
(2005) *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- GAMBONI, Dario
(2012) *The destruction of art: Iconoclasm and vandalism since the French Revolution*. London: Routledge.
- GONÇALVES, José Reginaldo
(1996) *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta & BITTAR, Nina (orgs.)
(2013) *A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj.
- GRAVES-BROWN, Paul & SCHOFIELD, John
(2011) "The filth and the fury: 6 Denmark Street (London) and the Sex Pistols". *Antiquity review of world Archaeology*, Cidade, v. 85, n. 330, p. 1385-1401.
- HICKS, Dan
(2010) "The material culture turn: event and effect". In: HICKS, Dan & BEAUDRY, Mary C. (orgs.). *The Oxford handbook of material culture studies*. Oxford: OUP, p. 25-98.
- HUYSSSEN, Andreas
(2000) *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

- INGOLD, Tim
(2013) *Making: Anthropology, Archaeology, Art and Architecture*. Londres: Routledge.
- (2010) "Bringing things to life: creative entanglements in a world of materials". In: Realities. Working paper n.15. The University of Manchester. Disponível em: <http://www.socialsciences.manchester.ac.uk/realities/publications/workingpapers/15-2010-07-realities-bringing-things-to-life.pdf>. Acesso em: maio de 2013.
- (2007a) *Lines: a brief history*. Londres: Routledge.
- (2007b) "Writing texts, reading materials. A response to my critics". *Archaeological Dialogues*, Cambridge: Cambridge University Press, v. 14, n. 1, p. 31-38.
- LEAL, Ana Lucia Peres
(2009) *Um olhar sobre a cena do graffiti no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense.
- MACGIBBON, David & ROSS, Thomas
(1887) *The castellated and domestic Architecture of Scotland from the twelfth to the eighteenth centuries*. Edinburgh. Held at RCAHMS: F.5.21. MAC
- MACKAY, Sheila
(2001) *Early Scottish garden: a writer's odyssey*. Edimburgo: Polygon.
- PENOYRE, John & RYAN, Michael
(1951) *The observer's book of British Architecture*. Londres: Frederick Warne & Co.
- SOUZA, David da Costa Aguiar
(2007) *Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.
- TAMASO, Isabela & FILHO, Manuel Ferreira Lima
(2012) *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Goiânia: Ed. UFG
- WATLEY, Christopher
(1997) *The Industrial Revolution in Scotland: new studies in Economic and Social History*. Cambridge: CUP.

Recebido em

maio de 2013

Aprovado em

outubro de 2013

Resenha

Humanitarian Reason. A moral history of the present

Didier Fassin

University of California Press

Berkeley/Los Angeles, 2012, 336 p.

Eventos catastróficos contemporâneos (terremotos, tempestades, guerras, epidemias, incêndios) combinam sentimentos morais ambíguos em relação à tragédia da destruição e ao *pathos* da assistência humanitária, como, por exemplo, a compaixão em relação ao sofrimento alheio e a celebração da solidariedade empreendida por Estados, agências humanitárias internacionais, organizações não governamentais. A própria ambiguidade desses sentimentos converte-se em força motriz de mobilização de recursos e pessoas em torno de causas internacionais nesses momentos efêmeros, porém repetitivos, de consternação pública. No livro *Humanitarian Reason*, Didier Fassin, professor de ciências sociais desde 2009 do Institute for Advanced Study de Princeton, nos apresenta essa paisagem moral carregada de oximoros, paradoxos e ambivalências, presente nas mais variadas regiões do mundo, onde a expressão “compaixão repressiva” não soa absurda. Do território francês às zonas de guerra no Oriente Médio, passando pela Venezuela e a África do Sul, o autor apresenta nesse livro os resultados de pesquisas conduzidas nos últimos vinte anos. Difícil encontrar um fio condutor para todas essas realidades e narrativas díspares. A felicidade do autor foi justamente tornar esse emaranhado de objetos compreensível a partir de uma problemática e agenda de pesquisa: a investigação do funcionamento da razão humanitária e da transformação do sofrimento e da compaixão em recursos políticos. Boltanski (1993), em estudo pioneiro sobre a figura do sofrimento no Ocidente, já havia demonstrado o potencial de agência e mobilização coletiva dessa linguagem. Fassin, contudo, enfrenta o desafio de (re)pensar a razão humanitária em uma chave diferente de Boltanski, não restringindo seus efeitos aos efeitos de discurso, superando inclusive a oposição entre representações e práticas.

Um objeto difícil de apreender e carregado de valores políticos e sentimentos morais solicita do cientista social colocar sua própria posição moral e política em questão. Como o autor afirma, a antropologia do governo

humanitário está epistemologicamente e também moralmente imbricada com seu objeto; há uma relação de espelho entre pesquisador e militante, entre envolvimento e distanciamento. Contudo, ao analisar o governo humanitário, o antropólogo não pode se deixar levar pelas inúmeras avaliações e denúncias morais que o cercam, acusando quer de cinismo quer de boa ou má fé os agentes e as agências devotadas ao assistencialismo internacional. É preciso adotar uma postura mais analítica, perguntando-se como o governo humanitário opera e quais foram as condições de possibilidade de sua emergência e predomínio nas políticas das últimas décadas. A observação participante permite ao autor descrever cenas circunscritas, localizando narrativas e argumentos dentro de quadros de enunciação, e, sobretudo, as hesitações e os paradoxos vivenciados pelos agentes envolvidos no governo humanitário, suas convicções e dúvidas, seus pontos cegos e sua lucidez, seus preconceitos e sua reflexividade.

A primeira parte do livro trata do funcionamento da razão humanitária no interior do território francês nas duas últimas décadas em relação aos denominados “grupos vulneráveis”: “jovens das periferias”, “desempregados e trabalhadores precários”, “imigrantes *sans-papiers*”, refugiados políticos. O primeiro capítulo, sugestivamente denominado “Sofrimento desvelado” [*Suffering Unveiled*], apresenta a “invenção”, pelo Estado francês, do sofrimento psíquico vivenciado por “jovens excluídos da periferia de Paris” (outra categoria inventada, feita com o auxílio de cientistas sociais), que a partir de então cria uma nova política social: os lugares de escuta e os centros de atendimento psicológico para que esses mesmos jovens possam expressar seus problemas. Com a constituição de lugares estatais de escuta, surge nos anos 1990, segundo Fassin, uma nova problematização da questão social na França, enquadrada pelas categorias de exclusão e sofrimento psíquico. A principal condição de possibilidade de produção dessa nova configuração semântica da questão social é a transferência da autoridade de um corpo de profissionais e de saberes, a saúde mental, para a arena política.

Essa reconfiguração da questão social na França fica ainda mais evidente no natal de 1998, quando o governo francês lança um programa de ajuda financeira extra para famílias pobres e com dificuldades para se manter. O simbolismo que cerca essa medida de ajuda financeira é marcante: a distribuição de um bilhão de francos em forma de “bolsas emergenciais”, quando várias manifestações de desempregados e trabalhadores precariamente empregados pululavam por toda a França. Para distribuir esse montante, o governo adotou uma medida inusitada e, nos termos do

autor, patética: a escolha trágica de quem era mais necessitado e de quem mais merecia os recursos escassos oferecidos por um Estado que enxugava suas políticas de seguridade social. O dinheiro, portanto, não seria alocado para todos que estavam desempregados; os requerentes deveriam expor e comprovar sua pobreza em um texto justificando seu pedido, buscando palavras que poderiam comover seus leitores. É na interação com a burocracia de nível da rua, para utilizar um termo consagrado de Michael Lipsky, que as decisões e as escolhas foram feitas entre ajudar alguns em vez de outros. O encontro virtual entre os membros do comitê de alocação dos recursos e os requerentes ausentes do lócus de decisão, mas representados por suas próprias cartas, é, portanto, a situação etnografada pelo autor que permitirá desvendar uma das facetas desse governo humanitário que reconfigurou a questão social na França: a saber, o poder discricionário nas mãos dos trabalhadores sociais e das agências de ajuda humanitária. Contudo, essa discricionariedade da decisão não equivale a uma justiça anômica, muito pelo contrário, é o jogo com o excesso de normas, sua multiplicidade, que permite ao comitê alocar, de acordo com as contingências e a arbitrariedade, os recursos escassos. Decisões paradoxais são tomadas, como, por exemplo, os sem-teto que não conseguem obter a ajuda por não terem gastos fixos [aluguel, conta de luz etc.], elevando assim o cálculo de sua renda per capita. Além disso, a veracidade do testemunho é testada a todo momento; quando os documentos não batem com o relato, a confiança é quebrada e o requerente desqualificado.

Ainda que os critérios não tenham sido divulgados anteriormente, as pessoas sabiam como seriam avaliadas, pois possuíam um conhecimento prático adquirido nos contatos cotidianos com os serviços sociais. Ao escrever a solicitação, as pessoas tentam convencer moralmente o comitê de que elas merecem ser ajudadas, para isso precisam eliminar a distância física e social entre eles, recorrendo a uma humanidade comum. Fassin sistematiza quatro figuras retóricas utilizadas pelos requerentes em suas cartas para esse fim: a necessidade, a justiça, o mérito e a compaixão.

A invasão da compaixão e outros sentimentos morais na esfera pública também se evidenciam quando o autor aborda os trânsitos entre fronteiras, seja ao estudar a necessidade de atestado médico de doença grave para a concessão de direitos de moradia e cidadania a imigrantes ilegais, seja ao estudar a exigência de comprovação clínica de perseguição política aos refugiados que buscam asilo no país. Ambas as operações são produzidas pelo saber médico, que tem o corpo como lócus de veracidade. No caso

do refugiado político, a palavra do requerente, o testemunho e a história do país de origem não são mais suficientes para provar a necessidade do asilo. Só as marcas do corpo podem dizer se aquela pessoa foi ou não vítima de perseguição política e/ou tortura. Ambas as operações dessa razão humanitária também revelam mudanças mais amplas na economia política nas últimas décadas. No período de reconstrução da Europa no pós-guerra, o imigrante era desejado enquanto força de trabalho, agora não mais. O corpo saudável era valorizado, como bem demonstrou Abdelmalek Sayad (2004), citado pelo autor; agora, pelo contrário, é o corpo doente e marcado que traz a esperança de reconhecimento da cidadania ao estrangeiro.

Nos capítulos 3 e 4, “Protocolo da compaixão” e “Provas da verdade”, o autor explora as ambivalências e hesitações nas tomadas de posição dos médicos das agências humanitárias em relação a essas políticas. Fatores os mais variados influenciam a decisão do médico de participar ou não na elaboração de laudos, de conceder ou não um atestado positivo em relação à solicitação do requerente. Dentre eles, destaque para as convicções políticas, as avaliações éticas, os deveres deontológicos e os regulamentos profissionais. E nesse jogo de micropoderes, fatores morais e afetivos desempenham um papel por vezes determinante. Nas palavras de um médico entrevistado por Fassin: “Quanto mais tempo você gasta com uma pessoa, maior sua tendência a dizer sim” (:105). A empatia conta a favor. Nessas consultas, portanto, o médico não julga somente a saúde do requerente; entra em jogo também a habilidade retórica de convencimento e sensibilização, além das qualidades propriamente relacionais dos imigrantes e refugiados.

Na segunda parte do livro, o autor analisa o funcionamento do governo humanitário no mundo. As situações descritas são as mais diversas, permitindo visualizar a abrangência do deslocamento da moral em direção à esfera pública internacional. Em sua pesquisa sobre a AIDs na África do Sul, o autor descreve a entrada de três representações da infância na arena pública, a “criança doente”, a “criança violada” e a “criança órfã”. A imagem da inocência das crianças modificou a representação moral e política da AIDs, já que não se podia culpabilizar, nesse caso, a vítima de seu próprio infortúnio: a responsabilidade é deslocada para o comportamento imprudente dos pais e, sobretudo, para as decisões políticas inapropriadas do governo de Thabo Mbeki no final dos anos 1990, que demorou para introduzir programas de tratamento capazes de reduzir as taxas de transmissão do vírus de mãe para filho. A representação das crianças doentes produzirá uma moralização dos debates sobre a doença na África do Sul e, como consequência, uma escala

do que é mais ou menos legítimo defender, hierarquizando prioridades políticas: “A moralização de uma causa tende efetivamente a dar origem à discriminação moral entre o que pode ser mais ou menos legítimo defender [...]. Os testemunhos colhidos de mulheres com AIDs e observações da prática em hospitais sugeriu que a compaixão com as crianças tem como corolário a perda de interesse ou ainda a crueldade para com as mães” (p. 10). Em relação à representação da criança estuprada, os efeitos são ainda mais perversos e paradoxais: a obliteração da violência sexual cotidiana no país. Ao iluminar os casos extremos e bárbaros de violência, cometidos por pessoas que podem ser vistas como psicopatas e doentes, produz-se um efeito reconfortante, afastando e exteriorizando a maldade para longe de casa. Por fim, o tratamento hiperbólico do estupro de crianças deriva de uma abordagem do exotismo racialista, que essencializa determinados traços culturais que caracterizariam a África do Sul como uma “sociedade de estupradores”, sobretudo entre os homens negros: a promiscuidade sexual, a tradição, o mito de que a virgindade purifica a doença. A violência sexual é essencializada em termos culturais, ignorando, segundo o autor, as condições históricas e políticas de sua reprodução. A terceira representação da infância, a das crianças órfãs, por sua vez, superestima o impacto da doença nas famílias sul-africanas. As taxas de orfandade e, sobretudo, de crianças que vivem sem a presença dos pais são constantes na história da África do Sul, mesmo antes da epidemia da AIDs nos anos 1990. Segundo o autor, somente uma abordagem histórica, política e econômica seria capaz de dar conta desse fenômeno. Crianças são criadas por avós ou tias há muitas gerações porque seus pais precisam trabalhar em minas, fazendas e fábricas distantes de casa, residindo em acampamentos que não oferecem condições para o abrigo dos filhos. São, portanto, as desigualdades estruturais, as migrações em busca de trabalho, a alta mortalidade masculina devido ao assassinato e à violência recente, e não somente a doença, que produzem a situação de crianças órfãs e não cuidadas pelos pais. A figuração da criança doente pode se converter facilmente na representação da criança perigosa, um bandido potencial produzido pelo trauma e sofrimento. Nas palavras de um sociólogo criminalista sul-africano, citado pelo autor: “A perda de pais com HIV/AIDs pode aumentar a vulnerabilidade emocional da criança. Crianças que perdem um pai com AIDs sofrem a perda e a dor como qualquer outro órfão. Contudo, sua perda pode ser exacerbada pelo preconceito e a exclusão social. Isto é, a vergonha, o medo e a rejeição que frequentemente circundam pessoas portadoras do vírus HIV pode criar um estresse e um isolamento

maior para a criança [...]. Tais fatores podem ter diversas consequências nos níveis de crimes e vitimização” (:177). Aqui, a compaixão encontra sua outra face, a repressão, e a ajuda humanitária pode ser conduzida lado a lado com uma política de segurança.

O casamento entre humanitarismo e repressão é evidenciado ainda mais nas situações de guerra e conflitos armados pelo mundo. Fassin realizou pesquisa em agências humanitárias em dois conflitos contemporâneos: a atuação da organização *Médicins sans frontières* no conflito entre Israel e Palestina no período da Segunda Intifada e durante a guerra promovida pelos EUA no Iraque. No conflito Israel e Palestina, o autor se interroga sobre as transformações no estatuto de testemunha operadas no interior das agências humanitárias, principalmente aquelas decorrentes da introdução do léxico próprio da psiquiatria e da psicologia. Novas subjetividades políticas foram produzidas nessa interação em zonas de conflito. O testemunho dos psicólogos mesclará aspectos característicos da testemunha ocular, o *testis* em latim, que seria uma terceira pessoa imparcial que só relata aquilo que conseguiu ver e observar com os próprios olhos, com aqueles do testemunho do sobrevivente, *superstes*, que descreve aquilo que ele mesmo experimentou. Ao se ver como porta-voz das vítimas, o agente da ajuda humanitária registra os testemunhos na fala da compaixão, descrevendo corpos, feridas e sofrimentos. A escuta converte-se na atividade principal do trabalho de psiquiatras e psicólogos, já que os diagnósticos e os tratamentos são impossíveis em situações precárias de atendimento durante uma guerra. O importante aqui não é, portanto, o evento que ocorreu, mas o que as pessoas sentiram e ainda sentem do evento, que precisa ser vocalizado para ser registrado. A figura do *martyr*, do jovem que dá testemunho não pela palavra, mas pela ação, que se sacrifica em prol de uma luta – como o caso de jovens palestinos que atiravam pedras, expondo-se às armas israelenses – é transformada, a partir do relato dos psicólogos, na figuração de um jovem frágil, imaturo e vulnerável, que sofre com um distúrbio psíquico: a enurese. A mobilização de recursos e pessoas nos países ricos para a ajuda humanitária em torno dessa figura vulnerável é muito mais fácil, pois assentada na compaixão, do que a mobilização em torno da figura do jovem agressivo e destemido que atira pedras no exército israelense. O autor enfatiza que todas essas figuras de testemunho estão em disputa no próprio interior das agências humanitárias, sendo muito menos homogênea do que se imagina.

Fassin consegue, nas mais variadas situações de pesquisa, se engajar enquanto militante e manter a crítica e reflexividade das ciências sociais. Sua

pesquisa é reflexo desse duplo vínculo que mantém com a academia e também com as agências internacionais. Fassin, médico de formação, atuou durante quatro anos como dirigente dos *Médicins sans frontières*. No Brasil, onde a dupla vinculação do pesquisador é constantemente reivindicada e exigida, a leitura dessa obra de Fassin poderá suscitar um debate mais consistente sobre as diferentes modalidades de relação entre as ciências sociais e as agências estatais e não estatais e sobre a posição política e moral do antropólogo nas mais variadas situações de campo. Além disso, abre-se uma agenda de pesquisas sobre a lógica de funcionamento do “governo humanitário” em nossa política interna em relação aos migrantes, aos jovens usuários de crack, aos jovens envolvidos com o crime organizado, entre tantas outras figurações contemporâneas da questão social brasileira. Os sentimentos de compaixão não estão aqui também mesclados com uma política de segurança pública extremamente repressiva?

Nicolau Dela Bandera*

Referências

BOLTANSKI, Luc
(1993) *Souffrance à distance. Morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailie.

SAYAD, Abdelmalek
(2004) *The suffering of the imigrant*. Cambridge: Polity.

Recebido em
fevereiro de 2013

Aprovado em
julho de 2013

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (São Paulo/Brasil) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: nicolaudelabandera@gmail.com